

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 13 n. 3 • Setembro-Dezembro de 2023 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Svetlana Ruseishvili, Jacqueline Sinhoretto, Beatriz Patriota (editora assistente) e Patrícia Amorim Weber (editora assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 13, n. 3, set. – dez. (2023) -, - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2023.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Segurança, vigilantismos e violências coletivas na América Latina

ORGANIZADORES: ANTONIO FUENTES DÍAZ E FABIO MAGALHÃES CANDOTTI

From hard vigilantism to soft vigilantism in Latin America: The case of Santiago and Puebla703

ANTONIO FUENTES DÍAZ, LORETO QUIROZ ROJAS E JOSÉ GONZÁLEZ ZEMPOALTECA

Incontáveis? Vigilantismo, jornalismo e a produção de linchamentos em uma metrópole amazônica727

FABIO MAGALHÃES CANDOTTI E LUIZ ROGÉRIO LOPES SILVA

Linchamientos y dinámicas sociopolíticas y económicas. Estudio de caso en Cochabamba (Bolivia)755

ALEJANDRA RAMÍREZ SORUCO

Vigilar y cuidar. La ambivalencia de la participación ciudadana securitaria en Chile y Argentina781

ALEJANDRA LUNEKE E VIOLETA DIKENSTEIN

Quem governa o bairro? Violência e mercados de drogas ilegais em bairros segregados na Grande Buenos Aires (Argentina)805

EVANGELINA CARAVACA, JOSÉ GARRIGA E INÉS MANCINI

Vigilantismo y gobernanza criminal: un aire de familia829

DANIEL VÁZQUEZ

Artigos

Mapeando os conflitos na universidade: um estudo de caso sobre segurança na Universidade Federal Fluminense853

ANA PAULA VASCONCELOS GONÇALVES, JULIANA VINUTO LIMA, KLARISSA ALMEIDA SILVA PLATERO E LENIN DOS SANTOS PIRES

Após a ocupação, a razia: implantação e resistência no Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970)883

RICARDO BRAGA BRITO

Redescobrimo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “o Sul é o meu país”911

GABRIEL PANCERA AVER

A cura em uma religiosa comunidade terapêutica: memória coletiva, ritos e mudança de papéis sociais.....	933
RONALDO MARTINS GOMES	
A cidadania plena de mães de pessoas com deficiência: silêncios, descasos e possíveis caminhos.....	959
MARINA DIAS DE FARIA E SÍLVIA PORTUGAL	
Um sociólogo nada hesitante: a solução de W. E. B. Du Bois para o dilema da sociologia no início do Século XX	979
CAIO CÉSAR PEDRON	
A study of differentiation and hierarchization schemes among climbers	999
DANIEL GUERRINI	

Contents

Dossier Security, vigilantism and collective violence in Latin America

DOSSIER ORGANIZED BY ANTONIO FUENTES DÍAZ E FABIO MAGALHÃES CANDOTTI

From hard vigilantism to soft vigilantism in Latin America: The case of Santiago and Puebla703

ANTONIO FUENTES DÍAZ, LORETO QUIROZ ROJAS E JOSÉ GONZÁLEZ ZEMPOALTECA

Countless? Vigilantism, journalism and the production of lynchings in an Amazonian metropolis 727

FABIO MAGALHÃES CANDOTTI E LUIZ ROGÉRIO LOPES SILVA

Lynchings and socio-political and economic dynamics. Case study in Cochabamba (Bolivia)..... 755

ALEJANDRA RAMÍREZ SORUCO

Surveillance and Caring. The Ambivalent Nature of Securitized Citizen Participation in Chile and Argentina 781

ALEJANDRA LUNEKE E VIOLETA DIKENSTEIN

Who rules the neighborhood? Violence and illegalized drug markets in segregated neighborhoods in the province of Buenos Aires (Argentina)..... 805

EVANGELINA CARAVACA, JOSÉ GARRIGA E INÉS MANCINI

Vigilantism and criminal governance: a family air829

DANIEL VÁZQUEZ

Articles

Mapping conflicts at the university: a case study on security at the Fluminense Federal University 853

ANA PAULA VASCONCELOS GONÇALVES, JULIANA VINUTO LIMA, KLARISSA ALMEIDA SILVA PLATERO E LENIN DOS SANTOS PIRES

After the occupation, the raid: implantation and resistance in the Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970).....883

RICARDO BRAGA BRITO

Rediscovering the past and negotiating the identity: considerations about the *sulista* identity claimed by the separatist movement “o Sul é o meu país” 911

GABRIEL PANCERA AVER

Healing in a religious therapeutic community: collective memory, rites and changing social roles.....	933
RONALDO MARTINS GOMES	
The full citizenship of mothers of people with disabilities: silences, neglect and possible paths	959
MARINA DIAS DE FARIA E SÍLVIA PORTUGAL	
An unhesitating sociologist: W. E. B. Du Bois solution to the dilemma of sociology at the beginning of the XX century.	979
CAIO CÉSAR PEDRON	
A study of differentiation and hierarchization schemes among climbers	999
DANIEL GUERRINI	

Dossiê Segurança, vigilantismos e violências coletivas na América Latina

ORGANIZADORES: ANTONIO FUENTES DÍAZ E
FABIO MAGALHÃES CANDOTTI





From hard vigilantism to soft vigilantism in Latin America: the case of Santiago and Puebla

Antonio Fuentes Díaz¹

Loreto Quiroz Rojas^{2,3}

José González Zempolteca⁴

Abstract *In Chile and Mexico there are neighborhood surveillance policies—imported from the global North—which are inserted in control dynamics decentralized from the State, eventually leading to hard and soft forms of vigilantism. However, the vigilantism to which these policies lead presents relevant differences between the two countries, an issue that can be explained by the different configuration of both states.*

Keywords: *Vigilantism, Violence, Insecurity, Coproduction of Security*

- 1 Universidad Alberto Hurtado and Instituto Milenio de Investigación en Violencia y Democracia, VioDemos – Santiago – Chile – gluneke@uahurtado.cl – <https://orcid.org/0000-0002-6580-4582>.
- 2 Universidad de Santiago de Chile – Santiago – Chile – loretoqr@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0403-3948>.
- 3 Assistant Professor Universidad de O'higgins, Chile. Loreto Quiroz's contribution to this research was made possible thanks to funding from the National Fund for Scientific and Technological Development (ANID/FONDECYT/3220055), the Center for the Study of Conflict and Social Cohesion (COES/ANID/FONDAP/1523A0005) and the Millennium Science Initiative Program of the National Agency for Research and Development (ANID) -ICS2019_025.
- 4 Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – Puebla – Mexico – zapata.2010@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-7077-7219>.

Do vigilantismo duro ao vigilantismo suave na América Latina: o caso de Santiago e Puebla

Resumo No Chile e no México existem políticas de vizinhança vigiada -importadas do Norte global- que se inserem em dinâmicas descentralizadas de controle do Estado, que acabam levando a formas duras e suaves de vigilantismo. No entanto, o vigilantismo em que decantam essas políticas apresenta diferenças relevantes entre os dois países, questão que se explica pela diferente configuração de ambos os Estados.

Palavras-chave: Vigilantismo, Violência, Insegurança, Coprodução de segurança

Del vigilantismo duro al vigilantismo blando en Latinoamérica: el caso de Santiago y Puebla

Resumen En Chile y México existen políticas de vigilancia vecinal -importadas del norte global- que se insertan en dinámicas de control descentradas del Estado, que eventualmente desembocan en *formas duras y blandas* del vigilantismo. Sin embargo, el vigilantismo en el que decantan estas políticas presenta diferencias relevantes entre ambos países, cuestión que se explica por la diferente configuración de ambos Estados.

Palabras clave: Vigilantismo, Violencia, Inseguridad, Coproducción de la seguridad

Introduction

The concept of vigilantism originates from English-speaking academia and describes repertoires of punitive actions committed by civilians who place themselves outside the institutional and legal framework to regulate situations of uncertainty in their surroundings (Favarel-Garrigues and Gayer, 2016). This phenomenon is on the rise and is gaining social and political relevance in Latin America, having undergone a process of conceptual adaptation and appropriation to provide an analytical performance that is relevant given the particularities of the region (Huggins, 1991; Fuentes Díaz, Gamallo and Quiroz, 2022).

According to the report of *Latinobarómetro* (2021), security is perceived as one of the less consolidated democratic guarantees in the subcontinent due to the impact of crime and is a central issue in the region's contemporary political discourse.

The research we present in what follows investigated the variability of neighborhood surveillance groups and their drifting towards patterns of vigilantism in the

region, on the basis of two poles described as *hard vigilantism* and *soft vigilantism*⁵ (Fuentes Díaz, Gamallo and Quiroz, 2022). To this end, we studied two cases: one in Mexico and one in Chile. The two countries have different systems of government – centralized (Chile) and decentralized (Mexico) – a fact that impacts on the organization of neighborhood security operations. Two axes of comparative analysis were established. The first refers to the *level of dialogue* with the state or to the distance the surveillance groups keep from it. The second has to do with the levels of *internal coordination* and *permanence* in time of the surveillance collectives or groups.

From concern about crime to neighborhood surveillance

The transitions to democracy that took place in the 1980s and 1990s – in some countries of the region following authoritarian regimes and dictatorships – witnessed a generalized rise in violence (Hernández, 2021) and its mutation in what refers to forms and actors. According to the *Latinobarómetro* (2021) survey conducted in 2020, street violence became the form of violence most frequently felt in the place of residence, representing 43% of the answers: 56% in the case of Chile and 48% in Mexico. Violence has spread across a variety of state and non-state actors who use it to attain different goals, creating numerous sources of insecurity. In some cases, non-state violent actors overlap or operate in parallel to those of the state, creating zones of governance⁶ (Arias, 2017).

The concern caused by insecurity has urged various actors to seek mechanisms of self-protection. These mechanisms vary with regard to the actor and the type of resources this actor has access to. Thus, for example, one reaction to the fear of crime, led mostly by the region's middle and upper classes, has been the reorganization of public space through the so-called fortified enclaves, residential or commercial zones protected by walls, private security agents and guarded and restricted points of access (Caldeira, 2001). Other modalities of security consist in direct actions, in the sense that they involve the use of one's own body as the primary resource (Rebón and Pérez, 2012); these are usually conducted with others and present different levels of organization: such is the case of lynch mobs (Martins, 2015).

5 Conceptualized on the basis of the collective discussions that took place in the *Vigilantism and Collective Violence* CLACSO working group (2019-2022).

6 The concept of *governance* emerges following changes in the public and private sector in public administration (Stoker, 1998). Its goal is to account for a complex of institutions and actors from the private sphere that participate in the elaboration of public policies and in government. The notion is now used to also refer to the involvement of non-state agents in the creation of social control and the production of order in collaboration with the State (Arias, 2017).

In the context of neoliberal political rationality, which redefines the responsibilities and roles assigned to different actors in the public and private sphere, the administration of security has turned towards the preventive model, a set of methods characterized by the participation of citizens in actions aiming to contain crime (Crawford and Evans, 2016; Edwards and Hughes, 2002). One of the configurations that are gaining more popularity is that of *neighborhood surveillance* that emerged in the US in the 1960s and 1970s under the name of “Neighborhood Watch” and then spread to Europe and Latin America towards the end of the 1980s and beginning of the 1990s respectively (Tufro, 2008). The goals of such programs in the US are synthesized in one of their slogans, that communities must be “the eyes and ears of the police” (Cohen, 1991), participating in the coproduction of security.

The pairing of society and state actors in neighborhood surveillance has given rise to different experiences in Latin America which can be understood as forms of vigilantism of different degrees. So much so, that different specialists on this matter have warned against possible authoritarian veers of this program, including the stigmatization of impoverished sectors or the increase of social punitism (Dammert, 2002). Rico and Chinchilla (2002) point out that their adoption has not taken into account the specific context and reality of each region, such as the repressive tendencies of the police and of certain social sectors which can be traced back in time (Nugent, 2010). The same authors warn against the limited planning and evaluation of these programs, as well as the lack of additional measures to look into the structural causes of crime.

The institutional experiences of neighborhood surveillance in Mexico and Chile are marked by both their political and administrative differences and the social configuration of their respective states. Chile is a unitary and strongly centralized country, while Mexico is a federal republic. As a result, neighborhood participation in Chile originates in programs implemented by the national government; such is the case of “*Comuna Segura*”, which improved and reshaped public space but also developed neighborhood surveillance mechanisms (Dammert, 2002). Neighborhood surveillance in this country has become consolidated as a central axis of public policies at the national level, leading to the creation of different programs of security in the community, including the “neighborhood surveillance and protection committees” or the “community security councils” (Luneke and Varela, 2020). In the case of Mexico, neighborhood surveillance has been implemented in a disorganized way, without a central public security authority designing the groups or evaluating their results. Thus, the administration of this program is in the hands of state or municipal authorities, with varying results. The first experiences of neighborhood

surveillance emerged in Mexico City in 1997, with the arrival to power of an alternation government represented by the leftist Democratic Revolution Party (*Partido de la Revolución Democrática*, PRD). This government promoted the creation of Neighborhood Committees in the different city areas (Müller, 2012). Likewise, programs of neighborhood surveillance were replicated in other states of the country on the basis of the implementation of different reforms, such as the *Federal Law for the Promotion of Activities Performed by Civil Society Organizations*, enacted in 2000, or the Merida Initiative,⁷ promoted in 2008-2010, whose goals included supporting citizen participation in crime prevention.

The situated state and neighborhood surveillance

That said, the relation between the state and society is considered to go beyond the form of political-administrative organization. Reflecting on the sociological and situated nature of states brings us closer to understanding social practices which, while linked to these programs, overflow their original proposals.

Referring to Latin America, Lechner observes that the region's states did not spring from a nation as a unitary mechanism of collective identity (2006). The dominant classes – embedded in the external logic of total capital – were unable to assume the direction of the social process (Lechner, 2006). These differences are likely rooted in the social composition of national states, the ethnic diversity of their population and the negotiations with regional power groups, among others (Escalona, 2011). This gave way, in certain cases, to mediations pertaining to each state form, linked to bureaucratic institutionality and with a subjective internalization that remains more attached to legal correlations. In other cases, through institutional operations that mediated and adapted the state's theoretical assumptions to local forms of government, practices emerged that were far from the ideal models as perceived by the legal-bureaucratic centrality.

In the Southern Cone, therefore Chile, civil society appears to be relatively more homogeneous than in the rest of Latin America (Lechner, 2006), which meant these states were more likely to establish an internal hegemony (Lechner, 2006). This situation coincides with the way in which people relate to authority in Chile: in this country, authority – and not only state authority – is pronounced, celebrated, needed and respected (Araujo, 2016). This points towards the assumption that it is less likely for people to challenge the forms in which the state expresses its power in Chile.

7 This was a program of regional security established in 2008 by the governments of Mexico, Central America and the United States to combat drug-trafficking and organized crime.

As for Mexico, the formation of the state in the 20th century involved ethnically differentiated societies originating from an old colonialist and agrarian society. This process aimed at transitioning from patrimonialist forms of government, characterized by differentiated citizenships and privileges such as the ones ruling during the colonial period and the first years of independence, towards a centralized rational bureaucracy of a universal citizenship following the model of the modern state (Weber, 2005; Agudo, 2011). However, in the process of establishing local governability in different periods that followed this process, the governing groups established agreements with local private powers, negotiating legality in their favor in sustaining this state as an imaginary of order (Escalona, 2011). This increased the relevance of political negotiation and mediation in supporting the government in different territories, laying the foundation for the establishment of federalism. Thus, the process of state formation can be perceived through the lens of discontinuous forms relating to the establishment of a central political order, on the one hand, and the influence of regional powers, on the other.

We are also interested in showing that this briefly outlined historical context, with its social subjectivities and relations, explains the deviations in the implementation of the different neighborhood surveillance programs. In both territories we observe a participation of private actors in the administration of security which goes beyond official neighborhood surveillance programs but is not completely disharmonized with this paradigm. Our theoretical hypothesis regarding neighborhood surveillance groups and state formation in Chile and Mexico is that, in Chile, the influence of the state in the country's social life is channeled mostly through formal institutional mechanisms; as a result, neighborhood surveillance groups are more submitted to the state and have a limited self-management capacity. Unlike Mexico, where neighborhood surveillance groups tend towards more informal configurations with limited state regulation; this leads to a certain degree of self-sufficiency and the need for a stronger internal structure. That said, this relative self-sufficiency does not necessarily mean that the state is absent in territorial or symbolic terms; their relation rather assumes the form of a coexistence in which state and non-state actors occasionally overlap, complement each other, or come into tension.

In this sense, we consider that the participation that these neighborhood surveillance programs promote is not fixed and can assume different forms: from practices akin to the model of abstract citizenship on which this preventive model is based, to practices that overflow it and emphasize punitive violence, supported by forms of citizen participation that correspond to other imaginaries of order that are closer to vigilantism (Fuentes Díaz, 2017). We argue that the transition from the coproduction of security to vigilantism does not only have to do with the level of violence that these groups confront or their articulation with other economic

and political actors (Moncada, 2021), but also with the level of dialogue with the state and their degree of internal coordination. Both organizational expressions are rooted in the relation that these groups have had with the state throughout history.

From neighborhood surveillance to vigilantism

As we have already pointed out, the historical and contextual differences of the region's territories lead to a differentiated use and incorporation of these practices of vigilantism, which differ from the model of coproduction at different levels. We argue that the variability of these actions in the region leads to *hard* and *soft* forms of vigilantism. On one hand, certain vigilante actions are ephemeral and spontaneous and do not, in certain cases, exceed legality; on the contrary, they tend towards the reinforcement of democratic citizen participation and the social management of conflicts, leading to a *soft vigilantism*.⁸ On the other hand, certain actions tend – beyond their rituals of physical violence – towards their incorporation as actions in dialogue with the public domain which fuel repertoires of contention (Tilly, 2003), initiating political negotiations with spheres of the state and pursuing the legitimization of their actions, in what could be characterized as *hard vigilantism*.

Based on the field work conducted, in which we compare neighborhood surveillance groups dealing with common crime, we consider that the *soft* and *hard* forms of vigilantism can be empirically determined based on two axes. Firstly, their *level of dialogue* with the state, the *distance* these groups keep from the state. Secondly, their *level of internal coordination and permanence* in time.

The neighborhood surveillance groups with a higher degree of submission to state authorities (police, public prosecutors) and, therefore, a closer operational connection to them – as in instances where state law enforcement bodies create and train the neighbors in prevention activities – express a *soft vigilantism*. In these cases, due to their proximity with the state, they do not have security agendas which are independent from state crime prevention programs.

On the other hand, we find surveillance groups whose relationship with state security forces is distant and contentious, marked by distrust and with very few channels of dialogue due to the absence of spokespersons close to these groups and legitimized to articulate their demands, or because their actions openly dispute the state's punitive power. These groups deploy security agendas that are independent from state prevention programs, constituting expressions of *hard vigilantism*. As we shall see in what follows, the levels and forms of dialogue depend on the state forms and their corresponding political culture.

8 From this perspective, the coproduction of security corresponds to a *soft vigilantism*.

In turn, this characteristic of proximity – social distance – will have an impact on the level of coordination of these groups. The groups that pertain to the category of *soft vigilantism* and are highly articulated with state agencies tend to have a fragile internal coordination marked by a low division of security functions among the members, a meager capacity for autonomous decision making, few members and limited territorial influence. Considering the formation of these groups is mediated by municipal agents linked to the management of security, they are usually ephemeral given that their duration does not, to a certain extent, depend on their own agency.

In the cases of *hard vigilantism* there is less dialogue with state authorities due to broken negotiations, political disputes, or persecutions. As a result, the groups act autonomously, designing and applying their own security-related activities, recruiting members, dividing the work in a differentiated way, and incorporating other sectors in this agenda, as well as expanding their influence across larger territories. The groups that are thus constituted have a duration that does not depend on the temporality of municipal authorities and can therefore consolidate their presence in time (Table 1).

Table 1. Surveillance collective and levels of dialogue and coordination/permanence

		Level of dialogue with the state	
		High	Low
Neighborhood surveillance collective	<ul style="list-style-type: none"> -Subordination to state security forces -Reinforcement of citizen participation -Coproducton of security <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><i>Soft vigilantism</i></p>		<ul style="list-style-type: none"> -Distrust -No legitimate spokesperson -Criminalization -Broken negotiations -Autonomy in the administration of security <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><i>Hard vigilantism</i></p>
			Level of internal coordination/permanence
		High	Low
Neighborhood surveillance collective	<ul style="list-style-type: none"> -Decision-making capacity -Division of activities -Numerous members -Broad territorial expansion -Permanence in time <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><i>Hard vigilantism</i></p>		<ul style="list-style-type: none"> -Low decision-making capacity -Meagre division of activities -Few members -Limited territorial coverage -Ephemeral <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;"><i>Soft vigilantism</i></p>

Source: Elaborated by the authors

Methodology

In the case of Chile, the information was obtained through ethnographic observations during 2 field trips – accompanied by the area's neighbors – and 16 semi-structured interviews. Field work was conducted between October and December 2022.

In the case of Mexico, the information was obtained through ethnographic observations during 6 field trips – accompanied by members of the collective on which the research focuses – between August 2022 and March 2023. Furthermore, semi-structured interviews were conducted with various leaders of neighborhood surveillance groups, and the researchers were also able to attend some of their assemblies.

Ethnography, by visualizing the structures, networks, and people who shape how the group works, brings us closer to the implied complexity of the internal configuration of these groups and their relations outwards. On the other hand, semi-structured interviews consist of asking open and relatively free questions that allow us to notice the interviewees' observation structure, without losing sight of the analysis axes defined by the researchers (Gainza, 2006).

The analyzed cases were chosen on the basis of two criteria: i) The involvement of a collective in events that belong to the repertoire of vigilante actions. ii) The cases had to be located within Latin American states whose historical configurations presented certain nuances. Given that the research touches upon sensitive issues, the interviewees and the places remain anonymous.

The case of Chile: neighborhood surveillance, vigilantism, and lynching

The Chilean case was selected following a deadly lynching incident that occurred at the end of 2020. The neighborhood where this took place belongs to a larger territorial unit, referred to as either commune or municipality.⁹ The statistic data of the 2017 census¹⁰ reveal that the commune in which the incident occurred is one of the five most densely populated in the country. The data also reveal a socio-economic level nearing the national average in terms of housing, education and employment. According to data available on the Office of the Crime Prevention

9 Communes are the main unit in the territorial administration of the state of Chile. The administration of each commune or group of communes belongs to the municipality, constituted by the mayor, its supreme authority, and by a Municipal Council. It corresponds to what in other countries is known as the Municipality. There are a total of 346 communes in Chile. A set of communes make up a province and a set of provinces make up a region. A total of 16 regions make up the state of Chile.

10 Available at the websites of the National Statistics Institute, <ine.gob.cl> and <censo2017.cl>.

Undersecretary website,¹¹ this commune ranked 2nd or 3rd in the country in police cases and reports linked to high social connotation crimes¹² from 2019 to 2022.

The commune in which the lynching took place is located in the southern periphery of Santiago, the country's capital city. However, this municipality belongs to what is known as "El Gran Santiago".¹³ The commune is located at approximately 30 km from La Moneda, the seat of Chile's political power *par excellence*. The municipality of the neighborhood in which field work was conducted – as most of the country's municipalities – has deployed strategies of security coproduction inspired by the "Neighborhood Watch" model. This becomes apparent when visiting the entity's website: for example, the public is informed that the municipality, along with the Office of the Crime Prevention Undersecretary through the "National Public Security Fund", has given more than 12000 community alarms to sectors of the commune from 2013 until today. The website adds that "The main objective of this project is to prevent and improve security in the different neighborhoods (...), creating an active communication among neighbors so that they can live in society, raising awareness in future generations with civic education and respect for others. In this context, the municipality has granted economic support and technical assistance for the implementation of the program 'Community Alarms' (*Alarmas Comunitarias*)".

A collective characterized by limited internal differentiation and instability

The field work conducted allowed us to observe the overlapping of different organizations deploying actions of neighborhood surveillance: the Neighborhood Councils (*Juntas de Vecinos*); groups that are organized at a micro-neighborhood – or block-based – scale; and a group of neighbors focusing mostly on surveillance. These collectives replicated the ideas behind the Neighborhood Watch models, at different scales and with different nuances.

The "Neighborhood Councils" are territorial organizations created by Law N° 19.418 which represent those residing in the same neighborhood.¹⁴ Accord-

11 Portal CEAD: <spd.gov.cl>.

12 Generally including all types of theft.

13 El Gran Santiago is constituted by 31 municipalities belonging to the Province of Santiago, as well as the by the urban centers of the communes of Puente Alto, Pirque, San José de Maipo, Colina, Lampa, San Bernardo, Padre Hurtado and Peñaflores.

14 This is the territory that is determined in accordance to law n. 19.418 on Neighborhood Councils and other community organizations and in which the communes are subdivided to the effect of the decentralization of communal affairs and the promotion of citizen participation and community administration. Each neighborhood can have one or more neighborhood councils.

ding to article 2 of the law, their goal is to promote the development of the community, defend the interests and rights of neighbors and collaborate with state and municipal authorities. The president of the neighborhood council in whose territory the lynching took place informed us that this entity has been stable and long-lived, and she pointed out that it collaborates with the municipality for the attainment of the goals described by the law. Its activities of surveillance and control are committed to pursuing said objectives, and it does so in different ways. It performs administration tasks with both state agencies and neighbors, articulating the two levels.

The territorial leader describes having direct contact with both the municipal workers in charge of the commune's security and the police in charge of said sector. She also mentions activating these networks to disseminate the concerns of neighbors, which she receives mostly through different WhatsApp groups, some of which spread beyond the territory of the neighborhood council. According to what was revealed during the interviews, it is in the context of these processes that the neighborhood was given certain surveillance devices, such as alarms and cameras, almost twenty years ago. The accounts of the leader and of the sector's neighbors indicate that the council is projected inwards, towards the neighborhood itself, through the form of a one-person leadership.

On the other hand, we find that the residents of the neighborhood, including the leader of the council herself, also belong to other groups that are almost exclusively articulated through messaging apps. In many cases, these groups deal not only with issues of security but also with matters such as pets that have gone missing or the advertising of articles traded by members of the group. These other groups, just like the neighborhood council, are organized on territorial grounds – although they cover smaller areas, namely one or two blocks within the neighborhood – and exchange information obtained through direct observation or mostly private security devices, purchased by the neighbors themselves. This articulation of organizations has produced information on alleged risks and even congregated members of the group to threaten or assault individuals who have been caught committing a crime against private property or are considered to constitute a threat to neighborhood security.

Membership in these groups is quite malleable, and the roles of members are scarcely differentiated. The accounts present different levels of participation and variations with regards to the time each individual can devote to surveillance tasks. For example, many interviewees pointed out that higher levels of participation in surveillance tasks were observed during the cycle of protests

that began in Chile in October 2019 – known as the “*estallido*” or “outburst”¹⁵ – and also during the first year of the pandemic, as well as higher levels of group coordination, expressed in the organization of shifts and the use of rudimentary weapons, such as sticks. This suggests that the different expressions of the neighborhood surveillance model are marked by contextual factors affecting their implementation. During the outburst and the pandemic, the state security forces focused more on operations of repression in the sphere of public order and health security, allowing different groups to perform surveillance tasks without a close collaboration with said forces along the coproduction model. It is hard to imagine that such a deployment would have been possible without the interiorization on behalf of the neighbors of previously established surveillance programs and practices.

A few days after the beginning of the cycle of protests in October 2019, a collective emerged whose members at times refer to as “Zello”, named after the application they use to communicate. Unlike other groups, it includes residents from different sectors of the neighborhood concerned exclusively with security. It also displays an emerging differentiation of tasks: some interviewees mention, for example, the mapping of red points within the neighborhood, undertaken by one of the group’s members on the basis of information exchanged in the different WhatsApp groups of the area; others speak of the organization of shifts to patrol the neighborhood and of internal arguments caused by the lack of commitment with these tasks. However, membership in this group is malleable; in fact, the group—whose members even included the president of the neighborhood council at some point—was dissolved after the lethal lynching that occurred in the neighborhood in 2020. A relevant factor behind the dissolution of the group was the launching of investigations by the public prosecutor into the participation of various neighbors in this incident. Interviewees clearly avoided mentioning whether all participants in the beating were members of “Zello”; however, it is clear that at least some of them were. According to the accounts, the lynching was triggered by an attempted robbery of a cable television service provider. The occurrence took place right outside the house of a “Zello” group member in the evening. It was recorded by the sector’s cameras and these images were used as evidence during the process launched on the murder of the alleged criminal.

The described organizational context leads us to the conclusion that the overlapping of the studied groups arguably produces a repertoire of actions involving

15 In October 2019, a cycle of intense protests began in Chile which challenged an order seen as reproducing inequalities, abuse and unfulfilled promises (Merino, 2021)

a *continuum* that spans from actions pertaining to the models of neighborhood surveillance to practices that are more akin to vigilantism. In the case of Chile, it is possible to assert that vigilantism is articulated through a setup that involves many different levels; however, in all cases, the internal structure of the security administration collectives is elementary. None present a significant internal differentiation, and they are rather ephemeral. Furthermore, with the exception of “Zello”, they are malleable groups that do not only focus on security issues; rather than vigilante collectives, they could be characterized as collectives which at times deploy repertoires pertaining to the sphere of vigilantism. However, the characteristics of the “Zello” group and the increased levels of internal coordination observed in other groups during the *outburst* and the first year of the pandemic suggest that these levels of coordination can arguably vary; they can veer towards more structured, and eventually more permanent, forms, as a result of situational factors that intertwine with interiorized models of surveillance.

Surveillance groups and state agents: a structure of collectives subordinated to the state

The lynching episode that took place in 2020 changed the relation between state agencies and surveillance collectives. According to the interviewees, before the lynching the residents of the neighborhood related to the different state agencies in charge of security administration in an institutional and subordinated way. The municipality assisted in the purchase of surveillance devices and in the training for their use, and organized meetings with the police officers in charge of the neighborhood. In these meetings, the police informed on issues such as the telephone number that neighbors should call if they were informed of a crime that had been committed, the possibility to restrain the offender, as well as the location of the police station. Many interviewees claimed that, outside these meetings, certain police officers would recommend the use of violence against the person breaking the law, but not of deadly force. Beyond the truthfulness of these accounts, they can at least be considered a reflection of the way in which the neighbors perceive their actions in relation to the deployment of state agents.

After the lynching incident, interaction with state agents intensified: the presence of the police increased – at the request of the neighbors themselves – and meetings with the Mayor and with police officers were organized to discuss the legal powers of the neighbors to restrain persons suspected of committing a crime, as well as the illegality of punishing those accused. In this sense, the

police officers assumed the role of educators. The deployment of state agents thus seemed to be rechanneling a course of actions that got out of hand, trying to frame the – vigilante – practices of the neighbors within the neighborhood watch model.

The lynching incident led to the arrest of 11 people. Some residents called the press to complain about what they considered to be an injustice. However, they believe the media narrative on the facts stigmatizes them and perpetuates the injustice. The dynamics unleashed after the 2020 lynching incident reveal the absence of group networks to confront the repressive power of the state, the lack of a political reading of their subordinated situation and, even more so and oddly enough, their need of state assistance.

These precedents reveal that, although the overall structure of collectives deploys actions that are directly linked to the repertoire of vigilantism, they remain subordinated to state agencies and are closely linked to them.¹⁶

The case of Mexico: surveillance, vigilantism, and the organization of security

In the case of Mexico, we studied a neighborhood surveillance collective that we will call “*Vigías Residentes*” (“Resident Lookout”), located in San Martín Texmelucan, a municipality of the State of Puebla.¹⁷ According to data of Mexico’s National Statistics and Geography Institute (INEGI, 2020), this municipality is among the 100 most populated in the country¹⁸ and the third most populated in the State of Puebla, with more than 200,000 residents. Economically speaking, Texmelucan has maintained an industrial-urban profile since the 1980s, following the construction of the Quetzalcoatl industrial corridor which triggered an increase in the region’s population (Méndez, Hernández and Ramírez, 2017). Likewise, trade is another significant activity, particularly the sale of clothes and textiles; this municipality is home to one of the country’s largest street vendor markets. Furthermore, the municipality is located on one side of the Mexico-Puebla freeway and therefore constitutes a strategic place, given that this freeway connects Puebla’s Metropolitan Area to Mexico City and is used by many vehicles, especially cargo transport.

16 Following his death, the relatives of the person who had been lynched drove around the neighborhood insulting and threatening its residents. The neighbors requested police presence, a demand that was met.

17 Municipalities are the main unit of Mexico’s political and territorial division. They are part of the federal entities – 31 states and Mexico City – which constitute sovereign political-territorial units. They, in turn, constitute the Mexican State.

18 The country has a total of 2469 municipalities (INEGI, 2020).

Until 2010, Texmelucan had relatively low crime rates compared to other urban zones in Puebla and the rest of the country. However, the past years have witnessed a significant increase in gun homicides, violent robberies, extorsions, cargo thefts and petty drug-trafficking. Likewise, common crime also increased, including robberies against passersby, cars, and car parts, breaking into houses and businesses, etc. This crime wave can be linked to the appearance and fast rise of illicit activities perpetrated by organized crime groups, both national and local. Reporter's investigations in recent years reveal the appearance of organizations such as *Cártel Jalisco*, *Nueva Generación* or *Sangre Nueva Zeta* and gangs such as *El Loco Téllez*, *Los Pericos*, *Los Tlaxca*, *Los Otones*, *El Bukanas*, among others (Gonzalez, 2021). These groups have claimed responsibility for fuel theft from Pemex (Petróleos Mexicanos) ducts, petty drug-trafficking, extortion, public transport and highway robberies. Furthermore, the municipality where the studied collective operates presents a high prevalence of cases of punitive violence, with a total of 61 lynching episodes between 2012 and 2021, ranking third in the State of Puebla (Fuentes Díaz and González, 2021); a state which, in turn, ranks first in the country in this type of incidents.

This case was chosen after the tracing of lynching events in the State of Puebla performed in the context of a previous study (Fuentes Díaz and González, 2021). Said work was used as a starting point to look for references in the press to surveillance groups or organizations in the municipality. We identified *Vigías Residentes*, a collective that was gaining increased visibility in the media. We used the information at hand to contact one of the group leaders, who became one of our key informers and allowed us access to the field.

As most of the country's municipalities, the one where the collective is located has deployed strategies of security coproduction inspired by the "Neighborhood Watch" model. From 2014 to 2018, 170 neighborhood surveillance committees were created under the auspices of the municipal governments as part of the program "Vigilant Neighbor" (*Vecino Vigilante*).¹⁹ However, it must be noted that *Vigías Residentes* was not promoted by a municipal authority but was constituted independently and operated for 13 years without having any official link to municipal security coproduction programs. In fact, the official neighborhood surveillance programs have had very low penetration in the population of San Martín; *Vigías Residentes* has been the most active and stable organization in terms of duration and internal structure.

19 The data was obtained following a request for information from the Secretary of Public Security and Road Management, sheet SA1054/2018.

A long-lasting and internally differentiated collective

The field work conducted allowed us to observe that *Vigías Residentes* operates on the basis of hubs that connect neighborhoods through leaders. Each leader is a link that undertakes the administration and coordination of the smaller organizational units called *neighborhood surveillance committees*. According to the interviews conducted with members of the organization, they are present in most of their municipality's auxiliary councils (*junta auxiliar*)²⁰ and have an estimated 535 *surveillance committees* and over 1000 members.

An important part of their surveillance repertoire is to identify certain actions or persons as sources of insecurity and control them through repressive actions. According to various interviewees, women and children are mostly in charge of street surveillance during the day, while they conduct their everyday activities; at night-time, men patrol the area on foot or motorbike, sometimes armed with sticks and carrying flashlights.²¹ These patrols are called "*rondines*"²² and are conducted in small groups that walk through the *colonias*²³; they are the most common form of night-time surveillance. We were invited to participate in a night-time *rondín* organized by the neighborhood committee of a *colonia*, and we observed the following: when coming across parked cars, the neighbors participating in the patrol classified them to find out if they belonged to someone they knew. If they did not, they became a risk factor, and the inhabitants of the surrounding houses were questioned in relation to the vehicle. Areas with no passersby or dark streets were also patrolled, as well as vacant lots. The *rondines* focused mostly on the entry and exit points of the neighborhood. Furthermore, group members also paid attention to people they came across in the streets to see if they were known to them. According to the members of the collective, the *rondines* have managed to decrease insecurity rates; they claim that in previous years they would often catch people committing crimes on the street or breaking and entering homes, a situation that has since then changed. We also observed the use of messaging apps such as WhatsApp or Telegram for the coordination of the surveillance committees. The smaller groups that

20 The Auxiliary Councils are decentralized public administration bodies operating under their respective Municipality. They coordinate with the municipal public administration departments and entities for the performance of their administrative duties.

21 Another space in which gender-based role differentiations were observed was in a meeting of the leaders of the various groups; on that occasion, women were in charge of preparing the food, while the men described to us the way the organization worked and its goals.

22 Informal patrols conducted in teams to dissuade individuals or groups from committing crimes.

23 The word *colonia* is used in Mexico to refer to neighborhoods, especially those located in urban areas.

operate through these applications convene the neighbors living in the same block or *colonia* to share information on issues such as suspicious persons or news on crimes committed in their area, coordinate neighborhood meetings or ask neighbors for help in case of an emergency.

The use of force is relevant in the organization, for it is the main means to tackle what the collective believes to be a security risk. When interviewed, the members of the surveillance committees mentioned having participated in beatings of alleged criminals. However, they added that the use of violence is internally regulated by the group itself, so that the damage caused will not get out of hand. For example, they mentioned they avoid the death of an offender so that the municipal government will not have the grounds to accuse them of homicide. They argue that the lack of organization during the deployment of violent actions would lead to political persecution and risk the very existence of the organization. Besides, our interviewees mentioned that the violence deployed in their actions “appeases the anger” of the victims and, therefore, to injure and cause suffering to an alleged criminal with causing death accomplishes this goal.

According to the interviews, physical punishment is intended to be as discreet as possible; it takes place on the street, without however calling too much attention. Nevertheless, they spoke of a *social division of punishment* of sorts, in which various members are involved. The first action following the “capture” of the alleged criminal is to blindfold the person to avoid the identification of the executioners. Right after—according to the narration—a specific group within the patrol takes charge of the beating. Then other neighbors, mostly women, come into play to hand the lynched person over to the police. Finally, the leaders of the organization step in to negotiate or manage any possible disagreements with the police officers with regards to the lynching. However, according to the testimonies of the people we interviewed, this is not always the course of events; in some cases, the group leaders allow the escalation and excess of violence to attract the attention of the authorities and open up a dialogue where demands will be negotiated. It is worth mentioning that the interviewees avoid referring to deadly lynching episodes that have occurred in their territory and/or are evasive in reference to these facts.

The repertoire of actions performed by the collective is not limited to surveillance; they also provide public services such as street lighting or tree trimming, they install surveillance cameras, hang up tarps²⁴ and paint walls warning of the presence of the surveillance group; they also raise funds to support

24 Displaying warnings and threats to possible criminals.

members or to buy construction materials for houses or schools. Likewise, the group members solve family or neighborhood differences and mediate in cases of domestic violence or disputes linked to inheritances or money loans. A way of participating in the organization for those who do not or cannot participate in night-time patrols is to pay another neighbor who is unemployed or faces economic hardship to participate on their behalf. It is likely that the performance of said tasks along with the surveillance operations play a significant role in the legitimization of the group and, therefore, in the development of the mechanisms of replacement in the surveillance tasks and in remaining in the organization, despite certain members eventually leaving. Another factor that has allowed the permanence of the group is the structure of leaderships and of networks created with other actors. Through the ethnographic work conducted we were able to observe the links created with journalists and the media, who have disseminated the actions or demands of the group.

Surveillance group members (*vigilantes*) and state agents. An organization steering towards self-sufficiency

The interviewees make it very clear that the group leans toward no party and that they have no interest in institutional politics. According to their narration, they have been invited to officially join the municipality's crime prevention scheme, an invitation they turned down. However, the ethnographic work conducted allowed us to observe a series of – formal and informal – interactions at different levels with different government actors.

Two of the current presidents in the municipality's auxiliary councils had been members and leaders of this group before taking office, and they continue to belong to the group. This makes it easier, for example, to gain access to council spaces for the group to conduct its meetings. It is reasonable to assume that said presidents of the auxiliary councils managed to win the respective elections partly due to the political and social capital of the organization. In this sense, interactions with the municipality were observed in different sectors, such as in placing demands for an increase in police presence or the installation of alarms and security cameras; or proposals of participation, such as the one brought forward by *Vigías Residentes* in collaboration with a group of lawyers and criminologists in 2022 to negotiate with the municipality the creation of a Citizen Observatory,²⁵ which would focus on the issue of security and would operate under their coordination. Contact with the municipal authorities takes

25 This form of participation is enshrined in articles 35, 36 and 71 of the Mexican Constitution which lays out the binding mechanisms of participation with the different levels of state authorities, in this case the municipality.

place mostly through the police, and the relationship is tense. The interviewees usually describe the police officers as “incompetent” and “corrupt”. Particularly the traffic police are accused of blackmailing foreign drivers and cargo drivers circulating on the freeway, concocting offences to then commute them for bribes. However, other accounts reveal a level of coordination with the police; such is the case of *Vigías Residentes* handing over alleged criminals to the police after capturing and beating them, or when the police inform of an ongoing undercover operation so that it will not be disturbed.

In this collective we observe a higher level of coordination with differentiated roles, a broad territorial expansion and permanence in time. Specifically in what refers to the use of coercion, we find what we have called the *social division of punishment*. This coercion requires high levels of coordination and a regulation of violence to avoid arrests. In practice, the collective interacts with the state at different levels, even occupying spaces such as the auxiliary councils and coordinating with the police; however, there is no systematic or organic articulation with the state. The use of violent repertoires to negotiate specific demands with the municipality implies the use of the institutional game as a resource, not as a goal or an act of subordination. This allows them to maintain a self-sufficient environment. Although, to a certain extent, the deployment of the collective is aligned with the model of security coproduction, in no case is it organically articulated with this model or subordinate to it; what we observe is an overflowing of this mechanism and an increased tendency towards vigilantism.

Final considerations

The compared analysis reveals expressions of neighborhood surveillance – reactions in the face of common crime – which combine with or deviate towards vigilantism, overflowing the programs of citizen participation. The studied cases present differentiated dynamics in terms of their internal organization, durability, and articulation with the state.

The suggested observation axes – dialogue and coordination/permanence – allow us to advance in the naming of two forms of vigilantism that are placed within a continuum. On one extreme of the continuum we find the case of Chile, where groups appear to be closer and subordinated to state security programs and authorities, with limited internal structuring and a permanence in time that is adaptable and fragile. On the other extreme of this continuum, we find the Mexican collective, relatively self-sufficient vis-à-vis the state, with a higher

internal coordination and permanence in time, creating repertoires of actions ranging from punitive to public protest. In the cases studied we did not find collectives covering the other two theoretical possibilities of this scheme: a higher internal coordination and broad dialogue with the state, or the opposite, namely limited dialogue and a low level of coordination.

Our findings allow us to suggest an analytical model to describe the variability and complexity of vigilantism in Latin America. It involves a continuum that spans from a soft to a hard form of vigilantism on the basis of two axes: the level of dialogue that a collective has with the state and its internal coordination and permanence in time. The soft forms of vigilantism refer to loosely coordinated collectives, characterized by non-differentiation, low hierarchization and transitoriness. These are small collectives with a limited territory of action and the tendency to subject to the state. Their repertoire seldom involves large-scale actions, and these are very rarely lethal. These are groups which undertake surveillance operations and sporadically turn to actions of vigilantism.

The hard forms of vigilantism, on the other hand, are found in collectives with a higher degree of coordination, internal structure, and permanence, which allows them to attract more members and spread their operations and influence across a broader territory. As a result, they have more political resources and better possibilities for the reproduction of the collective. This leads to a more distant relationship with state agencies and, at the same time, explains the fact that their repertoire of actions is more often violent. They are vigilante groups which sporadically deploy surveillance actions.

The empirical work we conducted allowed us to overcome the normative approach that differentiates neighborhood surveillance and vigilantism and shed light to the social particularities impacting on the continuities between surveillance and vigilantism in the region. The study of citizen participation and official institutionalization through time, as well as of the political and social context in which the studied collectives emerge, allows us to understand their turn to soft or hard forms of vigilantism.

References

- AGUDO, Alejandro. Repensar el Estado desde los márgenes. In: AGUDO, Alejandro and SAAVEDRA, Marco (eds.). *Transformaciones del Estado en los márgenes de Latinoamérica*. Mexico, Colegio de México-Universidad Iberoamericana, 2011, pp. 11-42.
- ARAUJO, Kathya. *El miedo a los subordinados: Una teoría de la autoridad*. Santiago de Chile, LOM, 2016.

- ARIAS, Enrique D. *Criminal Enterprise and Governance in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 2017.
- CALDEIRA, Teresa. *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. California, University of California Press, 2001.
- COHEN, Stanley. *Visions of Social Control: Crime, punishment and classification*. Cambridge, Polity Press, 1991.
- CRAWFORD, Adam and EVANS, Karen. Crime Prevention and Community Safety. In: LEIBLING, Alison; MARUNA, Shadd and MCARA, Lesley (eds.). *Oxford Handbook of Criminology*. Oxford, OUP, 2016, pp. 797-824.
- DAMMERT, Lucía. *Perspectivas y dilemas de la seguridad ciudadana en América Latina*. Quito, FLACSO, 2002.
- EDWARDS, Adam and HUGHES, Gordon. Introduction: the community governance of crime control. In: HUGHES, Gordon and EDWARDS, Adam (eds.). *Crime Control and Community: The new politics of public safety*. Uffculme, Willan Publishing, 2002, pp. 1-19.
- ESCALONA, José Luis. El incompleto imaginario del orden, la inacabada maquinaria burocrática y el espacio de lucha: antropología del Estado desde el sureste de México. In: AGUDO, Alejandro and SAAVEDRA, Marco (eds.). *Transformaciones del Estado en los márgenes de Latinoamérica*. Ciudad de Mexico, Colegio de Mexico/ Universidad Iberoamericana, 2011, pp. 445-86.
- FAVAREL-GARRIGUES, Gilles and GAYER, Laurent. Breaking the Law to Maintain Public Order: debating vigilantism. *Politix*. Paris, v. 29, n. 115, 2016, pp. 9-33.
- GAINZA, Alvaro. La entrevista en profundidad individual. In: CERÓN, Manuel Canales (ed.). *Metodología de investigación social*. Santiago de Chile, LOM, 2006, pp. 219-263.
- MERINO, Manuel Antonio Garretón. Reflexiones sobre movimientos sociales, estallido y proceso constituyente. In: MERINO, Manuel Antonio Garretón (coord.). *Política y Movimientos Sociales en Chile: antecedentes y proyecciones del estallido social de octubre 2019*. Santiago de Chile, LOM, 2021, pp. 11-32.
- GONZÁLEZ, José Alberto. *Permiso para linchar: regulación y usos políticos de la violencia en Puebla*. Master's Thesis, Sociology, BUAP, 2021.
- FUENTES DÍAZ, Antonio. Violência e apropriações comunitárias da segurança e justiça no México. *Dilemas, Revista Estudos de Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2017, pp. 479-501.
- FUENTES DÍAZ, Antonio and GONZÁLEZ, José Alberto. *Diagnóstico sobre linchamientos en Puebla 2012-2021*. Puebla, Consejo de Ciencia y Tecnología del Estado de Puebla, 2021.
- FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro and QUIROZ, Loreto. *Vigilantismo en América Latina: violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires-Puebla, CLACSO-BUAP, 2022.

- HERNÁNDEZ, Héctor. Homicidios en América Latina y el Caribe: magnitud y factores asociados. *Notas de Población*. Santiago de Chile, v. 48, n. 113, 2021, pp. 119-144.
- HUGGINS, Martha K. (ed.). *Vigilantism and the State in Modern Latin America: essays on Extralegal Violence*. New York, Praeger, 1991.
- INEGI (National Statistics, Geography and Information Technology Institute). *Censo de Población y vivienda 2020*. Ciudad de Mexico, 2020. Retrieved from: <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2020/>>.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe 2021: adiós a Macondo*. Santiago de Chile, 2021. Retrieved from: <<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>.
- LECHNER, Norbert. *Obras Escogidas*. Santiago de Chile, LOM, 2006.
- LUNEKE, Alejandra and VARELA, Fernanda. Violencia y seguridad en los márgenes urbanos: la respuesta chilena en los vecindarios (2001-2019). *Revista CS*. Cali, n. 32, 2020, pp. 43-75.
- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015.
- MÉNDEZ, José; HERNÁNDEZ, Griselda and RAMÍREZ, Javier. Transformaciones socioeconómicas territoriales en el municipio de San Martín Texmelucan, Mexico 1980-2010. *Nova Scientia*. León, n. 18, 2017, pp. 437-458.
- MONCADA, Eduardo. *Resisting extortion: victims, criminals, and State in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 2021.
- MÜLLER, Markus. Transformaciones del clientelismo. *Foro Internacional*. Ciudad de Mexico, n. 4, 2012, pp. 836-863.
- NUGENT, Guillermo. *El orden tutelar: sobre las formas de autoridad en América Latina*. Lima, CLACSO, 2010.
- QUIROZ, Loreto. Legitimidad del derecho y linchamientos: Los casos de Argentina y Chile. In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro and QUIROZ, Loreto. *Vigilantismo en América Latina: violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires/Puebla, CLACSO-BUAP, 2022a, pp. 81-107.
- QUIROZ, Loreto. Linchamientos en Chile y Argentina: una aproximación desde el quehacer de jueces, fiscales y defensores. *Oñati Socio Legal Series*. Santiago de Chile, v. 12, n. 2, 2022b, pp. 383-413.
- REBÓN, Julián and PÉREZ, Verónica. *Las vías de la acción directa*. Buenos Aires, Aurelia Rivera, 2012.
- RICO, José Maria and CHINCHILLA, Laura. *Seguridad ciudadana en América Latina*. Ciudad de Mexico, Siglo XXI, 2002.
- STOKER, Gerry. Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*. New Jersey, v. 50, n. 155, 1988, pp. 17-28.

TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

TUFRO, Manuel. *El a priori histórico del dispositivo de vigilancia vecinal: V Jornadas de Jóvenes Investigadores*. Buenos Aires, UBA, 2009.

WEBER, Max. *Economy and Society*. California, Stanford University Press, 2005.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 18/12/2023

Como citar este artigo:

DÍAZ, Antonio Fuentes; ROJAS, Loreto Quiroz; ZEMPOALTECA, José González. From hard vigilantism to soft vigilantism in Latin America: The case of Santiago and Puebla. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 703-725.





Incontáveis? Vigilantismo, jornalismo e a produção de linchamentos em uma metrópole amazônica

Fabio Magalhães Candotti¹

Luiz Rogério Lopes Silva²

Resumo: Com base no estudo de linchamentos noticiados entre 2011 e 2020 e da etnografia da “segurança” nas ruas de Manaus, este artigo aperfeiçoa uma nova chave teórica. A análise micropolítica de reportagens não apenas sugere um aumento de casos e novas regularidades (que diferem de estudos de décadas anteriores no Brasil) como demonstra a participação do jornalismo no agenciamento discursivo dos linchamentos. A etnografia, por sua vez, mostra a existência de um vigilantismo difuso. Diante disso, propõe-se uma análise da articulação de dois dispositivos na produção da *incontabilidade* dos linchamentos, ou seja, das forças que fazem desse fenômeno algo não contado – no duplo sentido do termo.

Palavras-chave: Linchamentos, Segurança, Vigilantismo, Tortura, Sofrimento.

Countless? Vigilantism, journalism and the production of lynchings in an Amazonian metropolis

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus – Brasil – fmcandotti@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-2978-3040>

2 Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – Brasil – luiz.lobes@ufpr.br – <https://orcid.org/0000-0002-7457-9778>

Abstract: *Based on the study of lynchings reported between 2011 and 2020 and the ethnography of “security” on the streets of Manaus, the article perfects a new theoretical key. The micropolitical analysis of reports not only suggests an increase in cases and new regularities (which differ from studies from previous decades in Brazil) but also demonstrates the participation of journalism in the discursive assemblage of lynchings. Ethnography, in turn, shows the existence of diffuse vigilantism. In view of this, we propose an analysis of the articulation of two devices in the production of the unaccountability of lynchings, that is, of the forces that make this phenomenon something not countable – in the double meaning of the term.*

Keywords: *Lynchings, Security, Vigilantism, Torture, Suffering*

¿Incontables? Vigilantismo, periodismo y producción de linchamientos en una metrópolis amazónica

Resumen: A partir del estudio de los linchamientos denunciados entre 2011 y 2020 y de la etnografía de la “seguridad” en las calles de Manaus, el artículo perfecciona una nueva clave teórica. El análisis micropolítico de los informes no sólo sugiere un aumento de casos y nuevas regularidades (que difieren de estudios de décadas anteriores en Brasil) sino que también demuestra la participación del periodismo en el agenciamiento discursivo de los linchamientos. La etnografía, a su vez, muestra la existencia de un vigilantismo difuso. Ante esto, proponemos un análisis de la articulación de dos dispositivos en la producción de la *incontabilidad* linchamientos, es decir, de las fuerzas que hacen de este fenómeno algo incontable –en el doble sentido del término.

Palabras clave: Linchamientos, Seguridad, Vigilantismo, Tortura, Sufrimiento

1. Um tema menor?

As “violências” são um tema maior no Brasil e na América Latina há décadas, seja no campo acadêmico ou no debate público. Uma forma comum de abordá-lo envolve o recurso a dados quantitativos. Homicídios, violências de gênero, roubos, mortes decorrentes de intervenção policial (etc.) são tratados por meio de “estatísticas”, que descrevem crescimentos e decrescimentos de casos, taxas por população, vítimas privilegiadas, algozes recorrentes (etc.). No campo acadêmico, sabe-se bem a dificuldade de produzir essas contagens. No Brasil, ao menos, os esforços de instituições públicas para cumprir com essa tarefa são

isolados, ainda que importantes (como o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, IPEA, do governo federal)³. Em janeiro de 2024, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública lançou um painel com dados nacionais de crimes violentos e outras ocorrências consideradas relevantes (tráfico de drogas, porte ilegal de armas etc.) – um velho sonho de pesquisadores dedicados ao campo acadêmico da sociologia da violência e ao campo político da segurança pública⁴.

Na história da quantificação das violências, o linchamento ocupa um lugar um tanto estranho. No Brasil, ele foi um dos temas mais importantes para a formação do campo de estudos sobre violências, especialmente para a sociologia da violência do Sudeste, nos anos 1980 e 90 (Singer, 2003; Candotti e Silva, 2024). Não são poucas as publicações nesse período, baseadas em dados quantitativos (Benevides, 1982; Benevides e Ferreira, 1983; Menandro e Souza, 1991, 2002; Singer et al., 1999; Singer, 2003; Martins, 2015) ou qualitativos (Almeida, 1991, 1997; Sinhoretto, 2001, 2009; Singer, 2003; Adorno, 1999; Adorno e Pasinato, 2007). E, certamente, não foi ao acaso que o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) o selecionou como um dos quatro objetos de investigação do principal projeto coletivo dos anos 1990, ao lado de execuções sumárias, violência policial e violência rural (Pinheiro et al., 1999). A atenção ao tema também era estimulada por organizações da sociedade civil (Singer, 2003). Contudo, na virada do milênio, justamente no momento em que os estudos de violências se consolidam em escala nacional; quando essa mesma produção passa a servir de referência, ainda que menor, na fermentação do debate mexicano sobre linchamentos, abrindo espaço para uma aliança transnacional valiosa (Vilas, 2001; Fuentes Díaz, 2005); quando diversas violências passam a ser contabilizadas com maior regularidade; quando a imprensa e seus arquivos começam a ser digitalizados, facilitando levantamento de registros; enfim, nesse contexto repleto de potências, o tema perde seu prestígio e o trabalho de levantamento sistemático de informações é descontinuado, restando, para as décadas seguintes, estudos individuais e dispersos. Além de artigos dispersos e textos monográficos (e.g. Natal, 2012; Rodrigues, 2013; Pacheco, 2019; Jesus e Santos, 2021; Jesus, 2022; Oliveira Filho, 2021; Porto, 2021; Nobre, 2022),

3 Para acessar os dados e publicações do Atlas da Violência, disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

4 O painel é parte dos esforços para construir e publicar o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp). Para acessar os dados, ver disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados_nacionais_de_seguranca_publica>. Acesso em: 10 jan. 2024.

pode-se dizer que, hoje, no interior desse vasto campo de estudos, com um calendário intenso de eventos, com publicações técnicas e científicas crescentes, há no país um único teórico reconhecido como especialista no tema – José de Souza Martins (2015), a quem este ensaio homenageia.

Os motivos para esse esfriamento certamente não podem ser reduzidos a um ou outro fator. Para uma análise minuciosa desse processo, seria necessário considerar deslocamentos históricos tanto na produção de violências quanto na produção teórica – o que extrapola muito o objetivo deste ensaio e da pesquisa que o originou. Pode-se, entretanto, facilmente descartar a hipótese da diminuição do número de linchamentos. O trabalho de Martins (2015) encontrou mais casos noticiados entre 1999 e 2014 (2.505) do que no restante da história brasileira (2.028). Por outro lado, a emergência de novos fenômenos e preocupações – como o crescimento de homicídios, a formação e proliferação de coletivos prisionais-criminais (“fácções”), as violências de gênero e o encarceramento massivo – certamente direcionaram uma parcela generosa das energias de pesquisa, mas não explicam o abandono de um tema cuja fecundidade parecia igualmente grande.

No plano da prática teórica, por sua vez, pode-se dizer que a problematização geral sobre a “construção democrática” e a “modernização”, que articulava a análise de linchamentos com outras violências, não perdeu seu vigor na organização do debate mais amplo da sociologia da violência – a despeito das críticas realizadas por correntes minoritárias (e.g. Telles, 2010; Marques, 2018). Em todo caso, nos anos 1990, Martins (1996) já havia criado uma via distinta de teorização que liberava os linchamentos dessa problematização (potencialmente datada) e os inseria em uma perspectiva histórica de longa duração (potencialmente promissora) marcada por uma “cultura de morte”. No começo da década seguinte, também mais próxima à leitura de Martins, Sinhoretto (2001) havia refinado a chave teórica de Martins quanto à “participação popular” com dados mais qualitativos e situados das organizações de vizinhança – indo além das fontes jornalísticas e conectando um debate sobre a produção comunitária da segurança. Enfim, por outra via empírica e antecipando formulações posteriores nos estudos sobre segurança pública e sistema carcerário, Singer (2003) elaborou uma crítica da própria produção sociológica, sobretudo na adesão ao discurso contra a “impunidade”, demonstrando suas conexões parciais perversas com a emergência do estado penal. Em suma, no começo dos anos 2000, considerando somente os estudos protagonizados por pesquisadores de São Paulo, as possibilidades de teorização eram diversas e potentes, configurando um debate de alta qualidade.

Se não cabe aqui fazer a arqueologia do esfriamento do debate público e acadêmico, por outro lado, este ensaio se soma a outros no esforço de reascender o debate sobre linchamentos no Brasil (Candotti et al, 2019; Candotti e Pinheiro, 2022; Candotti et al, 2022; Candotti e Serra, 2023; Candotti e Silva, 2024) e, ainda, de alimentar a rede latino-americana de pesquisas organizada pelo Grupo de Trabalho *Vigilantismo, violencia colectiva e gobernanza securitária*, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) – que promoveu o dossiê no qual este ensaio se encontra e que publicou a primeira reunião de estudos sobre o tema na América Latina (Fuentes Díaz et al., 2022), desde o livro organizado por Huggins (1991). Nesse percurso – que vai da orientação de projetos de mestrado à coordenação de projetos coletivos em escala nacional, envolvendo alianças diversas, incluindo movimentos sociais⁵ –, propomos uma problematização a respeito da ausência de dados quantitativos e de descrições qualitativas sobre linchamentos em meio a um crescimento assustador de registros jornalísticos e de narrativas orais em Manaus, capital do Amazonas e principal centro econômico e político da Amazônia ocidental brasileira. A hipótese central aponta para uma articulação entre dois dispositivos distintos: em um plano, um dispositivo de produção discursiva sobre linchamentos em veículos de comunicação; em outro plano, um dispositivo vigilantista de produção de “segurança” e “justiça” nas ruas da cidade. Na articulação concreta entre os dois, há a agência de policiais, militares e civis, personagens comumente incluídos nos estudos sobre linchamentos e no debate público pela sua ausência.

Antes de passar à análise desses dois dispositivos, apresentaremos brevemente os resultados gerais da análise de 345 casos de linchamento noticiados entre 2011 e 2020 em Manaus. Trata-se de um recorte de um estudo mais amplo, que abarcou a Grande São Luís (Maranhão) e a Grande Vitória (Espírito Santo), cuja metodologia e resultados detalhados foram divulgados em outras publicações (Candotti et al 2022; Candotti e Silva, 2024). Essa foi também a base para a análise do discurso jornalístico, apresentada na sequência. Já o estudo do vigilantismo foi realizado com base em um acúmulo etnográfico, iniciado por Pinheiro (2017) e Alves (2018), continuado por Fabio Candotti e por Israel

5 As pesquisas foram realizadas por meio de dois projetos: “Linchamentos e segurança de rua em três metrópoles brasileiras”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2019-2022, 425876/2018-7), e “Linchamentos na Região Metropolitana de Manaus: um estudo multidimensional e comparado sobre justiça de rua, Estado e moralidades”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM, 2020-2022). Essas pesquisas também foram alimentadas pelos projetos individuais de Faccio (2019), Vieira (2021, CNPq), Nobre (2022, FAPES), Boas Macêdo (2022) e Sousa (2022, FAPEMA).

Pinheiro ao longo dos anos (Candotti & Pinheiro, 2022) e, agora, confrontado com o próprio registro jornalístico.

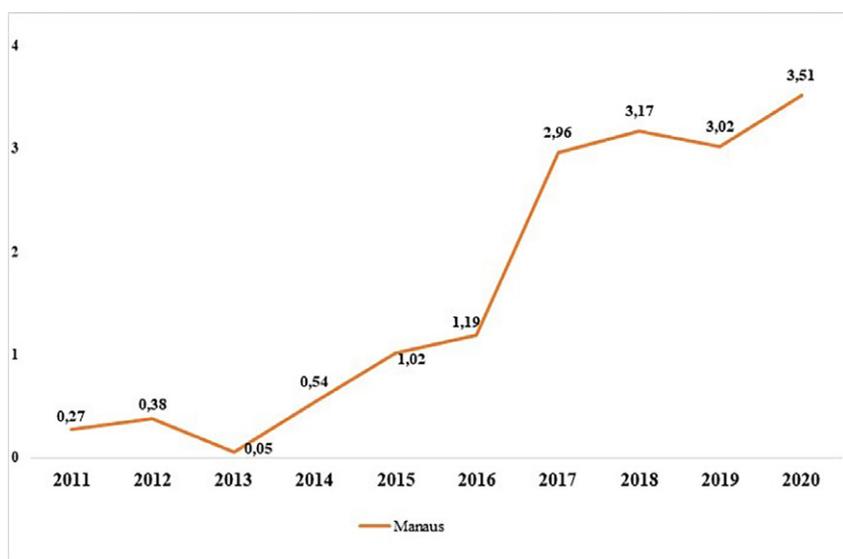
2. Contagens

Para fazer uma análise de linchamentos por meio de reportagens, o primeiro desafio é encontrar uma definição do próprio evento. A decisão inicial foi em favor de critérios mínimos: a) uma ação de violência coletiva ou, mais concretamente, de produção de sofrimento corporais extremos, com ou sem instrumentos; b) praticada de maneira assimétrica, ou seja, com duas ou mais pessoas contra um número inferior de vítimas; e c) em um local com certa “publicidade”, em que haja uma convivência comum, incluindo espaços fechados, como escolas, comércios, prisões etc. A definição mais comum considera que linchamento é uma forma de matar, sendo a “execução sumária” um elemento presente em diversos estudos consagrados, que servem de referência para estudos mais recentes (e.g. Singer et al., 1999; Martins, 2015) e na própria concepção jornalística do fenômeno. Quando não há morte, fala-se em “tentativa de linchamento”. Porém, em primeiro lugar, não há como saber mediante reportagens se houve, de fato, uma tentativa de assassinar a vítima ou “apenas” lhe produzir sofrimentos. Em segundo lugar, não há também como saber se as pessoas violentadas que aparecem nas reportagens como sobreviventes realmente sobreviveram, ou se morreram a caminho do hospital, ou no hospital, ou dias ou meses depois por sequelas do linchamento. Se linchamentos fossem excepcionais, que escandalizassem as classes dominantes, haveria muitas histórias sobre cada evento, sobre cada coletivo protagonista, sobre cada vítima, incluindo antecedentes e desdobramentos. Mas não são. Ao menos na história recente do Brasil e de outros países latino-americanos, são acontecimentos corriqueiros e normalizados. Suas vítimas não merecem comoção, nem luto, nem histórias.

Outro critério comum na definição de linchamentos é a “motivação”. Quanto a isso, é comum considerar linchamentos como uma forma de “justiça” ou “punição” diante de transgressões a normas (escritas ou não) e valores e, ainda, em tom mais legalista, como uma “vingança privada”, que afronta o estado de direito. Nesses termos, não deveríamos incluir casos em que não se sabe a motivação ou mesmo, talvez, casos em que a motivação foi uma briga pessoal, uma pequena “desavença”. Em vez de definir previamente a motivação, fizemos dela um objeto, como, na verdade, fizeram-no praticamente todos os estudos anteriores. Esse é um elemento, aliás, crucial para suspender, mesmo que temporariamente, uma tendência teórica a equivaler eventos tão distintos quanto o linchamento de um feitor praticado

por escravos – o primeiro linchamento encontrado por Menandro e Souza (1991), ocorrido em 1853 – e o linchamento de um jovem acusado de roubo em 2016, com conivência da polícia. Há aí um diferença entre uma “máquina abstrata” – que pode ser descrita pela nossa definição – e um “agenciamento concreto” – conceito que pode descrever o conjunto heterogêneo de ações (incluindo pensamentos, desejos e agências não humanas) que atualizam e diferenciam a máquina abstrata em um acontecimento situado e histórico (Deleuze, 2005).

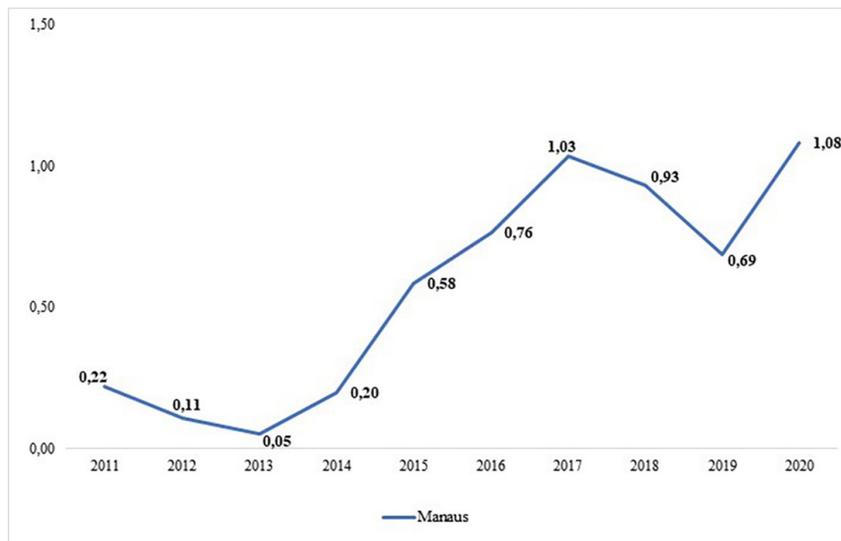
Gráfico 1 – Taxa de linchamentos noticiados em Manaus por população e ano (Taxa por 100 mil habitantes calculada com base na estimativa de população do IBGE para cada ano)



Com essa definição, encontramos, no Gráfico 1, uma curva de taxa de linchamentos noticiados por população em Manaus, entre 2011 e 2020⁶. O crescimento na primeira metade da década não é desprezível, mas pode estar enviesado pela maior dificuldade de acesso a reportagens publicadas no começo da década. Em todo caso, o principal salto ocorre entre 2016 e 2017, de 25 casos para 63. A taxa aumentou para 149% e se manteve no mesmo patamar pelos dois anos seguintes, antes de crescer um pouco mais no último ano – por sinal, o primeiro ano da pandemia de COVID-19. Esse aumento na frequência de casos mostra a *consolidação do linchamento como um evento ordinário* – ao menos, durante um período de 4 anos.

6 A taxa foi calculada com base nas estimativas de população elaboradas pelo IBGE para cada ano.

Gráfico 2 – Taxa de mortes decorrentes de linchamentos noticiados em Manaus por população e ano (Taxa por 100 mil habitantes calculada com base na estimativa de população do IBGE para cada ano)



A taxa de mortes decorrentes de linchamentos apresenta um movimento um pouco distinto (Gráfico 2): ela dá um salto mais cedo, entre 2014 e 2015 (190%), e cresce mais 76% até 2017, atingindo uma taxa de 1,0 morte por 100 mil habitantes. Mesmo com uma queda em 2019, a taxa média na segunda metade da década é 0,9/100 mil hab, ou uma média de 19 mortes *confirmadas* por ano. Além da importância singular de cada uma dessas vidas, o dado aponta para uma relevância estatística. No mesmo período, entre 2016 e 2020, Manaus teve uma média de 964 mortes violentas intencionais por ano⁷. As mortes decorrentes de linchamentos seriam, portanto, *no mínimo*, 2%. Contudo, como já dito, não há preocupação, por parte de veículos de comunicação, em acompanhar a situação de saúde das vítimas – para não falar do sofrimento mental vividos por elas e por familiares. Dentre os casos com algum/a sobrevivente, e considerando a década inteira, em 64%, há informação sobre encaminhamento para delegacias – e com 1 caso de morte na delegacia. Nos demais (36%), ou não há informação alguma ou as vítimas foram levadas para hospitais. Ou seja, quantidade real de mortes *entre os casos noticiados* pode ser muito maior – quiçá 50% maior. Além disso, como se sabe, o registro jornalístico não dá conta da

7 Para verificar os dados que basearam o cálculo, ver os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, publicados entre 2017 e 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2024).

totalidade de linchamentos praticados. Em diversas oportunidades, em diálogo com interlocutores/as diversos/as (como policiais, motoristas de aplicativos e pessoas que acompanham redes sociais que publicam linchamentos), foram descritos e/ou apresentados registros (vídeos, mensagens, postagens) de *pelo menos* um caso por dia em Manaus durante períodos curtos de tempo. Caso mantida ao longo de um ano, essa frequência resultaria em uma quantidade cinco a seis vezes maior do que a registrada em reportagens nos anos com maior número de casos. Trata-se, sem dúvida, de um dado pouco confiável. Mas, se considerarmos uma quantidade real de linchamentos apenas três vezes maior do que a noticiada, com uma quantidade de mortes apenas 50% maior do que a confirmada em reportagens, podemos suspeitar que aproximadamente uma a cada 10 mortes violentas intencionais em Manaus foi consequência de linchamentos entre 2017 e 2020.

Uma das informações mais importantes para entender esse crescimento de eventos noticiados – e possivelmente um crescimento “real” – é a motivação imediata para o linchamento. Se, em estudos de décadas anteriores sobre outras cidades brasileiras, a principal motivação eram crimes contra a vida e crimes sexuais, em nossa pesquisa, 70% dos casos foram motivados por crimes contra o patrimônio. Esse dado é muito semelhante nas outras duas metrópoles estudadas pelo mesmo projeto: 70% na Grande São Luís e 73% na Grande Vitória. Tal diferença sugere uma possível mudança no *agenciamento* dos linchamentos no Brasil, semelhante a outros países da América Latina, como Argentina e México (Gamallo, 2017a; Fuentes Díaz e Gonzalez, 2022). Mais adiante, analisaremos essa característica com mais cuidado.

Outro aspecto importante para entender o *agenciamento* dos linchamentos é o perfil das vítimas. Das 400 vítimas, 98% eram homens. Das 9 mulheres linchadas, 2 foram caracterizadas como “travestis”. Quanto à idade, desconsiderando 151 casos sem qualquer informação, 72% eram adolescentes (até 17 anos) ou jovens (entre 18 e 29 anos). Apenas 42 vítimas tiveram sua profissão registrada, sendo todas pertencentes à classe trabalhadora. Enfim, por meio da heteroidentificação de fotografias, que abrangeu 140 vítimas, 98% foram reconhecidas como não brancas, ou seja, negras e/ou indígenas⁸. Em resumo, o perfil majoritário das pessoas linchadas é o mesmo das vítimas da violência policial e do encarceramento no Brasil: homens, jovens, negros e pertencentes à classe trabalhadora.

8 Exercício realizado pelo sociólogo negro, de Manaus, Israel Pinheiro. Além da dificuldade em reconhecer tonalidades de pele por meio de fotos (para diferenciar pessoas pardas e pretas), a escolha por diferenciar pessoas brancas e não brancas se justifica pela impossibilidade de reconhecer pessoas indígenas por fotografias (ainda que, excepcionalmente, essas pessoas possam ter a pele branca).

Para encerrar esse panorama geral e introdutório de dados, outra variável se mostrou relevante: a atuação policial. O estudo do NEV (Singer et al., 1999) mostrou uma realidade bastante distinta daquele que nós encontramos. Entre os anos 1980 e 90, em 40% dos linchamentos, as polícias estavam ausentes; já em 10%, não havia qualquer informação sobre sua atuação. A presença de policiais no local foi registrada em apenas metade dos eventos, na maior parte (mais de 40%) “reagindo” para interromper o linchamento. Em Manaus, na última década, a ausência de policiais no local foi registrada em apenas 0,3% dos casos; já em 20% de eventos, não houve informação. Em 79% dos casos, foi registrada a presença de policiais no local, seja durante ou imediatamente após o linchamento. Em 35%, as reportagens informaram que os agentes interviram. O único dado semelhante entre os estudos foi a respeito da convivência policial: 1,2% no estudo do NEV e 0,6% no nosso. Esses dados são completados por outro já citado: em 64% dos casos em que houve sobreviventes, pelo menos uma pessoa foi conduzida à delegacia sob custódia e acusada de praticar um crime⁹.

De modo geral, ao lado do aumento da frequência de eventos, da mudança na motivação imediata e do perfil das vítimas, esse aumento da presença policial parece completar uma nova imagem do linchamento: não há mais “vinganças privadas”, praticadas esporadicamente por moradores de bairros periféricos recém-criados, com objetivo de punir pessoas acusadas de crimes sexuais e contra a vida. Os linchamentos são agenciamentos ordinários por meio dos quais moradores de bairros consolidados (periféricos ou não) colaboram com as polícias na produção da “segurança” nas ruas, matando ou ajudando no trabalho de detenção de “suspeitos” de crimes contra o patrimônio. O jornalismo participa dessa produção ativamente. “Suspeito”, não por acaso, é a palavra mais frequente nas manchetes das reportagens, enquanto “polícia” é a palavra mais frequente nos textos.

3. Jornalismo, polícia e regime de tortura

Para o estudo de linchamentos, a análise de reportagens não possui apenas “limites metodológicos”, os quais, aliás, são bem conhecidos pela literatura acadêmica (Singer et al., 1999; Fuentes Díaz e Gonzalez, 2022; Candotti e Silva, 2024). Sabe-se que é preciso considerar “interesses” diversos para avaliar a frequência de ocorrências e mortes, o tipo de motivação, a escolha dos rostos e corpos a exibir em fotografias borradas e a descrição da atuação policial. Mas

9 Para uma breve análise dos dados sobre presença policial em nossa pesquisas, ver Sinhoretto (2022).

há, ainda, todo um campo micropolítico organizando a produção de registros jornalísticos que deve ser objeto de uma pesquisa específica, ainda por ser feita. O que apresento é uma primeira aproximação, à distância, que permite entrever relações de poder e levantar hipóteses.

A questão central aqui não diz respeito à correspondência entre registro e “fato”. De uma perspectiva micropolítica, o primeiro não funciona apenas como mera representação do segundo: ele o compõe. O “fato”, o linchamento, deve ser pensado como um agenciamento composto por práticas discursivas e não discursivas diversas, que não começa e não termina com a produção de sofrimentos pelas “mãos” de “populares”. A questão central diz respeito justamente a essa articulação entre práticas de naturezas diversas ao longo de um processo cujos limites temporais dependem de onde, como e com quais corpo e relação se observa e se registra. Mais concretamente, a pergunta é: o que, efetivamente, o discurso jornalístico *faz com* o linchamento?

Algumas táticas de análise de reportagens – que, inclusive, informaram a construção das duas bases de dados – ajudaram a responder parcialmente essa questão: uma sobre a proporção de informações *não* registradas; outra sobre a maneira como o discurso jornalístico tratou as pessoas que lincharam; e uma terceira dedicada à frequência de palavras presentes nos textos. Todos são procedimentos aparentemente inéditos nos estudos sobre linchamentos.

Mas o primeiro e mais impressionante achado, nessa análise de reportagens, é algo presente nas três análises: uma perfeita regularidade. As diferenças entre as reportagens, seja nas manchetes, seja no próprio texto, são mínimas, não apenas entre veículos como entre os locais estudados. Seja em portais de notícias mais tradicionais, bem estruturados e influentes, seja naqueles mais novos; seja em Manaus, seja na Grande São Luís ou na Grande Vitória, a natureza do que é informado e do que não é, a maneira de tratar as pessoas que lincham e as próprias palavras utilizadas nas manchetes e nas matérias são (ou eram, entre 2011 e 2020) muito semelhantes (Candotti et al, 2022; Candotti e Silva, 2024)¹⁰. É como se as reportagens fossem escritas pela mesma pessoa. Isso torna ainda mais interessante uma análise micropolítica, atenta a formações discursivas dispersas e sem sujeito.

Na leitura das reportagens e construção da base de dados, foram incluídos os termos utilizados para nomear as pessoas que lincham. Disso, não se derivou a presença de grupos mais ou menos organizados (“moradores” ou “populares”),

10 Para visualizar em detalhes essa semelhança, ver as tabelas de palavras mais frequentes por veículo de comunicação estudado (Candotti et al., 2022).

como outros estudos propõem (Martins, 2015). Parece pouco confiável que esses termos sejam escolhidos por jornalistas por essa razão. Em vez disso, os termos foram classificados como “acusatórios” (por exemplo, “agressores”, “criminosos”, “suspeitos”, “assassinos”, “autores” etc.) e “não acusatórios” (e.g. “populares”, “população”, “moradores”, “passageiros” etc.). Somente em 17% dos casos as reportagens utilizaram termos acusatórios.

A isso se soma a análise das informações *não* registradas nas reportagens – classificadas como “não informado” na base de dados –, a qual revelou que o discurso jornalístico descreve melhor os acontecimentos que (supostamente) motivaram os linchamentos do que os próprios linchamentos. Assim, a ação que teria motivado a resposta punitiva não foi registrada em apenas 8% dos casos, geralmente em situações com morte confirmada. O mesmo ocorre com outro conjunto de informações típicas de boletins de ocorrência, como o bairro (apenas 7% não informado), a zona da cidade (1% não informado) e o turno do dia em que se deu o evento (13% não informado). A vítima da ação da pessoa linchada recebeu alguma caracterização em pelo menos 72% dos casos. Por outro lado, o tratamento concedido à vítima do linchamento é distinta: em 80% dos eventos, ela não mereceu qualquer caracterização específica, como profissão ou situação, mesmo que estigmatizante (“usuário de drogas”, “morador de rua” etc.); e, em 41%, sequer a idade foi registrada – para não citar a raça ou a etnia, que aparecem em apenas 2 casos: o de uma estudante negra que foi linchada no condomínio onde morava (e acusou as linchadoras de racismo) e o caso de um assessor de uma organização indígena morto em uma suposta desavença com traficantes de drogas. A única informação presente em todas as reportagens a respeito das pessoas linchadas é o gênero.

Mas há outro contraste ainda mais revelador: em 48% dos eventos, as reportagens fizeram questão de registrar a arma utilizada pela pessoa linchada, enquanto os instrumentos (convertidos em armas) utilizados para linchar praticamente não aparecem; em 62% dos eventos, não há qualquer descrição deles. Se excluirmos o uso genérico de “pauladas” (ou de “pedaços de pau” e termos afins), restam 22% de situações em que aparecem esses instrumentos. A proporção apenas se inverte no universo dos casos em que o texto emprega termos acusatórios contra quem lincha: 15,6% desses casos não são acompanhados de informações sobre instrumentos. Nossa hipótese, sustentada no cruzamento com relatos e etnografias, é que os instrumentos são listados nos casos em que o linchamento é moralmente condenado e os linchadores acusados de crime – e não o inverso. Não parece ser por acaso que, nesse universo de eventos em que há uso de termos acusatórios contra as pessoas que lincham (17%), os crimes

contra o patrimônio deixam de ser maioria, resumindo-se a 28% das situações, ou seja, 16 situações.

A ausência de informações sobre instrumentos utilizados para linchar é central e, em certa medida, faz par com a maneira como linchamentos são descritos. Pelo cálculo de frequência de palavras usadas nas manchetes – utilizando procedimentos de webscraping e mineração de dados –, os termos mais utilizados para descrever os linchamentos são “espancado” (93 ocorrências) e “agredido” (67). Tais palavras podem ser consideradas eufemismos quando as confrontamos com o conjunto de instrumentos listados aqui e ali nas próprias reportagens, e que classificamos em 5 grupos: barra de ferro, cano, capacete, chave de roda, pá, tampa de bueiro e, o mais comum, referências diversas a pedaços de madeira (classe de “instrumentos de espancamento”, 100 ocorrências); pedra, telha, tijolo e uma televisão (classe de “objetos arremessados”, 31 casos); enxada, faca, facão, foice, garrafa de vidro, punhal, terçado e tesoura, além da referência genérica a “armas brancas” (classe de “objetos cortantes”, 26 casos); arma de choque, bicicleta, carro, lápis de pedreiro, urtiga e instrumentos utilizados para imobilização, como cadarço, cinto de segurança, corda, corrente e fio (classe “outros”, 5 casos); enfim, armas de fogo, utilizadas não apenas ao fim como antes dos eventos, em perseguições que se desdobram em linchamentos, e também durante, como forma de intensificar o sofrimento (21 casos).

Essa lista de instrumentos gera uma imagem não simplesmente de uma cena de “agressão” ou “espancamento”¹¹. Estamos longe da “justiça com as próprias mãos”. O que se pode ver é uma cena que pode ser descrita como “tortura” – termo raramente empregado, seja em reportagens, seja nos estudos sobre linchamentos. É uma palavra que, como outras, seja enquanto noção comum, seja enquanto conceito jurídico, possui certa instabilidade, ou seja, varia em seu sentido e pode ser empregada taticamente de diversas formas, implicando em disputas por sentidos de “humanidade”, “dor”, “sofrimento”, “crueldade” etc. (Asad, 1997). De maneira resumida, como já discutido em outro ensaio sobre as transformações nas relações de força do sistema carcerário amazonense (Candotti, 2022), pode-se dizer que “tortura”, desde a formação da modernidade ocidental, implica em um cálculo a respeito de ao menos duas variáveis: da quantidade de dor e sofrimento infligidos e da “necessidade” ou “gratuidade” da ação. Nesses termos, essa noção é inserida em jogos locais, historicamente e geograficamente situados, de “sigilo-e-exposição”, ou seja, do que pode ou deve ser dizível ou não, e do que pode ser visível ou não, sensível ou não.

11 Para outro levantamento semelhante, ver Fuentes Díaz (2005).

No jornalismo escrito, especificamente, não somente a nomeação de linchamentos como “tortura” é absolutamente excepcional, como a descrição da situação, pelo emprego de eufemismos e pela ausência de descrição dos instrumentos utilizados, é realizada de maneira a tornar invisível e insensível a quantidade exacerbada de sofrimentos produzidos e a “gratuidade” da ação. Mesmo com a exposição de fotografias de corpos feridos, inclusive de corpos mortos, as reportagens não expressam o processo e a série de ações que poderiam ser sentidas e definidas como “crueldade”, como algo “desumano”.

Esse trabalho de apagamento e silenciamento do sofrimento se articula muito bem com o que se diz – e não se diz – da atuação policial. Como apresentado, por um lado, a presença policial é registrada na maioria dos casos; por outro, a descrição dessa presença se reduz, quando muito, à “intervenção” que evita uma morte. É um registro que não condiz com a inimizade comum na relação entre policiais e “suspeitos” de roubos, nem com relatos e etnografias, em que diversas formas de convivência policial são recorrentes: demora exagerada para atender a ocorrência denunciada via 190; omissão diante de socos e chutes após detenção e imobilização de pessoas linchadas; participação do próprio linchamento na rua por meio de violências, com humilhações, uso de armamento menos letal e uso de arma de fogo durante perseguição prévia ao linchamento; o prolongamento do linchamento nos camburões e delegacias por meio de técnicas próprias; além da ameaça a familiares das pessoas linchadas enquanto aguardam notícias na porta de hospitais (Candotti e Serra, 2023). Como em Puebla, no México, a polícia em Manaus cumpre um papel de “regulação do castigo” (Fuentes Díaz e Gonzalez, 2022: 41)¹².

Em outro ensaio, de cunho etnográfico e junto com Israel Pinheiro, Fabio Candotti analisou uma reportagem de um programa de televisão gravado em Manaus e transmitido nacionalmente em razão de sua grande audiência. O programa trata de temas policiais por meio de um humor machista e homofóbico (Godinho Neto, 2021).

No caso narrado pela reportagem, o motorista teria se jogado do carro enquanto sofria o assalto e chamado a atenção de uma viatura do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que os perseguiu. As imagens, gravadas por um

12 Fuentes Díaz e Gonzalez (2022) descrevem dessa maneira um dos acordos entre policiais e participantes em “comités vecinales”: “una suerte de *regulación del castigo*, permitiendo el uso de la violencia a cambio de (a) evitar la muerte de la víctima y (b) entregarla voluntariamente (Fuentes Díaz e Gonzalez, 2022: 41). Esse trecho pode ser traduzido como “uma espécie de regulação de punição, permitindo o uso da violência em troca de (a) evitar a morte da vítima e (b) entregá-la voluntariamente”.

celular, começam a ser apresentadas a partir do momento em que os dois acusados do assalto estão deitados no chão, com as mãos para trás, cercados por policiais e outras pessoas. Enquanto os primeiros os mantêm no chão, com os pés e joelhos sobre suas costas, as demais pessoas os chutam, inclusive no rosto. É provável que essas pessoas fossem motoristas também. Em meio às cenas, acompanhada pela narração de uma repórter, um policial é entrevistado sobre o procedimento após a voz de prisão: “não houve confronto, pois os mesmos se entregaram e foram apresentados no 11º DIP [Delegacia Interativa de Polícia]”. Enquanto é espancado, um deles se levanta abruptamente, na tentativa de parar o espancamento. Logo é imobilizado e lançado contra o capô de uma das viaturas, sem algemas ainda. Um homem aparece amarrando os seus braços com uma espécie de fio; depois esse mesmo homem aparece socando a cabeça do suposto assaltante com tanta força que bate seu rosto no capô do carro. Essas imagens são repetidas diversas vezes no programa de TV (Candotti e Pinheiro, 2022, p. 65).

Além de apresentar um evento bastante comum em Manaus, trata-se de uma reportagem recorrente nesse programa de televisão e outros semelhantes – e não em qualquer programa. Disposta ao lado do registro escrito, ela pode conduzir a uma impressão de contradição: afinal, o jornalismo expõe ou não a tortura? Contudo, essa pergunta está mal formulada. A questão a ser colocada é sobre o “regime de tortura” (no sentido foucaultiano do conceito de regime): uma “maneira de tornar dizíveis ou indizíveis, sensíveis ou insensíveis, de colocar no campo do segredo ou da exposição pública, em resumo, de tornar verídicos ou inverídicos *sufrimentos* traduzidos na linguagem jurídico-política do estado” (Candotti, 2022, p. 236). Trata-se de um conceito criado para lidar com a produção de sofrimentos extremos no sistema carcerário (também em Manaus) e, mais especificamente, com um campo de batalhas em que participam a administração prisional, uma rede ampla e diversificada de instituições de estado dedicadas à “fiscalização”, à “prevenção e combate à tortura”, além de organizações de direitos humanos, jornalistas, as próprias pessoas presas e seus familiares – sendo estas as principais protagonistas de denúncias.

A própria produção discursiva científica e política, em certa medida, também incide nesse jogo: se, no campo de batalhas carcerário, o emprego da palavra “tortura” reduz, de certo modo, a diversidade de sofrimentos experimentados por pessoas presas a um conceito jurídico (Candotti, 2022), diante dos linchamentos, tal como praticados hoje em Manaus, ele serve para iluminar de outro modo o que não é dito pelo jornalismo escrito e é exposto em

programas de televisão apenas por um jornalismo policaiesco que confronta diariamente, em tom de deboche, os “direitos humanos”. A nomeação de linchamentos como “tortura” produz certa perturbação da partilha do sensível (Rancière, 1996) e abre outra via para pensar o tema das continuidades entre ruas e prisões, lançada há quase 50 anos por Foucault (1987) e que há mais de uma década marca os estudos sobre crime e prisão (Garland, 2001; Wacquant, 2011 [1999]; Cunha, 2014; Godoi, 2017; Biondi, 2018). A “tortura difusa e continuada” definida pelas agências policial e carcerária (Godoi, 2017) ganha uma extensão ainda mais ampla.

“A população” e o vigilantismo difuso

Uma das perguntas mais comuns feitas a nós, por jornalistas inclusive, diante dos dados quantitativos apresentados (sobretudo o crescimento de casos noticiados) e da descrição dos eventos como “tortura”, como uma prática “cruel”, é a respeito de sua “causa”: “por que houve um aumento no número de casos?”; “por que *as pessoas* estão linchando mais?”; “o senhor não acha que *a população* lincha por que está cansada de tantos crimes?”

Mostramos acima como o recurso a termos como “população”, “populares”, “moradores” (etc.) contrasta com o uso, em poucos casos, de termos acusatórios, como “suspeitos”, “agressores”, “criminosos” (etc) para nomear as pessoas que lincham. Essa diferença faz ver duas cenas distintas: em uma, há uma multidão genérica, indistinta e mal delimitada de pessoas, reunida espontaneamente e se confundindo com o total de pessoas presentes no local; em outra, há um grupo específico, geralmente pequeno e bem delimitado, às vezes reunido previamente com objetivo de capturar e linchar alguém, às vezes formado no momento de um conflito envolvendo pessoas conhecidas. Além de dizer algo sobre a perspectiva jornalística, as formas como linchadores/as são nomeados/as já foram consideradas por alguns estudos como representações de dois tipos de linchamentos, correspondentes a duas categorias elaboradas em estudos estadunidenses: quando nomeados como “populares” ou “passageiros”, por exemplo, tratava-se de um evento “espontâneo”, conceituado como *mob lynching*; quando os termos são “moradores” ou “vizinhos”, tratava-se de um evento “planejado”, definido como *vigilantismo* (Singer, 1999; Martins, 2015). No entanto, a leitura das reportagens que coletamos, inclusive pela comparação entre aquelas que registraram o mesmo linchamento, conduziu a uma percepção muito sólida de que a escolha dessas palavras não correspondia a uma tentativa de representar diferentes grupos. Trata-se de termos intercambiáveis. Novamente, a única

diferença relevante – e na qual se pode notar uma diferença na estratégia discursiva – é entre nomeações acusatórias e ou não. No entanto, é preciso voltar à divisão entre *mob lynching* e vigilantismo.

Antes, o primeiro elemento a ser trabalhado é essa imagem da “população”, de “populares” e “moradores” que lincham. Uma nomeação que acompanha e alimenta uma imaginação – tão poderosa quanto perigosa – segundo a qual o linchamento é praticado ou, ao menos, legitimado pela totalidade das pessoas que habitam um local, seja uma comunidade, um bairro, uma cidade etc. Disso surge a explicação que recorre ao “cansaço da população” – e que não se sustenta nem nos dados quantitativos nem na etnografia. Mesmo considerando 10 vezes mais casos do que a quantidade noticiada (ou seja, 3.450, o que não é improvável) e 100 pessoas diferentes participando ativamente de cada um desses linchamentos (isso sim, pouco provável), não haveria mais do que 16% da população do município engajada. Ao mesmo tempo, em vídeos e situações observadas diretamente em Manaus – por Fabio Candotti e outras pessoas com quem pesquisa, atua e escreve (Candotti et al, 2019; Candotti e Pinheiro, 2022; Candotti e Serra, 2023) –, há sempre um grupo relevante de pessoas que se posiciona contra o linchamento (incluindo, em diversos casos, as próprias vítimas de roubos que motivaram a prática). Em alguns eventos, ao tentar proteger a pessoa linchada, esse grupo se vê sob a ameaça de ser igualmente violentado. Mais do que isso: tanto policiais quanto representantes de coletivos criminais – ambos agentes que operam o varejo de drogas e controlam fluxos e práticas em territórios delimitados – podem participar de linchamentos, seja como produtores de sofrimentos, seja como impedidores, seja ainda como reguladores da punição. Dessa perspectiva, portanto, o linchamento não é uma prática consensual – como aparece na imensa maioria das reportagens –, mas sim um conflito que extrapola a relação entre “agressores” e “vítimas” e, mesmo, entre “populares” e “suspeitos”.

Contudo, trata-se de um conflito ou, ainda, de um campo de forças que complica outra partilha que organizou progressivamente a produção acadêmica sobre “violências” nas últimas décadas no Brasil e em boa parte da América Latina: de um lado, o estado, suas instituições e seus agentes da segurança pública, do sistema carcerário e da justiça criminal; de outro, os “grupos criminosos”, as “organizações criminosas”, as “facções” etc. Uma divisão que foi se impondo e se intensificando na medida em que o *problema* teórico e político do “crime organizado” se expandiu e se nacionalizou – o que, no Brasil, teve início nos anos 1990, se consolidou lentamente no Sudeste (centro geopolítico da produção de conhecimento) nos anos 2000 e se espalhou na década passada

por outras regiões, centralizando o debate acadêmico e político sobre “violências” e “segurança”. Uma distribuição de forças que se fez central nos esforços de explicação das variações nas taxas de homicídios locais, regionais e nacionais. Enfim, trata-se de um processo que, ao lado do tema da violência policial, já presente nos anos 1980, alimentou a formação de todo um campo de estudos (e elaboração de políticas públicas) em segurança pública¹³.

Com os estudos de “violências” focados em facções e segurança pública, outro tema relativamente importante nos anos 1980 e 90 perdeu espaço: o das “violências coletivas” protagonizadas pelas classes populares, incluindo não somente linchamentos, como saques, quebra-quebras e protestos diversos. Esse mesmo conjunto de eventos tem sido estudado há tempos por Gamallo (2017a; 2017b), na Argentina, por meio do conceito de “*repertorios de acciones colectivas contenciosas*” e, mais especificamente, de “*violencia punitiva*”. Por aqui, no Brasil, essas ações um dia foram problematizadas na chave da “cultura política”, analisada em função da oposição entre “autoritarismo” e “democracia” (Pinheiro et al., 1999). Não se trata de dizer que os estudos sobre esses temas foram interrompidos, mas perderam força e não chegaram a constituir um campo de debates contínuos em escala nacional.

Talvez o mais próximo desse tema tenham sido os estudos sobre subjetividade e violência, entre os quais se destacam as pesquisas do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), no Ceará. Uma chave de discussão que, de certo modo, informou a maneira como as “facções” e as polícias foram estudadas em grande parte do Brasil. Mas é justamente nas publicações organizadas por esse grupo – que sintetizam os primeiros Seminários Internacionais de Violência e Conflitos Sociais, principal evento desse campo de estudos no país – que se pode notar a (quase) ausência de estudos não apenas sobre linchamentos como sobre práticas e organizações informais populares que promovem a “segurança” e a “justiça” nas ruas das grandes cidades (Barreira, 2010; Barreira et al., 2011; 2014). Os estudos sobre “violências” tenderam a ignorar um universo bastante amplo de relações e práticas em que os protagonistas, ainda que homens em maioria, não são nem “traficantes”, nem membros de “organizações criminosas”, nem policiais, nem seguranças privados. Ou ainda, ignoraram a vasta zona de fronteira entre estado e crime (Candotti et al., 2017) em que esses coletivos, relativamente bem delimitados, atuam ao lado e em colaboração tensa e negociada

13 Com uma presença política e acadêmica muito menor, mas também no mesmo período, emerge um campo de estudos em prisão (e justiça criminal e penal), acompanhando o processo de encarceramento em massa, que se torna evidente ao longo dos anos 2000.

com outros, muito mais informais e locais, além de muito mais presentes e espalhados pelas ruas, dos bairros centrais aos periféricos. Em suma, em termos gerais, o grande campo de pesquisas sobre “violências” focou nas organizações “molares”, distinguidas por linhas de segmentação duras, e deixou de lado as organizações “moleculares”, feitas por linhas de segmentação mais flexíveis (Deleuze e Guattari, 1996). Desse modo, colaborou para a reprodução de uma imagem da “população” ou da “sociedade” como um vasto conjunto homogêneo de “refêns” e “vítimas” de violências externas e, assim, como público-alvo de serviços de “segurança”.

É justamente nesse céu acadêmico que o trabalho de Martins (2015) se destaca como um planeta afastado, deixando dúvidas sobre o seu pertencimento aos sistemas solares estabelecidos, a despeito de seu reconhecimento entre os grandes sociólogos da história brasileira. Em 2014, inclusive, ele realizou a conferência de abertura do II Seminário Internacional de Violências e Conflitos Sociais, apresentando justamente sua pesquisa sobre linchamentos. Porém, sua teoria, desde os anos 1990, resistiu às tendências da sociologia da violência de três formas: primeiro, liberou relativamente os estudos de linchamentos do tema da “redemocratização” (conectado à “modernização”) traçando uma interpretação histórica de longa duração; em segundo lugar, essa interpretação deslocou o foco das fragilidades institucionais (a impunidade, por exemplo) para o plano cultural e, mais especificamente, para a persistência de uma “cultura de morte” articulada a uma “mente conservadora”; dessa maneira e em terceiro lugar, Martins manteve os linchamentos no campo de debate sobre “participação social”, mas numa chave crítica ao elogio democrático do engajamento popular. Em suma, nesses termos, é difícil negar a atualidade de sua teoria quando “necropolítica” e (novamente) “conservadorismo” se convertem em temas relevantes.

Não nos dedicaremos aqui a detalhar o distanciamento que nossa análise tomou em relação à obra de Martins – o que pode ser encontrado em outros ensaios (Candotti et al, 2019; Candotti e Pinheiro, 2022; Candotti et al, 2022; Candotti e Silva, 2024). Mas é preciso notar que os dados produzidos por esse sociólogo são distintos dos nossos, constituindo-se uma diferença radical a “motivação” imediata para o linchamento. Como já dito, enquanto suas pesquisas, ao lado de outras realizadas em décadas passadas (Benevides, 1982; Benevides e Ferreira, 1983; Singer et al., 1999; Natal, 2012), mostravam a predominância de crimes contra vida e de crimes sexuais, nosso estudo aponta para os crimes contra o patrimônio. Esse elemento parece central para entender o crescimento de casos e, mais, a conversão do linchamento em uma prática corriqueira.

Quanto a isso, e voltando ao esboço de história dos estudos de violências no Brasil, é valioso notar a pouca atenção dada ao universo de relações construídas ao redor dos crimes contra o patrimônio, sobretudo quando se trata das relações tecidas para o controle desses crimes e, ainda mais, quando estas transbordam o alcance e a agência de “facções” e polícias. São exceção, por exemplo, os trabalhos de Paes-Machado e Nascimento (2012, 2023), a respeito de taxistas, e de Paes-Machado e Riccio-Oliveria (2009), sobre motoboys. E justamente nestes, pode-se encontrar uma primeira conexão brasileira – e, quiçá, latino-americana – com os estudos contemporâneos sobre o conceito central do dossiê que este ensaio compõe: o vigilantismo.

Trata-se de um conceito utilizado para definir e analisar comparativamente práticas de produção de ordem social e moral, mediante ameaças de violências diversas, agenciadas por grupos relativamente “organizados”: desde a Ku Klux Klan até taxistas, passando por milícias, “grupos criminosos” e associações de vizinhos. Até recentemente, a principal controvérsia ao seu redor dizia respeito às relações com o estado e suas leis, ou seja, se define uma ação coletiva necessariamente “sem a presença de suporte ou autoridade estatal” (Jhonston, 1996: 232) ou se pode ser resumido “ao uso ou ameaça de uso coletivo de violência *extra-legal* em resposta a um suposto ato criminoso”, tal “como definido pelo estado” (Moncada, 2017: 41). Já nos anos 2000, alguns estudos apontavam para a ambiguidade que os coletivos “vigilantes” carregam, seja com relação a agências do estado, seja com relação às leis estatais, deslocando a análise para práticas de “policimento cotidiano” por grupos informais.

“A maioria dos grupos vigilantes estão envolvidos numa negociação e contestação perpétua sobre o que é estado e o que não é; o que é moral e o que não é; o que é um exercício legítimo de autoridade e o que não é. Nessas fronteiras – zonas de contestação, antes que limites – a distinção entre o estado e o que normalmente está fora dele torna-se borrado quando, por exemplo, policiais são membros de grupos vigilantes ao mesmo tempo em que precisa policiar transgressões (...). Portanto, ao invés de aceitar as distinções fáceis entre o que é estado e o que não é, nós precisamos analisar quem exerce autoridade, em nome de quem [as pessoas] agem e como o fazem.” (Buur e Jensen, 2004: 145, tradução nossa)

Foi nessa chave que elaboramos uma primeira aproximação com o conceito (Candotti et al., 2019), para ajudar a pensar nas redes de relações entre agentes muito diversificados – e que definimos como “dispositivos de segurança e justiça de rua”. Inicialmente, etnografando um linchamento e um quase-linchamento,

a atenção estava voltada à produção da “segurança” e da “justiça” por meio de uma territorialidade sedentária, como redes compostas por flanelinhas, moto-taxistas, taxistas, camelôs, comerciantes, ambulantes, seguranças particulares e policiais em regiões urbanas de grande movimentação. Em um segundo momento (Candotti e Pinheiro, 2022), somando-se mais quatro situações – que incluíam linchamentos em um ônibus, em uma rua deserta e com protagonismo de motoristas de aplicativo conectados por um aplicativo de “segurança” –, encontramos uma territorialidade em movimento, como no caso descrito há pouco e noticiado por um programa de televisão.

Essas etnografias consolidaram a percepção de uma produção micropolítica da “segurança” e da “justiça” nas ruas de Manaus; ou seja, de um exercício de poder múltiplo, não localizável e não atribuível a um ou outro sujeito específico. Trata-se de uma malha de relações de força e práticas heterogêneas que constituem e distribuem corpos e sujeitos (ativos e passivos) de “segurança” e “justiça” em uma “zona cinza” (Fuentes Díaz, 2017) entre agências de estado (policías) e de outros coletivos “populares”, em que a produção de sofrimentos extremos e da morte no meio da rua se torna ordinária. Um vigilantismo propriamente *difuso*.

O exercício proposto aqui é deslocar esse conceito para o campo da explicação do crescimento de linchamentos em Manaus. O vigilantismo difuso não habita nem o plano do simbólico, nem o das instituições – em que residem outras teorias brasileiras sobre o tema. Antes, situa-se em um plano material no qual se articulam práticas discursivas e não discursivas muito heterogêneas; agências, corpos, afetos e performatividades humanas e não humanas; além de infraestruturas sociotécnicas e todo um campo econômico em expansão. São como “condições de possibilidade” concretas e perceptíveis, ou, ainda, como a parte mais densa do agenciamento em que o linchamento adquire potência e atualidade. *Contar* a história de um linchamento envolve, geralmente, uma descrição dessa confluência de ações e eventos.

Incontáveis?

Há, portanto, dois dispositivos que trabalham na produção de linchamentos. Um se movimenta para a produção do sofrimento físico e afetivo nas ruas; o outro, para a produção discursiva, para a definição de uma verdade sobre os eventos. Um opera por meio de uma malha de agentes e agências heterogêneas dedicada à “segurança” e à “justiça”; o outro, mediante uma aliança entre jornalistas e policiais dedicada à seleção das informações relevantes a serem publicadas. Em ambos, as policías – ou o que poderíamos chamar de coletivos policiais – aparecem como agentes centrais, seja na regulação dos castigos (Fuentes Díaz

e Gonzalez, 2022) ou na gestão do sofrimento (Candotti, 2022; Candotti e Piniheiro, 2022), seja na regulação da verdade. Em suma, agem no regime de tortura, entre ruas, delegacias e veículos de comunicação.

Mas é importante, também, refletir sobre um certo dispositivo sociológico, que insiste em separar radicalmente coletivos policiais e coletivos criminais (majoritariamente definidos como “organizações criminosas”) e situar um conjunto imenso de outros coletivos como parte de uma “população”, de um conjunto de “cidadãos” vítima de violências e público-alvo de serviços de “segurança”. Mais uma “grande divisão” bastante trabalhosa – ao estilo do pensamento ocidental moderno (Latour, 1994) – que mostra um esforço constante em separar o que se mistura o tempo todo nas ruas, o que precisa estar misturado para que funcione. Como dito em outra oportunidade, “é justamente essa indiscernibilidade [entre o estatal e o não estatal] e a maneira como ela multiplica centros e relações instáveis de poder que permite esses dispositivos [de segurança e justiça de rua] funcionarem sem travas” (Candotti et al, 2019, p. 663). Ao mesmo tempo, o trabalho sociológico de purificação desses coletivos ou dessa tríade (polícia-crime-população), alimenta e legitima o registro jornalístico (e policial) e, com isso, o regime de tortura.

É a articulação entre esses dispositivos que, hoje, faz dos linchamentos *incontáveis*, nos dois sentidos da palavra. Por um lado, no sentido numérico, esses eventos são muitos: é praticamente impossível contabilizá-los em sua totalidade, e ainda não há esforços sistemáticos para fazer essa contagem. Por outro lado, no sentido narrativo, não são descritos com o mínimo de detalhes que um evento tão complexo e assustador mereceria. Para muitas pessoas, socializadas pela sensibilidade moderna aos castigos corporais, é melhor nem falar, nem ouvir, nem ler. Essa incontabilidade, portanto, não é uma característica “natural” dos linchamentos. Ela compõe a singularidade atual dos linchamentos em Manaus, no Brasil e na América Latina. Ela é parte de sua conversão em fenômeno ordinário, em um espetáculo público ordinário na produção da “segurança” nas ruas de grandes centros urbanos e na cobertura jornalística.

Seria o racismo a explicação para essa incontabilidade? É bom lembrar que há um tipo de caso em que sempre há alguma comoção: linchamentos de pessoas “confundidas”. Geralmente, são pessoas negras que se tornaram suspeitas simplesmente por serem negras. Em outra oportunidade, analisaremos alguns casos – nos quais, por vezes, a convivência policial é escancarada. Importa, neste momento, notar que há um ingrediente fundamental, uma grade de inteligibilidade, uma partilha do sensível, que se soma ao racismo puro, que faz o corpo negro – por vezes também indígena – ser passível de linchamento sem ser

passível de comoção ou luto (Butler, 2015): a velha partilha entre “trabalhador” e “bandido”. O “trabalhador” que é, também, “cidadão”, “cidadão de bem” e “pai de família” – mais uma variação de “população”, “populares” e “moradores”. Não seria, portanto, o linchamento – e a recusa em contá-lo – um elemento crucial do funcionamento do racismo hoje, ao lado do sistema carcerário?

Referências

- ADORNO, Sérgio. Linchamentos em São Paulo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *Continuidade autoritária e construção da democracia (relatório final)*. Projeto integrado (Fapesp/CNPq/FFord). São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência (NEV), Universidade de São Paulo, 1999, pp. 404-481.
- ADORNO, Sergio e PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 2, 2007, pp. 131-155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000200005>>. Acesso em: 03 out. 2023.
- ALVES, Jander. *Os flanelinhas e sua legitimidade: uma análise de relações de poder no Centro da cidade de Manaus*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- ASAD, Talal. On torture, or Cruel, Inhuman, and Degrading Treatment. *Social Research*. New Yoirk, v. 63, n. 4, 1996, pp. 1081-1109.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Extermínio de crianças no campo: violências contra crianças e adolescentes em conflitos de terra no Brasil (1980-1990)*. Rio de Janeiro, CBIA, 1991.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Linchamentos: atos de justiça camponesa entre a humanização da penalidade e a desumanização do indígena. In: ANDRADE, Maristela de Paula (org). *Justiça privada e tribunal*. São Luís, UFMA, 1997, pp. 85-132.
- BARREIA, César (org). *Violência e conflitos sociais – trajetórias de pesquisa*. Campinas, Pontes Editores, 2010.
- BARREIRA, César; AQUINA, Jânia Perla e SÁ, Leonardo Damasceno (orgs). *Violências e dilemas civilizatórios – as práticas de punição e extermínio*. Campinas, Pontes Editores, 2011.
- BARREIRA, César; AQUINA, Jânia Perla e SÁ, Leonardo Damasceno (orgs). *Violência, ilegalismos e lugares morais*. Campinas, Pontes Editores, 2014.
- BENEVIDES, Maria Vitória. Linchamentos no Brasil: violência e justiça popular. In: DA MATTA, Roberto (org). *Violência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 93-117.
- BENEVIDES, Maria Vitória e FERREIRA, Rosa Maria Fischer. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 225-243.

- BIONDI, Karina. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo, Terceiro Nome, 2018.
- BOAES MACÊDO, Marcos Vinícius. *Vingança privada, linchamentos e o processo de (des)legitimação das instituições do sistema de justiça criminal brasileiro: uma análise contextualmente situada em São Luís, MA*. Monografia, Direito, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra – quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- BUUR, Lars e JENSEN, Steffen. Introduction: Vigilantism and the Policing of Everyday Life in South Africa. *African Studies*. London, v. 63, n. 2, 2004, pp. 239-153. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00020180412331318724>>. Acesso em: 03 out. 2023.
- CANDOTTI, Fabio M. Quando a massa erra, o Estado avança: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus. *Revista Tomo*. Sergipe, n. 40, 2022, pp. 197-241.
- CANDOTTI, Fabio M.; PINHEIRO, Israel e ALVES, Jander. Dispositivos de segurança e justiça de rua: outras questões sobre assaltos, vigilantismos e linchamentos. *Dilemas – Revista de Estudos do Conflitos e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2019, pp. 647-673.
- CANDOTTI, Fabio M. e PINHEIRO, Israel. Vigilantismo difuso: una etnografía de linchamientos en Manaus (Brasil). In: FUENTES DÍAZ, Antonio; QUIROZ, Loreto e GAMALLO, Leandro (orgs). *Vigilantismo en América Latina: violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/CLACSO, 2022, pp. 55-79.
- CANDOTTI, Fabio M.; SILVA, Luiz Rogério Lopes e LOURENÇO, Natasha (org.). *Linchamentos: um estudo sobre casos noticiados em Manaus, Grande São Luís e Grande Vitória (2011-2020)*. Manaus, ILHARGAS, 2022. Disponível em: <<https://ilhargas.ufam.edu.br/pesquisa/58-projetar/130-linchamentos-um-estudo-sobre-casos-noticiados-em-manaus-grande-sao-luis-e-grande-vitoria-2011-2020.html>>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- CANDOTTI, Fabio M. e SERRA, Priscila. Um sofrimento sem fim: linchamento e encarceramento em Manaus (Brasil). In: QUIROZ, Loreto; GAMALLO, Leandro e FUENTES DÍAZ, Antonio. *Violencias colectivas en Latinoamérica: una mirada crítica n. 4: linchamientos, encarcelamientos y derechos humanos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, 2023, pp. 13-19.
- CANDOTTI, Fabio M. e SILVA, Luiz Rogério Lopes. Torture on the streets: lynchings in three Brazilian metropolis (2011-2020). *Dilemas – Revista de Estudos do Conflitos e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2024.

- CERQUEIRA, Rafael T. e NORONHA, Ceci V. Escrito em vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal. *Caderno CRH*. Salvador, v. 19, n. 47, pp. 247-258, 2006.
- CUNHA, Manoela Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. *Configurações*. Braga, v. 13, p. 47-68, 2014.
- DELEUZE, Gilles. “Um novo cartógrafo (Vigiar e Punir)”. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 2013, pp. 33-53.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. 1933 – Micropolítica e segmentaridade: Mil Platôs. v. 3. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.
- FACCIO, Natália Freitas. Um estudo sobre linchamentos em Manaus a partir de reportagens. 2019. Projeto de iniciação científica. Orientador: Fabio M. Candotti. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento das prisões. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FUENTES DÍAZ, Antonio. El estado y la furia. *El Cotidiano*. Ciudad de México, v. 20, n. 131, 2005, pp. 7-19.
- FUENTES DÍAZ, Antonio. Violência e apropriações comunitárias da segurança e justiça no México. *Dilemas – Revista Estudos de Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2017, pp. 479-501.
- FUENTES DÍAZ, Antonio e GONZÁLEZ, José Alberto. *Diagnóstico sobre linchamientos en Puebla 2012-2021*. Puebla, Gobierno de Puebla, 2022.
- FUENTEZ DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro e QUIROZ, Loreto (ed.) *Vigilantismo en América Latina: violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/ CLACSO, 2022.
- G1 AM. Populares matam e ateiam fogo em suspeito de assassinar adolescente, em frente a quartel da polícia no AM. *G1 Amazonas*, 08 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/populares-matam-e-ateiam-fogo-em-suspeito-de-assassinar-adolescente-em-frente-a-delegacia-no-am.ghtml>>. Acesso em: 02 out. 2023.
- G1 AM. Suspeito de estuprar, matar criança e esconder corpo embaixo da própria cama é esquartejado após ser retirado de delegacia no AM. *G1 Amazonas*, 18 jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/01/18/suspeito-de-estuprar-matar-crianca-e-esconder-corpo-embaixo-da-propria-cama-e-esquartejado-apos-ser-retirado-de-delegacia-no-am.ghtml>>. Acesso em: 02 out. 2023.
- GAMALLO, Leandro. Linchamientos, ataques y estallidos: las acciones colectivas de violencia punitiva em Argentina, 2009-2015. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, Universidad de Buenos Aires, 2017a.
- GAMALLO, Leandro. Las formas de las represalias violentas en Argentina. Las acciones colectivas de violencia punitiva (2009-2015). *Delito y Sociedad*. Buenos Aires, v. 44, n. 26, 2017b, pp. 9-39.

- GARLAND, David (ed.). *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London, SAGE, 2001.
- GODINHO NETO, Solon. 'CPF Cancelado': um estudo sociológico dos linchamentos em Manaus-Brasil. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- GODOI, Rafael. Tortura difusa e continuada. In: MALLART, Fábio e GODOI, Rafael (orgs). *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo, Veneta & Le Monde Diplomatique, 2017, pp. 117-126.
- HUGGINS, Martha K. (org.). *Vigilantism and the State in Modern Latin America: Essays on Extralegal Violence*. Nova York, Westport, Connecticut e Londres, Praeger, 1991.
- JESUS, Thiago Allison C. e SANTOS, Maria Aparecida Conceição M. O Fenômeno dos Linchamentos na Perspectiva do Discurso da Imprensa Maranhense. *Economic Analysis of Law Review*. Brasília, v. 12, n. 3, 2021, pp. 240-262.
- JESUS, Thiago Allison C. Lynching, vulnerabilities and punitive society in Brazilian necropolitics. In: CASTRO, Paulo Alexandre (org.). *The Social World after COVID-19*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2022, pp. 87-95.
- JOHNSTON, Les. What is vigilantism?. *British Journal of Criminology*. Oxford, v. 36, n. 2, 1996, pp. 220-236.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- MARQUES, Adalton. *Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo, IBCCRIM, 2018.
- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015.
- MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. *Tempo Social*. São Paulo, v. 8, n. 2, 1996, pp. 11-26.
- MELO, Flávia. *Marcas de um crime invisível*. Manaus, Editora Wega/FAPEAM, 2014.
- MENANDRO, Paulo Rogério e SOUZA, Lídio de. *Linchamentos no Brasil: a justiça que não tarda, mas falha: uma análise a partir de dados obtidos através da imprensa escrita*. 1. ed. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
- MENANDRO, Paulo Rogério e SOUZA, Lídio de. Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). *Revista Psicologia Política*. Florianópolis, v. 2, n. 4, 2002, pp. 249-266.
- MONCADA, Eduardo. Varieties of Vigilantism: conceptual Discord, Meaning and Strategies. *Global Crime*. London, v. 18, n. 4, 2017, pp. 403-423.

- NATAL, Ariadne L. 30 anos de Linchamentos na Região Metropolitana de São Paulo 1980-2009. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.
- NOBRE, Vitor G. A fúria do povo: análise sobre os linchamentos ocorridos na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES (2010-2020). Dissertação de Mestrado, Segurança Pública, Universidade de Vila Velha, 2022.
- OLIVEIRA FILHO, Ney M. Linchamentos, controle social e racismo: estreitamentos entre o público e o privado na gestão dos massacres em Salvador/BA. Tese de Doutorado, Direito, Universidade Federal da Bahia, 2021.
- PACHECO, Paulo Victor da S. Não quero ver, mas quero que aconteça: Linchamento, punição e justiça em uma comunidade negra em São Luís do Maranhão. Dissertação de Mestrado, Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, 2019.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Governança multicêntrica e redes de segurança de taxistas. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2012, pp. 597-626.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Conducting Danger: Governance, Networks, and Layperson Security Intelligence among Taxi Drivers. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*. London, v. 38, n. 1, 2013, pp. 1-22.
- PINHEIRO, Israel. *Regimes de violência: narrativas ao redor de um lugar “seguro”*. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *Continuidade autoritária e construção da democracia (relatório final)*. Projeto integrado (Fapesp/CNPq/FFord). São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência (NEV), Universidade de São Paulo, 1999.
- PORTO, Karolline. Pega, mata, lincha! Um estudo sobre linchamentos no Amazonas. Dissertação de Mestrado Profissional, Segurança Pública, Universidade do Estado do Amazonas, 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A (org.). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia da Letras, 1996, pp. 367-382.
- RODRIGUES, Danielle. O círculo da punição: O linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2013, pp. 625-643. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7439>>. Acesso em: 16 out. 2023.
- SINGER, Helena; SINHORETTO, Jacqueline; MEDEIROS, Débora P. e LEITE, Célio Luís B. Linchamento: justiça cotidiana no Brasil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org). *Continuidade autoritária e construção da democracia (relatório final)*. Projeto integrado (Fapesp/CNPq/FFord). São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência (NEV), Universidade de São Paulo, 1999, pp. 404-481.

- SINGER, Helena. *Discursos Desconcertados: linchamentos, punições e direitos humanos*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2003.
- SINHORETTO, Jacqueline. Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2001.
- SINHORETTO, Jacqueline. Linchamentos: insegurança e revolta popular. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 3, n. 4, 2009, pp. 72-92. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/41>>. Acesso em: 03 out. 2023.
- SINHORETTO, Jacqueline. A ambivalência da atuação policial nas ocorrências de linchamentos. In: CANDOTTI, Fabio M.; SILVA, Luiz Rogério Lopes; LOURENÇO, Natasha (org.). *Linchamentos: um estudo sobre casos noticiados em Manaus, Grande São Luís e Grande Vitória (2011-2020)*. Manaus, ILHARGAS, 2022. Disponível em: <<https://ilhargas.ufam.edu.br/pesquisa/58-projetar/130-linchamentos-um-estudo-sobre-casos-noticiados-em-manaus-grande-sao-luis-e-grande-vitoria-2011-2020.html>>. Acesso em: 05 out. 2023.
- SOUSA, Lucas Rafael C. de. *O fenômeno do vigilantismo, da vingança privada e dos linchamentos em rede: uma análise das similitudes e diferenças dos casos ocorridos em São Luís (MA), Vitória (ES) e Manaus (AM)*. Projeto de iniciação científica. Orientador: Thiago Allison C. de Jesus. CNPq, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.
- TELLES, Vera da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, ARGUMENTVM, 2010.
- VIEIRA, Yasmin. *Descrição e moralidade em reportagens sobre linchamentos em Manaus*. Projeto de iniciação científica. Orientador: Fabio M. Candotti. CNPq, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- VILAS, Carlos. In)justicia por mano propia: linchamientos en el México contemporáneo. *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad de México, v. 63, n. 1, 2001, pp. 131-160.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. 2ª ed. ampl. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

Recebido em: 05/03/2024

Aprovado em: 15/05/2024

Como citar este artigo:

CANDOTTI, Fabio Magalhães; SILVA, Luiz Rogério Lopes. Incontáveis? Vigilantismo, jornalismo e a produção de linchamentos em uma metrópole amazônica. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 727-754.



Linchamientos y dinámicas sociopolíticas y económicas. Estudio de caso en Cochabamba (Bolivia)

Alejandra Ramírez Soruco¹

Resumen A partir de un recuento de los distintos linchamientos ocurridos en Cochabamba (Bolivia), se analiza la relación existente entre estos actos colectivos punitivos con tres dinámicas concretas: territoriales, económicas y sociopolíticas. El estudio va mostrando como se está configurando una sociedad con un tejido socioeconómico y político cada vez más fragmentado, sustentado en interrelaciones ciudadanas violentas, en las cuales los linchamientos -junto con la idea de un “otro” visto como desechable- son constantes. Ello dificulta una gestión pública integrada y la posibilidad de convivencia armónica

Palabras clave: Linchamientos – Dinámicas territoriales – Dinámicas económicas – Dinámicas sociopolíticas – Interrelación ciudadana violenta.

LYNCHINGS AND SOCIO-POLITICAL AND ECONOMIC DYNAMICS. CASE STUDY IN COCHABAMBA (BOLIVIA)

Abstract *Based on an overview of the different lynching acts in Cochabamba (Bolivia), the article analyzes the relationship existing between these forms of collective punitive actions with three specific dynamics: territorial, economic and*

¹ Centro de Estudios Superiores Universitarios de la Universidad Mayor de San Simón (CESU-UMSS) – Cochabamba – Bolivia – alejandraramirezSORUCO@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1410-6349>.

sociopolitical. It seeks to show how the configuration of an increasingly fragmented society –in socioeconomic and political terms- is supported by violent citizen interrelations, in which lynching acts are constant. This makes difficult to develop an integrated public management, delaying the possibility of a harmonious citizen's coexistence.

Keywords: *Lynchings – Territorial dynamics – Economic dynamics – Sociopolitical dynamics – Violent citizen interaction.*

LINCHAMENTOS E DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA. ESTUDO DE CASO EM COCHABAMBA (BOLÍVIA)

Resumo A partir de uma contagem dos diferentes linchamentos ocorridos em Cochabamba (Bolívia), analisa-se a relação entre esses atos punitivos coletivos com três dinâmicas específicas: territorial, econômica e sociopolítica. O estudo mostra como uma sociedade se configura com um tecido socioeconômico e político cada vez mais fragmentado, sustentado por violentas inter-relações cidadãs nas quais os linchamentos – juntamente com a ideia de um “outro” visto como descartável – são constantes. Isto dificulta a gestão pública integrada e impossibilita a possibilidade de convivência harmoniosa.

Palavras-chave: Linchamentos – Dinâmica territorial – Dinâmica econômica – Dinâmica sociopolítica – Inter-relação cidadã violenta.

Introducción:

En los últimos años se ha abierto un importante campo de estudio en la región acerca de los linchamientos como prácticas comunes entre sus distintas poblaciones. Otrora un concepto utilizado especialmente para EEUU, empieza a ser entendido como parte de las acciones colectivas violentas de las ciudadanías latinoamericanas. Ello ha dado lugar a la emergencia de diversos estudios sobre la problemática para comprender sus diferentes aristas y/o que apuestan a la construcción de bases de datos que permitan comparar geográficamente el fenómeno, buscando establecer tendencias generales y rescatar las particularidades nacionales y locales de este accionar (Nussio y Clayton, 2022).

Ya desde principios de siglo, Guerrero (2000) y Snodgrass (2004) han planteado al linchamiento como “revelador político” de las sociedades en las que se lo practica y que, por lo tanto, debe ser comprendido en su relación con las dinámicas sociales de un país o localidad. En esta línea, este artículo gira en torno a

la pregunta ¿Cómo se relaciona la acción colectiva violenta del linchamiento con las interrelaciones sociopolíticas, económicas y territoriales en una sociedad? Se busca, a partir de un recuento de los distintos linchamientos -incluyendo los “intentos de linchamiento”²- registrados en el departamento de Cochabamba (Bolivia) entre 1950 y el 2019, ir analizando las relaciones de retroalimentación que mantiene este fenómeno con otros complejos procesos sociopolíticos.

Partimos de la idea de que los linchamientos reflejan la disposición que tiene una sociedad a privilegiar las interacciones violentas como forma de relacionamiento entre ciudadanos y entre éstos y sus representantes políticos, denotando, asimismo, la tendencia a considerar al “otro” como desechable. Se trata de prácticas que encuentran su origen en las distintas dinámicas territoriales, económicas y sociopolíticas que configuran una sociedad, sobre las cuales también inciden. De ahí que hay que entenderlas a partir de los vínculos que se establecen con esos procesos sociales.

Para sustentar empíricamente esta idea, metodológicamente se ha priorizado el monitoreo de prensa, complementándolo con entrevistas realizadas a policías y dirigentes sociales y con encuestas levantadas entre habitantes de la Región Metropolitana de Cochabamba (RMC)³.

Con base al material recopilado, se ordena el artículo en tres partes. En una primera, se recuperan los distintos factores a partir de los cuales se ha explicado -desde la literatura- este tipo de acción colectiva violenta. Posteriormente se describe la evolución de los casos de linchamiento en Cochabamba, mostrando sus principales características y vinculándolos con los procesos territoriales y económicos de la zona de estudio. Por último, en la tercera parte se analizan las relaciones existentes entre esta forma de acción colectiva violenta y las dinámicas sociopolíticas que configuran los procesos sociopolíticos en Cochabamba, principalmente en su espacio urbano.

Factores que detonan los linchamientos

Varios informes han demostrado empíricamente⁴ la tendencia creciente en la región hacia la normalización de las acciones colectivas violentas como sustento de relacionamiento ciudadano. Si nos atenemos a la idea planteada por Elías

2 De aquí en adelante, salvo que se especifique lo contrario, al hablar de la práctica de linchamiento se incluyen a los intentos de linchamiento.

3 Al ser la zona que presenta mayor frecuencia en linchamientos (Cf. *Infra*).

4 Véase los informes de LAPOP, el Barómetro de las Américas. Disponible en: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>.

(1994), según la cual un proceso civilizatorio implica que el Estado tenga el monopolio de la violencia de manera de gestionar sus aristas “ilegales”, promover la interiorización de prácticas pacíficas en la vida privada cotidiana y así disminuir los miedos sociales y las imposiciones de los que más poder tienen (Pamplona, 2013), podríamos decir que la presencia de los linchamientos – como máxima manifestación de las acciones colectivas violentas – expresa una dinámica des-civilizatoria, donde los ciudadanos optan con mayor frecuencia por acciones de justicia por mano propia con tintes cada vez más punitivos y violentos.

Efectivamente, las prácticas de linchamiento –tanto las que culminan en la muerte de las personas o las que se limitan a castigos físicos con diversos niveles de crueldad- se han ido normalizando, formando parte del repertorio de diversas poblaciones locales. Existen distintas nominaciones con las que se ha nombrado el fenómeno y sus consiguientes particularidades (Nussio y Clayton, 2022; Fuentes Díaz, Gamallo y Quiroz, 2022). Sin entrar en el debate conceptual, en este artículo lo vamos a entender como aquellas acciones colectivas ejercidas por grupos con superioridad numérica, en contra de personas vistas como quebradoras de valores y normas sociales grupales, que conllevan “gran despliegue de violencia física, que eventualmente culmina con la muerte de la víctima” (Vilas, 2005: 20). Entre sus principales características, Nussio y Clayton (2022) distinguen: i) Siempre se sustenta en el despliegue –o la amenaza- de violencia física; ii) Esta violencia es ejercida por un grupo de ciudadanos no obligatoriamente pertenecientes a organizaciones; iii) Se aplica hacia aquellos que han cometido infracciones consideradas repudiables al interior del grupo social; e iv) Implica una performance pública, que, en algunos casos, incluye actos rituales.

Varios factores han sido señalados como detonadores de los linchamientos en la región (Ramírez, 2018), aunque, en general, se trata de una práctica que parece producirse a partir de la acumulación en el tiempo de un conjunto de componentes que, en algunas ocasiones, gatillan el acto.

Una de las causas en las que la literatura pone mayor énfasis, es el descreimiento y desconfianza que las poblaciones locales sienten hacia las instituciones y organizaciones estatales encargadas de la gestión del monopolio de la violencia; a su ausencia física en ciertas zonas o a los distintos grados de corrupción con las que se ven asociadas. La práctica del linchamiento, respondería entonces, aunque hay discusión sobre el tema, a una suerte de “fracaso del Estado” (Orozco, 2017) y de la ineficiencia de las políticas públicas para combatir la inseguridad ciudadana.

A ello se suma el nivel de legitimidad que los linchamientos adquieren cuando la percepción acerca de la ruptura de reglas que detona el acto es compartida

entre gobernantes y pobladores. Se abre “la posibilidad de diversas configuraciones de legitimidad” (Quiroz, 2022: 84) entre las cuáles “en los Estados Latinoamericanos media en la generación de prácticas complejas de desobediencia, de las que los linchamientos podrían ser una expresión” (Quiroz, 2022: 86).

Asimismo, se menciona que la ambigüedad de las políticas estatales acerca de la participación ciudadana en la construcción de su seguridad, crea zonas grises que sirven como combustible para este tipo de acción colectiva violenta (Santillán, 2008; Fuentes Díaz, Gamallo y Quiroz, 2022).

Acompaña este primer grupo de explicaciones, la postura según la cual, para los sectores socioeconómicamente vulnerables, el linchamiento vendría a ser una expresión colectiva de rabia y desesperación, que refleja un sentimiento de *powerlessness* (impotencia) ante la inseguridad (Goldstein, 2012), manifestando la ira e indignación popular colectiva ante el abuso de la autoridad, el desamparo judicial y policial y, principalmente, la pobreza (Luna, 2016). Escenarios que se presentan como detonantes para el despliegue de una estrategia instrumental colectiva de gestión de la justicia que se sustenta en un proceso de reapropiación de la violencia punitiva (Mollericona, 2008; Luna, 2016).

De hecho, Remeseiro (2018) argumenta que los linchamientos reflejan una visión eminentemente punitiva de justicia que predomina sobre cualquier principio de conciliación. En esa línea algunos autores, la denominan “acciones colectivas de violencia punitiva” (Gamallo y Gonzáles, 2022)⁵, que están ligadas a una idea de punición físicamente sangrienta; una suerte de “justicia callejera”, entendida como la “parte espectacular; ruidosa y sangrienta de los dispositivos de seguridad callejera bastante ordinarios, discretos y silenciosos” (Magalhanes y Pinheiro, 2022: 70).

De ahí la importancia del hecho de que los medios de comunicación ayuden a transformar este tipo de acto en espectáculo ceremonial, con poder simbólico y en el que el linchado se presenta como otro, ajeno al grupo, ‘delincuente’ y ‘peligroso’ (Guerrero, 2000; Cirulli, 2022). Este tipo de tratamiento de la información, también influye en la normalización de la práctica en una sociedad, mucho más, cuando existe la tendencia a legitimarla creando una ambigüedad respecto a quiénes son las víctimas: ¿los linchados o los linchadores que sufren la inseguridad y la ineficacia de las instituciones del Estado? (Focas y Fernández, 2014). Y es que, si asumimos la perspectiva triangular de aproximación a

5 Que incluyen, como parte de sus repertorios, a los ataques a viviendas de los considerados transgresores de las normas, agresiones a funcionarios, o destrucción de edificios públicos debido a algún tipo de crimen (Gamallo y Gonzáles, 2022).

la violencia (Beck, 2011), según la cual hay que comprender los actos violentos como el resultado de la interacción de tres tipos de agentes: las víctimas, los victimadores y los observadores, el resultado final de cómo el acto –en este caso el linchamiento– va a ser comprendido, va a depender del encuentro, luchas de sentido e imposiciones, entre los tres agentes identificados.

Otro factor que impulsa el linchamiento, sobre todo en los países o sociedades con fuerte presencia de pueblos indígenas, es su confusión con la “justicia comunitaria”. Aunque se trata de una postura polémica: algunos autores, si bien diferencian ambas prácticas según los distintos procedimientos de castigo que utilizan, argumentan que los resquicios abiertos en torno a la posibilidad de reconocer como parte del sistema de justicia formal a las demandas del derecho consuetudinario, abren compuertas para el desarrollo del linchamiento (Handy, 2012). Otros autores niegan la relación, argumentando que se trata, más bien, de un fenómeno urbano, resultado de los procesos de modernización, que ha terminado provocando “desenfrenos colectivos”, lejanos de la convivencia y la institucionalidad comunitaria de las comunidades indígenas (Moreno, 2015).

Las explicaciones psicológicas también abundan, interpretando los actos de linchamiento como parte del comportamiento de multitudes (Rojas, 2009) en las que: i) Desaparece la responsabilidad individual (debido a la anonimidad de la práctica); ii) Se da un proceso de contagio mental, una suerte de hipnotización de las masas; iii) Produciéndose actos irracionales “que se presentan cuando los hombres bajo el aguijón de una crisis, se juntan” (Moscovici, citado por Rojas, 2009: 151). En general, características que transforman a “un conjunto de individuos en una muchedumbre enfurecida (Moscovici, citado por Rojas, 2009: 142-143).

Los juegos de poder y los intereses individuales y grupales son, igualmente, mencionados como factores detonadores de los linchamientos. Se trata de una práctica que permite a los grupos vulnerables emprender una negociación política y de poder con las instancias gubernamentales (Guerrero, 2000). Una suerte de violencia ejercida desde abajo, poderosa y con objetivos muy claros que refleja “el lado oscuro de la democracia” (Snodgrass, 2004) o el “lado sombrío del capital social” (Vilas, 2005), permitiendo el desarrollo de “momentos de empoderamiento político perverso” de las poblaciones que la practican (Snodgrass, 2004).

En este sentido, también se considera al linchamiento como un acto ciudadano que se debe analizar como “una expresión de un estilo de hacer política confrontacional e intolerante en un contexto de tensiones entre la comunidad y el Estado central” (Lavaud, 2008: 112). Da lugar a la creación de mini territorios

soberanos⁶ de gestión y aplicación de justicia, que entran en tensión constante con los Estados democráticos modernos (Quiroz y Gonzáles, 2013). Se trataría, como lo plantean Magalhaes y Pinheiro (2022) para el caso brasilero, de una suerte de “juego de poder” en el que sectores vulnerables aprovechan las zonas grises en las que “se gestiona la frontera entre lo legal y lo ilegal - la gestión diferencial de los ilegalismos” (2022: 69) para negociar sus posiciones en una sociedad, presentándose como un “fenómeno analizador del ejercicio del poder” (Magalhaes y Pinheiro, 2022: 69).

Un último factor que es considerado como importante detonador de la práctica de linchamientos en nuestros países, es la creciente tendencia entre los ciudadanos de adoptar el vigilantismo⁷ como marco privilegiado de las relaciones entre ciudadanos. Y uno de los efectos concretos del vigilantismo, del cual el linchamiento es una de sus expresiones, aunque no la única (Fuentes Díaz, Gamallo y Quiroz, 2022), es el producir un proceso de “otrorización vigilante” respecto a aquellos que son vistos como ajenos y peligrosos al grupo social, siendo por ello sometidos a control y, eventualmente, desechados o eliminados (Fuentes Díaz, 2004). Varios estudios muestran que esta actitud vigilante se ha ido incrementando en el tiempo y está configurando las sociedades actuales, entre ellas la boliviana (Ramírez, 2022).

Si entendemos de manera integrada todos los factores que han sido señalados como detonadores de linchamientos, vemos que, en general, están vinculados a las dinámicas socioeconómicas y políticas que caracterizan la región (como un todo), y a cada país y localidad en su particularidad. En este sentido, estudios de caso como el que presentamos a continuación, con base a un recuento de la evolución de los hechos registrados por la prensa sobre la práctica del linchamiento en el tiempo, pueden dar luces para comprender sus complejas interrelaciones con las configuraciones territoriales, económicas y socio-políticas de los lugares donde los(as) ciudadanos(as) los practican.

Recuento de los linchamientos en Cochabamba (1950-2019)

Los procesos de urbanización constituyen, como podremos apreciar en los datos (Cf. *Infra*), una de las principales dinámicas con la que los linchamientos

6 En los que se desencadenan “mecanismos de activación de divisorias, gracias al cual las acciones se orientan a través de una división entre un nosotros, el colectivo que lincha y un ellos, los linchados” (Gamallo, 2015: 195-196).

7 Que conlleva el “uso colectivo o amenaza colectivo de uso de la fuerza de violencia extralegal en respuesta a un acto presuntamente criminal” (Moncada, 2017: 8).

se vinculan. En el caso boliviano, el crecimiento urbano ha sido producto de procesos conflictivos, plagados por el despliegue de acciones violentas ejercidas tanto por parte de la población como de los gestores públicos. Se trata de acciones poco o nada planificadas, que han dado lugar a construcciones caóticas y poco sostenibles de las urbes.

En el caso del departamento de Cochabamba, la urbanización cada vez más acelerada desde la segunda mitad del siglo XX⁸, se ha caracterizado por conllevar una multitud de problemas que devienen de la falta de planeación y que se reflejan en la conformación de una sociedad desigual, con grandes deficiencias y diferencias en lo que se refiere a aspectos económicos y sociales, dando lugar a la consolidación de un tejido social fragmentado y por lo tanto constantemente en conflicto.

Son dos las regiones cuyas poblaciones más han crecido en el Departamento. Por un lado, la ahora reconocida Región Metropolitana de Cochabamba (RMC), que reúne 7 municipios del departamento, y que se presenta como el producto conflictivo de una gestión violenta de las demandas colectivas por el derecho a la vivienda reflejada en constantes asentamientos ilegales, así como de una respuesta también violenta por parte de las entidades encargadas del ordenamiento territorial urbano, ya sea debido a su ineficacia, su carácter represivo o la corrupción. Se podría plantear como hipótesis que estas dinámicas han dado lugar a una suerte de relación circular entre crecimiento urbano e incremento de interacciones ciudadanas violentas (en sus distintas dimensiones⁹) a niveles locales, construyendo un espacio marcado por una ausencia tanto de institucionalidad estatal como de contratos sociales tendientes a la convivencia armónica.

Por otro lado, la región del Trópico, cuya transición urbana se vincula a: i) Las políticas neoliberales de relocalización y privatización de las minas emprendidas en la década de los 80's que provocaron flujos migratorios hacia la zona; y ii) El boom de la producción de la hoja de coca. Su desarrollo ha estado estrechamente entrelazado con los procesos de urbanización de la RMC, siendo un importante motor económico del mismo y repitiendo patrones de crecimiento

8 Pasando de tener, según información censal, 720 831 habitantes en 1976, a 1 455 711 en el 2001 y 1 762 769 en el 2012. En este proceso, el sector urbano es el que más ha crecido. Si en el conjunto de los municipios que ahora constituyen la Región Metropolitana de Cochabamba (RMC), se asentaban 880 927 habitantes en el 2001, el 2012 reunía a 1 141 094 y, se calcula –no ha habido un nuevo censo– que actualmente se cuenta con una población de 1 451 453 habitantes. Así, esta RMC reúne a alrededor del 65% de la población del departamento del mismo nombre.

9 De violencia de género, generacional, económica, medioambiental o inter-ciudadana.

caóticos y violentos, mucho más tomando en cuenta su fuerte vínculo con el tráfico de cocaína¹⁰.

En este escenario de urbanización acelerada violenta se ha ido fortaleciendo la acción colectiva del linchamiento. Para respaldar empíricamente esta idea, optamos como técnica de levantamiento de información al monitoreo de prensa desde 1950¹¹ hasta el 2019. Somos conscientes de los problemas que este tipo de instrumento presenta, sobre todo en lo que se refiere a: i) En ciertas épocas existen menos posibilidades de registro que otras; ii) Se cubren los hechos más llamativos y los que se ubican más cerca de los medios de comunicación (quedando invisibilizados los que ocurren en zonas más alejadas); iii) En muchos casos hay ambigüedad en las formas que la prensa trata estas prácticas.

No obstante, por un lado, no existe otra base de datos que nos permita catalogar estos hechos en el tiempo –debido entre otros, porque hasta el 2014 no se los consideraba en Bolivia como un delito. Por otro, aunque de manera incompleta y, a pesar de todas las deficiencias, se trata de una técnica que nos permite entender las tendencias generales de su evolución, brindando elementos que permiten caracterizar y analizar mejor la problemática.

Diferenciando entre aquellos actos que culminan en la muerte (“linchamientos”), de los que, si bien marcan físicamente el cuerpo de los ajusticiados, no lo hacen (“intentos de linchamientos”)¹², en la Tabla 1, se observa un incremento de esta práctica, particularmente a partir del nuevo milenio, período que concentra más del 80% del total de casos registrados.

10 La hoja de coca que se produce en la zona sirve sobre todo para la producción de cocaína.

11 La década de los 50's en Bolivia es un referente importante de cambio socioeconómico y político, al haber ocurrido en este período la Revolución Nacional (1952), proceso en el que se empieza a constituir un Estado nación “moderno”, vigente hasta el 2009 (en el que pasa a ser un Estado Plurinacional). Por ello, para el monitoreo de prensa se ha privilegiado esta década como punto de partida, realizando el seguimiento de los principales periódicos producidos en Cochabamba en cada período: Entre 1950 y 1960, se revisaron los periódicos El Pueblo y Prensa Libre, y desde 1960, Los Tiempos y Opinión.

12 Vale aclarar que para este análisis no se han tomado en cuenta a las “amenazas” que dirigentes vecinales públicamente lanzan acerca, por ejemplo, de “linchar” a los que se encuentren delinquiendo; ni los casos de ataques a policía, o quema de infraestructura pública cuando no se puede castigar directamente al infractor. Si bien consideramos que son parte importante de esta forma colectiva violenta de interacción entre ciudadanos, para no confundir la presentación de información, se ha preferido dejarlos a un lado.

Tabla 1. Departamento de Cochabamba: Casos de linchamientos, intentos de linchamientos y otros relacionados, desde 1950, según registro de la prensa

	Caso de linchamiento		Intento de linchamiento		Total	Porcentaje
	Frecuencias	Porcentaje	Frecuencia	Porcentaje		
1950-1959	4	3%	4	0,3%	8	0,6%
1960-1969	2	1%	5	0,4%	7	0,5%
1970-1979	0	0%	5	0,4%	5	0,4%
1980-1989	16	11%	23	1,9%	39	2,9%
1990-1999	8	6%	60	5,0%	68	5,1%
2000-2009	69	48%	464	38,8%	533	39,8%
2010-2019	45	31%	680	56,9%	725	54,1%
Total	144	100%	1196	100,0%	1340	100,0%

Fuente: Elaboración propia con base a registro de notas en periódicos locales en Cochabamba.

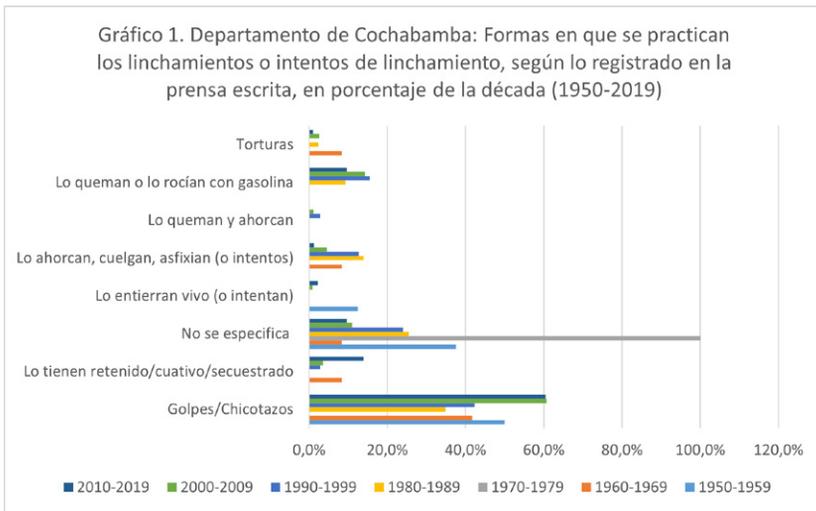
La variable que más se ha incrementado en el tiempo es la que se refiere a los “intentos de linchamiento” ya que, se observa una tendencia a detener el ajusticiamiento antes de que culmine en la muerte. Por ello, cuando se detalla el “Estado en el que queda el linchado” (Tabla 2.1) se observa que, si bien las prácticas de linchamiento se han incrementado, la tasa de mortalidad ha disminuido, siendo la intervención policial el principal factor de contención (Tabla 2.2).

Tabla 2. Departamento de Cochabamba: Estado en que queda el(la) linchado(a) después del acto, según lo registrado por la prensa escrita

Década	Muere, desaparece, agoniza o queda en coma	Se salva						Escapan
		Total de los que salvan de morir	Por intervención policial	Luego del castigo los vecinos lo entregan a la policía o lo sueltan	Se salvan por intervención de dirigente, de algún vecino y otro	Se salva, no se especifica cómo	Solo era amenaza para escarmantar	
1950-1959	4	4	3	1	0	0	0	0
1960-1969	2	10	3	1	0	1	5	0
1970-1979	0	6	5	0	0	0	1	0
1980-1989	16	27	21	2	0	0	4	0
1990-1999	8	60	35	5	13	5	0	2
2000-2009	71	468	361	27	16	48	6	8
2010-2019	57	648	452	85	12	79	14	10
Total	148	1223	880	121	41	133	30	18

Fuente: Elaboración propia con base a registro de notas en periódicos locales en Cochabamba.

Goldstein y Castro (2006) argumentan que esta tendencia creciente de las prácticas de linchamiento, refleja una “forma de creatividad legítima” utilizada por grupos excluidos para, en el marco del proceso neoliberal –y como producto del mismo–, poder llamar la atención acerca de la situación de inequidad en la que viven. Dos temas destacan de este argumento; por un lado, la idea de que se trata de un acto que puede servir como un instrumento (“perverso” - Cf. Supra) de negociación de poder entre los pobladores y las autoridades. De hecho, en el Gráfico 1 se puede observar el incremento del uso de la estrategia de ‘retener, cautivar o secuestrar’ por un tiempo a los infractores, maniobra mediante la cual las comunidades logran imponer sus diversas demandas o exigencias –por ejemplo, para no ser posteriormente perseguidas ni condenadas por sus actos. Aunque también, tal como se aprecia en los discursos recogidos por la prensa, se trata de momentos en los que muchos dirigentes territoriales afianzan su poder ante el Estado, los “otros” ciudadanos y la misma comunidad, alimentando las dinámicas de los ‘autoritarismos dirigenciales’, fuertemente impulsados por la cultura política autoritaria característica de la sociedad boliviana (Mansilla, 2019; Ramírez, 2020).



EL segundo tema que destaca es la postura según la cual se trata de una práctica producto de las políticas neoliberales implementadas en el país a partir de la década de 1980 (Goldstein, 2005). Y, efectivamente, cuando se observan los casos de linchamiento, éstos principalmente ocurren en la RMC (57% de

los linchamientos y 73% de los intentos de linchamientos ocurren en ese espacio) y en la zona del Trópico (26% y 15% respectivamente), subregiones cuyos procesos -entrelazados- de crecimiento poblacional (Cf. Supra) fueron también un impacto de las políticas económicas neoliberales. Se observa entonces una mayor tendencia a desplegar estas prácticas en lugares urbanos (metrópolis o ciudades intermedias), donde también se relacionan con dinámicas socio-económicas características del neoliberalismo, como son las vinculadas a la economía informal, que constituye el rubro que, desde entonces, más empleos genera, aglutinando en el 2019, al 61% de la Población Económicamente Activa (PEA) (Opinión, 2019)¹³.

Se trata de un sector que se sustenta en el despliegue de estrategias de sobrevivencia familiar que hacen a las personas mucho más vulnerables a la inseguridad ciudadana y, por lo tanto, con mayor posibilidad de reaccionar violentamente frente a la misma, particularmente, frente a los delitos en contra del patrimonio (robos) o aquellos dirigidos en contra de la integridad personal. No es casual que los linchamientos por robos, atracos o abigeato (hurto de ganado¹⁴), se hayan mantenido como principal causa generadora de esta práctica; aunque, a partir del 2000, aparecen otras causantes de linchamientos, como por ejemplo la violencia doméstica y sobre todo violencia sexual (dirigida tanto a niños(as) como a adultos(as)) o los actos de las pandillas, bandas e inhaladoras de clefa¹⁵, entre otros (Tabla 3).

13 Actualmente, los cálculos más pesimistas prevén que 87% de la población es informal en Bolivia. Disponible en: <<https://www.eldiario.net/portal/2023/05/03/trabajo-informal-crece-formal-decrece-y-cob-sin-razon-de-ser>>. Cochabamba se encuentra en ese mismo rango.

14 Podría sorprender la incorporación del hurto de ganado en regiones urbanas, sin embargo, hay que recordar que, al estar trabajando con los registros desde la década 1950, muchos de los municipios ubicados en la RMC y en el Trópico, eran, sobre todo hasta principios del milenio, rurales. De ahí que la misma prensa, utilice el concepto de “abigeato”.

15 Clefero o inhalador de clefa, pegamento utilizado en zapaterías y carpinterías. Compuesta con base a gasolina es considerada sustancias alucinógenas, causando adicción, y afectando el sistema nervioso central de los consumidores.

Tabla 3. Principales detonadores de los actos de linchamiento en las regiones Metropolitana de Cochabamba y el Trópico, según lo registrado por la prensa escrita, entre 1950 y 2019, en porcentaje de cada década

	Región Metropolitana de Cochabamba						Región del Trópico					
	Abigeato, robo y atraco	Violencia doméstica y Violencia sexual niños(as) y adultos(as)	asesinatos, feminicidios e infanticidios	Vinculado con economías y organizaciones criminales	Pandillas, bandas, cleferos	Otros	Abigeato, robo y atraco	Violencia doméstica y Violencia sexual niños(as) y adultos(as)	asesinatos, feminicidios e infanticidios	Vinculado con economías y organizaciones criminales	Pandillas, bandas, cleferos	Otros
1950-1959	43%	0%	43%	0%	14%	0%	0	0	0	0	0	0
1960-1969	60%	0%	20%	0%	0%	20%	0	0	0	0	0	0
1970-1979	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0	0	0	0	0	0
1980-1989	68%	8%	16%	3%	3%	5%	100%	0%	0%	0%	0%	0%
1990-1999	67%	7%	4%	2%	3%	5%	88,9%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%
2000-2009	79%	5%	3%	2%	3%	7%	46,8%	2,1%	38,3%	10,6%	2,1%	2,1%
2010-2019	70%	5%	3%	12%	3%	7%	73,2%	5,2%	10,5%	0,0%	4,6%	4,6%
Total	74%	5%	5%	6%	3%	7%	68%	4%	17%	2%	4%	4%

Fuente: Elaboración propia con base a registro de notas en periódicos locales en Cochabamba.

Dicho esto, si bien podemos encontrar indicios que vinculan la práctica con el modelo neoliberal, vale la pena matizar la mirada. Ello porque es sobre todo desde el 2000 que empieza a multiplicarse este tipo de acto colectivo violento (sobre todo los “intentos de linchamiento” - Cf. Supra Tabla 1) y hay que recordar que, en Bolivia, desde el 2005 –mucho más desde el 2009 a partir de la nueva Constitución Política del Estado- se ha remplazado el modelo neoliberal por uno de orden “Social Productivo y Comunitario” -que, al menos discursivamente, promueve una mayor inclusión de los sectores vulnerables. De ahí que habría que cuestionarnos sobre si únicamente es el modelo neoliberal el que impulsa la práctica, o si se deben también considerar otros procesos económicos y sociopolíticos.

A ello se suma el hecho de que las dinámicas económicas informales se han empezado a complejizar, desde principios de milenio, con el fortalecimiento de las economías criminales, principalmente – en el caso de Cochabamba – las vinculadas al narcotráfico, trata y tráfico de personas y al contrabando, todo ello entrecruzado con las organizaciones criminales dedicadas al avasallamiento de tierras privadas o comunales¹⁶.

¿Cómo estas dinámicas económicas ilícitas se entremezclan con los linchamientos? En la Tabla 4 se vislumbran cuatro tendencias: i) El incremento de casos de linchamiento relacionados -ya sea en forma de apoyo o de rechazo- con las economías ilícitas, sobre todo a partir del nuevo milenio; ii) Las principales actividades ilícitas ante la cual se registran casos de linchamiento son: narcotráfico, trata y tráfico de personas, avasallamientos de tierras y contrabando de autos chutos¹⁷; iii) Las posiciones de apoyo o rechazo de las personas que practican este tipo de acto colectivo punitivo ante las economías ilícitas depende del rubro de la misma: La trata y tráfico de personas provoca rechazo, mientras que frente al narcotráfico, el contrabando de autos chutos y el avasallamiento de

16 El avasallamiento de tierras ha sido una constante que ha acompañado el proceso de urbanización en Cochabamba. La prensa da cuenta, desde la década de los 60's, del despliegue de acciones colectivas que, reivindicando el derecho ciudadano de acceso a la tierra, ocupan ilegalmente terrenos entrando en conflicto con las comunidades invadidas. A partir de principios de milenio, se registran hechos de asentamiento promovidos por clanes familiares que ingresan en terrenos ajenos, se instalan, negocian con autoridades para tener papeles (generalmente amañados) y los venden a poblaciones vulnerables, quienes pelearán con los vecinos –colectivos despojados de sus tierras- incluso hasta la muerte (como se registra en los periódicos). El panorama se complica en los últimos años, en los que se denuncian vínculos entre estas “mafias loteadores” (como se las denomina), con el narcotráfico, el tráfico de armas y el contrabando, mostrándose una sobre-posición de las economías ilícitas.

17 Los autos chutos, son autos robados en otros países que traspasan de manera ilícita las fronteras y se trafican y venden en Bolivia (también comprenden casos de autos desechados en otros continentes, que también ingresan de manera ilegal al país).

tierras, hay una división en las reacciones ciudadanas según conveniencia; por último iv) En la mayoría de los casos existe una posición ambigua de la policía –muchas veces es la castigada- ya sea por estar asociada con la criminalidad o por querer pararla.

Tabla 4. Departamento de Cochabamba: Linchamientos vinculados con las economías ilícitas, según la economía ilícita y la relación sostenida con la misma por parte de linchadores, según lo registrado por la prensa (1950-2019).

Década	Casos por región*	Economía ilícita involucrada	¿Apoyo o rechazo de los linchadores a la actividad ilícita?
1980-1989	1 en el Trópico Cochabambino	Narcotráfico	Apoyo
1990-1999	1 en el Trópico 1 en la RMC	Narcotráfico	Apoyo
		Trata y Tráfico	Rechazo
2000-2009	3 en los Valles 4 en la RMC 1 en el Trópico 1 en el Conosur	2 Narcotráfico	Apoyo
		3 Trata y tráfico	Rechazo
		1 Autos chutos	Apoyo
		3 Avasallamiento de tierras	2 Apoyo 1 Rechazo
2010-2019	6 en la RMC 6 en el Trópico 2 en los valles 2 casos en la Zona Andina	7 Narcotráfico	1 Rechazo 2 Apoyo 3 Posición ambigua
		7 casos de trata y tráfico	Rechazo
		1 Avasallamiento de tierras	Rechazo
		1 Autos chutos	Rechazo

*Se contabilizan los casos en general y no el número de personas que sufren el linchamiento.

Fuente: Elaboración propia con base al monitoreo de prensa

Los observadores (analistas y medios de comunicación) coinciden en que existe una tendencia creciente hacia el hecho de que: “*Narcos se apropian del linchamiento*” (Vásquez, 2010); proceso que conlleva varias aristas: i) Los linchamientos surgen cuando existen fricciones entre guardaespaldas o matones que quedan desempleados o son remplazados y se dan la vuelta para atacar a los traficantes haciendo de informantes; o cuando se dan casos de volteo de droga¹⁸ y las familias y vecinos de los afectados -quienes son vistos como benefactores

18 Acción de confiscar la mercancía ilegal para comercializarla uno mismo.

de la comunidad- se movilizan; ii) Existe una posición ambigua de la policía que “fomenta los linchamientos, porque no previene y no revela el trasfondo”; iii) Los linchamientos se muestran como una forma de rebelión de las comunidades contra un Estado que, a pesar de estar muchas veces involucrado con la economía ilícita, mantiene una actitud abusiva frente a los pobladores (Vásquez, 2010).



Foto: María del Carmen Torralba

Por último, en lo que se refiere a la relación entre las acciones colectivas punitivas y las dinámicas caóticas, no planificadas y violentas de crecimiento urbano y territorial, ésta también da lugar a un ordenamiento del espacio físico que se traduce en la creación de guetos: ya sea en los “barrios encerrados” (Fuentes Díaz, 2015) entre sectores más pudientes, o en la puesta en práctica de un “encierro simbólico” en zonas más populares, sustentado en amenazas que se reflejan en los muñecos colgados o en letreros inscritos

en las paredes de la ciudad, los cuales están cada vez más normalizados en el imaginario de la población, conformando parte de las interrelaciones ciudadanas urbanas.

En general, estas dinámicas territoriales, en su relación con las prácticas de acciones colectivas punitivas, dan cuenta de la existencia de miedos ciudadanos que se traducen en territorios segmentados, donde el otro –ajeno a la comunidad a la que uno pertenece- es siempre visto como sospechoso, peligroso y culpable (de ser diferente).

Todo ello se complejiza, desde fines del siglo pasado, con el incremento de las economías informales y las ilícitas que están provocando “espacios grises”, en los que se juegan criterios de legitimidad vs. ilegitimidad y que, muchas veces van a encontrar su punto culminante en los linchamientos como estrategia ciudadana utilizada por la población.

Linchamientos y dinámicas sociopolíticas

Se ha planteado como idea central de partida, que los linchamientos están relacionados con dinámicas sociopolíticas de una sociedad en las que las interacciones violentas son asumidas como formas privilegiadas de relacionamiento

entre ciudadanos y entre éstos y las esferas de toma de decisiones políticas. A continuación, para sustentar esta hipótesis, focalizamos la mirada en el período de los últimos tres años (2019-2022), ya que en este período ocurrieron dos acontecimientos que, argumentamos, coadyuvaron a una mayor “aceptación” de estas tendencias como parte de la convivencia social.

Un primer acontecimiento está constituido por la crisis política ocurrida en el país entre octubre y diciembre del 2019, evento que ha marcado un nuevo rumbo en las configuraciones sociopolíticas de Bolivia en general. En octubre del 2019 se inició un conflicto que concluyó en la asunción de un gobierno interino y la fuga de un presidente fuertemente vinculado a los sectores populares, particularmente al de las organizaciones cocaleras del Trópico, dejando una sociedad civil totalmente fragmentada, casi polarizada, en términos políticos (Claros y Díaz, 2022).

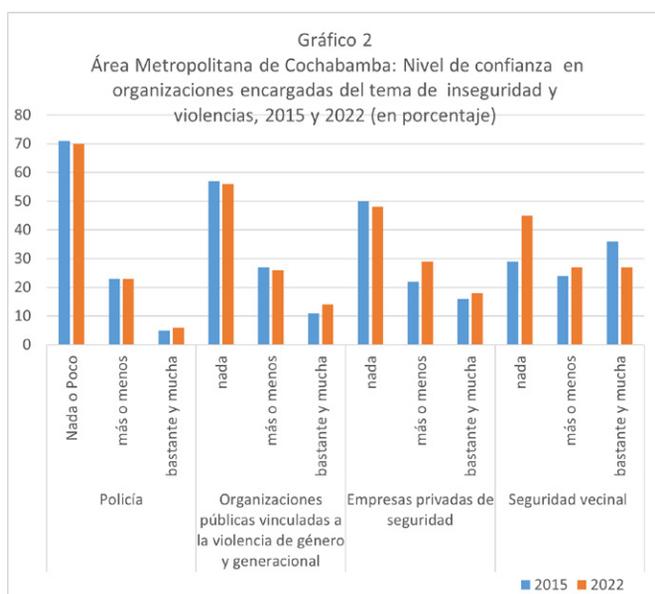
Este escenario que empeoró con la llegada de la pandemia – segundo acontecimiento que se quiere destacar – va a marcar un incremento de la violencia como patrón de comportamiento principal en las interrelaciones cotidianas, lo que se refleja principalmente en los imaginarios que tienen los ciudadanos, sobre todo los que habitan en los espacios urbanos¹⁹. En una encuesta sobre Violencias Sociales en Tiempos de Pandemia (EVSTP) levantada a fines del 2022²⁰, 45% de los entrevistados consideraba que la agresividad interpersonal se había incrementado en relación al 2018, frente al 31% que opinaba que seguía igual y solo 3.8% que sostenía que había disminuido.

Esta percepción acerca del incremento de la agresividad vino acompañada por una manifestación de mayor desconfianza, no solo en las instituciones estatales sino también en las organizaciones sociales y vecinales. Ello se aprecia mejor cuando se comparan resultados obtenidos en la EVSTP (2022) con aquellos recogidos en una Encuesta sobre Violencia e Inseguridad Ciudadana (EVIC) el 2015²¹. Los mismos muestran que si bien la desconfianza en la policía y, en general, en las instituciones públicas se ha mantenido (o aumentado levemente), la susceptibilidad ante la seguridad vecinal se ha incrementado (Gráfico 2).

19 Desde aquí, analizaremos la relación linchamientos-dinámicas sociopolíticas, desde las miradas que se priorizan en la RMC.

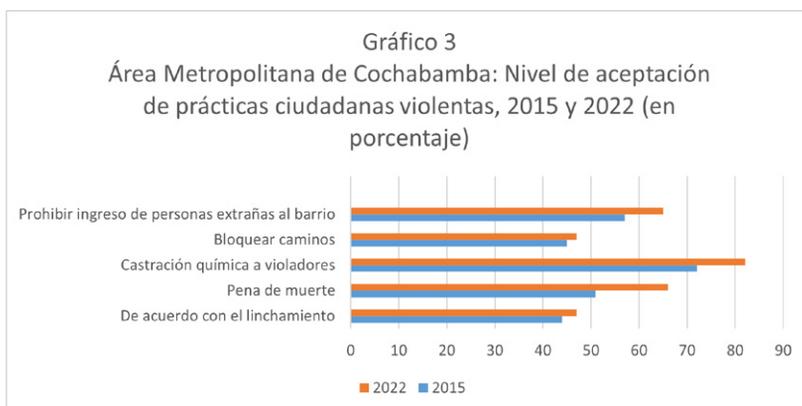
20 Se levantó la encuesta en el marco de un proyecto ganador del concurso convocado por la Agencia de Universidades de la Francofonía (AUF), 2021-2023.

21 Ésta fue levantada en el marco de un proyecto ganador de un concurso lanzado por la Cooperación Sueca de ASDI-SAREC en coordinación con la UMSS (2014-2016). Ambas encuestas (2015 y 2022) se aplicaron en la misma muestra territorial, por lo que es válido usarlas como parámetros de comparación.



Fuente: Elaboración propia con base en la EVIC, 2015 y EVSTP, 2022

Esta creciente fragmentación del tejido social es explicada por los mismos encuestados como producto de la conflictividad social y los desacuerdos políticos existentes en la región (31,3% considera que se trata de los principales detonantes de la agresividad). A lo que añaden los problemas económicos (28,4% los menciona) y el incremento del racismo y la discriminación (13,2%). En este contexto, no es raro que la gente esté cada vez más dispuesta a utilizar la violencia cuando se siente amenazada y/o agredida o que acepte cada vez más las prácticas de linchamiento y otras formas de actos punitivos, como la pena de muerte, frente a la cual el nivel de aceptación ha aumentado de manera importante (Gráfico 3).



Fuente: Elaboración propia con base en la EVIC (2015) y EVSTP (2022).

La creciente normalización -en el imaginario y las prácticas de la población- de la violencia como forma de relacionamiento ciudadano, no solo marca las dinámicas sociopolíticas actuales, sino que tiene consecuencias en las prácticas de linchamiento²² y en sus características generales. Entre éstas destacan algunas tendencias: i) Se visibilizan cada vez más casos que vinculan linchamiento con la priorización de intereses personales y/o políticos de ciertos individuos y/o grupos. Aunque, no se trata de un fenómeno nuevo; en una entrevista realizada el 2011²³, una dirigente comerciante respondía, cuando se le preguntaba sobre los linchamientos: “A mí me parece que es muy peligroso [...] Yo pienso que sí, debe haber justicia (...) pero siguiendo los pasos que realmente haya cometido ese hombre, pero no de esa manera. **En el día de hoy inclusive por venganza o qué sé yo, hasta por política pueden agarrar un inocente**” (Entrevista –resaltado nuestro).

ii) Tal como muchos autores sostienen, se trata de una práctica que se fortalece en escenarios de desinstitucionalización y pérdida de confianza en las entidades encargadas de la seguridad ciudadana. Como planteaba una entrevistada: “Hay veces, le prometo, tienen razón algunos de hacer, porque al final nosotros vemos que la policía no hace nada. A veces agarramos a uno, lo dejamos en la policía y al día siguiente ya no hay, lo sueltan” (Entrevista).

iii) Esta falta de confianza en la policía hace que, en los casos de intentos de linchamiento, los implicados busquen involucrar a los “observadores”, particularmente la prensa que se vuelve un agente primordial para el incremento o el control de la violencia como forma de inter-relacionamiento entre ciudadanos. Al respecto, una vecina relataba: “Cuando entran a robar ya no llamamos a la policía sino a UNITEL [canal televisivo de índole sensacionalista] y les decimos que vamos a linchar, entonces ese rato ellos llegan y después viene la policía” (Entrevista).

Estas tres características que vinculan dinámicas sociopolíticas con las prácticas de linchamiento también están presentes en las percepciones y acciones de los encargados de la seguridad ciudadana, aunque con sus propios matices. Unas entrevistas levantadas entre policías de diferentes secciones de la RMC²⁴,

22 La misma tendencia ha sido registrada en otros lugares. Gamallo y Gonzáles plantean para el caso argentino, que una de las condiciones previas para los actos de linchamiento es “la permanencia de la violencia colectiva como una forma posible dentro del repertorio de acciones” (2022: 36).

23 Las entrevistas rescatadas para mostrar las percepciones de dirigentes sociales, fueron levantadas entre el 2010 y 2012, en el marco de un proyecto doctoral realizado con financiamiento del NCCR-North South (Suiza). 76 dirigentes de distintos rubros (comerciantes, políticas, de organizaciones territoriales, profesionales, empresarias) fueron entrevistadas.

24 En el marco del proyecto realizado con auspicio de la Agencia Universitaria de la Francofonía (AUF), durante el mes de octubre del 2022, se levantaron entrevistas en las Estaciones Policiales Integrales (EPI) y en direcciones de Seguridad Ciudadana de los municipios de la RMC de Cochabamba.

muestran que, frente al fenómeno: i) La preocupación de los policías está generalmente volcada hacia “el delito” que detonó el linchamiento y no a este acto en sí; ii) Reconocen al linchamiento como una práctica común en casi todos los barrios y “ocurre entre la 1 y las 2 de la madrugada” (Entrevista); iii) Son producto de una organización vecinal previa: “Los intentos de linchamiento lo hacen los vecinos organizados, pero, rara vez se hacen cargo y continúan con la denuncia. Incluso dan nombres y teléfonos falsos para evadir el seguimiento de la policía” (Entrevista); iv) Por lo general no culminan en muertes, se quedan en insultos, amenazas o golpes “pero no pasa a mayores” (Entrevista); v) Tomando en cuenta que los ‘agarrados por los vecinos’ terminan siendo salvados por la policía o la Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen (FELCC), se relativiza su importancia, comprendiéndolo más bien como “lecciones” – en sentido educacional - para evitar futuros hechos de inseguridad.; vi) Las características de las personas que sufren los intentos de linchamiento son: “Los linchados rondan los 20 años. Entre los 17 y 22 años en su mayoría. Si son menores de edad se procede mediante defensoría. Muchos de estos jóvenes vienen de familias sin recursos económicos y otros se encuentran drogados” (Entrevista).

Esta normalización del linchamiento solo se ve cuestionada cuando se reportan reiterados casos que culminan con la muerte de la persona linchada. Empieza entonces a emerger una preocupación acerca de este “*problema sin fin*” (Vásquez, 2013), y se asumen algunas medidas como las “*campañas contra linchamiento*” (Vásquez, 2010) o la discusión de la problemática en las cumbres de seguridad (Vásquez, 2013).

Sin embargo, también se observa constantes justificaciones de las muertes. Un ejemplo está dado por lo argumentado por una dirigente vecinal según la cual “Nosotros no permitimos linchamientos. Sí que lo chicoteen y ya, ahí tiene que acabar... Pero siempre **se nos va de la mano**, alguno que agarra el palo y que incita a matar” (Entrevista – resaltado nuestro). Este tipo de percepción puede explicar los “pactos de silencio” que, en caso de muerte, se establecen y que se cruzan, además, con los procesos de desinstitucionalización producidos por la creciente violencia entre ciudadanos y el descreimiento en las instituciones públicas. A lo que hay que añadir que hay muy pocas ocasiones –solamente entre las que terminaron en fallecimiento- en los que linchadores han logrado ser aprehendidos (y eventualmente juzgados). En los casos de “intentos de linchamientos” que no culminan con la muerte de la persona, por más crueles que sean los tratos y desastrosas las consecuencias, o, incluso, a pesar de, muchas veces, haber sido fruto de la confusión, el hecho no es juzgado debidamente.

En definitiva, entre los actos de linchamientos y las dinámicas sociopolíticas, particularmente las que son producto de inter-relacionamientos ciudadanos -y con las autoridades- cada vez más violentos, se van creando círculos viciosos que se entrecruzan con temas económicos, políticos y personales. Así se va constituyendo una sociedad en la que ‘unos’ buscan constantemente imponer sobre los ‘otros’ principios, reglas y posiciones morales²⁵. En caso de no lograr esta imposición, esos ‘otros’ son vistos -y tratados- como desechables.

Conclusiones

En este artículo, en el que se ha analizado al linchamiento como la máxima expresión de la acción colectiva violenta, se ha mostrado algunos de los vínculos (de ida y vuelta) que la práctica tiene con las dinámicas económicas, territoriales y sociopolíticas de la sociedad Cochabambina. Redondeamos a continuación las principales ideas propuestas.

En términos de la relación con las dinámicas territoriales, se ha visto que se trata de una práctica que se ha fortalecido a partir de los procesos de urbanización no planificados y violentos que han caracterizado la región y que han coadyuvado a la conformación de sociedades desiguales, con grandes problemas económicos y con tejidos sociales fuertemente desiguales, fragmentados y excluyentes entre sí (en los que el otro es visto como extraño susceptible de control) y por lo tanto en permanente conflicto.

En términos de relación con las dinámicas económicas, se ha visto que se trata de una práctica entrelazada con la informalidad que provoca estrategias de sobrevivencia precaria, y por lo tanto mayor vulnerabilidad –e ira- ante los hechos de inseguridad. En este sentido, asumiendo una postura ante el debate abierto por Goldstein (2005) que considera al linchamiento como un producto de las políticas neoliberales, argumentamos que efectivamente, estas políticas han provocado mayores estrategias de sobrevivencia entre la población y, por lo tanto, han incidido en el despliegue de prácticas de linchamiento. No obstante se debe matizar la correlación, ya que, por un lado, el incremento más importante de los hechos de linchamiento se da a partir del nuevo milenio (período en el que se remplaza el modelo neoliberal por uno, discursivamente, más incluyente) y, por otro, se han empezado a complejizar las dinámicas económicas con el fortalecimiento de las economías ilícitas las cuales, se ha visto, mantienen sus propios vínculos con las prácticas de linchamiento (en algunos casos de alianzas, en

25 Es el caso de la siguiente noticia: “Vecinos trataron de linchar a escandalosos enamorados” (Opinión, 6/03/1991).

otros de confrontación). Los lazos entre los linchamientos y las dinámicas económicas, adquieren entonces nuevas aristas que van más allá del modelo neoliberal.

Por último, en lo que se refiere a la relación con las dinámicas sociopolíticas, dos hechos destacan. Por un lado, el vínculo de esta práctica con la “normalización” de la violencia como forma de relacionamiento entre ciudadanos y entre éstos y las autoridades; mucho más desde los conflictos sociopolíticos del 2019, acentuados con la llegada de la pandemia. En los paisajes de sentido de estas violencias, el “otro” es visto como sospechoso y, en algunos casos, hasta desechable, y por lo tanto no se necesita conciliar, si no controlar o, incluso, eliminar.

Por otro lado, el linchamiento aparece como un síntoma de búsqueda de nueva institucionalidad, ante una sociedad donde la credibilidad y confianza, no solo en las instancias públicas sino también en otras organizaciones sociales, son cada vez más débiles. Ante el vacío, las acciones colectivas y, por lo tanto, anónimas, toman el relevo para el control de lo que se considera como legítimamente justo, entre lo cual destaca el castigo violento al que se cree que infringido las normas, tal como son definidas por el grupo “linchador”.

Estas tres dinámicas territoriales, económicas y sociopolíticas confluyen en la construcción de una sociedad conflictiva y dividida (fragmentada, y en algunos casos polarizada), lo que obstaculiza una gestión integrada, planificada y sustentable de lo urbano, imposibilitando la convivencia armónica -sustentada en la conciliación en vez de la confrontación- entre los distintos habitantes.

La pregunta final que se deja sobre el tapete con base a este análisis es ¿Hacia dónde vamos? Si recuperamos la idea de Elías (1994) - con la que abrimos estas reflexiones - acerca de la civilización como la posibilidad de una convivencia más armónica, definitivamente vamos en camino inverso y vuelve a prevalecer el poder del “más fuerte” (o más numeroso) y, en el proceso, la presencia estatal confluye -confundiéndose- con la de los ciudadanos.

Referencias

- BECK, Teresa. The eye of the beholder: violence as a social process. *International Journal of Conflict and Violence*. Bielefeld, v. 15, n. 2, 2011, pp. 345-356.
- CLAROS, Luis y DÍAZ Cuéllar, Vladimir (Coord.) *Crisis política en Bolivia (2019-2020)*. La Paz, Plural y Rosa Luxemburg, 2022.
- CIRULLI, Ailén. (In)visibilización del acto criminal: Construcciones mediáticas de linchadores y linchados en la prensa gráfica argentina. In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*.

- Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022, pp. 109-140.
- ELÍAS, Norbert. Civilización y violencia. *REIS*. Madrid, n. 65, 1994, pp. 141-151.
- FOCAS, Brenda y FERNÁNDEZ, Mariana. La violencia como síntoma: Apuntes sobre el fenómeno de los linchamientos en la Argentina reciente. *Conflicto Social*. Buenos Aires, v. 7, n. 12, 2014, pp. 12-30.
- FUENTES DÍAZ, Antonio. Linchamiento en México. *Ecuador Debate*. Quito, n. 61, 2004, pp. 259-270.
- FUENTES DÍAZ, Antonio. Violencia y órdenes privados de regulación de la seguridad ciudadana. *Análisis de coyuntura, teoría e historia urbana*. Puebla, n. 105, Ene.-Mar. 2015, pp. 50-56.
- FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina: Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022.
- GAMALLO Leandro y GONZALES, Leandro. De cuarentenas, encierros y violencias: Las acciones colectivas de violencia punitiva en Argentina durante 2020. In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022, pp. 33-54.
- GAMALLO, Anibal. Los linchamientos en México en el siglo XXI. *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad de Mexico, v. 77, n. 2, Abr.-Jun. 2015, pp. 183-213.
- GOLDSTEIN, Daniel y CASTRO, Fátima. Creative Violence: How Marginal People Make News in Bolivia. *Journal of Latin American Anthropology*. Malden, v. 11, n. 2, 2006, pp. 380-407.
- GOLDSTEIN, Daniel. Flexible Justice: Neoliberal violence and Self-Help Security in Bolivia. *Current Anthropology*. Chicago, v. 25, n. 4, 2005, pp. 389-411.
- GOLDSTEIN, Daniel. Security, Rights and the Law in Evo's Bolivia. *Outlawed: Between Security and Rights in a Bolivia City*. Winsconsin, Duke University Press, 2012, pp. 12-43.
- GUERRERO, Andrés. Los linchamientos en las comunidades indígenas (Ecuador) ¿La política perversa de una modernidad marginal?. *Bulletin de l'institut francais d'études andines*. Lima, v. 29, n. 3, 2000, pp. 463-489.
- HANDY, Jim. Chicken Thieves, Witches and Judges: Vigilante Justice and Customary Law in Guatemala. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, v. 36, n. 3, Ago. 2004, pp. 533-561.

- LAVAUD, Jean Pierre. Pour une sociologie des lynchages en Bolivie: Le cas d'Achacachi (17-18 novembre 2008). *Revue L'ordinaire des Amériques-ORDA*. Toulouse, n. 211, 2008, pp. 195-207.
- LUNA ACEVEDO, Héctor. Los actos de linchamiento y la inseguridad ciudadana en Bolivia. *Temas Sociales*. La Paz, n. 38, 2016, pp. 155-179.
- MAGALHAES CANDOTTI, Fabio y PINHEIRO, Israel. Vigilantismo difuso: una etnografía de linchamientos en Manaus (Brasil). In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022, pp. 55-80.
- MANSILLA, Hugo Celso Felipe. La cultura del populismo autoritario en el área andina. Los complejos nexos entre pobreza y democracia. *Espacio Abierto, cuaderno venezolano de sociología*. Maracaibo, v. 28, n. 4, Oct.-Dic. 2019, pp.112-125.
- MONCADA, Eduardo. Varieties of vigilantism: conceptual discord, meaning and strategies. *Global Crime*. London, v. 18, n. 4, 2017, pp. 1-21.
- MOLLERICONA, Juan. Radiografía de los linchamientos en la ciudad de El Alto. *El Alto Digital*. El Alto, n. 25, Jun. 2008. Disponible en: <<https://www.elaltodigital.com/biblioteca-elalto/radiografia-de-los-linchamientos-en-la-ciudad-de-el-alto>>.
- NUSSIO, Enzo y CLAYTON, Govinda. *Introducing the Lynching in Latin America (LYLA) Dataset, working paper*. Zurich, Center for Security Studies, 2024. Disponible en: <https://ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/Lynching_Data_Working_Paper_2022-12-6.pdf>.
- MORENO Valdivia, Antonio Edgar. Entre la violencia y la inseguridad ciudadana. *Temas sociales*. La Paz, n. 37, nov. 2015, pp. 35-56.
- OROZCO, Andrea. El fracaso del Estado da lugar a los linchamientos. *Prensa libre*. Guatemala, 3 Mayo 2017.
- PAMPLONA, Francisco. Violencia y civilización en la sociología figuracional de Norbert Elías. *Acta Republicana Política y Sociedad*. Guadalajara, Año 12, n. 12, 2013, pp. 17-27.
- QUIROZ, Loreto y GONZÁLEZ, Leandro. *El Estado moderno y los linchamientos: una reflexión a partir de la obra weberiana*. Trabajo presentado en las X Jornadas de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2013.
- QUIROZ, Loreto. Legitimidad del derecho y linchamientos: los casos de Argentina y Chile. In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022, pp. 81-108.

- RAMÍREZ, Alejandra. ‘Me colgaron por robar’ – Linchamiento y violencia interciudadana: Su impacto en las dinámicas socio-políticas (Estudio de caso en Cochabamba). In: CAMACHO, Miriam y RAMÍREZ, Alejandra (comps.). *Reflexiones sobre algunos factores que explican la violencia y la inseguridad en su dimensión social*. Cochabamba, CEP-CESU-ASDI, 2018, pp. 97-132.
- RAMÍREZ, Alejandra. Vigilantismo, violencia inter-ciudadana y configuración de la sociedad. Estudio de caso boliviano durante el 2020. In: FUENTES DÍAZ, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIROZ, Loreto (Coord.). *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO; México, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), 2022, pp. 191-216.
- REMESEIRO Fernández, Manuel Oscar. El “vigilantismo” como reflejo del fracaso del sistema jurídico-penal estadounidense en los años setenta: análisis de la película “Death wish” (El justiciero de la ciudad). *UNED, Revista de Derecho*. Madrid, n. 23, 2018, pp. 604-634.
- ROJAS BRAVO, Gustavo. Apuntes sobre el linchamiento y la construcción social del miedo. *Tramas*. México D. F., UAM-X, n. 30, 2009, pp. 135-158.
- SANTILLÁN, Alfredo. Linchamientos urbanos, “ajusticiamiento popular” en tiempos de la seguridad ciudadana. *Iconos Revista de Ciencias Sociales*. Quito, n. 31, May. 2008, pp. 57-69.
- SNODGRASS Godoy, Angelina. When “Justice” is criminal: Crime, Communities and Lynchings in Contemporary Latin America. *Theory and Society*. Berlin, v. 33, n. 6, 2004, pp. 621-651.
- VÁSQUEZ, Katiuska. Violencias: Narcos se apropian del linchamiento. *Los Tiempos*. Cochabamba, 4 Feb. 2010.
- VÁSQUEZ, Katiuska. Linchamientos un problema sin fin. *Los Tiempos*. Cochabamba, 7 Oct. 2013.
- VILAS, Carlos M. Linchamiento: venganza, castigo e injusticia en escenarios de inseguridad. *El Cotidiano*. Ciudad de Mexico, n. 131, Mayo-Jun. 2005, pp. 20-26.

Recibido em: 31/07/2023

Aprovado em: 12/12/2023

Como citar este artigo:

SORUCO, Alejandra Ramírez. Linchamientos y dinámicas sociopolíticas y económicas. Estudio de caso en Cochabamba (Bolivia). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 755-779.





Vigilar y cuidar. La ambivalencia de la participación ciudadana securitaria en Chile y Argentina

Violeta Dikenstein¹

Alejandra Luneke²

Resumen: En las últimas décadas, bajo el enfoque de Coproducción de la seguridad, las comunidades han sido llamadas a participar en la prevención del delito en los territorios. En América Latina, los gobiernos han implementado diversas estrategias pero aún son escasos los estudios comparativos que analizan las prácticas comunitarias en distintos vecindarios. En este trabajo abordamos la experiencia chilena (Santiago) y argentina (Buenos Aires) utilizando información de carácter cualitativo y etnográfico.

Palabras claves: Participación ciudadana, Coproducción de la seguridad, Vigilancia vecinal, Chile, Argentina.

Vigilância e cuidado. A ambivalência da participação cidadã securitária no Chile e na Argentina

Resumo Nas últimas décadas, no âmbito da abordagem de Coprodução de Segurança, as comunidades têm sido chamadas a participar na prevenção da

1 Escuela Interdisciplinaria de Alto Estudios Sociales – UNSAM/CONICET – Buenos Aires – Argentina – vdikenstein@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0001-5953-913X>.

2 Universidad Alberto Hurtado y Instituto Milenio de Investigación en Violencia y Democracia – Santiago – Chile – gluneke@uahurtado.cl – <https://orcid.org/0000-0002-6580-4582>.

criminalidade nos seus territórios. Na América Latina, os governos implementaram várias estratégias, mas ainda são escassos os estudos comparativos que analisam as práticas comunitárias em diferentes bairros. Neste artigo, abordamos a experiência chilena (Santiago) e argentina (Buenos Aires) utilizando dados qualitativos e etnográficos.

Palavras-chave: Participação dos cidadãos, Coprodução de segurança, Vigilância de bairros, Chile, Argentina.

Surveillance and Caring. The Ambivalent Nature of Securitized Citizen Participation in Chile and Argentina

Abstract *In recent decades, under the Co-production of Security approach, communities have been called upon to participate in crime prevention in their territories. In Latin America, governments have implemented various strategies, but comparative studies analysing community practices in different neighbourhoods are still scarce. In this paper we address the Chilean (Santiago) and Argentinean (Buenos Aires) experience using qualitative and ethnographic data.*

Keywords: *Citizen participation, Coproduction of security, Neighbourhood Watch, Chile, Argentina.*

Introducción

Desde los años ochenta la inseguridad asociada al delito ha ocupado un lugar central en la preocupación ciudadana y en la agenda política en América latina. El aumento de los homicidios y el desarrollo de los mercados ilegales en la región la ha convertido en la más violenta del mundo (UNODC, 2019). Frente a esta realidad, los gobiernos han buscado distintas fórmulas para responder a este problema, desde iniciativas basadas en el endurecimiento de penas y aumento de la población carcelaria, la incorporación de tecnologías de vigilancia en los espacios públicos, reformas policiales y la incorporación de nuevas formas de gobernar el problema fundadas en el modelo de prevención de la criminalidad.

En este sentido, desde fines de los años ochenta y mediante procesos de transferencia de políticas promovidas por agencias de la cooperación internacional se importó desde el norte global, el enfoque de factores de riesgo a distintos países de la región. Fundado en acervo de conocimiento científico desde la década del 70, el paradigma de factores de riesgo (*Risk factors prevention*

paradigm: RFPP en su sigla en inglés) se ha implementado a través de diversos programas y estrategias que dan cuenta de tres modelos preventivos: el modelo de desarrollo temprano; el modelo de prevención comunitaria y el modelo de prevención situacional (Welsh y Farrington, 2012). El modelo de desarrollo temprano, postula que el comportamiento criminal está influenciado por ‘patrones de comportamiento y actitudes que han sido aprendidos en la infancia de los sujetos y por tanto intervenir en edades tempranas de dichos sujetos ofrece una gran oportunidad para disminuir la probabilidad del desarrollo delictual’ (Welsh y Farrington, 2012). Este modelo se basa en teorías y estudios sobre el desarrollo de carreras criminales de carácter longitudinal que muestran cómo el aprendizaje delictual se produce en los primeros años. El segundo modelo es el de prevención comunitaria, que se orienta identificar las condiciones sociales y habilidades comunitarias que operan en el nivel micro local y que explican la ocurrencia de delitos en el vecindario y el desarrollo de carreras delictivas. Hope (1995) destaca que incorpora estrategias orientadas a mejorar las condiciones sociales e institucionales que influyen negativamente en los sujetos combinando elementos del modelo de desarrollo y del modelo situacional. Se orienta principalmente a intervenir en las instituciones de los barrios como escuelas, organizaciones comunitarias u otras y entiende a la asociatividad vecinal y social como una barrera social frente al delito (Hope, 1995). El tercer modelo es el de prevención situacional y se orienta a disminuir los factores de carácter físico y ambiental que influyen en la comisión del delito buscando reducir la oportunidad del crimen. Para ello, las estrategias se orientan a modificar y manipular el entorno físico, instalar dispositivos de defensa y a manipular todos aquellos elementos que aumenten el esfuerzo del victimario para cometer el ilícito.

La prevención del delito implica por tanto hacerse cargo de las causas de la criminalidad al mismo tiempo que producir las respuestas entre distintos agentes y no solo es responsabilidad del Estado (Garland, 2005). El concepto de Coproducción de la seguridad moviliza la idea que el Estado no es capaz de responder por sí solo a la criminalidad, sino que es una tarea compartida y por tanto implica, la participación activa del Estado, policías, privados y sobre todo de la ciudadanía bajo un modelo de gobernanza de distintos actores en los territorios (Shearing y Wood, 2011).

La incorporación de la ciudadanía en la provisión de la seguridad y el desarrollo ha sido extensiva bajo distintos esquemas de participación que buscan co responsabilizar a la ciudadanía en las respuestas en esta materia. Se ha destacado, que tanto el modelo preventivo como la participación ciudadana son

la cara neoliberal del control social en la sociedad contemporánea, trayectoria impulsada desde las administraciones conservadoras de Reagan y Thatcher en el norte anglosajón. La prevención comunitaria del delito desde esta perspectiva, constituye una tecnología del estado orientada a aumentar el rol de sujetos y vecindarios en la provisión de seguridad (Garland, 2005) bajo una lógica de gobernanza pública neo liberal (O' Malley y Hutchinson, 2007: 373). Para Johnston (2001), quien analiza estos esquemas en Estados Unidos, estas experiencias son regímenes de seguridad urbana a través de los cuales las personas traducen el discurso político sobre el delito en sus vidas cotidianas y producen actos rutinarios de auto gobierno y que además constituyen de formas de actuar (tecnologías) permitiendo el control – más invisible- de los territorios y de la población por parte del estado” (Lee, 2007:11).

En América latina, Sozzo (2000) ha analizado cómo la agenda de la participación ciudadana en la prevención del delito se configura bajo los procesos de consolidación de las democracias neoliberales. Otros autores han destacado que una de las falencias es que la seguridad, se ha hecho ‘desde arriba’ sin el involucramiento real de vecinos y líderes sociales y/o sin reconocerles su trabajo (Abello y Angarita, 2013). Desde estos enfoques, las estrategias preventivas ha estado demasiado enfocadas en ‘bajar los indicadores’ y con ello las comunidades no han sido escuchadas, y es que, como dice Dammert, el involucramiento de la ciudadanía en materia de seguridad en países latino americanos ha sido a lo menos confuso: ‘Se habla de comunidad, pero no se especifica claramente a qué tipo de comunidad se alude. En muchos países nos referimos solamente a organizaciones sociales legalmente constituidas, y que en los últimos 10 años han perdido legitimidad en los vecindarios. Muchos se han quedado afuera” (Dammert, 2012: 115). La falta de participación en estas políticas habría agudizado la desconfianza existente hacia las instituciones a cargo de la seguridad y ha agudizado la sensación de impunidad que expresan los latinoamericanos.

Por otra parte, también estas experiencias han sido criticadas porque no han logrado dar respuesta real a los problemas de inseguridad en la región y han fortalecido la idea de que la criminalidad es una patología social y no el síntoma de un conflicto social, económico y urbano más profundo y situado históricamente. El involucramiento ciudadano se ha realizado de manera estandarizada desde el Estado y ha generado comunidades vigilantes y punitivistas (Pearce, 2013). También se ha señalado que estas estrategias han sido hiper focalizadas en determinados barrios y grupos sociales, cooptadas por las burocracias

municipales clientelares e ineficientes en materia de reducir la criminalidad y el temor al delito (Fruhling y Gallardo, 2012).

Este artículo dialoga con la literatura pero también busca complementar y contribuir a este acervo de conocimiento problematizando de manera comparativa las formas particulares que estas estrategias adquieren en cada territorio. En efecto, las políticas de participación ciudadana en seguridad, si bien arrancan muchas de mandatos estatales y “desde arriba” varían en sus diseños institucionales en América Latina en general, y al interior de cada país en particular. Siguiendo a González (2016), consideramos que no podemos evaluar el impacto o conocer los alcances de la participación comunitaria en seguridad sin considerar la variación en el diseño institucional, las características de quienes participan en estos esquemas, por ejemplo respecto a las diferencias o semejanzas que pueden existir en tradiciones políticas, sociales y cultura cívica de cada país. O bien, tampoco se puede obviar la posible diversidad de demandas que las comunidades levantan en estos espacios de participación y los mecanismos bajo los cuales se coordinan.

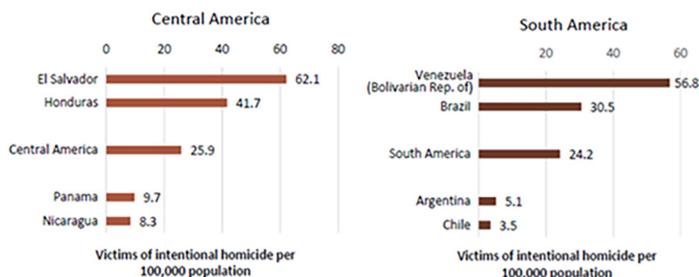
En las siguientes páginas, analizamos cuatro tipos de esquemas participativos en materia de seguridad desplegados en dos países de la región: Chile y Argentina. Sostenemos que la política de participación ciudadana en materia de seguridad en ambos casos si bien se funda en un enfoque y modelo común (la coproducción y el paradigma de la prevención del delito) y comparte ciertos elementos de diseño institucional similar (estructuras de asambleas, coordinación desde gobiernos locales, levantamiento de diagnósticos), la participación ciudadana adquiere particularidades adscritas a cada territorio. Los hallazgos confirman este supuesto sin embargo también nos muestran que los alcances de este tipo de participación adquiere una naturaleza que es ambivalente tanto para los casos analizados en Chile como en Argentina.

Estrategia metodológica

Este artículo se basa en dos estudios cualitativos realizados por las autoras en Chile y Argentina en dos procesos investigativos distintos. Consideramos que ambos países pueden pensarse conjuntamente, pues presentan algunas características similares en relación a los niveles de delito. En efecto, en el contexto regional Argentina y Chile no se destacan por sus altas tasas de homicidios. De acuerdo al informe sobre homicidios de la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC, 2019) ambas naciones integran un grupo

de países con tasas de homicidios bajas, aunque por encima o alrededor del promedio mundial.

Gráfico 1. Países con las tasas de homicidios más altas y más bajas en subregiones seleccionadas



Fuente: UNODC, 2019

Aun así, tanto en Chile como en Argentina, las relativamente bajas tasas de homicidio se conjugan con altos índices de victimización. Ciertamente, como afirman Dammert y Lagos (2012) los países que registran mayores tasas de homicidios son aquellos donde el narcotráfico es uno de los mayores problemas, como Centroamérica y México; mientras que en los países que registran alta victimización, pero no necesariamente gran cantidad de homicidios, encontramos una mayor presencia de hurtos, robos y lesiones. En este tipo de configuración, la delincuencia común afecta a toda la población y no sólo a grupos involucrados en delincuencia organizada.

El caso chileno se basa en los resultados de una etnografía focalizada en dos tipos de dispositivos de participación ciudadana securitaria realizada entre 2016 y 2018 en dos comunas (Maipú y Peñalolén) del Gran Santiago. Este estudio implicó el desarrollo de observación etnográfica, 38 entrevistas semi estructuradas a actores claves y residentes y vecinos, notas de campo y registros visuales. Para el caso argentino, nos basamos en dos trabajos cualitativos. El primero fue realizado Programa Comisarías Cercanas, en un barrio de la Ciudad de Buenos Aires durante 2017 y 2018, basado en la realización de observaciones participantes y entrevistas en profundidad³ tanto a los vecinos como a las autoridades que asistían. El segundo se trata de un trabajo en curso donde se abordan los foros de seguridad vecinal en el Conurbano Bonaerense, donde hasta el momento se han realizado 8 entrevistas

3 Los resultados aquí expuestos forman parte de un proyecto más amplio que incluyó la realización de 40 entrevistas. De ese conjunto, los datos de este artículo proceden de 14 entrevistas.

en profundidad a foristas y miembros del Ministerio de Seguridad de la Provincia, así como observaciones participantes en diversas instancias de encuentro que desde allí se propician (reuniones con vecinos de la zona, con miembros del municipio y del ministerio, entre otras). Los datos fueron analizados siguiendo una lógica inductiva, esto es, basada en enfoque de teoría fundamentada que propicia la construcción de categorías y dimensiones a partir de la data recopilada.

Resultados

El caso chileno

Con el advenimiento de la democracia en 1990, una de las principales preocupaciones del gobierno de Aylwin fue responder a los problemas de seguridad interior y pública bajo una forma que se alejara de las fórmulas represivas de la dictadura militar. Las nuevas autoridades buscaron nuevos enfoques y metodologías que permitieran gobernar el delito (Schearing y Wood, 2011) en Chile y movilizaron una ágil agenda de políticas públicas bajo el modelo de “coproducción de la seguridad” (Garland, 2005). Bajo este modelo, desde fines de los años noventa, se impulsaron una serie de iniciativas que, por un lado, incorporaron estrategias para la prevención social y situacional del crimen y que, por otra parte, fomentaron el involucramiento de la y de agentes privados en la producción de la seguridad (Trebilcock y Luneke, 2019). Sin embargo, no fue hasta mediados de los años 2000, que con la elaboración de la primera política nacional de seguridad ciudadana de 2004 el llamado a la ciudadanía a participar en seguridad se consolidó a través de políticas, planes y programas permanentes en los territorios. Tanto en el campo policial como en el campo de la prevención del delito, se observa una cantidad importante de iniciativas y recursos públicos y privados en lo que fue este “nuevo paradigma de gestión de la inseguridad” (Blanco y Tudela, 2010).

En el campo de la prevención policial, la participación ciudadana se propició primero a través del Programa Plan Cuadrante de seguridad preventiva de Carabineros de Chile (1998 en adelante) y luego, a través del Modelo de Integración Carabineros Comunidad (desde 2010 en adelante). Ambas estrategias se inspiran en componentes del modelo de política comunitaria y de policía orientadas a los problemas, e implican un trabajo sostenido entre los policías y vecinos organizados en los barrios (Luneke, Dammert y Zuñiga, 2022). Ambas iniciativas se encuentran en desarrollo en el país y han sido escasamente

evaluadas. En el campo de la prevención comunitaria del delito, un número importante de iniciativas han sido impulsadas por el gobierno central e implementadas por los municipios en todo el territorio nacional con financiamiento del Ministerio de Interior y Seguridad Pública. En esta área destaca la creación de Consejos Comunales de seguridad, creados por ley en 2016 y que son instancias locales que pretenden coordinar a distintos agentes locales (policías, servicios municipales, representantes de comercio y de las comunidades) para el desarrollo de políticas de prevención en los territorios.

Estas estructuras, que se han desarrollado de manera desigual en los territorios comunales, canalizan la entrega de recursos para que vecinos y vecinas se organicen y realicen actividades asociativas de prevención del delito. La mayoría de los proyectos ejecutados se han focalizado en la instalación de sistemas de alarmas gestionadas colectivamente por vecinos; sistemas de video vigilancia por calles y pasajes; mejoramiento y recuperación de espacios públicos, instalación de luminarias, disminución de follaje y otras iniciativas vinculadas a la disminución de factores físico- ambientales que explican la ocurrencia de determinados delitos. Si bien la inversión pública ha sido sistemática en esta materia, aún se conoce poco sus efectos reales sobre la inseguridad (Frühling y Gallardo, 2012; Arias Sobalvarro y Luneke, 2022).

La proliferación de estos esquemas de participación es extensiva en el nivel territorial y sus fundamentos se encuentran en la apuesta que ha hecho el Estado chileno en abordar el fortalecimiento del capital social en las comunidades (Manzano, 2010) bajo la perspectiva ecológica de la delincuencia.

Los consejos comunales de seguridad pública y la participación desde arriba en Maipú.

En 2016, se modificó la ley orgánica de municipalidades en Chile y se dio paso a la creación de los consejos comunales de seguridad pública. Inspirado en el modelo “safer cities” de Inglaterra y heredero de la trayectoria de más de diez años de programas nacionales de prevención local (Programa Comuna segura y Programa Planes comunales de seguridad pública) esta instancia busca ser un espacio de coordinación y una estrategia de gobernanza del delito en lo local. Como destaca el plan de Bachelet de la época, los consejos comunales fueron concebidos como una herramienta de encuentro entre la comunidad y las instituciones del nivel local para generar planes de prevención del delito. Bajo esta normativa, los municipios deben diseñar una estrategia local de seguridad pública en base a un diagnóstico que involucra a diferentes actores y luego focalizar los recursos que el gobierno central les entrega a los gobiernos municipales. Los consejos deben elaborar un diagnóstico de los principales problemas

de delincuencia e inseguridad en base a información policial y de percepción e información de la ciudadanía relevada a través de diferentes instrumentos de participación y de consejos barriales de seguridad. Con el diagnóstico, el consejo comunal de seguridad prioriza áreas e implementa estrategias orientadas a reducir dichos problemas en un plazo de tres años. El consejo local está compuesto por representantes de la comunidad y autoridades locales y policías.

En la comuna de Maipú, el consejo comunal existe desde el año 2000 de manera administrativa por lo que la nueva ley sólo institucionalizó legalmente una práctica que se venía desarrollando desde antes. Maipú es una de las 34 comunas que conforman el Área Metropolitana del Gran Santiago (AMGS), ubicada al sur poniente de la ciudad. Desde 1990 ha experimentado un vertiginoso crecimiento demográfico, siendo explosivo durante las tres últimas décadas (1992 a 2017, de acuerdo con información censal). Si para 1992 la comuna tenía 252.000 habitantes, en 2017 supera los 600.000 convirtiéndose en la segunda comuna más poblada a nivel nacional. Es una comuna que concentra barrios de agudas precariedades socio económicas, pero también, y producto del desarrollo inmobiliario, consta de una importante población pertenecientes a grupos de clase media y clase alta (Salvo, 2018). La comuna está conformada por 21 barrios que comparten características homogéneas en cuanto a la normativa territorial, grado de consolidación de su infraestructura, composición socioeconómica y etaria. En términos socio delictuales e inseguridad la comuna se distingue del resto del país por los altos niveles de percepción de inseguridad que reportan sus habitantes pese a estar en los niveles promedios de victimización a hogares. Los lugares más peligrosos para los maipucinos son principalmente las plazas y los parques, los paraderos de locomoción colectiva y botillerías. Junto a lo anterior, la percepción de incivildades⁴ en el barrio también es alta en la comuna: un 48% de los encuestados considera que *frecuentemente o muy frecuentemente* existe presencia de consumo de drogas o alcohol en la vía pública; un 35% observa frecuentemente rayados o marca en propiedad privada y un 26% la presencia de sitios eriazos (Luneke, Trebilcock y Robles, 2021).

La alta percepción de inseguridad es una preocupación para las autoridades de la comuna y parte de la gestión municipal se ha orientado tanto a abordar los delitos según información policial como a disminuir la percepción de temor de sus habitantes. En el periodo en que se realizó el estudio (2016-2017), las autoridades locales y el Consejo comunal

4 Las incivildades son un tipo de falta delictual en Chile que refiere a desórdenes en la vía pública que son registrados por la policía y por la encuesta nacional urbana de inseguridad a nivel vecinal.

adoptaron la forma de trabajar los planes comunales de seguridad y definieron focalizar el trabajo en las 21 unidades barriales que componen el territorio y constituir en cada uno de ellos, un consejo barrial. En cada consejo barrial, participan representantes de juntas vecinales, de colegios, escuelas, organizaciones sociales y otros actores comunitarios (clubes deportivos, iglesias, colegios etc.) para que participen en la elaboración de un diagnóstico de problemas por barrio, en el diseño e implementación de proyectos focalizados de acuerdo con las áreas priorizadas por el diagnóstico para un periodo de tres años. En este caso se trata en su mayoría mujeres, adultas y adultas mayores que son jefas de hogar o están jubiladas que pertenecen a una institución barrial y son de sectores socioeconómicos medios y bajos. Al ser consultado por el enfoque participativo impulsado por la municipalidad para abordar los problemas de inseguridad en los territorios, el director de seguridad ciudadana aclaró que “estamos convencidos que es la forma adecuada de dar una respuesta a las demandas de seguridad de nuestros habitantes... porque así se conocen y pueden decirnos cuáles son sus principales problemas y participar en las respuestas” (director de seguridad pública, Municipalidad de Maipú).

Durante el estudio, la observación etnográfica se realizó en la fase de diagnóstico de los consejos barriales de los 21 casos. En estas instancias, convocadas por el equipo municipal, los participantes debían identificar los problemas que más les afectan en términos delictuales. Con el uso de mapas, se les solicitaba enunciar y localizar donde estos ocurrían y cuáles eran los factores que los explicaban elaborando mapas de riesgos. Respecto a los factores, la consulta de los equipos municipales se refería principalmente a características del espacio y de la infraestructura pública. Una vez identificados los problemas y su localización, el municipio elaboró una cartografía digital y luego validó los resultados con ellos. Esta fase duró alrededor de 3 a 4 meses en cada barrio. El análisis de estos mapas dio cuenta que en cada territorio los delitos varían y tienen especificidades particulares. En términos generales, en barrios segregados los principales problemas aluden a balaceras, tráfico de drogas y enfrentamiento entre bandas de jóvenes. En los barrios residenciales, los problemas se asocian a robos de autos, asaltos a personas y robos a hogares, y en sectores comerciales, se concentran los delitos de robos a personas.

El análisis que promueve el municipio de los factores de riesgo se funda en elementos de la teoría ambiental del delito, específicamente de la teoría de ventanas rotas, el espacio defendible y teoría de actividades rutinarias para promover proyectos de mejoramiento de espacios públicos y calles. Sin embargo, el

acompañamiento etnográfico de estas instancias y las entrevistas realizadas a los participantes, mostraron el conflicto que emerge cuando la participación de la ciudadanía queda definida “desde arriba”, es decir por el Estado y es concebida de manera funcional a los objetivos de la gestión pública.. En este sentido, se observó en varias instancias que las vecinas y vecinos señalaban problemas que no coincidían con las categorías de problemas que al municipio le interesaba recoger y reclamaban que no se sentían escuchados. Una vecina entrevistada al respecto señalaba en una asamblea, “es que me preguntan por mis problemas, y yo les digo que tengo un vecino que tiene muchos perros peligrosos y que ladrarán toda la noche. Yo no tengo problemas de delincuencia, tengo problemas de que no vivo tranquila por esos perros, pero nadie me escucha... entonces no me digan que me siento segura”

En este caso la participación ciudadana que generan este tipo de estrategias en seguridad no recoge ni los conflictos ni los problemas de convivencia que son importantes para los vecinos y vecinas. Se trata de definiciones dadas a priori de problemáticas que son priorizadas por el Estado chileno y lo que se define desde arriba como seguridad/inseguridad. Desde esta perspectiva, estas políticas no recogen la dimensión de conflicto y poder que albergan las mismas comunidades y la participación adquiere un carácter funcional.

Los grupos de WhatsApp: el caso de villa valle Hermoso

En Chile, uno de los principales efectos que ha tenido la percepción de inseguridad frente al delito es la proliferación de grupos de WhatsApp en vecindarios. Frente al sentimiento de desprotección, coordinarse mediante esta aplicación para “cuidarse”, como destacan vecinos, es muy común. En estos espacios, se articulan distintas definiciones de peligros y riesgos que movilizan tácticas para anticiparse a ellos y cuidarse. Y es que, como destacan Álvarez y Auyero (2014), en barrios afectados por la inseguridad, emergen una serie de prácticas cotidianas de cuidado que permiten tejer relaciones sociales y responder a través de ellas al peligro físico y lidiar con la incertidumbre. Si bien, muchos de estos esquemas de participación vecinal se originan de manera espontánea, en la mayoría de los casos estos se institucionalizan en tanto los municipios los apoyan e incluso, incorporan a funcionarios de seguridad para que canalicen información y gestionen las preocupaciones frente al delito.

El grupo de WhatsApp de villa Valle Hermoso abarca un radio de 10 cuadras a la redonda en un barrio de clase media en el sector oriente de la ciudad de Santiago. Es un sector residencial, ubicado en la comuna de Peñalolen y aledaño a barrios más empobrecidos. Si bien este grupo partió de manera espontánea

con a 8 o 10 vecinos de una calle, tras exponer la problemática en una reunión con el municipio, se incorporaron muchos otros vecinos y se sumó el encargado de seguridad de la municipalidad y la policía. La principal función de este grupo es a juicio de los vecinos “es estrictamente para el tema de la seguridad”. De hecho, tras la constitución del grupo, una y otra vez vecinos destacaban sobre la necesidad de hacer un protocolo de uso para evitar que se hablara de otras cosas. El análisis de sus interacciones muestra que en este se informan distintos tipos de problemas de seguridad del barrio. La principal preocupación y demanda son los robos en el barrio, ya sea a las personas, sus autos u hogares. Se sospecha de todos aquellos sujetos a los cuales no se conoce y que tienen características físicas y sociales particulares. En este sentido, quienes son signados como peligrosos son vendedores ambulantes y/o gente pidiendo en la calle que, a juicio de los entrevistados, podían estar mirando sus casas o autos para robarles después. Pero también la sospecha recae sobre los jóvenes que se juntan a tomar en parques y plazas y/o caminan por el barrio. Pero, la sospecha no se vincula realmente con la edad de los sujetos, sino que más bien a su forma de vestir y que remite a la imagen de joven urbano popular. Esta asociación coincide con lo que estudios que muestran que en Chile se teme a los jóvenes pobres que son desconocidos (Dammert, 2012) y ese temor a su vez alimenta los juicios de clase social y estratificación presentes en cada orden social constituido (Taylor, 1996). En este caso, el temor se configura en torno a la presencia del asentamiento informal que es aledaño al barrio y a sectores más pobres que los limitan. Al igual que en otros territorios con presencia de grupos socio económicos diversos, en este vecindario se produce en un proceso de diferenciación social a pequeña escala (Rasse, 2015) mecanismo que emerge como defensa frente estigma que recae sobre los territorios empobrecidos en Chile (Luneke, 2016).

Frente a estos peligros, el WhatsApp les permite agenciar y coordinar acciones para prevenir y atender en casos de emergencia. Las prácticas que se movilizan se orientan a la autodefensa de la comunidad mediante información de lo que sucede cotidianamente y la vigilancia que los vecinos realizan de manera cotidiana. Estas acciones les hace sentir que controlan el espacio habitado (Luneke, Trebilcock y Robles, 2021).

Pero también, los vecinos han logrado coordinar esta táctica de vigilancia frente a los sospechosos con el uso de los artefactos de alarmas que instaló el municipio en las casas. El Whastapp y alarma comunitaria actúan de manera conjunta y a juicio de los vecinos, permiten estar doblemente protegidos porque quedan conectados con la policía y con el municipio. En Estados Unidos este tipo de esquemas de vigilancia social se desarrollaron bajo el programa

“neighborhood watch”, esquemas que fueron promovidos especialmente por agencias del estado y organizaciones de la sociedad civil en la década del ochenta frente al alza de la criminalidad. El foco de estas estrategias es habilitar a los vecinos para estar alertas de los peligros en el barrio. Cada hogar recibe además un letrado que dice “barrio protegido” con el objeto de disuadir al delincuente. El supuesto de estos programas es que la prevención se inicia cuando los vecinos se conocen e intercambian información sobre riesgos para reducir la oportunidad del delito mediante la observación cotidiana y restituyendo el vínculo de comunidad en cada vecindario. Estas acciones, les permiten construir una sensación de control y les permite, a juicio de ellos, vivir tranquilos: *“Es que nos permite estar juntos, aunque sea a distancia. Me siento tranquila porque ya no me siento sola, si pasa algo, aviso por el whatsapp y siempre hay alguien que responde”*.

Estas fueron las palabras de una vecina que participa activamente. Sus palabras son elocuentes respecto a la sensación de tranquilidad que le entrega esta aplicación del teléfono celular. Emerge en ello, también la dimensión emocional que tienen las prácticas de vigilancia que se realizan en su entorno. Frente a la presencia de conductas, objetos o sujetos sospechosos, la comunicación entre vecinos ayuda a distribuir socialmente el miedo y la ansiedad (Ahmed, 2004). Para los vecinos, el WhatsApp sirve para estar acompañados aun cuando se está solo o a distancia. Un entrevistado señalaba que no tenía claro si realmente el WhatsApp soluciona los problemas, pero si siente que les sirve para conocerse y sentirse menos solos. En este conocerse, se propicia un encuentro con un otro y es en este proceso, que la afeción negativa asociada al delito se distribuye entre varios. Con ello se mitigan ansiedades e incertidumbres que produce la percepción de peligros al mismo tiempo, que como ellos destacan, se convierte en amistad.

Hacerse cargo de la seguridad en Valle Hermoso asume la gramática de cuidado en las voces de nuestros entrevistados. Cuando ellos hablan de protegerse frente al delito, hablan de cuidarse a sí mismos y cuidarse entre todos. El cuidado queda definido así por los propios participantes como una barrera de protección frente al delito que moviliza otras acciones y emociones. En este sentido, el cuidado emerge como un concepto que dialoga con definiciones propias de la antropología social, que comprende al cuidado como una forma de relacionamiento social que involucra tanto una dimensión funcional como emocional y afectiva (Kleinmann, 2006). Una vecina de la calle asigna un rol positivo a lo que ha producido el grupo de WhatsApp en el vecindario en relación a los vínculos sociales: *“si bien el tema de la delincuencia se ha ido metiendo, por los*

robos es que nos hemos visto en la obligación de...algunos no todos, de mirarnos, de reconocernos y cuidarnos...se nos había olvidado eso acá”.

En un contexto que perciben como desprotegido por el Estado, los vecinos decidieron actuar. Esta aplicación, y tal como muestran estudios sobre el uso de esta tecnología, ha facilitado la construcción de relaciones íntimas para satisfacer las necesidades por vincularse (Karapanos, Teixeira y Goveia, 2016). La inmediatez, sincronicidad y ubicuidad que facilita esta aplicación tecnológica muestra que, a diferencia del uso de Facebook, “el WhatsApp se circunscribe a la construcción de relaciones privadas facilitando generar respuestas inmediatas en el que recibe la información mediante la creación de contenidos y así temporalizar y sincronizar la comunicación. Permite compartir de cerca y en tiempo real y compartir ideas, sentimientos, etc. Permite establecer una comunicación que es también emocional de igual forma a que si estuvieran cara a cara y generar seguridad a través de estos” (Karapanos, Teixeira y Goveia; 2016: 890). Dentro de estos atributos destaca también la plasticidad que ofrece, puesto que esta aplicación se adapta y ajusta a las rutinas y estructuras de los sujetos en la vida cotidiana y al cómo estos construyen su mundo social (Dayan, Ariff y Syammi, 2014). Pese a que aún ha sido poco estudiado el efecto, estudios dan cuenta que esta tecnología ha sido apropiada porque ofrece comunicación en tiempo real, produce empoderamiento, sentimiento de pertenencia, sociabilidad y entretención (Fuentes, García y López, 2017).

Así, en Villa Valle Hermoso esta tecnología ha producido un nuevo marco de socialización que ha transformado lo que hasta ahora se ha entendido por comunidad.

El caso de Argentina

En Argentina, la creciente relevancia de la participación ciudadana y el valor de la proximidad como modo de gestión pública, redundaron en una apuesta a lo local como modo de mejorar la gobernabilidad en un contexto de crisis de representación y desconfianza hacia las instituciones políticas (Annunziata, 2005). En efecto, numerosos autores coinciden en señalar el indiscutible protagonismo de los gobiernos locales en las políticas de seguridad (Sozzo, 2009; Dammert, 2003; Binder, 2016; Ciafardini, 2016), producto de los procesos de descentralización registrados hacia mediados de los años 90 en el marco de las políticas neoliberales impulsadas durante ese período (Lio, 2019). En consecuencia, los municipios se encuentran actualmente con facultades propias que le permiten diseñar políticas de seguridad (Binder, 2016). En ese sentido, los trabajos académicos de nuestro país muestran que, bajo este nuevo protagonismo

de los gobiernos locales para el diseño de políticas de seguridad, las estrategias de participación comunitaria en esta materia han sido de lo más variadas y se han implementado en diversas provincias de nuestro territorio nacional. En ese sentido, los trabajos académicos de nuestro país muestran que, bajo este nuevo protagonismo de los gobiernos locales para el diseño de políticas de seguridad, las estrategias de participación comunitaria en esta materia han sido de lo más variadas y se han implementado en diversas provincias de nuestro territorio nacional. En efecto, numerosos autores han dado cuenta de experiencias de lo más disímiles en cuanto a su diseño: se han analizado estrategias basadas en programas asistenciales, donde personas sin empleo formal desempeñan su contrapartida laboral bajo tareas de seguridad ciudadana (San Luis); o bien, dispositivos basados en Consejos Barriales de carácter asambleario (Córdoba), o programas de alarmas comunitaria (Rosario), entre otras múltiples variantes⁵.

Como podemos observar, en el territorio nacional se ha desplegado un nutrido abanico de políticas de participación: algunas basadas en la interacción de actores de naturaleza diversa, otras basadas en el uso de aplicaciones móviles, o en el contexto de programas asistenciales. Ahora bien, los distintos autores que analizaron estas experiencias detectan en sus trabajos una serie de inconvenientes. En general, señalan dificultades de coordinación con las fuerzas policiales, la escasez de recursos materiales y humanos, el desinterés de los funcionarios que otrora orquestaron estos programas, así como el reforzamiento de la segregación de sectores ya estigmatizados como peligrosos.

A continuación, analizaremos dos formatos de participación ciudadana vigentes en la actualidad en el Área Metropolitana de Buenos Aires.

Los Foros Vecinales de Seguridad Ciudadana

En el partido de San Martín⁶ desde fines de los años noventa funciona un programa de participación ciudadana organizado a través de seis Foros Vecinales de Seguridad⁷, cada uno correspondiente a la comisaría de cada barrio, integrados por diferentes actores, instituciones y organizaciones, con el objetivo de

5 Ver Seveso Zanin (2015); Vittorelli (2019) y Ginga, 2021.

6 Este partido se localiza al noroeste de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y condensa en su territorio una serie de desigualdades sociales y ambientales. Asimismo, en los últimos años el partido registra una tendencia a la alza en la evolución anual de la cantidad de delitos.

7 Cabe destacar que las reuniones de participación ciudadana se encuentran en el marco de la Ley provincial 12.154/98, vigente desde 1998. No todos los partidos tienen a los foros en marcha, de hecho, en ocasiones eso se produce por una resistencia por parte de los gobiernos municipales. Actualmente, en San Martín se encuentran en funcionamiento 6 de los 8 foros.

“estimular la participación ciudadana”, así como “sumar inteligencia, experiencias y perspectivas para el abordaje integral y el seguimiento de la política de seguridad”⁸. Cada foro consta de tres miembros representativos: un presidente, un vicepresidente y un secretario. Los mandatos duran dos años y se renuevan mediante elecciones locales entre referentes de cada zona correspondiente. Los foristas deben representar a una entidad barrial, por ejemplo, una parroquia o un club de barrio. En general, rondan por encima de los 50 años de edad y son habitantes longevos en el territorio, residen allí hace varias décadas o incluso pueden habitarlo desde varias generaciones, tienen un conocimiento profundo de la zona y sus habitantes.

En general, quienes asumen las tareas de foristas en sus distintos escalafones de los foros son parte de los sectores medios y medios bajos del territorio y, a su vez, articulan con sectores empresarios, industriales y comerciales de la zona.

El quehacer de los foros no es rentado y consta, podríamos decir, de dos instancias de actividad: una “hacia arriba” y otra “hacia abajo”. En relación a la primera, los representantes de los foros sostienen, por ejemplo, reuniones mensuales con el ministerio de Seguridad de la provincia donde asisten funcionarios del ministerio, autoridades policiales y, eventualmente, autoridades judiciales bonaerenses y encuentros con miembros de la municipalidad. En estas reuniones, se suele conversar acerca de la situación institucional-formal de cada foro (por ejemplo, cuando realizamos nuestras observaciones, los foros debían someterse a un proceso de regularización llamando a elecciones, que se habían visto postergadas por la pandemia), y también los foristas dan cuenta de su actividad, de las irregularidades y los problemas que detectan en sus territorios.

El trabajo del forista consta de una canalización de la demanda ciudadana, pero también, implica ejercer una vigilancia sobre el funcionamiento de las fuerzas de seguridad. En efecto, despliegan estrategias para que la policía ejerza su función de modo eficaz y visible hacia los residentes: “Nuestra misión, si se puede decir misión, es tratar de que la policía cumpla en forma, en término y en procedimiento, como dice la ley” (Mónica, presidenta de foro). Por ejemplo, algunos de ellos dejan un cuaderno en la puerta de sus comercios para que los patrulleros firmen cada vez que pasan por la zona, como modo de acreditar que están cumpliendo con sus rondas. Pero también, algunos procuran el bienestar de la policía. Por ejemplo, Adela les prepara el almuerzo a los patrulleros de su zona para evitar que consuman comida chatarra. Los foristas, también, asisten

8 Extraído de: <http://www.sanmartin.gov.ar/servicios/Seguridad/>

a capacitaciones que les brinda el ministerio: realizaron cursos sobre robos de tarjetas de crédito, seguridad vial o violencia de género.

Como mencionamos, así como los foristas despliegan sus actividades “hacia arriba”, también desempeñan tareas “hacia abajo”, es decir, al interior de la zona de incumbencia, donde cada uno atiende los inconvenientes de su territorio. El conocimiento profundo y de primera mano tanto de las problemáticas de la zona así como de los residentes que la integran, los posiciona como una suerte de mediadores entre los vecinos y las fuerzas de seguridad; de hecho, se presentan a sí mismos como el “nexo entre el vecino y la policía”. Por ejemplo, con mucha frecuencia los vecinos llaman primero al forista antes que a la comisaría cuando ocurre un acontecimiento de delito. Asimismo, dentro de este rubro relativamente variado de tareas “hacia abajo”, sostienen una comunicación diaria y continua con los vecinos de cada zona mediante una compleja trama de grupos de WhatsApp y suelen organizar con cierta regularidad reuniones con los vecinos de la zona para atender a sus problemáticas.

Pero la actividad de los y las foristas va mucho más allá de lo que establece la ley y sus protocolos, así como de intervenir en tareas estrictamente securitarias. Los foristas, y sobre todo *las* foristas, actúan e intermedian un amplio abanico de situaciones, tales como casos de personas con problemas de salud mental (donde ayudan a encontrar tratamientos psicológicos gratuitos para vecinos, o modos de atención psiquiátrica para casos graves que derivan en violencia familiar); de violencia de género (acompañan al hospital a mujeres que fueron víctimas de abuso); a víctimas de accidentes de tránsito en sus reclamos y manifestaciones, colaborar con escuelas y comedores (aunque cabe destacar que no todos los foristas desarrollan estas tareas), entre otras variantes. Se trata, en suma, de actividades de cuidado de los otros de gran valor comunitario.

El Programa Comisarías Cercanas

A diferencia de los Foros de Seguridad, el Programa Comisarías Cercanas es bastante reciente en el tiempo. Su inauguración data en 2017, en el marco de un cambio institucional dentro de las fuerzas de seguridad locales, con la conformación de la Policía de la Ciudad de Buenos Aires. Por medio de este programa, se pretendía “construir cercanía” entre la policía y los ciudadanos, brindarle una mayor proximidad a las fuerzas de seguridad y construir lazos con los vecinos de los barrios porteños.

El diseño de este programa es, asimismo, bien distinto respecto de los foros. Aquí la participación de los ciudadanos consiste en asistir a reuniones mensuales

en la comisaría de su zona, donde acercan sus demandas ante el comisario y a alguna autoridad que se encuentre presente (algún comunero, funcionario del Ministerio de Seguridad de la Ciudad, eventualmente un legislador). En general, los vecinos que se aproximan son adultos de mediana edad y adultos mayores. Las pocas veces que participan jóvenes suelen ser mujeres, a veces con un niño pequeño en brazos. Hay, también, un «elenco estable», un núcleo de vecinos que participan casi sin excepción de todas las reuniones.

La dinámica de las reuniones supone que los vecinos se anoten en una lista de oradores y que, por turnos, vayan presentando sus reclamos, tales como un relatar episodios de delito que atravesaron en los últimos tiempos. Estos episodios pueden ir desde eventos traumáticos de victimización, hasta contravenciones. Además, los participantes también pueden aprovechar la oportunidad para aventurar demandas más amplias, tales como el descontento con el funcionamiento del sistema judicial (Dikenstein, 2022). De su lado, las autoridades presentes procuran dar respuestas concretas y mostrar eficiencia, aunque sus respuestas no siempre resultan satisfactorias para los vecinos participantes y, con frecuencia, los encuentros redundan en discusiones acaloradas.

El diseño de este programa no supone que los ciudadanos que participan asuman responsabilidades ni tareas específicas. Se pretende que los vecinos asistan individualmente y manifiesten sus demandas particulares a cambio de una respuesta en un diálogo virtualmente horizontal, pero en definitiva asimétrico con las autoridades presentes. No obstante, esto no es lo que ocurre en los hechos. En primer lugar, los residentes que se aproximan a estos eventos se encargan de enrostrar a las autoridades una y otra vez la poca eficacia en la prevención del delito y los modos de intervenir por parte de las fuerzas de seguridad, la insuficiente cantidad de dotaciones disponibles y la persistencia de los problemas de incivilidad y delincuencia. Asimismo, algunos vecinos comienzan a avanzar en términos de coordinación y se organizan para encabezar acciones conjuntas. Es el caso del «elenco estable» mencionado anteriormente, un grupo de vecinos que asumen cierto rol de activismo y que hacen de la inseguridad su ámbito de intervención, de ejercicio y de «trabajo» (Dikenstein, 2019). Este activismo supone actividades que exceden al espacio de las reuniones en las comisarías: organizar manifestaciones de protesta, juntar firmas y redactar peticiones, establecer una vigilia constante en las irregularidades de su zona, controlar a los efectivos oficiales que se encuentran ociosos, recolectar información sobre episodios de delito, etc. Así, van gestando un rol con autonomía relativa a la política de participación bajo análisis. Ciertamente, estos espacios funcionan las veces como un espacio para establecer contacto con las autoridades y tender

redes que, eventualmente, puede redundar en que logren reuniones con más altas esferas del Ministerio de Seguridad o de la Policía. Entonces, estos actores comienzan a ganar autonomía y relevancia, de tal modo que en ciertas ocasiones disputan, cuestionan o se ponen a la par de las fuerzas de seguridad y de las otras autoridades presentes.

Algo que observamos como característico en las reuniones es que funcionan como espacios donde se señalan villanos que, tal como menciona la literatura especializada, coinciden en reforzar la existencia de un “otro” estigmatizado como peligroso. Las casas tomadas, las villas, los jóvenes que cometen incivildades, los menores, entre otros, emergen como las figuras y los locus del delito. También, por una suerte de “afinidad electiva”, quienes concurren a estos encuentros son residentes con cierta cercanía ideológica a concepciones punitivas de la seguridad pública. De este modo, y también en sintonía con los hallazgos señalados en literatura sobre el tema, la vía punitiva y centrada en la policía emerge como solución única para los problemas urbanos (MacColman y Dikenstein, 2023). Asimismo, cabe destacar que estos programas funcionan como instancias de aprendizaje cívico para los participantes, donde las autoridades y los comisarios ejercen una suerte de rol pedagógico: explican a los participantes las características que hacen a su labor de seguridad en el barrio, los límites de su accionar, sus protocolos, así como las diversas medidas que el Gobierno de la Ciudad va implementando en materia de seguridad.

Conclusiones

A lo largo de estas páginas recorrimos cuatro experiencias de diseños de participación ciudadana en seguridad, en dos países que, con sus matices, presentan características similares en relación a sus índices de delito. La mirada en espejo de estas experiencias permite pensar las recurrencias y los contrastes de los diseños participativos que, como mencionamos en la introducción, son una constante en las estrategias securitarias en la región y, sin embargo, poco se sabe de las dinámicas que se producen en su interior y los efectos que provocan. Este texto procura ser una primera aproximación hacia una mirada más global de tales cuestiones.

En principio, podemos observar que si bien los cuatro modelos de participación bajo análisis comparten la estrategia de coproducción de la seguridad de prevención al delito, los diseños que se implementan para tal fin son bien diferentes. En efecto, encontramos en Chile que los Consejos comunales son diseños implementados “desde arriba”, es decir, fuertemente estructurados desde los poderes públicos, desde donde se

convoca a participar a los ciudadanos bajo los objetivos (elaboración de mapas de riesgo) y en torno a las demandas ya preestablecidas por el Estado (vinculada estrictamente al delito, sin contemplar otros malestares urbanos que aquejan a los residentes, ligados a incivildades). Allí, quienes participan cuentan con poco espacio de acción para presentar sus reclamos. Pero también en Chile, hallamos diseños “inductivos” o “desde abajo”, donde el Estado “se cuela” y retoma organizaciones preexistentes en la sociedad civil, con los mismos fines de construir redes de seguridad basada en el contacto con la ciudadanía. Este es el caso de los grupos de WhatsApp, cuyo origen fue espontáneo y luego fue institucionalizado por el Estado. Podemos afirmar que estos esquemas son más flexibles y tienen como virtud la capacidad de otorgarle mayor margen de acción para que los vecinos participantes canalicen sus malestares y alcancen mayor sosiego en el manejo de sus malestares cotidianos. Pese a estas diferencias, que se vinculan principalmente a la forma en que los sujetos se relacionan con el Estado, el origen de ambas prácticas no moldea de manera muy diferente los procesos relacionales en territorios y que se orientan a generar protección en los vecindarios. En este sentido, el origen del esquema de securización no moviliza procesos sociales muy diferentes en los vecindarios.

Otro es el escenario cuando nos detenemos en el caso argentino. Ciertamente, allí observamos que los dos diseños participativos bajo análisis tienen como cualidad ser trazados desde el Estado (“desde arriba”) pero, no obstante, le otorgan un lugar activo a los ciudadanos. En el caso del programa Comisarias Cercanas, los vecinos no se encuentran con restricciones de ningún tipo a la hora de acercar sus demandas. No hay parámetros predefinidos para las preocupaciones que pueden traer a colación en las reuniones. Esto conlleva que muchos de los reclamos no puedan ser atendidos por las autoridades presentes, pues en ocasiones no se tratan de eventos delictivos o acciones punibles. Pero también ocurre como consecuencia que frecuentemente los vecinos participantes manifiesten de modo abierto sus deseos de ejercer justicia por mano propia. A su vez, algunos de los participantes aprovechan esos espacios como soporte para encabezar acciones de activismo barrial. Por otro lado, los Foros de Seguridad Vecinal son instancias de participación con roles bien definidos y estructurados. Aun así, los ciudadanos que asumen la tarea de foristas en sus distintos escalafones atienden e intervienen en problemas barriales que, si bien en su mayoría son relativos al delito, también lo exceden ampliamente.

Lo dicho hasta el momento nos permite afirmar que, además de la diversidad de diseños participativos bajo análisis (cabe destacar que los cuatro

programas son bien distintos entre sí), observamos que también pueden apropiarse u obstaculizar los márgenes dentro de los cuales los ciudadanos participantes se apropian de tales espacios. Consideramos que aquellos programas más restrictivos son menos eficaces en mejorar la percepción de seguridad entre los participantes. Asimismo, aquellos programas que otorgan mayor margen de acción y autonomía a los participantes tienen como virtud que éstos se agenciaron y se apropian de tales espacios, se “empoderan” y, en ese recorrido, trazan lazos de amistad y sociabilidad. Así, la participación deviene en un espacio de construcción de vínculos sociales, de cuidado y de amistad. Incluso, en el caso argentino, es posible observar que los y las ciudadanas que participan de estas iniciativas atraviesan un proceso de aprendizaje cívico. En las reuniones de la comisaría se toma contacto con los límites del accionar policial, la división de poderes y las competencias de los distintos organismos públicos, los procesos legislativos que deben atravesarse para implementar modificaciones en el accionar penal, entre otras cuestiones. Por su parte, los foristas son actores altamente institucionalizados, respetuosos de la ley que los rige, rechazan las acciones de justicia por mano propia y los linchamientos, pues respetan la presunción de inocencia y los procesos judiciales que debe atravesar un sospechoso.

A pesar de estos matices, no podemos dejar de mencionar que los cuatro casos bajo análisis son espacios donde se producen y reproducen sospechas hacia sectores socialmente estigmatizados (por lo general, jóvenes pobres de sectores populares), tal como ha señalado la literatura revisitada. En definitiva, el principal hallazgo al que arribamos a partir de la mirada comparativa, es la cualidad ambivalente de estos programas: promueven mutuos cuidados y lazos de sociabilidad, en ocasiones funcionan como esferas de aprendizaje cívico, no obstante, funcionan también como espacios donde se recrea y sostiene la sospecha hacia sectores socialmente estigmatizados, sin promoverse estrategias de intervención que excedan la solución policial y punitiva al delito. El análisis de los cuatro esquemas de participación ciudadana muestra por un lado, los límites que tiene el llamado que hace el Estado a la ciudadanía para coproducir y cogestionar la seguridad en los territorios, y por otra parte, muestra que pese a que en muchos casos, estos esquemas son dispositivos que alimentan el temor a ‘los sospechosos’ y reproducen distintas formas de violencia simbólica, sanan la angustia que produce el estar solos frente al delito y movilizan vínculos de afecto y amistad entre sus participantes.

Referencias

ABELLO, Alexandra y ANGARITA, Pablo. *Nuevo pensamiento de la seguridad en América Latina. Hacia la seguridad con valor democrático*. Buenos Aires, Ed. CLACSO, 2013.

- AHMED, Sara. Affective economies. *Social Text*. Durham, 79, v. 22, n. 2, 2004, pp. 117-134.
- ANNUNZIATA, Rocío. *Apostando a lo local: la democracia de proximidad en el Municipio de Morón*. Buenos Aires, CLACSO, 2008.
- ARIAS SOBALVARRO, Anya y LUNEKE, Alejandra. Inseguridad y producción del espacio: la paradoja de la prevención situacional del delito. *Revista de Urbanismo*. Presidente Prudente, v. 46, 2022, pp. 95-111.
- AUYERO, Javier y ÁLVAREZ, Lucía. La Ropa en balde: Rutinas y ética popular frente a la violencia en los márgenes urbanos. *Revista Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 251, mayo- junio, 2014, pp. 18-29.
- BINDER, Alberto. Seguridad en el municipio y usos de la información sobre la criminalidad, la violencia y el conflicto. In: SCHLEIDER, Tobías y CARRASCO, Eugenia (Eds.). *Municipios: los nuevos actores de la seguridad ciudadana*. Buenos Aires, ILSSED, 2016, pp. 19-31.
- BLANCO Javiera y TUDELA, Patricio. Retos de la política pública para la participación ciudadana en la coproducción de la seguridad. *Conceptos*. Edición 19. Fundación Paz Ciudadana, Nov. 2010.
- CIAFARDINI, Mario. Prólogo. In: SCHLEIDER, Tobías y CARRASCO, Eugenia (Eds.). *Municipios: los nuevos actores de la seguridad ciudadana*. Buenos Aires, ILSSED, 2016, pp. 9-16.
- DAMMERT, Lucía. *Participación comunitaria en prevención del delito en América Latina: ¿de qué participación hablamos?*. Santiago, Centro de Estudios del Desarrollo, 2003.
- DAMMERT, Lucía. *Fear and Crime in Latin America: Redefining State-Society Relations*. *Routledge Studies in Latin American Politics*. New York, Routledge, 2012.
- DAMMERT, Lucía y LAGOS, Marta. *La Seguridad Ciudadana: El problema principal de América Latina*. Lima, Corporación Latinobarómetro, 2012.
- DAYANI, Annie y ARIFF Syammi. Convenience or Nuisance?: The “WhatsApp” Dilemma. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, n. 155, 2014, pp. 189-196.
- DIKENSTEIN, Violeta. Vecinos en alerta: un rol difícil de institucionalizar – Estudio en la Ciudad de Buenos Aires. *URVIO*. Quito, n. 24, 2019, pp. 151-166.
- DIKENSTEIN, Violeta. “La delincuencia me roba tiempo y salud”: El Programa Comisarías Cercanas como escenario de dramatización de la victimización. *Papeles del CEIC. International Journal on Collective Identity Research*. Bizkaia, v. 1, 2022, pp. 1-17.
- FRUHLING Hugo y GALLARDO, Roberto. Programas de seguridad dirigidos a barrios en la experiencia chilena reciente. *Revista Invi*. Santiago, v. 26, n. 74, May. 2012, pp. 149-185.
- GARLAND, David. *La cultura del control*. Gedisa, Barcelona, 2005.

- GONZALEZ, Yanilda. Varieties of Participatory Security – Assessing Community Participation in Policing in Latin America: Community Participation in Policing in Latin America. *Public Administration and Development*. New York, v. 36, n. 2, 2016, pp. 132-143.
- HOPE, Tim. Community crime prevention. *Crime and Justice: A Review of Research*. Chicago, The University of Chicago Press, v. 19, 1995, pp. 21-89.
- JOHNSTON, Les. Crime, Fear and Civil Policing. *Urban Studies*. Thousand Jokes, v. 38, n. 5-6, 2001, pp. 959-976.
- KARAPANOS, Evangelos; TEIXERO, Pedro y GOVEIA, Ruben. Need fulfillment and experiences on social media: A case on Facebook and WhatsApp. *Computer in Human Behavior*. Amsterdã, n. 55, 2016, pp. 888-897.
- LEE, Murray. *Inventing Fear of Crime: Criminology and the politics of anxiety*. Willian Publishing, London, 2007.
- LIO, Vanesa. La extensión de la videovigilancia en el territorio bonaerense. *Geograficando*. Buenos Aires, v. 15, n. 1, 2019, pp. 1-16.
- LUNEKE, Alejandra. Inseguridad urbana, participación ciudadana y cuidado vecinal: la búsqueda por protección en los barrios. *Revista INVI*. Santiago, v. 36, n. 102, 2021, pp. 302-327.
- LUNEKE, Alejandra y TREBILCOCK, Maria Paz. Repensando la relación entre ciudad y violencia: del enfoque de riesgo al enfoque de resiliencia urbana. Hacia otra forma de hacer seguridad democrática. In: VANDERSCHUEREN, Franz; SUAREZ Andres y TINOCO, Ivete. *Ciudad y Seguridad: Las comunidades y los derechos ciudadanos en la co-producción de la seguridad*. Ciudad de Mexico, Ed. Fondo de Mexico, 2018.
- LUNEKE, Alejandra. Inseguridad ciudadana y diferenciación social en el nivel micro local: el caso del sector Santo Tomás, Santiago de Chile. *Revista EURE*. Santiago, v. 42, n. 125, 2016, pp. 109-129.
- LUNEKE, Alejandra. Inseguridad urbana, participación ciudadana y cuidado vecinal: la búsqueda por protección en los barrios. *Revista INVI*. Santiago, v. 36, n. 102, 2021, pp. 302-327.
- LUNEKE, Alejandra; DAMMERT, Lucia y ZUÑIGA, Liza. From social assistance to control at the urban margins. *Dilemas*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2022, pp. 1-26.
- LUNEKE, Alejandra; TREBILCOCK, Maria Paz y ROBLES, Sarella. Transformaciones urbanas, temor y empeligrosamiento social en vecindarios: el caso de Maipú, Santiago de Chile. *Revista Bitácora Urbano Territorial*. Bogotá, v. 31, n. 1, 2021, pp. 151-165.
- MACCOLMAN, Leslie y DIKENSTEIN, Violeta. The not-so-hidden partisan politics of community policing: Community police meetings in Buenos Aires, Argentina. *Theoretical Criminology*. Thousand Oaks, v. 27, n. 2, 2023.

- MANZANO, Liliana. *Violencia en barrios críticos: Estrategias y explicaciones teóricas de intervenciones basadas en la comunidad*. RIL editores-CESC, Santiago de Chile, 2009.
- O' MALLEY, Pat y HUTCHINSON, Steve. Reinventing Prevention. Why did crime prevention develop so late?. *British Journal of Criminology*. London, n. 47, 2007, pp. 373-389.
- PEARCE Jenny. Prologo. Nuevo pensamiento de la seguridad en América Latina. Hacia la seguridad con valor democrático. In: ABELLO, Alexandra y ANGARITA Pablo. *Nuevo pensamiento de la seguridad en América Latina: Hacia la seguridad con valor democrático*. Ed. CLACSO, Buenos Aires, 2013.
- PEGORARO Juan. Las políticas de seguridad y la participación comunitaria en el marco de la violencia social. In: BRICEÑO-LEÓN, Roberto. (comp.) *Violencia, sociedad y justicia en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2022.
- RASSE, Alejandra. Juntos pero no revueltos. *Revista EURE*. Santiago, v. 41, n. 122, 2015, pp. 125-143.
- SHEARING, Clifford y WOOD, Jennifer. *Pensar la seguridad*. Barcelona, Editora Gedisa, 2011.
- SOZZO, Máximo. Gobierno local y prevención del delito en la Argentina. *URVIO*. Quito, v. 6, 2009, pp. 58-73.
- TAYLOR, Ian. Private homes and public others: an analysis of talk about crime in suburban south Manchester in the mid1996. *British Journal of Criminology*. London, v. 35, n. 2, 2006, pp. 263-285.
- TREBILCOCK, Maria Paz y LUNEKE, Alejandra. Crime Prevention and the Coproduction of Security: Outcomes of Citizen Participation at the Neighbourhood Level in Neoliberal Chile. *Latin American Perspectives*. Thousand Oaks, v. 229, n. 46, 2019, pp. 56-72.
- UNODC. *Global Study on Homicide 2019*. Vienna, UNODC, 2019.
- WELSH, Brandon y FARRINGTON, David. *The Oxford Handbook of Crime Prevention*. Oxford, University Press, 2012.

Recibido em: 01/09/2023

Aprovado em: 24/10/2023

Como citar este artigo:

LUNEKE, Alejandra; DIKENSTEIN, Violeta . Vigilar y cuidar. La ambivalencia de la participación ciudadana securitaria en Chile y Argentina. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 781-804.



Quem governa o bairro? Violência e mercados de drogas ilegais em bairros segregados na Grande Buenos Aires (Argentina)

José Garriga Zucal¹

Evangelina Caravaca²

Inés Mancini³

Resumo Este artigo busca refletir sobre o mundo do microtráfico de drogas (e dos traficantes, nativamente conhecidos como “transas”) em áreas marginalizadas da Grande Buenos Aires. Analisaremos a importância dos mercados de drogas ilegais nesses territórios e discutiremos as relações entre esses mercados e a violência observada localmente. Descrevemos as percepções dos moradores sobre as operações do microtráfico nos bairros, o impacto desses mercados nas comunidades e a relação entre os vendedores de drogas e a vizinhança. O

1 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – jgarrigazucal@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-4447-3665>.

2 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – ecaravaca@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-5884-7197>.

3 Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales – Universidad Nacional de San Martín – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) – imancini@unsam.edu.ar – <https://orcid.org/0000-0002-8106-5863>.

presente trabalho provoca a seguinte pergunta: quem manda no bairro? A resposta, parcial, é uma contribuição para a discussão sobre governança criminal.

Palavras-chave: violência, mercados ilegais, traficantes de drogas, segregação, governança.

Who rules the neighborhood? Violence and illegalized drug markets in segregated neighborhoods in the province of Buenos Aires (Argentina)

Abstract *This paper seeks to reflect on the world of drug micro-trafficking (and the traffickers, natively known as “transas”) in marginalized areas of Greater Buenos Aires. We will analyze the importance of illegal drug markets in these territories and discuss the relationship between these markets and the violence observed locally. We will describe residents’ perceptions of micro-trafficking operations in their neighborhoods, the impact of these markets on communities and the relationship between drug sellers and the neighborhood. This work leads us to ask a question: who is in charge of the neighborhood? The partial answer is a contribution to the discussion on criminal governance.*

Keywords: *violence, illegal markets, drug traffickers, segregation, governance.*

¿Quién manda en el barrio? Violencias y mercados ilegalizados de drogas en barrios segregados del Gran Buenos Aires (Argentina)

Resumen Este artículo busca reflexionar sobre el mundo del microtráfico de drogas (y los traficantes, conocidos nativamente como “transas”) en zonas marginales del Gran Buenos Aires. Analizaremos la importancia de los mercados ilegales de drogas en estos territorios y discutiremos la relación entre estos mercados y la violencia observada localmente. Describiremos las percepciones de los residentes sobre las operaciones de microtráfico en sus barrios, el impacto de estos mercados en las comunidades y la relación entre los vendedores de drogas y el barrio. Este trabajo nos lleva a plantear una pregunta: ¿quién manda en el barrio? La respuesta parcial es una contribución al debate sobre la gobernanza criminal.

Palabras clave: violencias, mercados ilegales, narcos, segregación, gobernanza.

Introdução

Quem manda no bairro? Nos últimos dez anos, um ator se tornou protagonista na vida cotidiana de muitos bairros marginalizados da Grande Buenos Aires⁴: o vendedor de drogas ilícitas em pequena escala, conhecido popularmente como “*transa*”. Sua figura, paradoxal, pode produzir terror e, ao mesmo tempo, respeito. Nossas pesquisas mostram a importância desses personagens em determinados bairros, tanto na regulação da violência quanto no desenvolvimento de práticas como o empréstimo de dinheiro em cenários de crise aguda, a exemplo da pandemia da Covid-19. Dessa forma, interessa-nos refletir sobre o mundo “*transa*” em uma área empobrecida do município de General San Martín, na região metropolitana de Buenos Aires, chamada Área Reconquista. Teremos como foco os olhares e problemáticas dos moradores e lideranças comunitárias da área, objetivando mostrar o lugar que ocupam os vendedores de drogas ilegais nas dinâmicas do bairro, em termos de seu papel social perante conflitos, necessidades e regulação das violências.

O interrogante sobre quem manda no bairro está diretamente vinculado à pergunta que organiza este trabalho: qual a relação entre os mercados de drogas ilegais e as violências nos bairros da Área Reconquista? Para responder a esse interrogante, abordaremos duas questões centrais: a primeira é sobre o papel dos mercados ilegais de drogas nos bairros; a segunda é sobre quais as violências observadas nesses bairros (e se, e de que maneiras, essas violências se vinculam a esses mercados). Para isso, discutiremos a maquinaria “*transa*”, a impressão que essa maquinaria causa nos bairros e sua relação com os moradores. Para refletir sobre o papel principal dos mercados de drogas ilegais na vida de quem habita a localidade, discutiremos a noção de governo criminal.

4 A questão da marginalização espacial da pobreza reconhece uma ampla, longa e complexa tradição que remete aos estudos da “Escola de Chicago” (Janoschka, 2002). Usamos aqui a noção trabalhada por Lóïc Wacquant (2007), que, por meio da comparação entre o “gueto norte-americano” e a periferia de Paris, define esses espaços segundo uma série de características comuns. Embora nem todos sejam encontrados na Área Reconquista, essa área faz parte da tendência analisada pelo autor:

1. Abrigam uma população que diminui em número; 2. Apresentam uma estrutura demográfica de classes e de idade caracterizada pelo predomínio de jovens, trabalhadores braçais e empregados em postos pouco qualificados dos serviços; 3. Abrangem fortes concentrações de “minorias” étnicas ou migrantes; 4. Mostram taxas de desemprego, subemprego e precariedade laboral relativamente elevadas, como consequência da desindustrialização e dos altos e baixos no mercado de trabalho característicos da reestruturação do capitalismo recente (Wacquant, 2007). Além disso, trata-se de espaços fortemente estigmatizados, “bairros de exílio” nos quais as populações “marginalizadas”, condenadas à “obsolescência econômica” pela reorganização pós-fordista da economia e pela reconstrução-pós keynesiana do Estado, encontram-se “separadas de fato” do resto da cidade (Wacquant, 2007: 201).

Nos últimos três anos, a cidade de San Martín, em geral, e a Área Reconquistada, em particular, tem sido frequentemente retratadas na mídia como associadas à “*violência narco*”. Nas reportagens jornalísticas, descreve-se um território marcado por mortes resultantes de disputas territoriais entre organizações ligadas ao mercado de drogas ilícitas.



Em agosto de 2022, um vídeo sobre o território viralizou. Nele, um grupo de seis jovens, vestidos com uniformes policiais, máscaras de palhaço e armas de guerra em suas mãos, afirma: “Quem não sair da Favela 9 de Julho vai ser tratado a ferro e fogo”⁵. O vídeo chegou à mídia nacional excedendo os limites locais da notícia.



De forma recorrente, vizinhos, junto a distintos meios de comunicação, descrevem esse território da periferia norte da província de Buenos Aires como um

5 Frase original em espanhol: “Si no abandonan la villa 9 de Julio, van a ser desbaratados a sangre y fuego”

espaço dominado pelo “mundo narco” e seus efeitos: “*Guerra narco na região metropolitana: o drama de San Martín contado por seus protagonistas*”, “*Uma ameaça narco deixa um bairro de San Martín em alerta: vão ser tratados a ferro e fogo*” e “*Um novo crime narco com a estampa de San Martín*” são algumas das manchetes que circulam na mídia (local e nacional) sobre o fenômeno “narco” em San Martín⁶. Isso não significa, porém, que deve ser tomada como válida a relação direta estabelecida pela mídia entre o incremento das violências na região e as atividades dos mercados de drogas ilícitas. Sem minimizar o assunto e seus efeitos em termos sociais, interessa-nos pensar a área segundo a noção, trabalhada por Michel Misse (2010), de acumulação social das violências. Com isso, apostamos na explicação processual das violências e em sua relação com a segregação espacial dos bairros em análise. Como se poderia supor, os discursos dos moradores mostraram que, para os setores vulneráveis, a pandemia implicou em um agravamento de problemas já existentes. Verificou-se, em especial, a impossibilidade de acesso à renda por parte daqueles que trabalhavam precária ou informalmente. Diante desse cenário, medidas tomadas pelo Estado e ações levadas à cabo por lideranças comunitárias foram cruciais para impedir que a situação piorasse ainda mais. Observamos, porém, que os traficantes (“*transas*”) emergiram nesse contexto como atores com muita participação nos bairros, resolvendo, em algumas ocasiões, situações problemáticas pelas quais passavam os moradores. Com base nessas observações, propomos estudar a participação dos “*transas*” e a redefinição de seus papéis no bairro. Pretendemos compreender os modos por meio dos quais os “*transas*” se inscrevem nos distintos tipos de violências que ocorrem nos bairros populares. Esperamos, assim, contribuir para o entendimento desses distintos tipos de violências e da maneira como elas se articulam com as condições de vulnerabilidade que caracterizam a vizinhança.

Numerosos estudos têm abordado a problemática das violências focalizadas nos denominados “bairros de rebaixamento urbano”, como Scheper-Hughes (1997), Anderson (2000), Bourgois (2002), Wacquant (2007), Bourgois e Schonberg (2009) e Fassin (2016). Essas pesquisas têm destacado a relação de causalidade entre certas “violências estruturais” (como a exclusão laboral e educacional, a segregação urbana, o déficit de serviços estatais, a omissão e/ou a violência policial) e a intensa concentração de diversas formas de violência

6 Títulos originais em espanhol: “*Guerra narco en el conurbano: el drama de san martín contado por sus protagonistas*”; “*Una amenaza narco tiene en vilo a un barrio de San Martín: “Van a ser desbaratados a sangre y fuego”*”; “*Un nuevo crimen narco con el sello de San Martín*”.

social nos territórios pobres urbanos. Na Argentina, distintos autores têm compilado esse enfoque, destacando a generalidade e a cotidianidade da violência em alguns contextos sociais de pobreza urbana, sendo a principal variável explicativa dessa situação a intermitência, insuficiência e seletividade da intervenção do Estado (Auyero e Berti, 2012; Gayol e Kessler, 2018). Quanto aos mercados de drogas ilegais, é necessário mencionar os trabalhos de Cozzi (2022), Sain (2023) e Tokatlian (2017), que oferecem coordenadas para pensar de forma socioantropológica esse fenômeno e, ao mesmo tempo, problematizar suas distintas dimensões. Em particular, Cozzi (2022) analisou o mercado de drogas ilegais em Rosario (na Argentina) e alertou sobre as mudanças que se deram nos últimos vinte anos. Por meio do estudo de biografias de três gerações de sujeitos vinculados ao mundo do delito e ao mercado de drogas ilegais, Cozzi analisa as modificações na produção, tráfico e comercialização das drogas ilícitas na cidade. Resumidamente, a autora descreve três âmbitos que vivenciaram macro-transformações nos últimos vinte anos: a) a produção, tráfico e venda de drogas; b) modificações na forma de venda das drogas em pequenas quantidades ou varejo; e c) a mutação das formas de se vincular com a polícia.

Aspectos metodológicos

Este artigo é resultado de uma pesquisa socioantropológica realizada em um espaço geográfico particular: a Área Reconquista da cidade de San Martín (província de Buenos Aires). A pesquisa foi de caráter coletivo, sendo conduzida por uma equipe de trabalho da qual participaram estudantes e pesquisadores, de diversos níveis de formação, vinculados ao Núcleo de Estudos sobre Violências, da *Escuela IDAES*⁷.

Primeiramente, para responder aos interrogantes que organizam este trabalho, em 2021, realizaram-se entrevistas em profundidade com moradores dos bairros, funcionários de alto escalão do Estado e agentes policiais que trabalham cotidianamente nesse território. Procurávamos estudar o impacto da pandemia e das medidas de isolamento em certos bairros vulneráveis, mostrando mudanças e permanências nas situações de vulnerabilidade, violências e nas vinculações das pessoas com as distintas agências do Estado por conta da crise sanitária.

Em segundo lugar, de maneira complementar, realizamos, em 2022, entrevistas em profundidade com pessoas que se encontravam privadas liberdade e

7 O núcleo de estudos sobre violências se encontra radicado na Universidad Nacional de San Martín. Site: nev.unsam.edu.ar

em uma trajetória no mundo da delinquência. Buscávamos, em especial, recuperar suas visões sobre a emergência desses atores dedicados à venda de drogas nos cenários dos bairros marginalizados e do mundo do crime.

Em terceiro lugar, retomamos a análise de dados quantitativos já apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023), que nos permite pôr em contexto as explicações nativas sobre esses fenômenos.

Com essa triangulação metodológica – que combina a análise de distintas fontes de dados –, buscamos contribuir para a construção de uma explicação que interligue diferentes olhares e perspectivas sobre o fenômeno “*transa*” em zonas marginalizadas.

Dados sociodemográficos sobre a Área Reconquista⁸

A Área Reconquista é um conglomerado urbano integrado por treze bairros⁹ próximos ao Rio Reconquista (no município de General San Martín). Os dados do censo indicam que a população dos treze bairros alcançava um total de 66.015 habitantes, representando aproximadamente 16% da população total de San Martín (que, segundo os dados disponíveis do censo, tem 414.196 habitantes aproximadamente).



8 Os dados e análise que integram esta seção já foram apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023).

9 Os treze bairros que constituem a Área Reconquista são: Barrio UTA, Lanzone, Villa Hidalgo, La Cárcova, Independencia, Libertador, 9 de julho, Sarmiento, Costa Esperanza, 8 de Mayo, Costa del Lago, 13 de Julio e Los Eucaliptos. Por uma decisão ético-metodológica, não usaremos os nomes oficiais desses bairros na análise das entrevistas para preservar o anonimato de nossos entrevistados/as. Por sua vez, decidimos não usar pseudônimos, usando somente a menção ao entrevistado/a.

Segundo dados do INDEC, na cidade de San Martín, 6,7% dos lares apresentam *Necesidades Básicas Insatisfeitas* (NBI). Contudo, se focalizarmos especialmente nos treze bairros que constituem a AR, essa média é amplamente superada, triplicando esse número. Isso indica que a maioria de seus habitantes mora em situação de extrema pobreza (INDEC, 2010). Mais especificamente, os dados estatísticos disponíveis permitem reconhecer que, em doze dos treze bairros, entre 10% a 26% dos lares têm NBI. Porém, no Bairro 13 de julho, particularmente, esse número alcança 60% de seus moradores. Além da diversidade desse conglomerado urbano, a AR se caracteriza pela superlotação, pelo déficit estrutural, pelo isolamento urbano, pelo risco ambiental e por outras condições que degradam a qualidade de vida dos moradores.

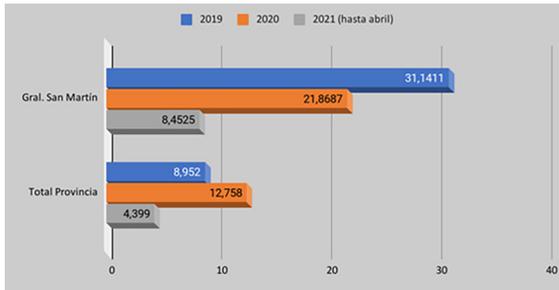
A espacialidade das violências: distribuição de violências na Área Reconquista¹⁰

Com o propósito de pensar as violências na Área Reconquista, na qual se inscrevem os *transas*, abordaremos dados estatísticos da cidade de Gral. San Martín. Isso permitirá observar a concentração das violências nessa área. Para isso, mostraremos a distribuição desigual da taxa de homicídios, de feridos por armas de fogo e de feridos por armas brancas. Embora esses dados comumente se associem, no senso comum e na mídia, à venda de drogas ilícitas, nosso desejo é completar essa interpretação aparentemente simplista.

Segundo o *Sistema Nacional de Información Criminal* (SNIC), os atos de violência potencialmente letais, sem consequências mortais – por exemplo, os feridos por armas de fogo que não faleceram –, aumentaram de maneira significativa em todo o estado de Buenos Aires entre 2019 e 2020. Em 2019, houve 1555 casos, o que equivale a uma taxa de 8,95 a cada cem mil habitantes. Em 2020, houve 2238 casos, ou seja, uma taxa de 12,75 a cada cem mil habitantes. No entanto, em San Martín, a quantidade de feridos por armas de fogo diminuiu nesse mesmo período. Em 2019, foram 132 (o que equivale a uma taxa de 31,14 cada 100.000 habitantes); em 2020, foram 92 (21,86 a cada 100.000). Mas, como ilustra o quadro a seguir, a taxa de feridos por arma de fogo é mais alta em San Martín do que no estado de Buenos Aires como um todo.

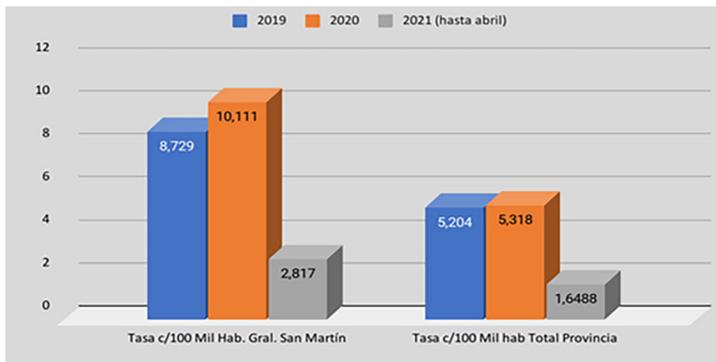
10 Os dados e análise que integram esta seção já foram apresentados em Caravaca, Garriga Zucal y Mancini (2023).

Ferimentos por arma de fogo. Total da província de Buenos Aires e General San Martín. Taxa por 100.000 habitantes



Quanto aos homicídios dolosos, os dados apontam um cenário diferente. Enquanto, no estado de Buenos Aires, os homicídios permaneceram estáveis entre 2019 e 2020, em Gral. San Martín, eles aumentaram e de forma muito significativa. No estado, a variação da taxa a cada 100.000 habitantes foi de 5,2 a 5,3. No entanto, na cidade de Gral. San Martín, morreram 37 pessoas por homicídio doloso em 2019 e 43 em 2020. Desta maneira, a taxa de homicídios dolosos aumentou 16%.

Homicídios intencionais. General San Martín e total da província de Buenos Aires

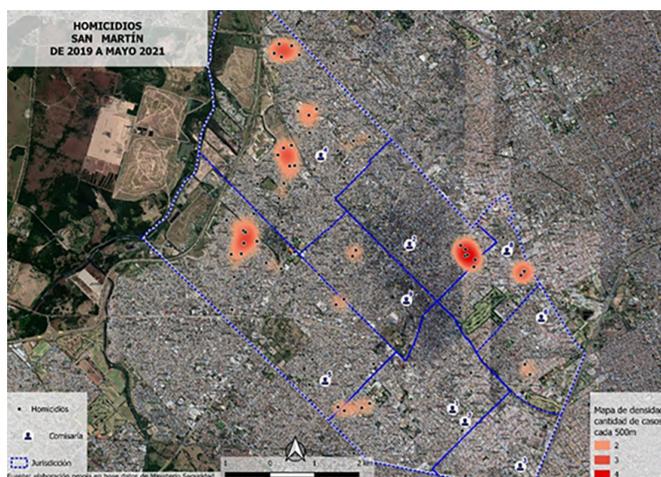


Segundo os dados ao nosso alcance, das 37 vítimas de homicídios dolosos em Gral. San Martín em 2019, sete eram mulheres. Mais especificamente, três morreram assassinadas em casos de feminicídio, duas supostamente por casos de confronto entre gangues delitivas e outras duas por “balas perdidas” em situações de confronto indeterminado. Durante o mesmo ano, faleceram seis homens por homicídios em ocasião de roubo: um deles como vítima do roubo de seu carro e outro ao interferir no roubo do qual uma vizinha era vítima. Outros

quatro assassinados em ocasião de roubo são os denominados “bandidos ou ofensores”, sendo três deles assassinados por membros das forças de segurança que informam sobre o suposto delito. O resto dos homicídios dolosos de homens de 2019 (24) são “homicídios simples”, inseridos em duas grandes categorias: “conflitos interpessoais” e “disputas territoriais”.

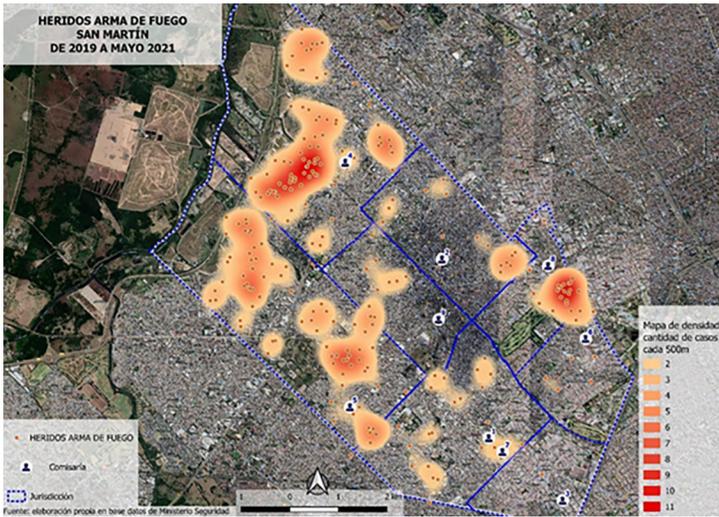
No caso específico dos 43 homicídios dolosos ocorridos durante 2020, faleceram quarenta homens e três mulheres. Duas delas foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros, em casos de feminicídio. A terceira vítima morreu junto a dois homens em um tiroteio que deixou vários feridos e obrigou a uma intervenção policial no bairro Loyola da Área Reconquista. Quanto aos homicídios em ocasião de roubo, em 2020, registraram-se dois casos: nos dois episódios, faleceu o “ofensor”. O restante (38) são homicídios simples e repetem as tipologias de 2019. Ou seja, nos dois últimos anos, o registro de homicídios em ocasião de roubo apresenta uma baixa porcentagem. Por outro lado, o assassinato entre pessoas que se conhecem (como nos casos de feminicídio, brigas entre vizinhos, confronto entre “ganges”) é muito mais frequente.

Em termos sociológicos, os dados mais reveladores parecem estar na análise da distribuição espacial dos acontecimentos. O mapa a seguir mostra com clareza a distribuição dos homicídios, quase em sua totalidade, nas zonas mais vulneráveis da cidade de Gral. San Martín, especialmente na área Reconquista, está localizada à esquerda do mapa. A jurisprudência das delegacias que intervêm nos bairros vulneráveis dessa área, junto ao que corresponde à zona do “Bairro Loyola”, reúnem mais de 90% dos homicídios ocorridos na cidade de Gral. San Martín.



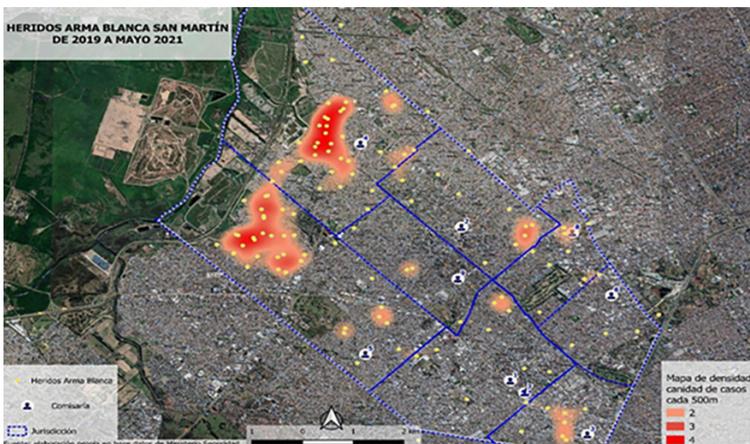
Mapa 1. Homicídios segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

Se analizamos a distribuição dos feridos por arma de fogo, observamos uma distribuição semelhante. De fato, torna-se ainda mais evidente que as violências associadas ao uso de armas de fogo se dão, principalmente, nos bairros vulneráveis. Os três grandes pontos da esquerda, localizados também na Área Reconquista, manifestam novamente uma distribuição desigual das violências.



Mapa 2. Feridos por arma de fogo segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

Pode-se dizer o mesmo quanto aos feridos por armas brancas:



Mapa 3. Feridos por facas segundo localização geográfica. Município de General San Martín. 2019-maio 2021

A análise dos dados quantitativos permite afirmar que as violências focalizaram as áreas marginalizadas. Essa concentração desigual das violências retoma nossa pergunta inicial: essas violências são mesmo resultado do mercado de drogas ilícitas? O aumento das violências se dá pela proliferação dos traficantes? Auyero e Sobering (2021) apontam que a violência não se limita exclusivamente aos participantes dos mercados ilícitos, mas também “se espalha” pelo bairro, afetando a muitos (ou à maioria) dos moradores. Contudo, como essa violência se espalha ou se dissemina? Segundo Auyero e Sobering, a disseminação é o resultado da proteção policial aos traficantes, o que os autores denominam de “coalisão”, desencadeando múltiplas formas de violências. Então, para eles, na raiz das violências, estão os “*transas*”. Do nosso ponto de vista, a violência na Área de Reconquista não começa com o comércio ilegal de drogas, mas é algo que, como mencionado anteriormente, vem de um acúmulo social dessa violência.

Há dez anos, muito antes da atual incidência dos traficantes na AR, os dados de homicídios mostravam semelhanças surpreendentes. Tomemos como comparação uma pesquisa quantitativa feita pela Corte Suprema de Justiça para o ano 2012. Nesse ano, segundo essa investigação, houve na cidade de San Martín 45 homicídios, uma taxa de homicídios de 10,86 a cada 100.000 habitantes (o mesmo que em 2011). O relatório georreferenciado da corte tem profundas semelhanças com o que trouxemos até aqui: as violências também ocorriam nos espaços marginalizados.

Os *transas* nos bairros

Em nosso trabalho de campo coletivo, interessava-nos pensar as violências e as práticas de policiamento durante a pandemia e as distintas fases do isolamento na Argentina. Não era nosso foco de pesquisa, mas, ainda sem procurá-lo, a figura do traficante (“*transa*”) apareceu, de forma recorrente, como um ator fundamental do bairro que, perante essa situação excepcional, tornou-se protagonista central das dinâmicas locais.

Entendemos que *transa* é uma categoria nativa que alude à pessoa que se dedica à venda de drogas ilícitas. Isso não significa que o *transa* seja uma organização extensa e complexa. Na verdade, parece se tratar de múltiplas, pequenas e diferentes organizações envolvidas na comercialização de substâncias criminalizadas. É importante fazer esse esclarecimento, já que essa figura dialoga com o imaginário do “*narco*”, categoria que se refere a uma organização maior, fortemente estruturada. Em muitas oportunidades, a categoria “*narco*” aparece como sinônimo de *transas/traficantes* nos bairros, embora com isso se refiram a vendedores nos bairros e pequenas organizações.

Começamos apontando que os “*transas*” nos bairros têm se destacado ainda mais desde o isolamento da pandemia, de tal forma que as representações sobre eles estão se modificando nos bairros da AR. De fato, os traficantes são ambigualmente interpretados pela vizinhança: “estragam os moleques”, “andam aos tiros nos becos”, mas também “emprestam dinheiro” e dão oportunidades de trabalho perante o aumento da pobreza. Enquanto o Estado suspendia uma grande parte de suas intervenções nos bairros da Área Reconquista (e, com isso, diminuía sua visibilidade na vida cotidiana), os “*transas*” distribuíam recursos, possivelmente aumentando sua legitimidade¹¹.

Juan vai até o traficante. A noite cai em Carcova. Ele não vai comprar cocaína, vai pedir dinheiro. Ele conhece os vendedores desde que eram crianças. Além de vender droga, os “transas” são credores. Juan lhes deixa seu cartão de plano social¹² como garantia de que vai devolver o dinheiro que tomou emprestado. Precisava de dinheiro para comprar comida, não havia bicos e o valor vindo do plano social não durou muito. O acordo é claro: pega três mil pesos e tem que devolver seis. Não há tempo para analisar a taxa de juros exorbitante que está imposta. É um serviço financeiro com um custo altíssimo, mas é também o único disponível na necessidade e urgência. Se conseguisse três bicos como pintor, poderia devolver dinheiro e recuperar seu cartão. Combinam uma data de devolução em uma semana. Juan vai embora com o dinheiro direto às mercearias do bairro (nota de campo).

Em outros bairros da AR, há diferentes mecanismos de empréstimos. Os traficantes podem emprestar sem pedir nada como garantia, empréstimos por confiança. Eles conhecem os vizinhos e lhes dão dinheiro. Como os traficantes estão atentos a cada movimento do bairro, a atividade de vigiar produz um acúmulo de conhecimento para identificar quem e quanto podem emprestar. Eles elaboram diferentes mecanismos para se assegurarem da devolução, ao mesmo

11 As reflexões desta seção são fruto de conversas com Romina Rajoy e Ariel Wilkis. Parte dessas conversas foi publicada em https://www.eldiarioar.com/opinion/transas-prestan-dinero_129_8445146.html. Texto original em espanhol: “*Juan vai até lo del transa. La noche cae en Carcova. No va a comprar falopa, va a pedir plata. Los conoce a los pibes que venden desde que son chiquitos, además de vender droga son prestamistas. Juan les deja su tarjeta del plan como seguro de que va a devolver lo prestado. Necesitaba plata para comprar comida, no había changas y la plata del plan no duró nada. El trato es claro, pide tres lucas y tiene que devolver seis. No hay tiempo para evaluar la tasa de interés exorbitante que acuerda. Es un servicio financiero con un costo altísimo pero el único disponible en la necesidad y urgencia. Si salen tres changuitas de pintura devuelve todo y recupera la tarjeta. Pactan una fecha de devolución en una semana. Juan se va con la plata rumbo a uno de los almacenes del barrio (nota de campo)*”

12 Planos sociais são políticas, muitas vezes de redistribuição de renda, focalizadas nos setores mais empobrecidos. Há, por exemplo, a *Asignación Universal por Hijo*, algo similar à Bolsa Família no Brasil.

tempo em que possibilitam o acesso a créditos para pessoas que teriam muitas dificuldades para obtê-los em outros lugares. Os traficantes estão sempre lá, atendem 24 horas por dia, sete dias por semana, em lugares em que os bancos não chegam; estão sempre disponíveis. Além disso, os traficantes propõem um acordo sem letras pequenas ou fórmulas ocultas. É como um banco na esquina de casa, aberto todos os dias e o dia todo. Os moradores sabem que, se não pagam, podem sofrer represálias violentas. São diferentes graus de violência empregados. Em geral, começam como uma ameaça e logo aumentam. As regras são claras para os moradores: prazos, juros e castigos. Os prazos se negociam, mas nunca superam os dois ou três meses. Os juros são comumente de 100%. E, aos morosos, cabem diferentes formas de violência.

Por que os moradores do bairro entram nesses relacionamentos? Por que aceitam esses empréstimos que explicitamente incluem violências e usura? Há duas questões cruciais para responder a essas perguntas. Em primeiro lugar, o exercício da violência explícita em uma relação de crédito não parece estranho em um universo social em que as violências regulam muitos aspectos da vida cotidiana. Em segundo lugar, o uso da força violenta não deveria ofuscar o fato fundamental: os *transas* emprestam um serviço. Esses serviços possuem certas propriedades, como a flexibilidade (tudo pode se renegociar), a completa disponibilidade perante as urgências (sempre estão quando os necessitam, diferentemente de outros atores) e a clareza das regras (são explícitos o risco e a violência).

Os empréstimos cresceram com a pandemia. Os vizinhos sofreram com a crise e apelaram mais aos credores. O fluxo de dinheiro aumentou. Existem mais dívidas pela crise e cada vez mais jovens trabalham com os vendedores de drogas. Sujeitos inseridos nas escalas mais baixas da hierarquia do tráfico se movimentam pelos bairros em empregos mais bem remunerados do que a média de qualquer trabalho legal para esse recorte da população. O mercado de drogas ilícitas mobiliza muitos recursos e é cada vez mais percebido nos bairros como possibilidade de emprego. Desse modo, nos bairros que estudamos, descobrimos que grande parte dos moradores estão relacionados, de uma forma ou de outra, com os *transas*. Se os traficantes se tornaram atores cada vez mais centrais nos bairros da AR, resta analisar suas ações violentas. É o que faremos na próxima seção.

Violências nos bairros, violências “*transas*”

Seguindo a reflexão sobre os mercados de drogas ilegais, interessa pensar sua ligação com as violências. Uma entrevistada nos dizia que as violências

interpessoais não eram um problema no bairro. Contudo, os conflitos advindos das disputas territoriais entre organizações dedicadas à venda de drogas ilícitas traziam sérios inconvenientes para a comunidade:

*Conflitos, não, não, entre vizinhos não. Como estou dizendo, aqui as pessoas, os moradores têm bom relacionamento, né? Somente eles, os traficantes, digo, que não te deixam... Brigam em qualquer lugar, esse é o problema, não é que as pessoas tenham problemas.*¹³

Para os moradores, os confrontos entre gangues são um problema crescente da AR¹⁴. Quando falam desse assunto, invariavelmente também mencionam a polícia.

Os bandidos estão mais protegidos pela polícia do que as vítimas. Ou seja, a droga. Por exemplo, os que vendem droga aqui em José León Suárez, aqui passa um policial caminhando e na esquina estão vendendo droga. Continuam vendendo. É difícil de explicar, sei lá. Você diz “Uau, é uma coisa de loucos”. Se vender, a autoridade se vende.¹⁵

A interpretação de moradores e moradoras sobre o relacionamento entre “transas” e policiais faz referência à categoria de corrupção. Um entrevistado menciona que os “problemas que estão se vivendo aqui, que estão vivendo muito os jovens eh, é a corrupção policial, né? eh... a venda de drogas...”¹⁶. Ele seguia seu raciocínio assinalando o funcionamento dos mercados ilegais:

...eh, o que se vê aqui no bairro, pelo menos aqui no bairro Carcova é... eles [os policiais] respondem a eles mesmos, no sentido que os próprios chefes de... da delegacia, ou como lhe dizem aqui os *tanqueros*, os chefes da rua... eh, eles mesmos armaram seu negócio clandestino digamos, né? Seu negócio ilegal com as drogas. Se vinculam automaticamente com as pessoas que saem da prisão e não lhes interessa o progresso pessoal, mas sim lhes

13 Depoimento original em espanhol: “*Conflictos, no, no, entre vecinos no. Solo como te digo, acá la gente, la gente se lleva bien ¿no? Ellos nada más, los transa digo, que no te dejan... Se pelean en cualquier lado, ese es el problema, no es que la gente tenga problema.*”

14 Como vimos na seção anterior, essa interpretação dos moradores do lugar não coincide necessariamente com as estatísticas históricas das violências nos bairros.

15 Depoimento original em espanhol: “*Los delincuentes están más protegidos con la policía que las víctimas. O sea, la droga. Por ejemplo, los que venden droga acá en José León Suárez, acá pasa un policía caminando y en la esquina están vendiendo droga. Siguen vendiendo porque es difícil de explicar, qué sé yo. Vos decís Guauu, es una cosa de locos. Se vende, la autoridad se vende.*”

16 Depoimento original em espanhol: “*problemáticas que se están viviendo acá, que lo están viviendo de lleno los jóvenes eh, es la corrupción policial, ¿no? eh... la venta de drogas...*”

interessa gerar recursos, né? E se relacionam com as pessoas... ou com as autoridades para fazer um negócio e poder vender [drogas] tranquilamente.¹⁷

Desse modo, na perspectiva dos moradores, a polícia “*cuida de quem vende*” drogas. Os entrevistados apontam, com isso, uma rede de corrupção policial. Porém, esses arranjos ilegais não se limitam ao nível da polícia de rua. O problema são os pactos de corrupção que não só envolvem os policiais de rua, mas também os que ocupam os altos cargos da corporação policial. Os policiais que atuam no bairro precisam cumprir ordens vindas de pactos estabelecidos em outro nível hierárquico.

Nessa mesma linha, outro entrevistado menciona que a convivência da polícia com os “*transas*” se transforma em violência policial para alguns moradores:

*Aumentou muito o narcotráfico nos últimos anos, esse é o problema. Os garotos que vão comprar maconha e são parados pela polícia, ao invés de a polícia caçar confusão com os “narco”, eles pegam aos garotos [que vão comprar a droga] e os chutam com força, tudo por conta de um cigarro de maconha. Eles [os policiais] os levam à delegacia e, com isso, demonstram que estavam trabalhando. Os patrulheiros passam pelo ponto de venda de drogas, e passam sem parar, e está aí debaixo de seus narizes. Esse é o problema mais grave que temos enfrentado, ou, pelo menos, que eu tenho visto, que é a questão da droga*¹⁸.

Não obstante, como dizíamos, os moradores apontam um aumento do papel do “*transa*” nos bairros da AR. Alguns deles atribuem esse incremento na relevância dessas figuras a um aumento das violências, embora outros não vejam grandes mudanças. De fato, “Aqui é assim”, dizia-nos um vizinho da AR fazendo referência às violências e homicídios em seu bairro, Carcova, durante a pandemia. Um policial entrevistado em 2021 também fazia referência à característica espacial das violências:

17 Depoimento original em espanhol: “...eh, lo que se ve acá en el barrio, por lo meno’ acá en el barrio Carcova es... responden a ellos mismos en el sentido de que los mismos jefes de... de comisaría, o como le dicen acá los tanqueros, los jefes de calle.. eh, ellos mismos se arman su negocio clandestino digamos, ¿no? o su negocio ilegal con las drogas. Se vinculan automáticamente con las personas que, que salen de estar presas y, no le interesa el progreso personal pero si le interesa generar recursos ¿no? y se relacionan con las personas... o con la autoridad.. para un arreglo y poder ellos vender tranquilamente”.

18 Depoimento original em espanhol: “Aumentó mucho el narcotráfico en los últimos años, ese es el problema. Los pibes se van a comprar un porro y los para la policía en vez de ir y hacerle bondi a los narco los agarran a los pibes los cagan a patadas a los pibes y todo por un faso. Los llevan a la comisaría y con eso declaran que estuvieron trabajando. Los patrulleros pasan por el punto de drogas y pasan de largo y está ahí en sus narices. Ese es el problema más grave que viene pasando, o al menos lo que yo vengo viendo, el tema de la droga”

*“Nesses lugares, às vezes não a palavra não é suficiente, e a polícia tem que fazer uso da força pública e aí começa o problema. Os problemas. Às vezes a gente tem um problema com um morador e se aproximam outros que são contra os policiais, se intrometem no problema, mas não para ajudar. E se não levarmos o morador à delegacia, vamos recebendo pancadas, garrafadas, pedradas”.*¹⁹

Nesse ponto, interessa-nos analisar como, para alguns moradores, aumentaram as violências associadas aos mercados ilegais de drogas, tendo a polícia um papel fundamental nesse aumento. Os traficantes aparecem frequentemente, nas narrativas dos nossos entrevistados, como um elemento associado às violências e à corrupção policial. Nessa articulação, novamente, a segregação espacial é a chave explicativa. Seguindo a Wacquant (2007), para compreender como diferentes formas da violência se focam em áreas marginalizadas, é necessário analisar o papel do Estado.

Auyero e Berti (2013) qualificam de “intermitente”, “seletiva”, “contraditória” – quando não, diretamente negativa – a presença do Estado nos espaços segregados. No entanto, Auyero e Soberling (2021) afirmam que existe uma forma particular na qual o Estado está presente nesses territórios: a “aliança”, cumplicidade ou convivência entre agentes estaduais e delinquentes. Independentemente de como caracterizamos essas formas de agir estatais, percebe-se que, quando o Estado interfere nos bairros marginalizados por meio das forças de segurança, existe uma tendência de aprofundamento da segregação e, longe de “resolver” os conflitos, um aumento das violências.

Sobre o governo criminal: quem manda nos bairros?

Uma pergunta que ainda não podemos responder, mas que se impôs durante todo o trabalho, é: os “*transas*” são “*narcos*” mesmo? A pergunta é relevante na medida em que indaga a existência de um controle territorial exercido por esses sujeitos, o exercício de um governo criminal levado à cabo por essas figuras, também buscando traçar a escala do fenômeno. Na Área Reconquista, as organizações que comercializam drogas ilegais parecem ser estruturas pequenas. Por isso, aqui decidimos falar de *transas*, vendedores, em lugar de os denominar como *narcotraficantes*.

19 Depoimento original em espanhol: “*En esos lugares, a veces no alcanza la palabra y la policía tiene que hacer uso de la fuerza pública. No existe el diálogo, tenemos que imponer y el habla a veces no alcanza y tenemos que hacer uso de la fuerza pública y ahí empieza el problema. Los problemas. A veces tenés un problema con un vecino y se acercan otros que están en contra del personal policial, se meten en el problema, pero no para ayudar. Y si nos llevamos a un vecino a la comisaría, nos vamos recibiendo palazos, botellazos, pedrazos*”

Nesse ponto, duas questões reforçam nosso compromisso. A primeira delas é que estamos perante a presença de organizações instáveis, que fazem uso da violência sem regulação suficiente. Mais do que organizações com um rígido controle territorial, como se representam habitualmente os “*narcos*”, as brigas territoriais entre organizações que comercializam drogas ilegais na área Reconquista poderiam ser compreendidas justamente pela instabilidade que caracteriza esses agrupamentos, que não podem controlar plenamente o território.

A segunda questão tem a ver com o conceito de governança criminal (Lessing, 2022; Briceño-León et al., 2022). Como é a governança criminal na prática? Até que ponto ela se estende? Em quais dimensões da vida cotidiana ela atua? E como ela interage com a autoridade do Estado? Tudo isso varia imensamente entre países, cidades e comunidades (Lessing, 2022).

Em seu texto ‘*Fações de Fortaleza y colectivos de Caracas: Dos modelos de gobernanza criminal*’ (Briceño-León et al., 2022), descrevem-se cinco dimensões da governança criminal. Em primeiro lugar, o grupo deve ter suficiente força física para estabelecer e defender os limites do território em que vão exercer seu domínio e impor as normas que regulam a vida social naquele espaço. Em segundo lugar, o grupo deve ter capacidade para comunicar eficientemente suas normas e dotá-las de uma força imaginária que torne crível seu mandato e que possa forçar sua conformidade. Em terceiro lugar, é necessária uma base financeira que lhes permita sustentar, pagar e equipar o pessoal para que desempenhe as duas funções prévias. Em quarto lugar, o grupo deve conseguir a submissão da população que está sob seu domínio. Finalmente, é necessário que essa organização estabeleça algum tipo de compromisso, um *modus vivendi* com as diversas instâncias do Estado presentes nesse território. Esse vínculo deve se localizar em algum ponto de um *continuum* que vai da cooperação plena à governança delegada. O ponto em que um grupo localiza seu *modus vivendi* em determinado território lhe permitirá definir o nível de violência que empregará contra as forças do Estado e, conseqüentemente, também lhes permitirá regular a resposta esperada, de violência ou repressão, por parte das forças policiais (Briceño-León et al., 2022). A noção de governança criminal é utilizada para compreender, por exemplo, como o Comando Vermelho organiza a vida em uma favela no Rio de Janeiro. A resposta à pergunta de quem manda aqui permite vislumbrar o poder de uma organização criminoso em um território determinado.

Nesse ponto, Sain (2023) afirma que, em Rosario (cidade que, nos últimos anos, tem virado símbolo da violência “narco” na Argentina), a violência criminal ligada ao narcotráfico é resultado da articulação de dois fenômenos: o fim da

regulação estatal do crime complexo, ocorrida na primeira década do século; e uma fragmentação criminal marcada pela multiplicação de grupos delitivos. O autor afirma que, em Rosario²⁰, o Estado não regula o crime, nem há um grupo criminal dominante, o que faz as práticas violentas se tornarem recorrentes na configuração do mercado de drogas local. O cenário de Rosario se completa, para Saín, com uma subordinação policial aos grupos criminais nos últimos anos. Então, o uso da violência foi um instrumento dos grupos criminosos tanto para resolver a disputa entre grupos adversários quanto para impor poder. Na AR, de forma similar ao que ocorre em Rosario, há uma proliferação de grupos que vendem drogas ilegais e que, muitas vezes, se confrontam em brigas territoriais. No entanto, é importante diferenciar a AR de Rosario. Na AR, observa-se que ainda existe uma tentativa de regulamentação estatal: não há subordinação policial às gangues, já que essas agrupações são menores em escala do que as que atuam em Rosario. Em nosso caso, a regulação é deficiente. Existe uma fragmentação das forças de segurança que intervêm nesses espaços, visto que não existe uma única ordem hierárquica dentro da polícia que regule esse mercado ilegal. Na atualidade, as tentativas de regulamentação se dão de maneira pulverizada, com diferentes intervenções da polícia do estado de Buenos Aires.

*Chorros*²¹, *transas* e o controle dos bairros

Retomemos a pergunta inicial desse trabalho. Quem manda nos bairros? Para responder a essa pergunta, realizamos entrevistas com pessoas privadas de liberdade identificadas com o mundo da criminalidade, mas não com os mercados de drogas ilícitas. Especialmente, conversamos sobre a relevância dos “*transas*” nos bairros.

Para nossos entrevistados²², “os *transas* ocupam nos bairros um lugar principal”, que antes eram ocupados pelos “*chorros*” (ladrões). Eles afirmam que, atualmente, os “*transas*” se transformaram em um modelo a ser seguido por muitos jovens, que desejam ser como eles. Esse desejo se insere na percepção de que os “*transas*” acessam grandes recursos materiais por meio da venda de drogas. No mundo dos mercados de drogas ilegais, há muito dinheiro, e isso

20 A cidade de Rosário tem ganhado notoriedade na Argentina por ter uma taxa de homicídios mais alta do que a da maior parte do país, por episódios violentos em bairros marginalizados, mas também por ataques e ameaças contra funcionários públicos encarregados de processar a comercialização de drogas ilegais.

21 “*Chorro*” é a gíria pela qual se conhecem os ladrões na Argentina, equivalente a assaltantes.

22 Em sua maioria, entrevistamos homens adultos que se encontram cursando penas por roubo qualificado. Os entrevistados se encontram cumprindo sua pena na Unidade n° 48 da zona de José León Suárez (San Martín, província de Buenos Aires).

transforma esses sujeitos em modelos aspiracionais. Antigamente, alguns jovens tinham como modelo a figura dos “chorros”, mas isso mudou. Os “transas” ocupam agora o lugar que ocuparam os “chorros” em tempos passados.

Nossos entrevistados afirmam que é muito difícil conseguir grandes quantias de dinheiro na atualidade e que, por isso, o mercado de drogas ilegais se tornou mais atrativo para os mais jovens. A ausência de dinheiro físico nas lojas e negócios, as melhoras tecnológicas de controle e a perseguição judicial sofrida por esse rubro da criminalidade fazem ser hoje quase impossível conseguir grandes valores de um roubo. Ora, eles repetem “o dinheiro está na droga”. Por isso, os “transas” têm nos bairros um papel central: eles representam um objeto de desejo para alguns jovens. Por isso, para nossos entrevistados, são eles quem mandam nos bairros atualmente.

Interessa-nos, porém, trazer para a análise um verbo que nos parece central para pensarmos as dinâmicas desses bairros e seu controle: referimo-nos à “recuperar” (“rescatar”). Tentaremos mostrar a dinâmica de funcionamento do “recuperar” com base em uma cena advinda do trabalho etnográfico. Uma empresa, multinacional, encarregada de desenvolver uma obra pública em um dos bairros da Área tinha contato com um sujeito que era uma das referências do mundo do crime local. Chamaremos essa pessoa de R. Assim, R deveria “cuidar” do lugar em que a empresa atuava e, em troca, recebia uma quantia de dinheiro. O intercâmbio de cuidado por dinheiro era possível porque R era reconhecido entre os vizinhos. Era um reconhecimento forjado por seus anos no mundo da criminalidade, que o tinham transformado em uma pessoa tão “respeitada” quanto temida no bairro. Os moradores sabiam que ele estava ao no comando da oficina e não se atreviam a roubá-lo. Se alguém se atrevesse, R. poderia “recuperar” rapidamente o roubado. Nos últimos anos, com o devir da relevância dos mercados de drogas ilegais nesses bairros, sua capacidade de controle diminuiu. O intercâmbio de dinheiro por cuidado é cada vez mais etéreo. Nos bairros, é cada vez mais difícil encontrar pessoas como R, que possam “recuperar” o que foi subtraído.

Consideramos, então, que, nos bairros da Área Reconquista, os “transas” não podem, ainda, impor por completo suas normas e controlar a vida das pessoas. Perguntar *quem manda no bairro* não tem uma única resposta. Alguns responderão que são os “transas”; outros, os padres católicos que atuam na favela; outros ainda que é uma organização política.

Conclusões preliminares

Nossa interpretação sobre as violências na Área Reconquista se afasta do lugar central que a mídia – local e nacional – atribui aos traficantes em sua relação com as violências (Focás e Rodrigues La Moglie, 2023). Ainda assim,

reconhecemos que a presença dos traficantes se expande e se torna cada vez mais visível na área. De acordo com as percepções locais, essa disseminação dos “*transas*” os coloca em relação com grande parte dos moradores, para os quais esses sujeitos não só vendem drogas ilegais, mas também lhes emprestam dinheiro e/ou dão trabalho. Essa propagação é significativa, mas nem todos participam da mesma maneira de sua expansão. Seguindo a linha de Misse (2010), podemos afirmar que, nesse mercado criminalizado, o grau de incriminação de práticas e agentes está espraiado, mas é diferencial e depende das concentrações de interesse dos agentes. Como dissemos anteriormente nesse texto, os “*transas*” ocupam um papel de liderança na vizinhança, mas não chegam a controlá-la. Queremos finalizar com dois eixos reflexivos que permitam aperfeiçoar o interrogante de quem manda no bairro e como se usam as violências para executar esse controle.

Primeiro. Os “*transas*”, a acumulação social da violência e o controle nos bairros. A análise detalhada dos homicídios salienta que alguns assassinatos estão relacionados aos mercados de drogas ilegais. Em 2020, houve dois triplos homicídios como resultados de tiroteios pela disputa de territórios entre organizações que comercializam drogas. Porém, outros homicídios são parte de brigas entre gangues que resolvem seus problemas com tiros: são brigas mais relacionadas à visibilidade de virilidade, a problemas interpessoais entre vizinhos etc. Afirmamos, então, que nem todos os homicídios na AR se vinculam às disputas entre “*transas*”. Existe um processo social de longo prazo, uma acumulação social da violência (Misse 2010), que explica as violências nesses territórios para além da atual atuação dos traficantes.

A distribuição desigual dos homicídios, evidente nos mapas analisados, não é um fenômeno novo. Explicar apenas com base na questão “narco” essa distribuição desigual dos homicídios é um movimento que falha em reconhecer uma longa história de segregação espacial desses bairros. Misse (2010), para se referir à acumulação social da violência no Rio de Janeiro, fala de um círculo vicioso de fatores que se retroalimentam de forma cumulativa. O autor frisa (2010: 4) que o núcleo principal desse espiral de violência é a resolução de conflitos com o uso de armas de fogo. Voltamos à AR e dizemos que aqui também há muita bala, muita arma de fogo e que é frequente sua utilização como meio para solucionar várias e variadas brigas. Além disso, afirmamos que o uso de armas de fogo vem de longa data e que não pode se reduzir ao problema “*transa*”.

Então, é hora de mostrar o círculo vicioso de fatores que se retroalimentam de forma cumulativa na AR e que habilita pensar como isso se dá em outras áreas marginalizadas pela pobreza.

Segundo. Necropolítica. Interessa-nos salientar que a segregação espacial se retroalimenta com a acumulação social das violências. Por um lado, a segregação espacial da pobreza se enraíza, se potencializa e reforça o efeito que produzem as violências acumuladas. Mas, ao mesmo tempo, essas violências legitimam a segregação espacial. Nos espaços segregados, o Estado intervém de forma diferencial para resolver os conflitos interpessoais que terminam (mas, pelas lógicas das vinganças nunca, de fato, terminam) sendo solucionados com armas de fogo. Nesses espaços marginalizados pela pobreza, a intervenção estadual é diferencial e, por isso, acumulam-se as violências.

Entendemos que a intervenção estadual não é deficitária. É uma forma específica de intervenção. Seguindo a linha de Pita (2019), os bairros populares não são espaços em que vigora uma ausência do Estado. A autora mostra que esses bairros não estão abandonados, excluídos nem isolados; não são guetos. Pelo contrário, eles estão marginalizados. Contudo, trata-se de espaços muito permeados. Esses bairros, unidos e separados da cidade formal, subordinados à trama urbana formal, configuram-se como espaços segregados em termos sociais, espaciais e simbólicos. Há um tratamento diferencial e desigual. O Estado intervém, mas de outras maneiras, com outras lógicas. Como resultado dessa intervenção diferencial, produz-se uma distribuição desigual da violência, tanto da violência estatal quanto da social: a gestão da vida e da morte é diferente nesses bairros.

Dessa maneira, a distribuição desigual das violências, que aparenta ser um fracasso das políticas de prevenção ao delito e à violência, é, na verdade, o resultado da segregação espacial pela pobreza. Aqui podemos, para finalizar, mergulhar no conceito de *necropolítica*. Com essa noção, Mbembe (2014) retoma a biopolítica foucaultiana e acrescenta outras dimensões analíticas. A biopolítica se refere aos dispositivos de poder, dispositivos de controle sobre a vida. No entanto, a necropolítica se refere às formas do poder que regulamentam a morte, mas que o fazem mediante uma distribuição extremamente desigual do risco de ser ferido e/ou morrer. Em outras palavras, um fracasso das políticas de prevenção é o sucesso de um estigma, o sucesso de uma política de morte e violência.

Referências

- ANDERSEN, Elijah. *Code of the street. Decency, violence, and the moral life of the inner city*. Nova York, Norton Paperback, 2000.
- AUYERO, Javier y BERTI, María Fernanda. *La violencia en los márgenes. Una maestra y un sociólogo en el conurbano bonaerense*; Buenos Aires, Katz, 2013.

- AUYERO, Javier y SABERING, Katherine. *Entre narcos y policías las relaciones clandestinas entre el estado y el delito y su impacto violento en la vida de las personas*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2020.
- BOURGOIS, Philippe. *En busca del respeto. Vendiendo crack en Harlem*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2010.
- BOURGOIS, Philippe y SCHONBERG. *Righteous Dopefiend*. California, University of California Press, 2009.
- CARAVACA, Evangelina, GARRIGA ZUCAL, José, y MANCINI, Inés. Sobre llovido, mojado. Pandemia y violencias en poblaciones vulnerables en el Área Reconquista (Provincia de Buenos Aires). *Acta Sociológica*, n. 90, marzo 2023, pp. 51-79.
- COZZI, Eugenia. *De ladrones a narcos*, Buenos Aires. Buenos Aires, Teseo, 2022.
- FOCÁS, Brenda y RODRÍGUEZ LA MOGLIE, Lucio. Noticias locales en pandemia. In: CARAVACA, Evangelina, GARRIGA ZUCAL, José y MANCINI, Inés. *Últimos y abollados: Violencias y vulnerabilidades en San Martín*. San Martín, UNSAM EDITA, 2023, pp. 173-188.
- GAYOL, Sandra y KESSLER, Gabriel. *Muertes que importan. Una mirada sociohistórica de los casos que marcaron la Argentina reciente*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2018.
- LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: Apresentação à edição especial. *Revista Dilemas, Rev. Estudos Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, Edição Especial n. 4, 2022, pp. 1-10.
- LAWRENCE, Michael. Security Provision and Political Formation in Hybrid Orders. *Stability: International Journal of Security & Development*, v. 6, n. 1, 2017, pp. 1-17.
- JANOSCHKA, M. El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *EURE*, v. 26, n. 85, 2002, pp. 11-29.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Buenos Aires, Melusina Editores, 2014.
- MISSE, Michel. La acumulación social de la violencia en Río de Janeiro y en Brasil: algunas reflexiones. *Revista Coherencia, Medellín*, v. 7, n. 13, jul.-dic. 2010, pp. 19-40.ia.
- PITA, María Victoria. Hostigamiento policial o de las formas de la violencia en barrios populares de la Ciudad de Buenos Aires. Relato de una investigación. *Desacatos Revista de Ciencias Sociales*; Ciudad de México, 2019, pp. 78-93.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto; BARREIRA, César e DIÓGENES DE AQUINO, Jania. “Facções” de Fortaleza e colectivos de Caracas: Dos modelos de governança criminal. *Dilemas. Revista. Estudo. Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro, n. 4, 2022, pp. 21-49.
- SAIN, Marcelo. *Ciudad de pobres corazones. Estado, crimen y violencia narco en Rosario*. Rosario, Protohistoria, 2023.

SCHEPER HUGHES, Nancy. *La muerte sin llanto: violencia y vida cotidiana en Brasil*.

España, Ariel, 1997.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Qué hacer con las drogas*. Buenos Aires, Siglo XXI

Editores, 2017.

WACQUANT, Loic. *Los condenados de la ciudad. Gueto, periferias y Estado*. Buenos

Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

Recebido em: 30/08/2023

Aprovado em: 29/09/2023

Como citar este artigo:

CARAVACA, Evangelina; GARRIGA, José; MANCINI, Inés. Quem governa o bairro?

Violência e mercados de drogas ilegais em bairros segregados na Grande Buenos Aires (Argentina). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set.

- dez. 2023, pp. 805-828.



Vigilantismo y gobernanza criminal: un aire de familia

Luis Daniel Vázquez¹

Resumen *¿Qué tienen en común y de diferente el vigilantismo y la gobernanza criminal? Ambos construyen un orden político-social a nivel local con sanciones frente al rompimiento de ese orden, establecen un repertorio de violencia letal y no letal como parte de esas sanciones, en ocasiones construyen legitimidad, y se desarrollan en el marco de un bajo nivel de Estado de derecho. Entre el vigilantismo y la gobernanza criminal hay un aire de familia, pero las pretensiones de justicia que enmarcan al vigilantismo los constituyen como familiares lejanos.*

Palabras clave: Vigilantismo, gobernanza criminal, orden político – social local, sistema de sanciones, legitimidad, Estado de derecho.

Vigilantism and criminal governance: a family air

Abstract *What do vigilantism and criminal governance have in common and different? Both build a political-social order at the local level with sanctions against breaking that order, establish a repertoire of lethal and non-lethal violence as part of those sanctions, sometimes build legitimacy, and develop within the framework of a low level of Rule of law. Between vigilantism and criminal governance there is an air of family, but the claims of justice that frame vigilantism make them like distant relatives.*

Keywords: *Vigilantism, criminal governance, local political-social order, sanctions system, legitimacy, rule of law.*

¹ Instituto de Investigaciones Jurídicas (Universidad Nacional Autónoma de México) – Ciudad de Mexico – Mexico – daniel.vazquez@unam.mx – ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8695-6879>.

Vigilantismo e governança criminosa: um ar de família

Resumo *O que vigilantismo e governança criminal têm em comum e diferente?* Ambos constroem uma ordem político-social no nível local com sanções contra a quebra dessa ordem, estabelecem um repertório de violência letal e não letal como parte dessas sanções, às vezes eles constroem legitimidade e são desenvolvidos dentro da estrutura de um baixo nível de estado de direito. Entre vigilantismo e governança criminal há um ar de família, mas as reivindicações de justiça que enquadram o vigilantismo os tornam como parentes distantes.

Palavras-chave: Vigilantismo, governança criminal, ordem político-social local, sistema de sanções, legitimidade, estado de direito.

En el marco del Grupo de Trabajo – CLACSO: Vigilantismo y violencia colectiva² reflexionamos sobre la diversidad de fenómenos que caben en la categoría de vigilantismo. Vimos que son tantos y tan variados, que habría que discutir si tiene sentido seguir tratando de englobarlos a todos ellos en el paraguas del vigilantismo³. Dentro de la discusión, intentamos comenzar a poner límites a dicho concepto. Uno que parecía claro y obvio fue que la gobernanza criminal que practican las redes de macrocriminalidad como las que operan en México, las maras en Centroamérica, los paramilitares en Colombia o las milicias en Brasil no puede ser considerado un acto de vigilantismo. Todos estuvimos de acuerdo, pero ¿es así? De hecho, Moncada (2017) distingue entre el vigilantismo de colonos y el criminal para diferenciar cuando un grupo barrial se organiza para repeler actos que consideran criminales (como el robo o el secuestro) con respecto a la organización del crimen organizado para sancionar a los miembros que rompan los códigos internos.

Por otro lado, un aspecto relevante para América Latina es analizar la construcción del orden político y social a nivel local, y no hay duda que tanto el vigilantismo como la gobernanza criminal son formas de construir ese orden local. En este sentido, me interesa mirar a la gobernanza criminal no tanto a partir

2 Para conocer más del Grupo de Trabajo, puede visitar el siguiente link: <<https://www.clacso.org/categoria/grupos-de-trabajo/grupo-de-trabajo-vigilantismo-y-violencia-colectiva/>>

3 Este tipo de reflexiones no es raro en ciencias sociales. Algo semejante nos pasó en torno al concepto de populismo en el seminario Populismo, Buen Gobierno y Justicia Social. Disponible en: <<http://ppcal.flacso.edu.mx/index.php/buen-gobierno-populismo-y-justicia-social>>. Esto se debe a que muchos de los conceptos que usamos en ciencias sociales no sólo suelen ser dispersos y fangosos con el objetivo de comprender la mayor cantidad de realidad social posible, sino que también se encuentran políticamente disputados como le sucede a populismo, a libertad, igualdad o justicia.

de la violencia que ejercen hacia adentro de la asociación criminal, sino hacia afuera, sobre las personas y bienes donde tienen control territorial.

La pregunta que guía la reflexión es: *¿qué tienen en común y de diferente el vigilantismo y la gobernanza criminal como formas de construcción del orden local?* El argumento central es que *la gobernanza criminal y el vigilantismo se tocan en los siguientes puntos: la construcción de un orden político-social a nivel local con sanciones frente al rompimiento de ese orden, el establecimiento de un repertorio de violencia letal y no letal como parte de esas sanciones, la construcción de legitimidad en ese orden político-social local, y la necesidad de una percepción de un bajo nivel de Estado democrático y social de derecho.* Esto nos lleva a concluir que entre el vigilantismo y la gobernanza criminal hay un aire de familia, pero -como veremos en el último acápite- se trata de familiares lejanos.

El uso de la categoría “aire de familia” no es nuevo en las teorías política y social (por ejemplo: Cuesta y Rojas, 2016; Becerra, 2018; Schaffhauser, 2013). La categoría “aire de familia” se utiliza para hablar de dos o más fenómenos sociales que si bien tienen muchos parecidos, existe algún aspecto que se constituye como una diferencia radical, como sucede entre el vigilantismo y la gobernanza criminal. Es por ello que, pese al parecido, no termina de ser familiares, pese a que mantienen un aire de familia.

Para hacer esta comparación utilizo como categorías analíticas: la construcción del orden político-social (sección 2), la construcción de un sistema de sanciones que implican un repertorio violento (sección 2), la construcción de cierta legitimidad en ese orden político-social (sección 3), y la percepción de ausencia de un Estado democrático y social de derecho (sección 4). Además de estos acápitales, el texto incluye una primera sección donde desarrollo qué son el vigilantismo y la gobernanza criminal; y una breve conclusión donde reflexiono sobre cuáles son sus diferencias.

1. De qué hablamos cuando decimos vigilantismo y gobernanza criminal

En esta sección analizaremos primero qué es una red de macrocriminalidad, a fin de explicar qué es y cómo se ejerce la gobernanza criminal. Y veremos después los distintos tipos de vigilantismo que existen a fin de reflexionar cuáles son los elementos centrales del concepto de vigilantismo.

Una red de macrocriminalidad se caracteriza por cuatro aspectos (Vázquez, 2019; Espinal, Isunza, Isunza y Vázquez, 2023): 1) está conformada por tres estructuras: la criminal, la empresarial y la política (está última estructura supone una demanda explícita de impunidad); 2) cometen múltiples tipos de delitos

(comúnmente el narcotráfico, pero también delitos de corrupción, secuestros, lesiones, homicidios, desapariciones, trata de mujeres, de trabajo esclavo, de migrantes, sistemas de extorsión, por mencionar algunos); 3) como consecuencia de la anterior, generan diferentes tipos de víctimas; y 4) ejercen gobernanza criminal en aquellos territorios que controlan.

Este último punto es el que más interesa al artículo: ejercen gobernanza criminal. Mientras que la idea de gobernanza supone una coordinación entre actores políticos y sociales para generar decisiones políticas eficaces y tendientes a alguna idea de bienestar general, la gobernanza criminal supone esa misma interacción entre actores políticos y criminales, pero para generar acciones depredadoras de gobierno (Duque, 2021). En otras palabras, las redes de macrocriminalidad gobiernan en aquellos territorios en donde tienen el control por medio de las interacciones entre los políticos y los criminales⁴. De tal forma que en la gobernanza criminal tenemos acciones legales, acciones que están en la ya muy conocida zona gris (Auyero, 2007), y acciones (como los distintos tipos de delitos) que son abiertamente ilegales.

Que las redes de macrocriminalidad gobiernen en los territorios que controlan no quiere decir que se ocupen de todas las actividades que recaen en un gobierno, sino que tienen capacidad de decisión en aquellas decisiones que son relevantes para la red de macrocriminalidad, como: la entrada y salida de personas de la demarcación territorial que controlan⁵; control de las cámaras y la iluminación de la vía pública; control de la policía municipal, estatal, y regimientos de la federal así como del ejército, por ende cuentan con capacidad de patrullaje ya sea de forma directa o a través de las fuerzas de seguridad; control de la procuración de justicia para determinar qué se investiga y qué no; control de los centros de reclusión que se pueden usar como centros de mando de los cárteles; es decir, tienen capacidad de decisión en materias de seguridad y procuración de justicia, que son especialmente relevantes para cualquier democracia.

La capacidad de ejercicio de la gobernanza criminal por una red de macrocriminalidad se puede tornar mucho más compleja si, además de controlar

4 La especificación de qué estructura perdura en esta dinámica de gobierno dependerá de cada una de las distintas redes de macrocriminalidad a partir del análisis empírico correspondiente y de la historia de la conformación de la red. Por ejemplo, del análisis de las redes de macrocriminalidad que gobiernan en Coahuila (Vázquez, 2019) y Veracruz (Espinal, Isunza, Isunza y Vázquez, 2023) vemos que a nivel entidad federativa o provincia (los gobernadores y sus grupos), las estructuras políticas son relevantes, tienen capacidad de dirección y administran la red, por lo que incluso hay cambios completos de las estructuras criminales (Cartel de Golfo – Zetas – Cartel Jalisco Nueva Generación), pero las estructuras políticas se mantienen. En cambio, a nivel municipal, las estructuras políticas (los presidentes municipales) pierden capacidad de dirección y administración de la red frente a los lugartenientes de la estructura criminal.

5 Este tipo de acciones se lleva a cabo por barricadas y bloqueos.

estas dos áreas de gobierno, también desplazan al Estado en aspectos como la construcción de bienes colectivos, la administración de justicia por vías alternativas, o diferentes tipos de intercambios que incrementan el proceso de distribución de incentivos, rentas y ventajas entre la población. Es decir, mejora el proceso de inclusión social, incrementa el número de ganadores sociales de la gobernanza criminal y, por ende, construye legitimidad y apoyo social.

A partir de todos los elementos anteriores, propongo el siguiente concepto de *gobernanza criminal*: *la capacidad que tiene una red de macrocriminalidad de 1) construir un orden político y social local, por medio de un sistema efectivo de sanciones e incluso, en ciertas ocasiones, con construcción de legitimidad social; y de 2) tomar las decisiones políticas vinculantes que resultan relevantes para dicha red de macrocriminalidad en ese territorio que controla.*

De la misma forma que no tenemos un solo fenómeno de gobernanza criminal, sino que ésta dependerá de la historia, dinámicas, liderazgos de las diferentes redes de macrocriminalidad; tampoco hay un solo fenómeno de vigilantismo, sino múltiples variaciones. Por ejemplo, caben dentro del vigilantismo expresiones como:

- el establecimiento de una primera comunidad en donde no hay nada, ningún tipo de institución estatal a mediados del siglo XIX, por lo que se crea una serie de reglas que permitan la convivencia y mecanismos de sanción social⁶;
- la organización de un barrio para establecer guardias nocturnas y barreras de entrada y salida en ciertas avenidas para evitar los robos, los secuestros o cualquier otro acto delictivo ahí donde el Estado existe, pero parece inoperante;
- el alertamiento de un pueblo por medio de cohetes y el repique de campanas de la iglesia para detener y linchar a un secuestrador de niños, a alguien que se robó imágenes o esculturas de la iglesia, o para alertar de la llegada de un cuerpo de policías frente a un proceso de resistencia ante un megaproyecto;
- un grupo de pasajeros de un transporte público que, sin conocerse y frente a un intento de asalto, desarman y golpean hasta la muerte al asaltante;
- un grupo de pequeños propietarios en el sur de Estados Unidos que se organizan para perseguir y asesinar a las y los migrantes que llegan sin los documentos administrativos a ese país bajo el supuesto de que todos ellos son criminales o, ciento cincuenta años atrás, para linchar a miles

6 En buena medida, a esto se refieren Fuentes, Gamallo y Quiroz cuando observan que hay ciertas prácticas vigilantistas que pueden entenderse como parte sustancial de la formación del Estado. Lo interesante es que podemos decir exactamente lo mismo de la gobernanza criminal, como dio cuenta Charles Tilly (1990; 2007).

- de afroamericanos que, supuestamente, cometieron algún crimen a fin de mantener de facto un sistema de castas;
- el establecimiento de mecanismos que sancionan la ruptura de reglas y costumbres ancladas en dinámicas que se consideran ancestrales y legítimas, y que permiten no sólo el orden, sino la continuidad de un determinado orden social local;
 - la serie de reglas que dan coherencia a un grupo criminal que mantiene control territorial, y donde la persona integrante de dicho grupo criminal que las rompe es asesinada con espectacularidad para enviar un mensaje al resto de los integrantes del grupo.

En el listado hay distintos fenómenos como los linchamientos, la seguridad o justicia callejera, las rondas barriales, los caza migrantes, las brigadas de ajusticiamiento, el vigilantismo criminal, por mencionar algunas de las acciones colectivas de violencia punitiva. Una primera diferencia que destacan Fuentes, Gamallo y Quiroz (2022) es que mientras en los países centrales el vigilantismo se relaciona con el control social por medio de la violencia simbólica y material en contra de minorías como los afrodescendientes o los migrantes latinos; en los países periféricos hay una mayor relación con la debilidad estatal, las disputas políticas armadas y la creciente violencia criminal.

Algo que se han preguntado al interior del campo de investigación sobre el vigilantismo es si existe un conjunto de criterios que constituyan el corazón del concepto vigilantismo y que permita sumar dentro del mismo conjunto a prácticas tan distintas como las identificadas en los países centrales, en los periféricos, o en el control interno de los grupos criminales. Por ejemplo, hay 6 características que suelen ser consideradas (Moncada, 2017: 406): los protagonistas planean un acto de violencia; la participación voluntaria de ciudadanos; un proceso de organización y movilización que nos habla de un movimiento social; el uso o la amenaza del uso de la violencia; la transgresión real, percibida o imputada de normas institucionalizadas; y una señal pública de que el orden perdurará. Asimismo, se suelen considerar cinco atributos para mirar al vigilantismo: organización social, objetivos, repertorios, justificación y motivación (Moncada, 2017: 407). En el trabajo coordinado por Fuentes, Gamallo y Quiroz (2022: 19), las y los autores observan 6 dimensiones: orden, legitimidad, autoridad, justicia, securitización y acción colectiva; los cuales giran en torno a la restitución de un ordenamiento social percibido como roto o amenazado.

Ya tenemos una primera idea clara sobre qué son la gobernanza criminal y el vigilantismo. Vayamos ahora a analizar las semejanzas y diferencias de ambos a partir de los criterios de comparación propuestos.

2. Construcción de un orden político-social local y activación de sanciones frente a la disrupción de ese orden

Comenzaremos esta sección explicando qué es el orden político-social local, después veremos por qué tanto el vigilantismo como la gobernanza criminal son formas de construcción de un orden político-social local, y en qué consiste el sistema de sanciones cuando ese orden se rompe.

2.1. El orden político-social desde lo local

Uno de los conceptos más utilizados y discutidos sobre el Estado es el desarrollado por Weber, siguiendo a este autor, “por Estado debe entenderse un instituto político de actividad continuada, cuando y en la medida que su cuadro administrativo mantenga con éxito la pretensión al monopolio legítimo de la coacción física para el mantenimiento del orden vigente.” (Weber, 2004: 43-44). Mantener con éxito la pretensión al monopolio legítimo de la coacción física es una de las ideas que más se ha discutido, en especial en Estados como los latinoamericanos, africanos y asiáticos. Pero incluso en Estados cuyas clases políticas, burocracias y prácticas institucionales parecieran estar más institucionalizadas, incluso en ellos hay disputas por ese monopolio. Actualmente sabemos que todo Estado está conformado por un conjunto de actores muy fragmentados con relaciones de cooperación, pero también de conflicto y de indiferencia. En esa fragmentación, se abre el espacio para que otros actores, llamémosles de forma genérica poderes fácticos (Vázquez, 2009), entren en acción y disputen ese monopolio legítimo de la coacción física. Algunas figuras de esa disputa son el vigilantismo y la gobernanza criminal.

Si bien la disputa por el monopolio legítimo de la coacción física se puede dar a nivel nacional, me interesa subrayar la relevancia de la construcción del orden político a nivel local, porque justo es dónde mejor se expresan las dos figuras que estamos analizando. Dedicemos unas líneas a explicar qué es el orden político-social. Podemos analizar al poder político a partir de tres niveles: Estado, régimen y gobierno (Vázquez, 2019). Mientras que el nivel de Estado se refiere a las reglas más estructurantes del poder a partir de criterios de distribución de la riqueza, discriminación y opresión social y reconocimiento político; el nivel de régimen se refiere al acceso y ejercicio del poder político; y el nivel de gobierno al conjunto de personas e instituciones que toman las decisiones políticas vinculantes en un momento determinado. Pienso a la construcción del orden político-social desde el nivel de régimen, por lo que este orden incluye al conjunto de posiciones políticas, la forma en que se llega a ellas, las instituciones y procedimientos formales

e informales⁷ que fácticamente constituyen el ordenamiento político y social en un lugar determinado. Enfatizo las palabras en cursivas en la oración anterior: fácticamente y en un lugar determinado. No se trata de un acercamiento jurídico, normativo, preceptivo o desde el deber ser, sino precisamente fáctico: *¿quién manda y cómo manda en un determinado espacio en un momento concreto?* Por ende, la respuesta a esta pregunta está más cerca de la sociología y antropología política, que del derecho constitucional y en los bordes de la ciencia política que lamentablemente, desde la mirada mainstream, se ha quedado anclada en las dinámicas y actores institucionales formales.

2.2. El vigilantismo y la gobernanza criminal como órdenes político-sociales locales

A las prácticas de la gobernanza criminal y de vigilantismo⁸ antecede la conformación de un orden político-social en un momento y lugar determinados. El vigilantismo no se agota en la conformación de un grupo que ejerce un repertorio en ciertos momentos contra alguien que se considera un criminal. Como señala Alejandra Ramírez (2022: 199), los dispositivos de vigilancia también configuran el espacio físico de las ciudades, las relaciones inter-ciudadanas, y las vidas cotidianas construyendo un orden social local vigilante. Se trata normalmente de grupos que comparten ciertos valores e ideas y, a partir de ellos, desarrollan determinadas rutinas y repertorios para defender lo que consideran correcto⁹. Esta construcción de un orden político-social local se hace mucho más evidente en la gobernanza criminal, donde las personas que habitan un barrio, una comunidad o un pueblo o ciudad gobernado por las redes de macrocriminalidad, saben perfectamente quién es el lugarteniente, y quienes los sicarios, los estacas, los halcones, los vendedores, por mencionar algunos actores que forman parte de la red de macrocriminalidad. En estos órdenes hay actores,

7 Sumo a las instituciones y procedimientos tanto formales como informales porque no debemos olvidar que tanto el vigilantismo y, más aún, la gobernanza criminal se llevan a cabo por medio de la interacción entre los actores vigilantes y las estructuras criminales con actores y organizaciones estatales. Por lo que ese orden político-social local casi siempre se construirá a partir de esa hibridación.

8 Probablemente salvo el vigilantismo más espontáneo que no tiene una estructura previa ni posterior, como el linchamiento que se da en un transporte público frente a un asalto. En ese caso, los actores se reúnen para linchar y después, salvo por azar, no vuelven a encontrarse.

9 Un ejemplo es el que Caravaca y Dikenstein (2022) observan en un barrio de Buenos Aires, y que las autoras llaman versiones leves o en los bordes del vigilantismo. Se trata de un grupo de vecinos que realiza tareas de seguridad en el barrio sin recibir remuneración y con poco reconocimiento social. Un ejemplo de estas actividades lo llaman *operar como espías de lo cotidiano*. En este marco, algunos de estos vecinos desarrollan rondines en el barrio para detectar acciones que podrían detonar hechos delictivos, como la ocupación de inmuebles abandonados, la venta de alcohol en expendios sin permiso para ello, o la identificación de personas sospechosas. Así como la congregación de vecinos en grupos a distancia, y la recepción de denuncias vía redes. La particularidad de este tipo de vigilantismo es que no incurrir en acciones que crucen los límites legales (no hay linchamientos) sino que, una vez detenido el supuesto criminal, es entregado a la comisaría. A la par que no presentan altos niveles de organización y coordinación, aunque realizan persecuciones.

hay reglas claras que se sabe que no deben romperse, hay avisos de esas reglas¹⁰, hay sanciones si esas reglas se rompen, pero -lo más importante de todo- hay un conocimiento público de esas reglas y esas sanciones.

2.3. El sistema de sanciones del vigilantismo y de la gobernanza criminal

Las sanciones tanto en el vigilantismo como en la gobernanza criminal pueden ser muy variadas. En el vigilantismo encontramos desde la detención de la persona que se considera criminal por medio del patrullaje barrial y la entrega a las autoridades, hasta el secuestro y linchamiento de las personas. En la gobernanza criminal el conjunto de sanciones es más amplio: en la medida que la red de macrocriminalidad controla la procuración de justicia, un castigo a quien rompe una regla puede ser la cárcel (lo que Dewey (2015) denomina un orden clandestino); también balear o tirotear un local comercial o incendiarlo por negarse a pagar el sistema de extorsiones, vender droga, o servir como informante de lo que sucede en las calles; las detenciones arbitrarias, la tortura, la desaparición o el homicidio de personas, o de familiares de las personas objetivo de la agresión. En todos los casos las sanciones son violentas, y en muchos de ellos incluso letales.

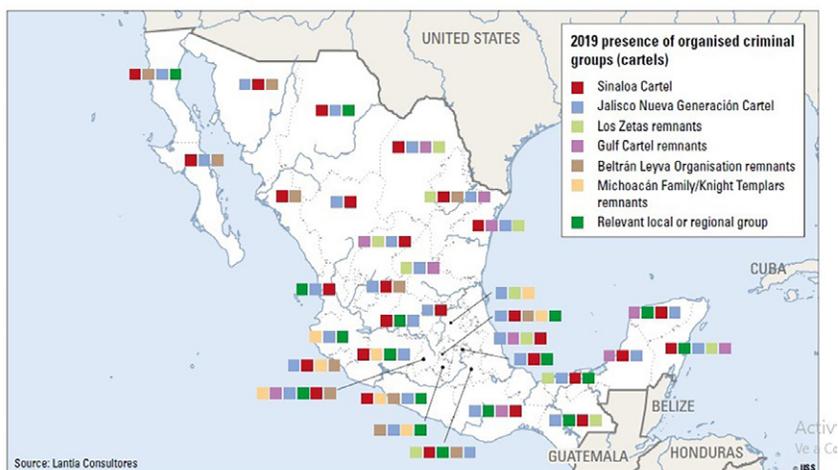
Tanto en el vigilantismo como en la gobernanza criminal, cuando se rompe una regla de ese orden político-social local, el objetivo es sancionar (y en algunos casos castigar de forma ejemplar) a aquellas personas que han roto (o al menos se cree que han roto) ese orden político-social. Probablemente la diferencia radica en el tipo de regla del orden político-social que se rompe: en el caso del vigilantismo, se trata de una regla propia de un orden considerado justo (con muchas dificultades para esa consideración en ejemplos provenientes del vigilantismo de los países centrales como los caza-migrantes o el Ku Klux Klan); y una regla propia de un orden criminal en el caso de la gobernanza criminal. Aquí ya empiezan a delinearse las diferencias.

Un aspecto central para los estudios de la ciencia política es que se da por hecho que este tipo de construcción del orden político-social a nivel local, esta determinación de ¿quién manda en un lugar y tiempo determinado? está en los bordes de la política, es atípico, no es la regla general. Pero la documentación de

10 Ejemplos de esos avisos son las mantas, que en el caso del vigilantismo tienen mensaje de vigilantismo leve como: "sonría, en esta calle le estamos grabando" o de vigilantismo fuerte como: "En este barrio a las ratas se les lincha". Y en el caso de la gobernanza criminal un ejemplo de las muchas formas de establecer ese sistema de reglas son las narcomantas (que tienen muchas funciones, una de ellas explicitar ese sistema de reglas) con distintos tipos de avisos y, en el peor de los casos, acompañadas de cuerpos o de miembros de cuerpos. Un caso llamativo son las narcomantas que aparecieron en el marco de la pandemia donde se recordaba a la gente que estábamos en contingencia y se les convocaba a mantenerse en casa: "al que encontremos afuera, lo vamos a levantar" cerraba el aviso (Redacción, 2020).

casos como el mexicano, en donde contamos con presencia (no con gobernanza criminal, sino sólo con presencia) de redes de macrocriminalidad en más del 80% (AC Consultores, 2023) del territorio nacional, nos permiten dudar de esa afirmación. Por ejemplo, siguiendo el mapa publicado por el ISSS (2020) vemos que hay presencia en buena parte del territorio nacional.

MEXICO (CARTELS)



Fuente: ISSS (2020: 76)

Es por esta razón que autores como Carlos Flores (2020) y Daniel Vázquez (2019) descartan la categoría analítica bordes o márgenes del Estado, y prefieren utilizar otras como red de poder hegemónica o redes de macrocriminalidad, porque no están en los márgenes, sino que son el núcleo del Estado. De esta forma, en ciertos países ni las prácticas vigilantistas, ni la gobernanza criminal deben entenderse como fenómenos atípicos o espontáneos, sino como la construcción del orden político-social e incluso de la estatalidad de facto desde lo local.

3. De los repertorios de violencia (letal y no letal) a la construcción de legitimidad local

Sabemos que la construcción de un orden político-social (incluso en lo local) no puede sustentarse de forma duradera únicamente en la amenaza del uso de la fuerza, en la violencia. Requiere también de la construcción de algunos criterios consensuales de ese orden político-social local, llamemos a esta otra expresión del

orden político-social a nivel local *legitimidad*¹¹ entendida como la aceptación de ese determinado orden político-social local por las personas a quienes se les aplica.

Es esperable que las personas que forman parte del grupo que lleva a cabo las rutinas, dinámicas, o repertorios de las actividades vigilanistas, las consideren legítimas e, incluso, justas. Entre otras cosas porque comparten un conjunto de ideas y valores, al menos dos relevantes para esta explicación: está mal cometer cierto tipo de acciones que se consideran delitos; y es válido tomar la justicia en propia mano debido a la inacción estatal al respecto. De ahí en adelante, podemos encontrar sofisticadas reglas y procesos simbólicos que entrelazan a las actividades vigilantes no sólo con su legitimidad, sino incluso con la definición de la identidad colectiva de ese grupo o barrio, como sucede con las prácticas vigilantes de ciertas comunidades que usan el repique de las campanas de la iglesia o los cohetes para congregar a la población en el zócalo del pueblo, barrio o comunidad, alertar sobre una amenaza y actuar en consecuencia.

Si bien es relativamente sencillo comprender por qué el orden político-social a nivel local construido por el vigilantismo se encuentra dotado de cierta legitimidad; es mucho más difícil explicar en qué casos la gobernanza criminal puede también contar con legitimidad. En parte, esto se debe a que el principal recurso político de las redes de macrocriminalidad (además del dinero y el poder político) es la amenaza de o el uso de la violencia, y, además, de una violencia siempre extrema (torturas, desapariciones, homicidios). A la par que el orden político-social que se construye bajo la gobernanza criminal es, precisamente, criminal; y las sanciones tienen como principal objetivo mantener ese orden criminal. ¿Por qué un conjunto de personas estaría de acuerdo con mantener un orden criminal? Porque logran construir bienes colectivos, resolver disputas, distribuir incentivos, ganancias, ventajas que incluyen a un conjunto de personas que no ha sido considerado por el orden legal-formal. Veamos un par de ejemplos.

Un caso llamativo es el de la Familia Michoacana¹² que, con un tufo religioso, tenía un severo código de comportamiento que incluía: la prohibición de consumir drogas, beber alcohol o conducir a exceso de velocidad; postarse con

11 No entraré a desarrollar esta idea porque sería inacabable y no es el objetivo del texto, pero en estas discusiones hay expresiones del poder político como la tercera dimensión del poder de Steven Lukes y John Gaventa, todo el desarrollo en torno a la hegemonía iniciada por Gramsci, o las discusiones en torno a la diferencia entre legalidad y legitimidad, así como la construcción de un poder sustentado en la autoridad, y su diferencia con la fuerza y la influencia, por mencionar algunas.

12 La Familia Michoacana es una red de macrocriminalidad que se torna relevante a partir del 2006 para enfrentar a Los Zetas en esa entidad federativa de México, disputando especialmente el puerto Lázaro Cárdenas, punto central para el tráfico de drogas. Esta primera generación la ubicamos entre 2006 y finales del 2010, cuando por una ruptura interna, nacen Los Caballeros Templarios, la Familia Michoacana es expulsada de Michoacán pero mantiene control territorial en Guerrero y el Estado de México (Lantia Intelligence, 2020) y, para nuestros fines, se pierde todo el sentido “religioso” y se endurece la violencia como instrumento de control.

humildad y respetar a las personas; y con severos castigos a los robos o a la violencia contra las mujeres (Najar, 2010). No solo contaban con ese código de conducta al interior, sino que también construían bienes colectivos, en particular ayudaban a las personas, barrios y comunidades a resolver problemas y disputas colectivas, desplazando a las instituciones estatales, lo que les permitió construir una sólida base social y legitimidad¹³. En general, son conocidos los casos donde redes de macrocriminalidad desarrollan actividades para crear lazos de legitimidad con las personas que viven en el territorio que controlan: construir caminos, remodelar escuelas, pagar servicios médicos, solventar las fiestas patronales, regalar juguetes, apoyar en desastres naturales, como vimos recientemente en la pandemia, así como controlar al crimen ordinario¹⁴ son algunas de las acciones que realizan en el marco de la gobernanza criminal. En algunos casos, sirven como mediadores y facilitan los trámites gubernamentales a las empresas que pagan el sistema de extorsión.

Otro ejemplo interesante es el tráfico de huachicol. Como comenté líneas arriba, una de las características de las redes de macrocriminalidad es la comisión de diversos delitos. En especial, en el caso de México, el nivel de diversificación de acciones delictivas para apropiarse del excedente social por parte de una red de macrocriminalidad es cada vez mayor. Dentro de esas actividades está el tráfico del huachicol. En México, el huachicol es el combustible robado -por diversos mecanismos- de la compañía estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX). Uno de los más conocidos es por medio de las tomas clandestinas de los ductos de PEMEX que atraviesan todo el país. En la medida que se roba a una empresa (además estatal), normalmente esta actividad se lleva a cabo en completa impunidad, a la par que supone una fuente de trabajo y entrada de dinero para miles de familias. Por ejemplo, en 2018, quienes se dedicaban al robo de combustible podían ganar hasta 14 mil pesos mensuales, cuando el salario mínimo estaba en 2,400 pesos (Najar, 2020). Esta combinación ha permitido que la práctica del huachicol cuente

13 La peculiar conformación de esta red de macrocriminalidad se debe, en parte, a las características de dos de sus fundadores: Fernando Gómez "La Tuta", que es un maestro de educación primaria en un contexto rural, donde los profesores (junto con los sacerdotes) se convierten en los principales líderes sociales; y Nazario Moreno alias "El Chayo" o "El más loco" que tomaba la forma de pastor religioso, escribió la "Biblia de la Familia" y daba pláticas motivacionales a los sicarios y vendedores de droga a quienes exigía ese buen comportamiento (Najar, 2010).

14 Uno de los casos más conocidos de control de robo de autos se ha dado en Culiacán, capital de la entidad federativa Sinaloa, y espacio controlado por la red de macrocriminalidad del cartel de Sinaloa. Como parte del orden político-social que incluye a la criminalidad ordinaria, para robar un auto se debía solicitar permiso al lugarteniente. Cuando esto no se acataba, el roba autos era asesinado y en su cuerpo se encontraba un auto de juguete sobre su pecho o espalda. En 2009 se registraron 35 asesinatos con estas características. La tendencia volvió a aparecer en el 2019 (Monjardín, 2019).

con legitimidad entre la comunidad, barrio o población que la práctica. Esta legitimidad se hace evidente cuando, frente a operativos para detener a las personas que realizan el robo y venta de huachicol, el cierre de tomas clandestinas o el intento de confiscar combustible robado, en muchas ocasiones los policías y militares que conforman el operativo no se enfrentan sólo a los “huachicoleros”, sino a la población en su conjunto quienes incluso los toman como rehenes para que liberen a los “huachicoleros” detenidos (Redacción, 2019; Najjar, 2020; Redacción, 2021).

De hecho, como observa Alejandra Ramírez (2022), puede suceder que las redes de macrocriminalidad colonicen y se apropien de estructuras vigilantes previamente construidas, lo que normaliza los lazos entre los ciudadanos y las organizaciones criminales en el marco economías ilícitas, muchas veces con tensiones y relaciones de violencia, pero también mediante la construcción de redes simbólicas y económicas de reciprocidad lo que genera un importante proceso de legitimidad, como sucedió en las favelas de Brasil. Algo semejante sucedió en el proceso construcción y desarrollo de las Autodefensas en Michoacán, que nacieron en 2013 para combatir a las redes de macrocriminalidad de Los Caballeros Templarios, y el Cartel Jalisco Nueva Generación, pero pocos años después, ya se encontraban infiltradas por otros grupos criminales que eran opositores a los dos mencionados. Lo que tenemos en estos casos no son semejanzas entre el vigilantismo y la gobernanza criminal, sino abiertos empalmes entre esas dos estructuras sociales.

4. La ausencia de un Estado democrático y social de derecho

Ambos fenómenos se conectan, porque las comunidades en donde se presenta tanto el vigilantismo como la gobernanza criminal sufren de la misma deficiencia: la ausencia de un Estado democrático y social¹⁵ de derecho¹⁶.

15 No es casualidad que haya escrito Estado democrático y social de derecho. El objetivo es no quedarnos con la connotación de Estado de derecho del siglo XIX; sino recuperar las discusiones posteriores sobre los contenidos de ese tipo de Estado entre autores como Raz, Summers, Ferrajoli, Pisarello y Rodolfo Vázquez; en especial porque nos permite entender que la legitimación que se construye con cada modelo de Estado de derecho es diferente, lo que impacta en la forma que se relaciona con las personas que lo viven, y con sus expectativas. De aquí en adelante, mantendré el concepto como Estado de Derecho, pero teniendo en mente esta connotación.

16 En esta sección nos interesa mirar a *la ausencia de un Estado democrático y social de derecho como antecedente del vigilantismo; y como contexto y consecuencia de la gobernanza criminal*. Para mirar la relación entre el Estado -más específicamente, el derecho producido por el Estado- y expresiones del vigilantismo como el linchamiento es mejor ir a Quiroz (2022).

El caso más clásico de la ausencia del Estado de derecho es por ausencia del propio Estado. Por ejemplo, en el contexto del siglo XIX, donde el Estado ni siquiera existía en la zona que se pobló bajo sus propias reglas del juego¹⁷, ya sean vigilantistas o de gobernanza criminal. Pero puede suceder que haya incluso mucha presencia estatal, con una serie de instituciones que parecen muy fuertes porque tienen un alto presupuesto y un gran número de burocracia, y de todas maneras puede no haber Estado de derecho, sino un marco de impunidad estructural¹⁸, a la par que el acceso a la justicia tenga un claro sesgo étnico y de clase, que excluye a las comunidades indígenas o a las personas en condiciones de pobreza, salvo para ser detenidos de forma arbitraria, torturados y procesados penalmente como culpables.

La ausencia del Estado de derecho opera de forma distinta con el vigilantismo y con la gobernanza criminal. En el vigilantismo, la percepción de ausencia del Estado de derecho es el antecedente que ayuda a explicar¹⁹ la presencia de distintas acciones vigilantes²⁰. No hay que olvidar que el concepto de vigilantismo enfatiza en la motivación de los perpetradores la creencia de que los organismos estatales, en el mejor de los casos, no están controlando al “crimen”²¹ de la manera adecuada (Fuentes, Gamallo y Quiroz, 2022: 11) o, en el peor, incluso forman parte de las redes criminales. Esto no quiere decir que haya una absoluta desconexión con el Estado. Hay expresiones vigilantes que tienen relaciones,

17 Moncada (2017) ejemplifica con el caso de EUA, donde el vigilantismo fue la forma de ordenación social previa a la construcción estatal. De hecho, en estos casos, el Estado de derecho se montó sobre la institucionalidad informal propia del vigilantismo. Esta misma dinámica de ausencia estatal y, por ende, desarrollo de la gobernanza criminal la encontramos documentada también durante la segunda mitad del siglo XIX en la zona norte de México (Flores, 2020), y como criterio general de nacimiento de una forma de gobernanza criminal (Briscoe, Perdomo y Uribe, 2014).

18 No es el espacio para explicar las distintas causas de la impunidad pese a la presencia estatal, ni para desarrollar qué es la impunidad estructural. Para más referencias se puede remitir a: Vázquez (2021a) y Vázquez (2021b).

19 Sabemos que los distintos tipos de vigilantismos son fenómenos complejos, tienen dinámicas propias y, por ende, multicausalidades. Sólo queremos presentar a la percepción de ausencia de Estado de derecho como una de esas muchas causalidades.

20 Esto se podría poner en duda en acciones vigilantes como los caza migrantes en EUA. Sin embargo, los perpetradores de estas acciones vigilantes las realizan con la certeza de que el flujo migratorio ha rebasado las capacidades del Estado, es decir, que en este marco en concreto, no hay Estado de derecho.

21 Entrecomillo la palabra “crimen” por dos razones. Si bien los perpetradores del vigilantismo pueden tener la certeza de que las personas vigiladas son criminales: 1) considerando el derecho humano a la presunción de inocencia, eso sólo lo podría determinar un juez por medio de una sentencia firme; y 2) porque en la idea de criminales entran personas tan distintas como presunto rateros, secuestradores, por el sólo hecho de que alguien los haya señalado, hasta los migrantes o los afrodescendientes a quienes, en ese momento, en ese contexto, son considerados criminales por los perpetradores del vigilantismo.

incluso reconocimientos estatales²² (Fuentes y González, 2022) y pactos de impunidad (Jaffrey, 2023).

En cambio, en la gobernanza criminal la ausencia del Estado de derecho es un contexto y una consecuencia que este tipo de gobernanza aprovecha y fomenta. La ausencia del Estado de derecho es un contexto porque, en el marco de la historia del desarrollo de las redes de macrocriminalidad en México, la impunidad es uno de los aspectos que permitieron el crecimiento y consolidación de las redes (Flores, 2013; 2018; 2020; Vázquez, 2019; Espinal, Isunza, Isunza y Vázquez, 2023). Y la ausencia del Estado de derecho es aprovechado y fomentado por las propias redes de macrocriminalidad como uno de los aspectos centrales de la gobernanza criminal, porque dicha gobernanza supone que una de las estructuras que forma parte de la red de macrocriminalidad es la política, cuya principal tarea es ejercer una impunidad activa²³ de las actividades de la red. Este aspecto es central y complejo. No se trata de que los sistemas de seguridad y procuración de justicia no funcionen del todo, lo que se busca es que sirvan para los objetivos de la red de macrocriminalidad conformando un orden clandestino (Dewey, 2015). Así, incluso una de las amenazas que se utilizan para mantener el orden al interior de la red es la aplicación del propio Estado de derecho contra quien rompa las reglas del orden político-social de la gobernanza criminal.

5. ¿Dónde están las semejanzas?

¿En qué se parecen el vigilantismo y la gobernanza criminal?

- Tanto el vigilantismo como la gobernanza criminal construyen un orden político-social local. No es casualidad que lo llame “un” orden, porque la diferencia estará en qué tipo de orden es el que se construye. En el caso del vigilantismo, un orden que se suele considerar justo, con salvedades difíciles de argumentar como los caza migrantes o el Ku Klux Klan (aunque seguramente

22 Fuentes y González (2022) analizan una serie de linchamientos en Puebla, México, realizados por comités vecinales promovidos por gobiernos municipales, así como por otros actores sociales con presencia estatal difusa en donde la presencia estatal en el marco de los linchamientos no era ni pasiva ni omisa.

23 La diferencia entre la impunidad pasiva y la activa es que, en la primera, la impunidad se puede deber a la complejidad del crimen, a la falta de recursos de la institución encargada de la investigación o la sanción, o a la existencia de patrones que desvían los objetivos de dicha institución, como las culturas organizacionales de la corrupción, la burocratización o la normalización de los hechos que debieran investigarse (Vázquez, 2021). En cambio, la impunidad activa supone acciones deliberadamente encaminadas a evitar la investigación de determinados hechos, a desviar los procesos de investigación, o a mantener la investigación en los niveles más bajos de los autores materiales (Anaya, Cavallaro y Cruz, 2021).

los vigilantes en esos ejemplos consideran y argumentan que lo que hacen es justo). En el caso de la gobernanza criminal, un orden que se suele considerar criminal, salvo algunos destellos de legitimidad como en los casos de la primera generación de La Familia Michoacana, o de las redes de huachicol.

- Tanto el vigilantismo como la gobernanza criminal cuenta con un sistema de sanciones que supone un repertorio violento tanto letal como no letal, incluyendo castigos ejemplares. El sistema de sanciones más complejo y eficiente pertenece a la gobernanza criminal, en buena medida porque el orden político-social que este tipo de gobernanza crea, se sostiene en el uso o la amenaza del uso de la violencia.
- Es más sencillo encontrar y comprender la legitimidad que se construye en el orden político-social local del vigilantismo que de la gobernanza criminal (otra vez, con salvedades como los caza-migrantes o el Ku Klux Klan). En parte, porque la activación del repertorio de acción del vigilantismo es una reacción a un acto que se considera injusto (criminal). En cambio, en la gobernanza criminal, tanto el orden político-social local, como la activación de las sanciones pasa por lugares muy distintos, por la creación de un orden criminal y el mantenimiento de dicho orden. Pese a ello, hay algunas expresiones de la gobernanza criminal que ayudan en la construcción de bienes colectivos como carreteras, escuelas y hospitales, incluso en la administración de justicia (como bien colectivo) por vías alternativas, así como diferentes tipos de intercambios dentro de la economía ilícita que incrementan el proceso de distribución de incentivos, rentas y ventajas entre la población, lo que aumenta el número de ganadores sociales de la gobernanza criminal y, por ende, construye legitimidad y apoyo social.

Es muy importante identificar estas fuentes de legitimidad de la gobernanza criminal -en especial cuando se desarrolla una política de desmantelamiento de redes, que incluyan la desmovilización, desarme y reinserción social- por dos razones. Cuando se realiza un operativo policial, militar o mixto para enfrentar a dicha red en lo local, y la red cuenta con legitimidad, el operativo no sólo se enfrentará a los integrantes de la red, sino a la población en su conjunto. Además, en la planificación del desmantelamiento de redes de macrocriminalidad y gobernanza criminal que cuentan con legitimidad, no bastará con desmantelar la red, es necesario reemplazar las actividades que la red desarrollaba para generar legitimidad; en otras palabras, el Estado se tiene que reconstruir a nivel local para responder a las necesidades locales, al menos con la misma eficiencia que lo hacía el orden político-social establecido por la gobernanza criminal.

6. A manera de conclusión: ¿Cuáles son las diferencias?

Si bien podemos encontrar un aire de familia entre el vigilantismo y la gobernanza criminal, lo cierto es que en todas las familias podemos distinguir quienes son hermanos, primos o tíos. Lo que hace de la gobernanza criminal un familiar lejano del vigilantismo es la intuición de justicia que se encuentre mucho más presente en el fenómeno vigilantista y menos (aunque no está siempre ausente, como analizamos en la problemática construcción de la legitimidad) en la gobernanza criminal. En buena medida esto se debe a que el uso o amenaza del uso de la violencia en el caso del vigilantismo es la respuesta a un supuesto acto criminal. En cambio, en la gobernanza criminal, el principal objetivo de la sanción no es castigar un acto que se considera criminal, aunque puede ser que esto suceda. Por ejemplo, una de las tareas que suelen quedar en manos de las redes de macrocriminalidad en la gobernanza criminal es el control de la criminalidad común: robo en general, secuestros, o algún otro tipo de bandas del crimen común u ordinario. El ajusticiamiento de los miembros de una pequeña banda local por parte de la red de macrocriminalidad como parte de la gobernanza criminal empalma las dos cosas: la comisión de un acto criminal, y el rompimiento de un orden político-social local. Más aún, este tipo de actividades por parte de la red de macrocriminalidad fomenta un sentimiento de seguridad pública que es parte de esa construcción de bienes colectivos que la dotan de legitimidad.

Sin embargo, en la gobernanza criminal, ese mismo uso o amenaza del uso de la violencia tiene por objetivo mantener un orden criminal. Por ejemplo, el incendio o balacera en contra de un negocio comercial, el secuestro y desaparición del dueño del negocio o de algún familiar, o el asesinato de éste, debido a la negativa de pagar una extorsión. Todas esas acciones son la reacción frente a la ruptura de un orden social impuesto como parte de la gobernanza criminal: el establecimiento de un sistema de extorsiones como medio de apropiarse del excedente social en completa impunidad y con sanciones frente al incumplimiento. Pero negarse a pagar una extorsión por ningún motivo se puede entender como un acto criminal. ¿Hay casos en donde las personas prefieran y defiendan ese orden criminal? Sí, como desarrollamos a lo largo del texto, pero no parece ser la regla.

La diferencia (no siempre clara a partir de casos concretos) entre el vigilantismo y la gobernanza criminal la podemos encontrar en lo que Moncada (2017) denomina la justificación y la motivación²⁴ de los perpetradores para realizar

24 Una diferencia semejante es trabajada por Giandoménico Majone (1997) en el marco de las políticas públicas, en específico de la construcción de la racionalidad comunicativa pública del quehacer estatal. Con ese objetivo, Majone distingue entre las razones técnicas que llevaron a tomar una decisión de política pública sustentada en evidencia, de las argumentaciones valorativas que justifican públicamente dicha decisión.

actos de vigilantismo y de gobernanza criminal. En el primer caso se trata de las razones que se publicitan como válidas para legitimar su actuar; mientras que las motivaciones son las razones internas y variables que movilizan a cada actor. Habrá casos en que la justificación y la motivación se empalmen, pero habrá casos en los que no²⁵. Así, en el vigilantismo la justificación de la creación de ese orden político-social local se sustentará casi siempre en un criterio de justicia frente a acciones criminales y la incapacidad estatal. Y, aunque seguramente habrá una mayor dispersión en las motivaciones de los vigilantes para participar en las dinámicas y repertorios vigilantistas, es muy probable que las razones se acerquen a esa pretensión de justicia. En la gobernanza criminal la justificación del orden político-social local es criminal, en particular la apropiación del mayor excedente social posible. Y habrá ocasiones en que tanto la justificación como algunas de las motivaciones de sus participantes y defensores invoquen criterios de justicia, cuando el tipo específico de gobernanza criminal nos lleve a mayores procesos de inclusión y distribución de ventajas sociales que las desarrolladas por el orden político-social legal-estatal.

Dependiendo de los ejemplos específicos que tomemos de vigilantismo y gobernanza criminal, esta lejanía familiar puede acotarse o incrementarse. Por ejemplo, si tomamos como muestra de vigilantismo a las milicias ilegales que patrullan la frontera sur de Estados Unidos con el objetivo de cazar migrantes, y como modelo de gobernanza criminal a la primera generación de la Familia Michoacana que desarrollamos líneas arriba, todo pareciera indicar que La Familia Michoacana tiene un sentido de justicia más robusto que los “Caza Migrantes”. Claro, aquí estamos usando dos ejemplos ad hoc, pero considero que justo la tendencia es la contraria.

Por ello, lo que tenemos entre la gobernanza criminal y el vigilantismo serán dos conjuntos nebulosos en donde algunos casos de vigilantismo y gobernanza criminal se acerquen más, otros se superpongan, y otros se alejen.

De la mano de esta primera diferencia entre el vigilantismo y la gobernanza criminal está la forma en que cada una de estas dos construcciones del orden político-social local se articulan con la idea del Estado de derecho. En el caso del

25 Por ejemplo, las Autodefensas de Michoacán son un movimiento que nació en la zona de Tierra Caliente en esa entidad federativa a principios del 2013. La justificación del nacimiento y acción de estas autodefensas fueron las actividades criminales especialmente de los Caballeros Templarios en contra de la población y en completa impunidad. Pero las motivaciones estaban relacionadas con el impacto que el crimen organizado tenía contra los negocios de los pequeños y medianos productores de aguacate y limón, por lo que estos grupos decidieron dejar de pagar el sistema de extorsiones y utilizar ese dinero para construir una guardia propia. Por ende, muchas de las personas que participaron en el movimiento de autodefensas recibían un salario.

vigilantismo, para hacerlo valer frente a la inoperancia de las autoridades. En el caso de la gobernanza criminal, para consolidar a la propia red de macrocriminalidad.

Semejanzas y diferencias entre el vigilatismo y la gobernanza criminal

	Vigilantismo	Gobernanza criminal
Bajo nivel de Estado de derecho	Las y los practicantes del vigilatismo perciben que el Estado no logra protegerlos	Integrantes de los órganos encargados de la seguridad pública y procuración de justicia forman parte de la red de macrocriminalidad, lo que impacta en el Estado de derecho.
Construcción del orden a nivel local	Establecen un sistema eficaz de reglas que genera un orden a nivel local	
Repertorio de sanciones	Construyen un sistema de sanciones que involucra tanto a la violencia no letal y como a la letal	
Construcción de legitimidad a nivel local	Las sanciones se aplican frente al rompimiento de un orden que se considera justo, y la ausencia de un Estado de derecho.	Para que las sanciones se apliquen se requiere la captura del Estado de derecho por la red de macrocriminalidad y se aplica por el rompimiento del orden criminal establecido por dicha red; en ocasiones con el acuerdo de las personas a quienes se aplica dicho orden.

Fuente: Elaboración propia.

Estas dos diferencias pueden parecer simples, pero no son menores. Debo confesar al lector que, cuando comencé a escribir este texto, no sólo no tenía tan claras las semejanzas y diferencias entre el vigilatismo y la gobernanza criminal, sino que pensaba que se parecían demasiado. Y es cierto, se parecen, pero aunque hay más semejanzas que diferencias, éstas son tan relevantes que los hacen familiares lejanos.

Referencias

- AC Consultores. *La presencia del crimen organizado en México*. México, AC Consultores, 2023.
- ANAYA, Alejandro; CAVALLARO, James y CRUZ, Patricia. *La impunidad activa en México: Cómo entender y enfrentar las violaciones masivas a los derechos humanos*. México, ITESO, 2021. Edición Kindle.
- AUYERO, Javier. *La zona gris. Violencia colectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea*. Argentina, Siglo XXI, 2007. 240 p.
- BECERRA, Gastón. La epistemología constructivista de Luhmann. Objetivos programáticos, contextos de discusión y supuestos filosóficos. *Sociológica*. Bologna, año 33, n. 95, Sep.-Dic. 2018, pp. 9-38.

- BRISCOE, Iván; PERDOMO, Catalina y URIBE, Catalina. *Redes ilícitas y política en América Latina*. Estocolmo, Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional)/ Netherlands Institute for Multiparty Democracy (NIMD)/ Netherlands Institute of International Relations (Instituto Clingendael), 2014. 324 p.
- CARAVACA, Evangelina y DIKENSTEIN, Violeta. Violencias y vigilantismos: dos marcos conceptuales para pensar un caso en los bordes: Un estudio sociológico en Barracas. In: FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto (Coord.) *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia, y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires, CLACSO/ BUAP, 2022, pp. 167-189.
- CUESTA, Micaela y ROJAS, Eduardo. El desconcierto de la teoría política: Voluntad y realismo popular. In: BISSET, Emmanuel y FARRÁN, Roque. (comps). *Teoría política. Perspectivas actuales en Argentina*. Buenos Aires, Teseo, 2016.
- DEWEY, Matías. *El orden clandestino: Política, fuerzas de seguridad y mercados ilegales en la Argentina*. Buenos Aires, Katz, 2015. 150 p.
- DUQUE, Javier. Gobernanza Criminal. Cogobiernos entre políticos y militares en Colombia. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Ciudad de Mexico, año 65, n. 241, 2021, pp. 347-380.
- ESPINAL, Jesús; ISUNZA, Ernesto; ISUNZA, Andrea y VÁZQUEZ, Daniel (Coord.). *Redes de macrocriminalidad y violencia. Dinámicas regionales en Veracruz: 2004-2018*. México, Fundación Böll/ IJ-UNAM, 2023. 198 p. Disponible en: <<https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/7198-redes-de-macrocriminalidad-y-violencia-dinamicas-regionales-en-veracruz-2004-2018>>.
- FLORES, Carlos. *Historias de polvo y sangre: Génesis y evolución del tráfico de drogas en el estado de Tamaulipas*. Tlalpan, CIESAS, 2013. 409 p.
- FLORES, Carlos (Coord.). *La crisis de seguridad y violencia en México: Causas, efectos y dimensiones del problema*. Tlalpan, CIESAS, 2018. 380 p.
- FLORES, Carlos. *Negocios de sombras: Red de poder hegemónica, contrabando, tráfico de drogas y lavado de dinero en Nuevo León*. Tlalpan, CIESAS, 2020. 684 p.
- FUENTES, Antonio y GONZÁLEZ, Alberto. De la vigilancia al vigilantismo. El caso de los linchamientos perpetrados por colectivos vecinales de Pueblo. In: FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto (Coord.) *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia, y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires, CLACSO/ BUAP, 2022, pp. 141-165.
- FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto. Violencias y Estado en América Latina: los debates sobre el vigilantismo. In: FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto (Coord.) *Vigilantismo en América Latina. Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia, y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires, CLACSO/ BUAP, 2022, pp. 33-53.

- ISSS - International Institute for Strategic Studies. *The armed conflict survey 2020: The worldwide review of political, military and humanitarian trends in current conflicts*. New York, Routledge, 2020.
- JAFFREY, Sana. Mechanics of impunity: vigilantism and state building in Indonesia. *Comparative Politics*. New York, v. 55, n. 2, 2023, pp. 287-311. Disponible en: <<https://www.ingentaconnect.com/contentone/cuny/cp/2023/00000055/00000002/art00006;jsessionid=5r7mufig62r5i.x-ic-live-03>>.
- LANTIA INTELLIGENCE. *Mapa Criminal: México - 2019-2020 (Versión ejecutiva)*. México, Lantia Intelligence, 2020. 23 p. Disponible en: <<https://lantiaintelligence.com/storage/document/10/Mapa%20criminal%20de%20Me%CC%81xico,%202019-2020,%20versio%CC%81n%20ejecutiva,%20Lantia%20Intelligence.pdf>>.
- MAJONE, Giandomenico. *Evidencia, argumentación y persuasión en la formulación de políticas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997. 230 p.
- MONCADA, Eduardo. Varieties of vigilantism: conceptual discord, meaning and strategies. *Global Crime*. London, v. 18, n. 4, 2017, pp. 403-423.
- MONJARDÍN, Alejandro. Limpia de supuestos robacarros deja 5 asesinatos en una semana en Culiacán. *Rio Doce*, 13 Ago. 19. Disponible en: <<https://riodoce.mx/2019/08/13/limpia-de-supuestos-robacarros-deja-5-asesinatos-en-una-semana-en-culiacan/>>.
- NAJAR, Alberto. Los estrictos valores de la Familia Michoacana. *BBC*, 10 Dic. 2010. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2010/12/101210_valores_familia_michoacana_mexico_rg>.
- NAJAR, Alberto. Las huellas indelebles del huachicol en México. *Pie De Página*, 17 Ene. 20. Disponible en: <<https://piedepagina.mx/las-huellas-indelebles-del-huachicol-en-mexico/>>.
- QUIROZ, Loreto. Legitimidad del derecho y linchamientos: los casos de Argentina y Chile. In: FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto (Coord.) *Vigilantismo en América Latina: Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia, y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires, CLACSO/ BUAP, 2022, pp. 81-107.
- RAMÍREZ, Alejandra. Vigilantismo, violencia inter-ciudadana y configuración de la sociedad. Estudio de caso boliviano durante 2020. In: FUENTES, Antonio; GAMALLO, Leandro y QUIRÓZ, Loreto (Coord.) *Vigilantismo en América Latina: Violencias colectivas, apropiaciones de la justicia, y desafíos a la seguridad pública*. Buenos Aires, CLACSO/ BUAP, 2022, pp. 191-215.
- REDACCIÓN. Golpean pobladores de Otumba a soldados para defender huachicol. *La Jornada*, 26 Ene. 2019. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/2019/01/26/politica/005n2pol?fbclid=IwAR2QzpwIfZRXmTY5NCbloSAEODMfaP5VDy_ISuZYCPXdaOv3k46yiUkSgc>.

- REDACCIÓN. Cartel amenaza con levantar a quien no se quede en casa. *El sol de la Laguna*, 27 Abr. 20. Disponible en: <<https://www.elsoldelalaguna.com.mx/mexico/video-cartel-amenaza-con-levantar-a-quien-no-se-queda-en-casa-5157947.html>>.
- REDACCIÓN. Pobladores se enfrentan con policías para recuperar camioneta con huachicol en Hidalgo. *El Universal*, 9 Dic. 21. Disponible en: <<https://www.eluniversal.com.mx/estados/pobladores-se-enfrentan-con-policias-para-recuperar-camioneta-con-huachicol-en-hidalgo/>>.
- SCHAFFHAUSER, Phillippe. El pragmatismo en la sociología: ¿hacia un nuevo giro epistemológico. *Intersticios Sociales*. Zapopan, n. 7, Mar. 2014.
- TILLY, Charles. *Coerción, capital y los Estados europeos, 990-1990*. Madrid, Alianza Editorial, 1990. 376 p.
- TILLY, Charles. Guerra y construcción del Estado como crimen organizado. *Relaciones internacionales*. Madrid, n. 5, Mar. 2007, pp. 1-26. Disponible en: <<https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/4866>>.
- VÁZQUEZ, Daniel. *Democracia y mercado: viejas disputas, ¿nuevas soluciones? Análisis y lecciones del caso argentino (1989-2008)*. México, Flacso México, 2009, 288 p.
- VÁZQUEZ, Daniel. *Captura del Estado, macrocriminalidad, y derechos humanos*. México, FLACSO-México/ IJ-UNAM/ Fundación Böll, 2019, 245 p. Disponible en: <<https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/7177-captura-del-estado-macrocriminalidad-y-derechos-humanos>>.
- VÁZQUEZ, Daniel. Enumerando las causas de la impunidad. Reflexiones para iniciar una estrategia anti-impunidad. *Estudios Sociojurídicos*. Bogotá, v. 23, n. 1, 2021a, pp. 431-464. Disponible en: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/sociojuridicos/article/view/9190>>.
- VÁZQUEZ, Daniel. *Impunidad y derechos humanos. ¿Por dónde comenzar la estrategia anti-impunidad?* México, IJ-UNAM, 2021b, 294 p. Disponible en: <<https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv/detalle-libro/6447-impunidad-y-derechos-humanos>>.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, 1245 p.

Recibido em: 19/07/2023

Aprovado em: 25/09/2023

Como citar este artigo:

- VÁZQUEZ, Luis Daniel. Vigilantismo y gobernanza criminal: un aire de familia. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 829-850.

Artigos





Mapeando os conflitos na universidade: um estudo de caso sobre segurança na Universidade Federal Fluminense¹

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves²

Juliana Vinuto Lima³

Klarissa Almeida Silva Platero⁴

Lenin dos Santos Pires⁵

Resumo O objetivo deste artigo é analisar dados coletados durante uma pesquisa de vitimização realizada com a comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense. Trata-se de uma pesquisa exploratória do tipo *survey*, com amostra não-probabilística por cotas, sobre segurança universitária, tratando sobre as experiências com crime, violência e insegurança. Como principais resultados,

1 Este artigo faz parte de uma pesquisa com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Professora adjunta do Departamento de Sociologia e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil – anapaulavasconcelos@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-1760-8410> – <http://lattes.cnpq.br/3800071527611508>.

3 Professora adjunta do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – Brasil – j.vinuto@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0968-3552> – <http://lattes.cnpq.br/1684516043842222>.

4 Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública (DSP) da Universidade Federal Fluminense – Brasil – klarissaplatero@id.uff.br – <https://orcid.org/0000-0002-5729-771X> – <http://lattes.cnpq.br/7354957307118280>.

5 Professor Adjunto do Departamento de Segurança Pública e diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF (InEAC/UFF) – Brasil – leninpires@id.uff.br – <https://orcid.org/0000-0002-8250-467X> – <http://lattes.cnpq.br/6473783273255196>.

observamos os *campi* universitários como relativamente mais seguros do que outros espaços da cidade e também como espaços em que emergem outros modos de agressividade, como conflitos, assédios e abusos.

Palavras-chave: segurança universitária; vitimização; conflitos; *survey*; insegurança.

Mapping conflicts at the university: a case study on security at the Fluminense Federal University

Abstract *The aim of this paper is to analyze data collected during a victimization survey carried out with the academic community of Universidade Federal Fluminense. This is an exploratory survey, with a non-probabilistic sample, on university security, in which we deal a lot with experiences with crime, violence and insecurity. The main results were that we observed university campi as relatively safer than other spaces in the city and as spaces where other modes of aggression emerge, such as conflicts, harassment and abuse.*

Keywords: *university security; victimization; conflicts; survey; insecurity.*

Mapeo de conflictos en la universidad: un estudio de caso sobre seguridad en la Universidad Federal Fluminense

Resumen El objetivo de este artículo es analizar los datos recopilados durante una encuesta de victimización hecha con la comunidad académica de la Universidad Federal Fluminense. Esta es una investigación exploratoria del tipo encuesta, con muestreo no probabilístico por cuotas, sobre la seguridad universitaria, en la que tratamos mucho las experiencias con el crimen, la violencia y la inseguridad. Como principales resultados, observamos los campi universitarios como relativamente más seguros que otros espacios de la ciudad y también como espacios donde emergen otras formas de agresión, como los conflictos, el acoso y el abuso.

Palabras claves: seguridad universitaria; victimización; conflictos; encuesta; inseguridad.

Introdução

A discussão sobre as proximidades e distanciamentos entre sensação de insegurança e índices de criminalidade oficialmente captados pelos órgãos de segurança já possui uma longa história (Cardoso et al., 2013). Este artigo almeja

trazer novos elementos para esse debate ao analisar como tais proximidades e distanciamentos se dão frente a um público de uma instituição específica: a Universidade Pública. Com base em uma pesquisa de vitimização realizada entre dezembro de 2020 e março de 2021, propomos discutir percepções e experiências vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense (UFF), com foco naquelas comumente associadas a “problemas de segurança”. Além disso, descreveremos informações obtidas com diferentes atores da UFF (docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados) sobre a realização (ou não) de esforços para encaminhamento e administração de tais problemas, a fim de compreender diferentes perspectivas sobre as dinâmicas institucionais de administração de conflitos realizadas pelo Estado, por suas diferentes instâncias.

Para tanto, serão apresentados alguns resultados da pesquisa *Universidade e Segurança: paradoxos nos processos de administração de conflitos em campi universitários do Estado do Rio de Janeiro*⁶, uma iniciativa interdisciplinar que culminou na implantação do Laboratório de Registro e Análise em Segurança Universitária (LASEG). O LASEG, em seu desenho inicial, comportou um ambiente que articula pesquisas na área das ciências sociais, combinando métodos e técnicas qualitativas e quantitativas, apoiando-se em recursos computacionais e tecnologias digitais variáveis. O estudo visa utilizar tais recursos para construir um ambiente em que se estabeleça uma crítica permanente a um certo fetichismo da tecnologia. Um exemplo importante é o uso indiscriminado da produção, distribuição e consumo de imagens, geralmente destituídas da necessária consideração acerca das representações sociais que informam os padrões prévios de estereotipização e classificação das dinâmicas relacionais captadas por monitoramentos por câmeras. O LASEG, portanto, propõe-se a interagir com a temática da segurança universitária produzindo dados e análises, mas sem se descuidar da dimensão crítica que deve informar os processos de formação de profissionais para o mercado, bem como para a continuidade das pesquisas acadêmicas. Assim, esse laboratório de pesquisa faz parte da rede formada pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

6 A pesquisa foi coordenada por Roberto Kant de Lima, sendo sua proposição articulada no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), política pública financiada pelo CNPq e pela FAPERJ. Esta última também financiou o referido estudo no âmbito do Edital de Estudos Temáticos de 2019, que se pautou por realizar um projeto piloto sobre segurança na Universidade Federal Fluminense. O desenvolvimento da pesquisa contou com uma equipe multidisciplinar de cientistas sociais e pesquisadores da área da engenharia de telecomunicações e de computação. No nível executivo, a equipe foi coordenada também pelos professores Klarissa Platero, Lenin Pires e Carlos Alberto Malcher.

(INCT-InEAC), que articula instituições de ensino, pesquisa e extensão, nacionais e internacionais. Um de seus principais objetivos é a intervenção na esfera e nos espaços públicos com base em diferentes reivindicações das pessoas envolvidas nos conflitos tratados pelas agências estatais.

A referida pesquisa almejou acessar perspectivas de diferentes atores no que se refere tanto a experiências com crime, violência e insegurança quanto às respostas frente a tais experiências. Dessa forma, o objetivo deste texto é analisar os dados construídos com a pesquisa de vitimização do público universitário na UFF em Niterói e, mediante uma análise exploratória, entender os conflitos existentes para pensar possíveis políticas de segurança universitária.

Há algumas especificidades nas pesquisas de vitimização, pois se trata de um método para mapear conflitos e crimes que não foram notificados em instância alguma, como na polícia, ouvidorias e outros órgãos competentes. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa é fundamental para entender a subnotificação dos registros (Balkin, 1979; Catão, 2000). Como o tema pode ser desconfortável para os indivíduos que sofreram algum tipo de violência, a etapa de coleta de dados carece de cuidados na elaboração das perguntas e no momento da aplicação do questionário para minimizar o desconforto e garantir a precisão das respostas.

Apesar de sua longa tradição em outros países (Catão, 2000), no Brasil, ainda é insuficiente o número de pesquisas com tal abordagem no âmbito nacional. A primeira edição ocorreu em 1988 como complemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Posteriormente, ocorreram edições em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Após um longo período com iniciativas direcionadas para compreensão do sub registro e dos crimes nas capitais, em 2012, realizou-se a primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, apontando os crimes que não são comunicados às polícias e a real dimensão do agudo problema de segurança pública do país (IPEA, 2012). Em 2009, a PNAD recebeu um complemento sobre as características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil (IBGE, 2010); em 2021, implementou-se um complemento acerca de vitimização e sensação de insegurança (IBGE, 2021).

Realizar uma pesquisa de vitimização é cara e requer tempo e interesse público. Por isso, todas as iniciativas, à semelhança da empreendida na UFF, são fundamentais para entender os conflitos e sub-registros, além de disseminar a importância desse tipo de instrumento analítico para embasar políticas e ações de gestores públicos no âmbito da segurança pública e institucional.

Por fim, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresentaremos um levantamento bibliográfico temático e panorâmico sobre o que tem sido chamado “segurança

universitária”, com o objetivo de apresentar os principais consensos sobre as singularidades do trabalho de manutenção da segurança em universidades. Em seguida, apresentaremos os materiais construídos e os métodos e técnicas mobilizados para a produção de dados, que serão analisados na seção seguinte. Na terceira seção, discutiremos como os relatos de vitimização produzidos pela comunidade universitária se diferenciam dos relatos comumente produzidos pela população em geral. Por exemplo, relatos de vitimizações usualmente consideradas mais sutis, como assédio moral e sexual, ganharam bastante espaço nas respostas acessadas por esta pesquisa. Tal aspecto constitui um desafio ainda maior quando projetamos políticas de enfrentamento e prevenção a violências sofridas pela comunidade universitária dentro e nas imediações dos *campi*.

Segurança universitária: um campo em construção no Brasil

A segurança universitária não é um tema difundido nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Isso fica claro nos balanços da produção acadêmica no âmbito dos estudos de violência, crime e segurança pública, que não mencionam estudos sobre conflitos existentes nas universidades (Zaluar, 1999; Lima e Ratton, 2011; Ribeiro e Teixeira, 2018). Entretanto, nos *campi*, os conflitos existem e não costumam ser mapeados. Nota-se que usualmente não há instâncias de denúncia ou reclamação aos quais estudantes e trabalhadores se reportem, tampouco políticas sistematizadas de prevenção a conflitos, crimes, acidentes e outras questões relacionadas à segurança no *campus*. A seguir, apresentaremos os poucos trabalhos que discutiram o tema.

Cubas et al. (2013) analisaram a política de segurança na Universidade de São Paulo (USP) comparando com as seguintes instituições estrangeiras: *University of Toronto* (Canadá), *University of Chicago* (Estados Unidos), *University of Warwick* (Inglaterra) e *Universidad Nacional de Colombia* (Colômbia), segundo o levantamento de dados na web. Um dos objetivos foi entender como ocorria a atuação da guarda universitária e a presença de policiamento ostensivo no local. As semelhanças e diferenças encontradas entre as universidades foram:

Os ambientes acadêmicos mostraram-se semelhantes nos seguintes aspectos: processo de atribuição de maior responsabilidade aos profissionais encarregados da segurança ao longo do tempo; aproximação entre esses profissionais e as forças policiais; prestação de serviços que vão além dos atendimentos emergenciais pelos encarregados da segurança; predominância de casos menos violentos nas ocorrências; e resistência ou desconfiança

por parte da comunidade universitária sobre a presença da polícia no *campus*. Quanto às diferenças, destacam-se a produção de estudos sobre as ocorrências e vitimização, o desenvolvimento de programas de prevenção e o incentivo ao registro de queixas contra os profissionais da segurança, características muito mais comuns e acessíveis nas universidades estrangeiras (Cubas et al., 2013: 194).

Cabe reforçar que as universidades estrangeiras fazem estudos sistemáticos sobre as ocorrências criminais e, com isso, podem pensar em estratégias de prevenção. As ações preventivas de conflitos foram descritas pelos autores também como medidas de segurança universitária. Contudo, medidas para prevenir conflitos comuns, tão presentes em universidades estrangeiras, não foram vistas na USP; pela nossa análise, nem mesmo em outros *campi* em que se realizou alguma pesquisa realizada no âmbito da violência e segurança pública.

Nas universidades gaúchas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG) –, não há pesquisas sistemáticas sobre a segurança universitária e as ocorrências criminais nos *campi*, conforme aponta Costa Junior (2020). Também não foram encontradas medidas de prevenção nessas universidades, tampouco políticas sistemáticas no setor de segurança.

Em relação às ocorrências criminais notificadas, Costa Junior (2020) destaca que os delitos são semelhantes entre as quatro instituições: há um número elevado de ocorrências contra a pessoa e contra o patrimônio, além de registros de ocorrências de roubos de armas dos vigilantes terceirizados em 2016, 2017 e 2018. Um aspecto relevante, em nossa perspectiva, demonstrado pelo estudo de Costa Junior (2020) diz respeito às categorias classificatórias das ocorrências registradas sobre o que acontece no principal *Campus* da UFRGS. Segundo o pesquisador, elas não se modificam nos livros internos da Coordenadoria de Segurança e nos Registros da Polícia Civil, o que demonstra um compartilhamento dessas categorias por uma agência policial e um serviço de segurança universitário, composto residualmente por servidores federais e, principalmente, por profissionais terceirizados. É até surpreendente o número mais significativo de registros de roubos à mão armada na Universidade do que na Polícia. Isso é significativo porque, como esperamos demonstrar em nosso estudo, há a possibilidade de que um número considerável de conflitos e ocorrências, os quais podem ser relevantes na percepção da comunidade, não sejam recepcionados adequadamente no dia a dia pelos profissionais responsáveis pela segurança na universidade.

No diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), feito por Rodrigues e Melo (2019), os autores também não observaram medidas preventivas realizadas por órgãos da Universidade, tampouco foram observadas pesquisas de vitimização ou estudos sobre os conflitos existentes nos *campi*. A pesquisa realizada evidenciou a insegurança percebida e vivenciada pela comunidade acadêmica, como, por exemplo, o perigo existente no deslocamento entre os *campi* pela falta de segurança no bairro, o que sugere relações entre a Universidade e seu entorno no que se refere à sensação de insegurança.

Camilo (2016) faz um levantamento documental das políticas de segurança existentes em cinco universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA). Em linhas gerais, as instituições que detêm tráfego externo no território dos *campi* incluem a segurança viária em suas ações. A segurança patrimonial é o objetivo central das medidas implementadas, deixando o indivíduo em um cenário secundário. Somado a isso, há debates em torno do policiamento militar nos *campi*. Notou-se também a terceirização do tema, seja atribuindo à segurança pública ou à segurança privada. Por fim, “em nenhuma das instituições perquiridas há fóruns permanentes, canais de diálogo e processos decisórios participativos ou porosos aos fluxos de debates ocorrentes em âmbito acadêmico dedicados à violência e à segurança” (Camilo, 2016: 17).

Pesquisas internacionais, além de descrever o contexto de segurança na universidade sob aspectos institucionais, buscam entender os conflitos existentes. Elas apresentam semelhanças à realidade brasileira, incluindo discriminação, roubo e furto, agressão e ofensa sexual, entre outros. A maneira como esses crimes afetam a saúde mental dos estudantes e, em maior escala, as mulheres foi abordada por Mengo e Black (2016). Contudo, o medo do crime e a sensação de segurança entre os universitários nos Estados Unidos estão relacionadas ao estilo de vida e às características pessoais quanto ao período do dia (Lee e Hilinski-Rosick, 2012). Fisher et al. (1998) acrescentam que as mulheres têm maior propensão a serem vítimas de crimes sexuais do que homens. Além disso, os autores apontam, junto a Lynch (1987), a importância de realizar estudos de vitimização para grupos sociais delimitados.

No caso da pesquisa desenvolvida com estudantes da Universidade Nacional da Costa Rica, notou-se que a percepção dos estudantes sobre crimes no *campus* está atrelada a casos de roubos, furtos e consumo de drogas. Também ficou evidente a ausência de mecanismos para informar aos alunos ações que a universidade realiza na esfera da segurança universitária (Salas e Ocampo, 2020).

Diante do exposto, os estudos empíricos sobre segurança universitária possibilitam notar que, em geral, os conflitos são vistos somente sob o ponto de vista patrimonial e de incidências criminais. Com isso, deixa-se de lado casos como discriminação, acidentes, assédio moral, entre outros problemas que podem não ser registrados institucionalmente nas universidades ou em órgão competente, como a Polícia Civil. Por isso, é fundamental realizar análises sistemáticas das estatísticas oficiais de incidências criminais e de conflitos nas universidades e no seu entorno, assim como coletar dados visando identificar os “problemas ocultos”, ou seja, aqueles não captados pelas estatísticas oficiais. Ao obter informações sobre o que ocorre na universidade, será possível pensar em políticas mais assertivas e de prevenção.

Estudos que consideram as experiências e as percepções da comunidade universitária sobre segurança nos *campi* auxiliam a superar a visão da Universidade como lugar à parte da sociedade. Apesar de gozar de autonomia política, administrativa, financeira, didática e disciplinar, a instituição em questão é influenciada pelo contexto social em que está localizada. Assim, mostra-se necessário compreender de que modo “problemas de segurança” externos a ela podem reverberar institucionalmente. Do mesmo modo, é preciso compreender em que medida a Universidade pode contribuir com dinâmicas relacionadas a tais “problemas” em um contexto social mais amplo, bem como com os debates sobre segurança promovidos pela sociedade civil. Essa concepção serve de base para os esforços desta pesquisa. A seguir, apresentaremos os métodos empregados e os materiais analisados para, posteriormente, tecermos algumas análises sobre as implicações sociais dos dados levantados.

Materiais e métodos

A UFF tem sua sede em Niterói, abrangendo a maior parte dos cursos ofertados. Contudo, há *campi* em outros municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e uma unidade Avançada no Pará⁷. A Figura 1 indica onde estão localizados os principais *campi* e prédios da instituição em Niterói.

7 1) Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo – ISNF); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES); e Volta Redonda, onde se situam o Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EEMVR) e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx). A UFF conta ainda com um núcleo experimental em Iguaba Grande (RJ), uma fazenda escola em Cachoeiras de Macacu (RJ) e uma unidade avançada em Oriximiná, no estado do Pará.

Como o quantitativo de pessoas circulando na instituição no município de Niterói é maior, a pesquisa de vitimização teve como enfoque esse espaço universitário. Por isso, as respostas dos outros *campi* não foram consideradas para a análise e construção da amostra.

Figura 1 – UFF em Niterói



Legenda	
1- Reitoria	7- Faculdade de Farmácia
2- <i>Campus</i> do Gragoatá	8- Faculdade de Veterinária
3- <i>Campus</i> da Praia Vermelha	9 - Instituto de Arte e Comunicação Social
5- Faculdade de Direito	10 - Instituto de Biologia
6 - Faculdade de Enfermagem	11- Hospital Universitário Antônio Pedro
	12- Hospital Universitário de Medicina Veterinária

Fonte: UFF (2023).

A construção de uma pesquisa para entender os conflitos existentes na UFF fez parte da etapa de diagnóstico inserida nas atividades previstas para a consolidação do LASEG. Nessa etapa, foram levantados dados oriundos das estatísticas criminais oficiais registradas no entorno e dentro da universidade. Entretanto, essas informações não captavam muito bem as ocorrências dentro

da instituição⁸. Por essa razão, realizamos uma etapa de escuta com membros diversos da comunidade da UFF a fim de elaborar um instrumento de pesquisa adequado ao momento atípico da pandemia de Covid-19.

Nessa etapa, realizamos duas reuniões virtuais com professores, estudantes, técnico-administrativos e terceirizados que atuavam em diferentes *campi* da cidade de Niterói para conhecer suas percepções sobre o que seriam “problemas de segurança”. A amostra procurou combinar questões como gênero, raça, tempo de permanência na universidade e áreas distintas de conhecimento. Os participantes foram informados previamente dos propósitos da reunião, que visava colher subsídios para elaboração de um diagnóstico. Tais momentos, mesmo considerando as insuficiências metodológicas, possibilitam evidenciar a diversidade de conflitos existente, indo além dos crimes notificados.

Diante do que foi relatado, a equipe de pesquisa percebeu a necessidade de realizar uma pesquisa de vitimização com a comunidade da UFF para entender quais conflitos e eventuais delitos ou crimes ocorrem na universidade, bem como entender seus efeitos na sensação de insegurança das pessoas que circulam pelo espaço universitário. A pesquisa de vitimização costuma ser empregada em um contexto de subnotificação dos registros oficiais de crimes, visando mapear as incidências criminais que não foram registradas pelo Estado e entender os motivos do sub-registro. Além disso, esse tipo de levantamento permite obter informações mais detalhadas sobre as vítimas e as circunstâncias do evento, quando comparadas àquelas descritas nos registros administrativos (Lima e Borges, 2014; Zilli, Marinho e Silva, 2014). No âmbito da formulação de políticas, esse tipo de pesquisa também contribui para delinear grupos de risco e identificar atitudes da população em relação aos agentes encarregados da administração da justiça (Catão, 2000).

Optou-se por realizar uma pesquisa amostral tipo *survey* com aplicação de questionário autoadministrado on-line (Sampieri et al., 2013), conhecido como Google Forms⁹. Na construção do questionário, optou-se por colocar como data de referência para todas as questões de 2019 (anteriores à pandemia), quando as atividades eram realizadas normalmente na universidade e todos circulavam pelos *campi* de Niterói. Foi realizado um pré-teste para verificar inconsistências no questionário, aplicando-o a professores, estudantes e técnico-administrativos próximos

8 A variável que identifica o local do fato no banco de dados disponibilizado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro utiliza a categoria Estabelecimento de Ensino para crimes que ocorrem em qualquer instituição de ensino. Como nos bairros em que estão localizados os *campi* da UFF há escolas e faculdades, não é possível precisar se o crime foi cometido na UFF ou em outro estabelecimento.

9 Sobre as limitações e potencialidades dos formulários on-line, ver Faleiros et al. (2016).

para verificar se a data de referência estava adequada e também se a forma de coleta de informações pela via on-line seria de fácil resposta para o público-alvo.

A disseminação do questionário on-line ocorreu por meio das redes sociais, grupos de WhatsApp e pelas vias institucionais da universidade. Para a divulgação institucional, em primeiro lugar, foi organizada uma equipe de *marketing* institucional, com profissionais e estudantes de comunicação, produzindo uma marca do LASEG e criando um personagem pelo qual a iniciativa poderia ser identificada. Durante pelo menos quatro meses, foram veiculadas propagandas pelo Facebook e Instagram, bem como por listas de WhatsApp. A estratégia foi a construção de uma campanha de divulgação. Para isso, foi criado um personagem, a Lara, a identidade pensada para se aproximar do público universitário e estimular a participação na pesquisa. No processo de divulgação do formulário on-line, contamos com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFF, o que possibilitou inserir o *link* do questionário na intranet e enviar o link pelos telefones cadastrados no sistema da UFF.

Como não havia o cadastro de toda a população da UFF, optou-se por construir uma amostra não probabilística por cotas (Levin, 1987; Silva, 1998). Por estarem já disponíveis informações sobre o quantitativo do público-alvo segmentado pelos vínculos com a UFF, foi possível construir as cotas de acordo com esses dados. O cálculo amostral e as cotas da amostra estão detalhadas no Apêndice A.

A forte campanha buscou atender à necessidade de amostragem, o que acarretou um total de 727 questionários válidos para Niterói, representando 99% de intervalo de confiança e 4,74% de margem de erro. Cabe destacar que a margem de erro foi recalculada, pois o número de questionários obtidos foi superior ao valor inicial (658 questionários), calculado para a amostra com 99% de intervalo de confiança e 5% de margem de erro, conforme descrito no Apêndice A.

Discussão dos resultados

A seguir, apresentaremos algumas informações descritivas do público que foi acessado durante a pesquisa realizada, para, em seguida, exibir suas respostas quanto à sensação de insegurança dentro e no entorno dos diferentes *campi* da UFF em Niterói.

Perfil dos respondentes

Neste primeiro momento, apresentaremos o perfil dos respondentes segundo seu vínculo com a UFF, detalhando os principais grupos acessados: docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. Tais informações constam nas Tabelas 1, 2, 3 e 4.

Vínculos	N	%
Pesquisador(a) de Pós-doutorado	2	0%
Profissionais da área de saúde	3	0%
Prestador(a) de serviços	53	7%
Professor(a)	88	12%
Técnico(a)-administrativo (auxiliar de laboratório, bibliotecário, músico, assistente social, entre outros)	90	12%
Estudante (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado)	483	66%
Outros	8	1%
Total	727	100%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Cabe destacar que os funcionários da saúde também são considerados técnicos administrativos. Porém, no pré-teste, notou-se que eles não se identificavam como tal. Por isso, foi criada uma categoria específica para que os indivíduos com cargos da área da saúde (médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, entre outros) se sentissem pertencentes e respondessem ao questionário. Contudo, somente três indivíduos que se autodeclararam profissionais da saúde responderam à pesquisa; já os técnicos administrativos foram 80, representando 12% do total.

Os docentes também somaram 12% dos respondentes. Dentre eles, 45% eram professores associados, 39% professores adjuntos e 13% professores titulares ativos ou aposentados.

Os prestadores de serviços que responderam à pesquisa representam 7% do total. Seus cargos, majoritariamente, são de zelador, porteiro e vigia, funções relacionadas com a segurança do *campus*.

Tipo de Vínculo	%
Professor adjunto.	39%
Professor assistente.	2%
Professor associado.	45%
Professor titular (ativo e aposentado).	13%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Os estudantes compõem a maioria da população da Universidade. Por essa razão, e como esperado, essa categoria teve maior taxa de resposta do questionário, representando 66% do total. Dentre os estudantes matriculados em algum curso em 2019, 86,7% estavam na graduação e 10,4% na pós-graduação. Dentre os pós-graduandos, 1,9% estavam matriculados em cursos *lato sensu* ou em alguma especialização, 8,5% na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 0,4% em cursos livres ou da Fundação CECIERJ.

Tabela 3 – Cargo dos funcionários terceirizados	
Cargos	%
Coordenador na Empresa Plataforma	2%
Porteiro/Vigias.	92%
Zelador	6%

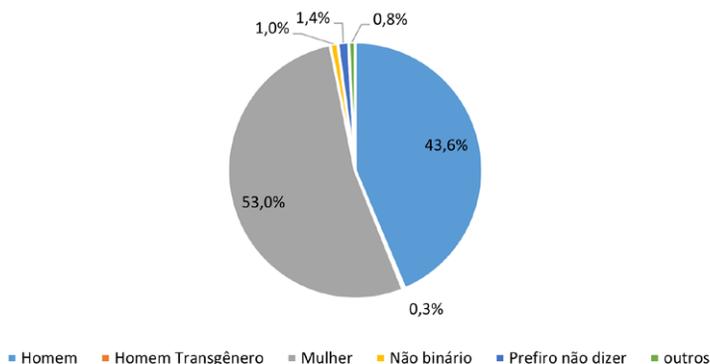
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nem todos esses estudantes frequentavam o mesmo *campus*. A maioria (78%) circulava nos *campi* de Niterói, mas 11% citaram realizar suas atividades na UFF de Volta Redonda e os outros 11% em outros *campi*, como Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, entre outros. Isso indica que os conflitos que acontecem na UFF não estão localizados somente em Niterói, onde a instituição tem um volume maior de estudantes, professores e trabalhadores circulando pelos prédios e no seu entorno.

Tabela 4 – Estudantes	
Grau de Estudo	%
Outros (Prolem e CECIERJ)	0,4%
Sim, na graduação.	86,7%
Sim, na pós-graduação (<i>lato sensu</i> /especialização e <i>stricto sensu</i>).	10,4%
Não era estudante em 2019	2,5%

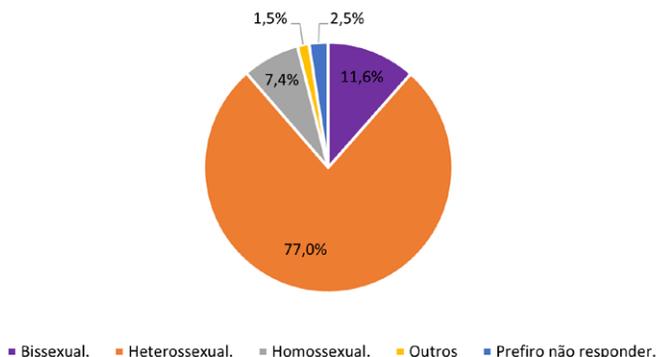
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nos Gráficos 1 e 2, apresentamos o gênero e a orientação sexual agregada de todos os respondentes. Nota-se uma distribuição equilibrada de gênero, pois 53% dos respondentes eram mulheres e 43,6% homens; os demais totalizavam 3,2%.

Gráfico 1 – Gênero dos Respondentes

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Em relação à orientação sexual, a maioria dos indivíduos se autodeclarou heterossexual (77%); 11,6% afirmaram ser bissexuais, 7,4% homossexuais e 1,5% relataram outra orientação sexual. Nenhuma mulher transgênero respondeu a pesquisa. A taxa de não resposta de 2,5% pode ser considerada elevada, já que, geralmente, as categorias sem informações ocorrem em quantidade pequena de respostas. Entretanto, dada a sensibilidade da questão, consideramos esse resultado o esperado.

Gráfico 2 – Orientação Sexual

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Para efeitos de interpretação, recorreremos ora à média, ora à mediana dos dados numéricos disponíveis. No primeiro caso, recorreremos à soma de todas as medições divididas pelo número de observações em um conjunto quando as

variáveis disponíveis constituem um conjunto de números não tão discrepantes entre si. Por outro lado, lançamos mão da mediana quando fosse possível e recomendável, em função da heterogeneidade dos valores disponíveis, identificar o valor que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, evitando distorções que prejudiquem uma análise ponderada dos fenômenos a serem compreendidos.

A Tabela 5 ilustra a renda média dos entrevistados de acordo com seu vínculo com a UFF. As medidas de tendência central utilizadas para analisar a distribuição da renda foram a média e a mediana. Como a média é muito sensível a valores extremos, a mediana, que divide a distribuição ao meio quando os valores estão ordenados, contribui para melhorar a análise da variável em questão (Levin, 1987).

Há uma diferença significativa entre a renda média segundo o vínculo com a instituição. Os funcionários terceirizados recebem os menores rendimentos, superados pelos alunos, técnicos e, por fim, professores. Esse fato tem relação com os lugares em que os indivíduos circulam na cidade e como transitam e vivem o espaço da universidade.

Os técnicos e professores, como funcionários públicos, tendem a ter maiores rendimentos. Contudo, é importante destacar a variabilidade dos rendimentos dos docentes, cuja categoria teve mais discrepância entre a média e a mediana. A média de R\$43.300,00 e a mediana de R\$15.000,00 sugere a presença de valores extremos, ou seja, alguns professores têm uma renda média muito maior que os demais respondentes. Para essa categoria, a variabilidade da distribuição em relação à média foi muito grande, pois o desvio padrão é de 125.859,9.

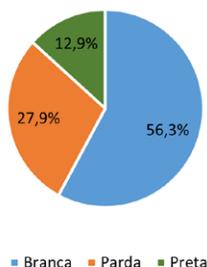
Tabela 5 – Renda média

Vínculo com a UFF	Renda média (R\$)	Renda mediana (R\$)
Estudante (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado).	7.895	3.400
Outros	13.439	15.000
Pesquisador(a) de Pós-doutorado.	–	–
Prestador(a) de serviços.	1.912	1.500
Professor(a).	43.300	15.000
Profissionais da área de saúde	–	–
Técnico(a)-administrativo (auxiliar de laboratório, bibliotecário, músico, assistente social entre outros)	8.244	7.000

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

No Gráfico 3, estão as principais categorias de cor ou raça citadas pelos respondentes, totalizando 97,1% do total; ademais, 2,9% correspondem ao somatório das categorias de resposta “outro”, “prefiro não responder”, “amarelo” e “indígena”. Considerando as respostas recebidas, vemos que 40,8% dos respondentes eram negros, enquanto 56,3% eram brancos, o que confirma a Universidade como um espaço de privilégios raciais, dado que negros totalizam 56,2% da população brasileira (IBGE, 2019).

Gráfico 3 – Cor/ Raça



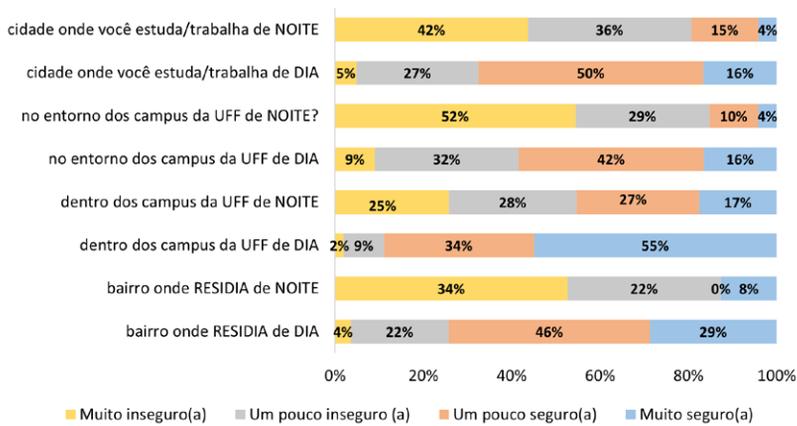
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Sensação de insegurança

Como vemos, o público que frequenta os *campi* da UFF em Niterói é bastante plural. Ainda assim, é possível perceber alguns consensos nas respostas dadas pelos respondentes da referida pesquisa. O Gráfico 4 mostra que grande parte das pessoas acessadas se sente mais insegura à noite, principalmente na cidade e no bairro onde residem. Isso é um consenso em pesquisas de vitimização, também visto no suplemento da PNAD em 2021 (Trindade e Durante, 2019; IBGE, 2021). A sensação de insegurança dentro do *campus* é consideravelmente menor do que no entorno do *campus*: de dia, 2% se sentem inseguras dentro do *campus*, enquanto 9% das pessoas se sentem inseguras no entorno do *campus*. Esses números aumentam consideravelmente no período noturno: 25% se sentem inseguros quando dentro do *campus*, enquanto 52% se sentem inseguros ao redor da UFF.

Quando contrastamos os dados do Gráfico 4 (sensação de insegurança) com os apresentados no Gráfico 5 (percepção de criminalidade), nota-se uma relação entre se sentir seguro e ter uma percepção individual de que, no contexto, não há criminalidade. Isso nem sempre ocorre em outros estudos de vitimização (Costa e Durante, 2019).

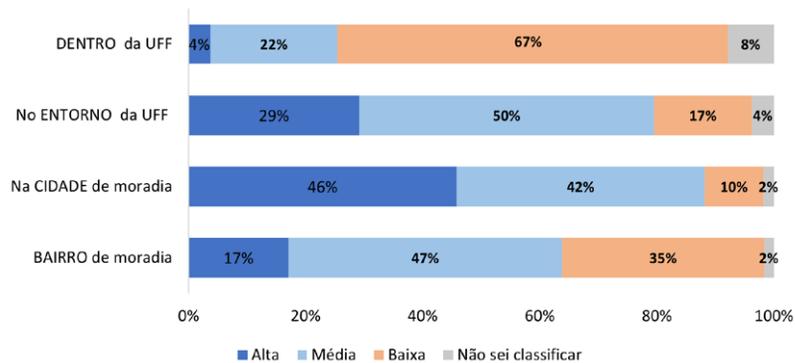
Gráfico 4 – Sensação de insegurança



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

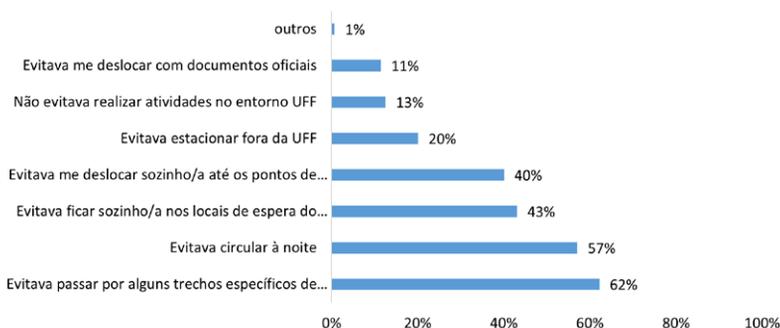
Para além dos conflitos, violências ou crimes que os respondentes efetivamente sofreram (ver Tabelas 6 e 7), há uma percepção de que, nos *campi* da UFF em Niterói, há menos criminalidade do que no entorno da UFF, no bairro onde mora e, principalmente, na cidade onde mora.

Gráfico 5 – Percepção de criminalidade



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nesse contexto, as estratégias individuais dos respondentes da pesquisa para lidar com a sensação de insegurança quando estão na UFF ou ao redor de algum *campus* estão dispostas no Gráfico 6. Grande parte dos respondentes afirmou que evitava circular à noite no entorno dos diferentes *campi* da UFF de Niterói, ficar ou se deslocar sozinho e/ou passar por caminhos considerados perigosos.

Gráfico 6 – Evitava realizar atividades no entorno da UFF

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

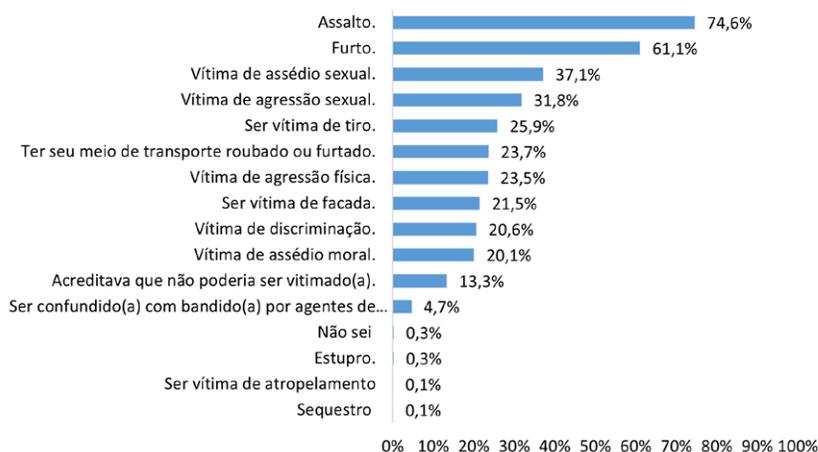
Para os respondentes, tais estratégias individuais podem ser vistas como resultado de um medo concreto de se tornar vítima de crimes e/ou violências nos espaços da UFF. Mas vale dizer que o medo do crime não é simplesmente uma consequência do risco e de experiências reais de vitimização (Garofalo, 1979). Conforme Arthur Trindade e Marcelo Durante (2019, p. 239), o “medo do crime” não é consequência apenas das taxas de criminalidade ou das notícias produzidas pela mídia, mas “diz respeito a sentimentos difusos e incertezas que são resultado das transformações sociais das sociedades pós-modernas”. Os autores destacam as diferenças entre “vitimização”, “medo do crime” e “percepção de risco”. O primeiro termo se refere ao fato de uma pessoa ser vítima de crime; quando ele não é registrado pelas agências de controle social – notadamente a polícia –, cria-se uma “cifra oculta” de vezes que não são considerados nas estatísticas criminais oficiais. Já o segundo termo – medo do crime – se refere a uma dinâmica emocional e psicológica que varia em intensidade para cada pessoa, sendo, portanto, transitória, dependendo das representações sociais dos riscos que nos cercam. Por fim, a percepção de risco está ligada a um cálculo individual sobre as chances de ser vítima de crime, sendo racional e individualmente calculada.

Quando questionados se acreditavam que poderiam ser vítimas nos espaços da UFF, os itens mais citados nas respostas positivas à questão foram assalto e furto. Mas são dignas de nota outras respostas. Verificou-se que 37,1% dos respondentes acreditam que podem ser vítimas de assédio sexual, o que representa, em números absolutos, 270 pessoas; dentre esse total, 80% são mulheres. Ademais, 31,8% sentem que podem sofrer alguma agressão sexual (o que representa em números absolutos 231 respondentes, sendo 85% mulheres). Esses números indicam que o medo de sofrer crimes sexuais está relacionado com o gênero de

quem circulava pelos prédios da instituição em 2019, em Niterói. De acordo com Rachel Pain (2020), ainda que mulheres não necessariamente formem o grupo mais vitimado, os altos e constantes níveis de insegurança relatados por elas podem ser explicados por sua maior vitimização no ambiente doméstico, ocasião em que o agressor, usualmente uma pessoa conhecida, costuma ser menos responsabilizado pelo Estado, afetando a percepção do risco das mulheres mesmo fora de suas residências. Apesar disso, ainda são necessárias investigações adicionais sobre as causas profundas do maior medo do crime e da percepção de risco entre as mulheres (Schafer; Huebner e Bynum, 2006), evidentemente considerando conexões com outros marcadores sociais da diferença.

Trindade e Durante (2019) ressaltam que, além das mulheres, há outros três grupos frequentemente mencionados no que se refere à percepção de risco e ao medo do crime: idosos, pobres e negros. Conforme o gráfico 7, as respostas deste último grupo também merecem atenção, já que 4,7% dos respondentes acreditam poder ser confundidos com bandidos. Mas esse aspecto está intimamente atrelado ao gênero e à raça/cor do respondente, pois nenhuma mulher branca afirmou ter medo de ser confundida com bandido e 8,8% dos que responderam positivamente para essa categoria foram homens brancos. Já as mulheres negras representaram 20% das respostas positivas para esse item, enquanto os homens negros corresponderam a 61,7%. Como algo bastante contrastante, apenas 13,3% dos respondentes acreditavam que não poderiam ser vitimados por qualquer crime ou violência nos espaços da UFF.

Gráfico 7 – Acreditava que poderia ser vítima nos espaços da UFF



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Esse ponto merece um aprofundamento, já que outras pesquisas demonstraram a centralidade da vitimização por “discriminações”, sobretudo raciais (Trindade e Costa, 2019). Ainda que o dado acessado por nossa pesquisa se refira à crença dos respondentes de que poderiam ser confundidos com bandidos – e não com experiências passadas nas quais efetivamente passaram por tal experiência repulsiva –, esse dado deve ser visto como “percepção de risco”, o qual, como já dito, é efeito de uma consideração racional sobre as possibilidades concretas de ser vítima. A seletividade racial presente historicamente na atuação das forças de ordem estatais (Vinuto, 2022) faz dos homens negros o grupo mais presente nas estatísticas oficiais de encarceramento e assassinato pela polícia (Brasil, 2019; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Logo, não é inesperado homens negros se sentirem receosos de serem confundidos com esse grupo (Chiricos, Hogan e Gertz, 1997).

Crimes

As Tabelas 6 e 7 apresentam as respostas sobre crimes ou violências sofridas efetivamente pelos respondentes em 2019. É interessante pensar que o número de pessoas que não sofreram qualquer crime/violência dentro ou ao redor da UFF em 2019 é alto, ainda que grande parte delas sentisse que poderia ser vítima. Estudos sobre “medo do crime” (Costa e Durante, 2019) sugerem que essa taxa de resposta pode estar relacionada com experiências pessoais de crime e violência dentro ou ao redor da UFF, com experiências de terceiros nas mesmas condições, com especulações difusas, dentre outros pontos. De qualquer modo, não é analiticamente interessante considerar esse desencaixe entre sensação e experiência como um equívoco ou fantasia individual, já que a sensação de insegurança fala muito sobre o contexto no qual vivem os respondentes. Nesse sentido, é importante aprofundar a investigação sobre as bases materiais dessa sensação de insegurança, temática que fugiu de nossos interesses iniciais de pesquisa devido ao seu caráter exploratório.

Vale destacar que a pergunta sobre agressão ou ofensa sexual foi construída de forma distinta das demais, por ser um assunto delicado que pode causar lembranças duras e até certo constrangimento para respondê-la. Esse fato pode aumentar a re-vitimização do respondente e as chances de não resposta (Freitas, 2022). Com o intuito de abordar esse tema de maneira gradual, inicialmente, foi questionado se o indivíduo havia sofrido esse tipo de crime alguma vez na vida, para depois abordar a temporalidade e o local do fato. Cabe destacar que, para as demais categorias expressas na Tabela 6, perguntou-se diretamente ao respondente se, em 2019, ele sofreu tal crime ou acidente.

Tabela 6 – Foi vítima de algum desses crimes/ acidentes em 2019 dentro ou no entorno da UFF de Niterói

Crime	Sim	Não	Prefiro não responder
Discriminação	10,45%	86,24%	3,30%
Roubo e/ ou furto	4,4%	95,3%	0,3%
Ameaça e/ ou agressão	6%	92%	2%
Agressão ou ofensa sexual	7%	84%	3%
Acidente	2%	97%	1%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Por fim, assim como indicam outras pesquisas de vitimização (Costa e Durante, 2019) e os dados da Tabela 7, a imensa maioria daqueles que sofreram crimes e/ ou violências dentro ou ao redor da UFF não notificou o ocorrido a qualquer instância oficial, como delegacias ou mesmo aos profissionais de segurança que atuam na própria universidade. A exceção fica por conta do crime de roubo ou furto, no qual 47% dos respondentes afirmaram ter feito alguma notificação oficial.

Vale destacar que apenas duas pessoas notificaram o acidente ocorrido para Professores/Chefes/Superiores e ouvidoria da UFF. Essas observações são tão residuais que não representam sequer 0,01% dos casos.

Tabela 7 – Notificou o ocorrido

Crime	Sim	Não	Prefiro não responder
Discriminação	11%	83%	7%
Roubo e/ ou furto	47%	47%	6%
Ameaça e/ ou agressão	15%	76%	9%
Agressão ou ofensa sexual	8%	83%	8%
Acidente	0%	100%	0%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Não foi possível apurar os motivos alegados pelos indivíduos para não realizar a notificação, fato que ainda carece de pesquisas mais aprofundadas na instituição pesquisada.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar, o presente artigo faz menção a uma pesquisa exploratória e pioneira na esfera universitária, considerando a magnitude

material dos espaços universitários públicos, bem como a complexidade das relações neles observadas. Por isso, apesar de suas limitações, a iniciativa tem o condão de iluminar a relevância da reflexão sobre a temática da segurança, com base em uma experiência relevante em nossa sociedade quanto ao pertencimento e circulação pelos ambientes universitários de caráter público.

Após uma revisão bibliográfica na qual analisamos pesquisas sobre segurança universitária, apresentamos os dados coletados em nossa pesquisa de vitimização realizada junto à comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense em Niterói. Assim, fez-se uma investigação exploratória tanto sobre as experiências com crime, violência e insegurança indicados pelos respondentes do *survey* quanto acerca das respostas dadas por esses mesmos atores frente a tais experiências, a fim de pensar possíveis políticas de segurança universitária.

Apesar da pluralidade do público que frequenta os diferentes *campi* da UFF, observam-se certos padrões sobre alguns tópicos. Um deles é relativo à sensação de insegurança no *campus*, que é maior do que a sensação de segurança em outros locais da cidade; em ambos os contextos, os números aumentam consideravelmente no período noturno. Além do medo de assalto e furto, integrantes da comunidade universitária, sobretudo mulheres, acreditam que podem ser vítimas de assédio sexual ou agressão sexual. Somado a isso, parte dos respondentes, notadamente homens negros, crê que pode ser confundida com bandidos.

Ainda que grande parte dos respondentes se sinta insegura no que se refere a esses e outros tópicos, a maior parte deles jamais sofreu crime ou violência dentro ou ao redor de algum *campus* da UFF. Ademais, parte daqueles que sofreram não se reportou a qualquer instância oficial. Exceção digna de nota são os crimes de furto ou roubo: quase metade dos vitimados reportou seu caso para as delegacias ou profissionais de segurança que atuam na própria universidade.

Como é possível observar, este estudo pode contribuir para a formulação de questões sociológicas relevantes, por exemplo, como se coadunam expectativas, sensações e experiências de segurança em um ambiente institucional historicamente sacralizado por se dedicar à construção do conhecimento científico e sobre a sociedade. Ora, é sabido que, em nossa sociedade, as universidades públicas são instituições que conferem *status* e nas quais são depositadas aspirações por qualificação profissional e ascensão social.

O exercício realizado durante nosso estudo, do qual participaram vários pesquisadores e cujos principais resultados foram aqui comentados e analisados, ajuda a interpretar que, na prática, a sensação de segurança/insegurança dialoga com as expectativas às quais fizemos alusão. O contraste entre a universidade e os bairros onde as pessoas moram e estudam, por exemplo, são interessantes

se levarmos em conta as percepções sobre os períodos diurnos e noturnos; surpreendentemente, estar na universidade à noite parece mais seguro do estar em casa para grande parte dos respondentes. Não obstante, tanto no bairro quanto no entorno da universidade, a insegurança é maior. Intuímos que isso se deve aos processos de deslocamentos, em que a mobilidade nesses contextos pode favorecer a recepção do inesperado. Nesse ponto, parece emergir a noção de insegurança em sua conjugação com a dimensão do risco. Aumentam os riscos nos deslocamentos onde o encontro com desconhecidos pode favorecer a ocorrência de delitos e crimes, ou mesmo de conflitos que podem desencadear os primeiros.

Ao mesmo tempo, nesse ambiente aparentemente seguro contra crimes da chamada violência urbana, parecem emergir outras formas de agressividade, que oscilam entre conflitos de menor potencial ofensivo e outros com grande capacidade de invalidar esforços familiares, trajetórias individuais e expectativa de direitos consagrados em nosso ordenamento jurídico. Os assédios de distintas naturezas – sexual e moral – parecem configurar a principal expressão dessa modalidade de agressividade, que talvez se observe em função de uma maior proximidade e conhecimento entre as pessoas. As dimensões de gênero e raça atingidas pelos respondentes da pesquisa parecem apontar para aspectos dia-críticos da nossa sociedade.

Não nos parece por acaso que a catalogação desses tópicos esteja ausente dos processos tradicionais de registros, seja em instituições policiais *stricto sensu*, seja nas coordenadorias de segurança das universidades que, geralmente, ou são compartilhados por agentes públicos e privados ou completamente entregues a esses últimos, como se observa na universidade estudada. Com base em nossa experiência etnográfica, argumentamos que há em comum nesses lugares a predominância de representações construídas com base no fazer policial, e compartilhadas socialmente, sobre a centralidade do combate ao crime como expressão das formas institucionais de administrar conflitos. Consequentemente, há pouca disposição para acolher o ponto de vista das pessoas agredidas e/ou vitimizadas e construir com elas uma compreensão sobre o que ocorre em seu cotidiano para dar relevo aos seus pontos de vista sobre o que, afinal, deve ser tratado como um bem a ser “segurado” nos processos de vigilância, orientação no uso do espaço público e informação acerca dos mecanismos de prevenção. Como demonstrado, começa-se por desenvolver uma consciência acerca da importância da comunicação sobre o que ocorre. Ou seja, disseminar a confiança nos processos de registro, tornando possível quantificar e dar relevo à importância de tais dinâmicas, é fundamental para a manutenção do grau de confiança das pessoas na instituição na qual depositaram expectativas por boa parte de sua vida.

No início deste artigo, referimos que a iniciativa do diagnóstico analisado se deu como parte da construção de um ambiente institucional – o LASEG –, que ficará responsável pelos processos de registro e análise do que estamos propondo construir à guisa de uma “segurança universitária”. Esse ambiente também foi pensado como um espaço institucional onde se combinam o processo de qualificação de estudantes do bacharelado em segurança pública da UFF, principalmente no manejo das metodologias de pesquisa e na potencialidade das tecnologias disponíveis para construção e interpretação de dados. Da mesma forma, ele abrigará processos de capacitação de agentes internos de segurança para lidar com as particularidades de uma instituição pública de ensino. Por outro lado, com base nesse esforço institucional, propõe-se desenvolver mecanismos de participação social para que os membros da comunidade comuniquem o ocorrido, bem como recebam orientações sobre como proceder diante de algum infortúnio. Ou seja, há muitas possibilidades abertas para construção de um conhecimento em uma área que julgamos candente e que requer mais esforços analíticos para lidar com suas particularidades e complexidades.

Apêndice A

De acordo com os dados obtidos no portal de transparência UFF (UFF, 2020) e no site Dados Abertos, do Governo Federal, a instituição conta com 51.791 pessoas que possuem algum tipo de vínculo institucional. Na Tabela 1, estão descritas as categorias de atividades realizadas na UFF usadas nesta pesquisa, bem como o quantitativo dos vínculos.

Vínculo com a UFF	Total	%
Técnico-administrativos	3.715	7,2%
Profissional da área da saúde	947	1,8%
Docentes	3.543	6,8%
Alunos graduação presencial	35.257	68,1%
Alunos pós-graduação	7.329	14,2%
Pesquisador de pós-doutorado	-	0,0%
Terceirizados	1.000	1,9%
Outros	-	0%
Total Geral	51.791	100%

Fonte: Elaboração própria com base em UFF (2020).

Com o número do público-alvo definido, inicialmente, foi calculada a quantidade total de questionários necessários para a amostra ser representativa para toda a UFF utilizando a seguinte fórmula (Levin, 1987; Silva, 1998):

Onde:

$$n = \frac{Z_{\alpha}^2 \times \sigma^2}{e^2}$$

e^2 é a margem de erro aceitável;

Z_{α}^2 é o nível de confiança;

σ^2 é a variabilidade da população.

A amostra foi calculada para 99% de nível de confiança¹⁰ e 5% de margem de erro¹¹, que representa 658 questionários. Por fim, como não há possibilidade de sortear os entrevistados aleatoriamente, a amostra será não-probabilística por cotas. Por isso, será necessário dividir proporcionalmente para cada categoria de pessoas com vínculos com a UFF (Tabela 1) o total de entrevistados, de acordo com o nível de confiança, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição das respostas	
Vínculo com a UFF	Amostra para 99%
Técnico-administrativos	47
Profissional da área da saúde	12
Docentes	45
Alunos graduação presencial	448
Alunos pós-graduação	93
Pesquisador de pós-doutorado	0
Terceirizados	13
Outros	
Total Geral	658

Fonte: Elaboração própria com base em Levin (1987), Silva (1998) e UFF (2020).

Referências

ALFARO SALAS, Marly Yisette e SALAS OCAMPO, Luis Diego. Student perceptions about university security: the case of the National University of Costa Rica. *Revista ABRA*. Heredia, v. 40, n. 60, 5 jun. 2020, pp. 9-47. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/abra/article/view/12338>>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁰ A probabilidade de sua amostra representar com precisão as posturas da população em questão.

¹¹ A possível variação das respostas da população com relação à sua amostra.

- BALKIN, Steven. Victimization rates, safety and fear of crime. *Social Problems*. Oxford, v. 26, n. 3, 1979, pp. 343-358. Disponível em: <<https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/26/3/343/2925148>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- CAMILO, Christiane de Holanda. Segurança nas Universidades Brasileiras: Perspectivas Públicas Institucionais Comparadas. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*. Florianópolis, v. 2, 2016, pp. 1044-1062. Disponível em: <<https://www.index-rlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/1509>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CARDOSO, Gabriela Ribeiro et al. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Santa Catarina, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/316>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CATÃO, Yolanda. Pesquisas de vitimização. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita e MUSUMECI, Leonarda (Orgs.). *Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea e CESeC/UCAM, 2000. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3765-anais-forum-cesec-ipea.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CHIRICOS, Ted; HOGAN, Michael e GERTZ, Marc. Racial composition of neighborhood and fear of crime. *Criminology*. Melbourne, v. 35, n. 1, 1997, pp. 107-132. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1997.tb00872.x>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- COSTA, Arthur Trindade e DURANTE, Marcelo Ottoni. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2019, pp. 239-265. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17794>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- COSTA JUNIOR, Mozarte Simões da. Violência nos campi das universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS, UFPEL, UFSM E FURG) e a segurança em um ambiente acadêmico. Dissertação de Mestrado, Segurança Cidadã, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- CUBAS, Viviane Oliveira et al. Segurança na *campus*: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/274>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- FALEIROS, Fabiana et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto & Contexto-Enfermagem*. Florianópolis, v. 25, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

- FISHER, Bonnie et al. Crime in the ivory tower: the level and sources of student victimization. *Criminology*. Melbourne, v. 36, 1998, pp. 671-710. Disponível em: <<https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/crime-ivory-tower-level-and-sources-student-victimization>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2023.
- FREITAS, Mariana Lira de. Conflitos éticos nas tratativas institucionais da violência de gênero e os perigos da revitimização. *Virtuajus*. Belo Horizonte, v. 7, n. 13, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/30160>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- GAROFALO, James. Victimization and the fear of crime. *Journal of research in crime and delinquency*. Thousand Oaks, v. 16, n. 1, 1979, pp. 80-97. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002242787901600107?journalCode=jrca>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua 2012-2019*. IBGE, 2019.
- IBGE. PNAD: *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*. Rio de Janeiro, 2010. Suplemento. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=284182>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- IBGE. PNADC. *Vitimização: Sensação de insegurança*. 2021. Suplemento. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=35627>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- IPEA. *Contexto social e vitimização pessoal: efeitos de características ambientais na vitimização individual*. Pesquisa Nacional de Vitimização. Relatório Técnico, 2012. Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/documentos/pesquisa_nacional_vitimizacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.
- LASEG. *Pesquisa de Vitimização na Universidade Federal Fluminense*. LASEG, 2021. Distribuição restrita.
- LEE, Daniel e HILINSKI-ROSICK, Carly. The Role of Lifestyle and Personal Characteristics on Fear of Victimization among University Students. *American Journal of Criminal Justice*. Berlim, v. 37, n. 4, 2012, pp. 647-668. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12103-011-9136-0>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- LEVIN, J. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. 2 ed. São Paulo, Harbra, 1987.
- LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo, Anpocs, 2011. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-ciencias-sociais-e-os-pioneiros-nos-estudos-sobre-crime-violencia-e-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 25 out. 2022.

- LIMA, Renato Sérgio e BORGES, Dorian. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Porto Alegre, Editora Contexto, 2014, pp. 213-226.
- LYNCH, James. Routine activity and victimization at work. *Journal of Quantitative Criminology*. Melbourne, v. 3, pp. 283-300, 1987.
- MENGO, Cecilia e BLACK, Beverly. Violence Victimization on a College Campus: Impact on GPA and School Dropout. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*. Thousand Oaks, v. 18, n. 2, 2016, pp. 234-248. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1521025115584750>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- PAIN, Rachel. Place, social relations and the fear of crime: a review. *Progress in Human Geography*. Thousand Oaks, v. 24, n. 3, 2000, pp. 365-387. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913200701540474>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- RIBEIRO, Ludmila e TEIXEIRA, Alex Niche. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v. 84, 9 out. 2018, pp. 13-80. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/436>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- RODRIGUES, Max André Antonio e MELO, Daniela de Castro. A (in)segurança silenciosa nos câmpus universitários: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v. 23, n. 2, pp. 465-480, 2019. Disponível em: <<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13066>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- SCHAFFER, Joseph; HUEBNER, Beth e BYNUM, Timothy. Fear of crime and criminal victimization: gender-based contrasts. *Journal of Criminal Justice*. Amsterdam, v. 34, n. 3, 2006, pp. 285-301. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047235206000262>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- SILVA, Nilza Nunes. *Amostragem Probabilística: um curso introdutório*. v. 18. São Paulo, EdUSP, 1998.
- SAMPIERI, Roberto Hernández et al. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *UFF em Números*. 2020. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=uff-em-numeros#Docentes>>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *UFF em Niterói*. 2023. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=uff-em-niteroi>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- VINUTO, Juliana. Contribuições de Léila Gonzalez aos estudos sociológicos sobre controle social e punição no Brasil. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 22, 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/40428>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. v. 1. São Paulo, Anpocs, 1999, pp. 13-107.

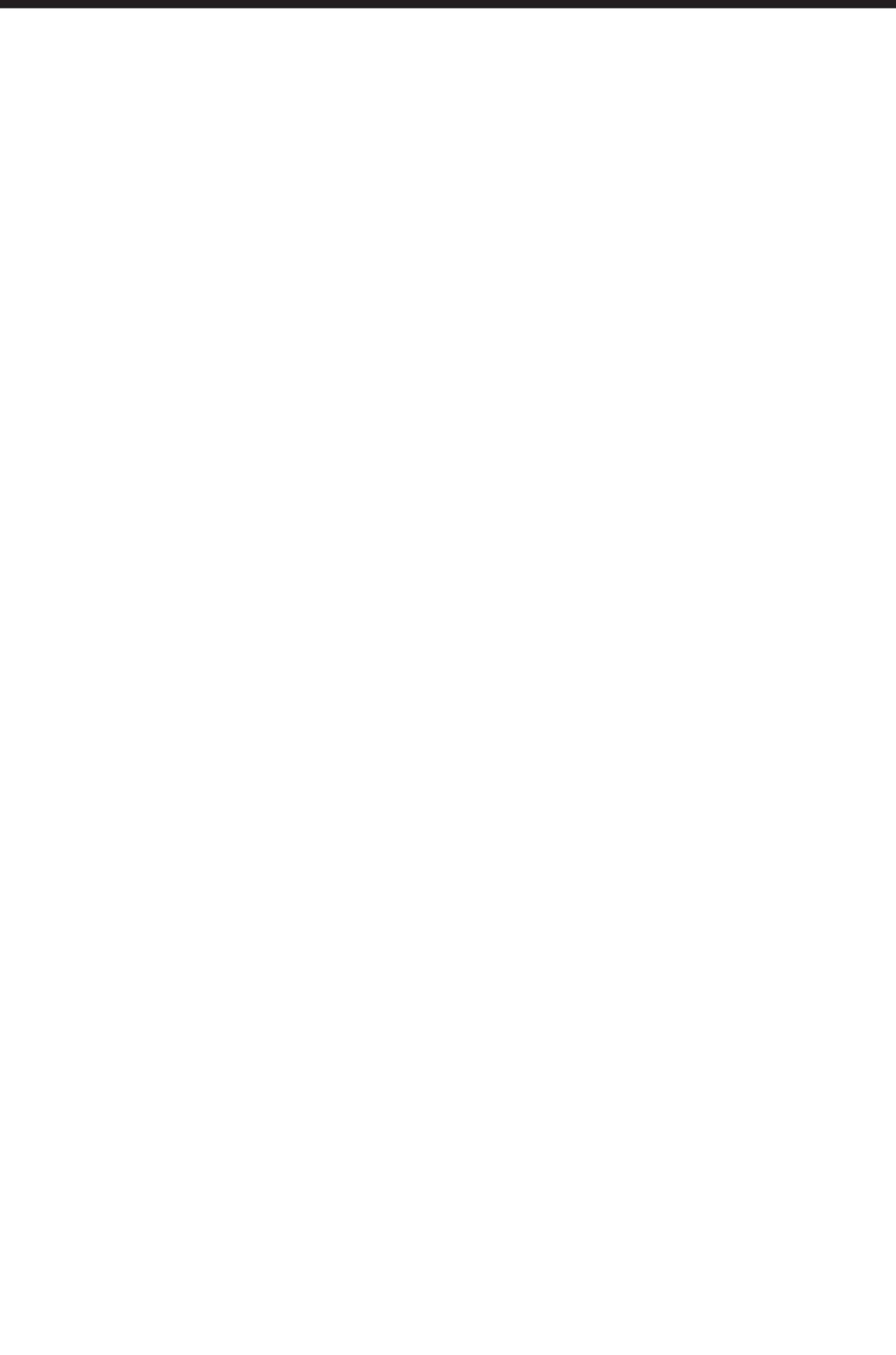
ZILLI, Luis Felipe; MARINHO, Frederico Couto e SILVA, Braulio. Pesquisas de Vitimização. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Porto Alegre, Editora Contexto, 2014, pp. 227-243.

Recebido em: 09/12/2022

Aprovado em: 06/09/2023

Como citar este artigo:

GONÇALVES, Ana Paula Vasconcelos; LIMA, Juliana Vinuto; PLATERO, Klarissa Almeida Silva; PIRES, Lenin dos Santos. Mapeando os conflitos na universidade: um estudo de caso sobre segurança na Universidade Federal Fluminense. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 853-881.





Após a ocupação, a razia: implantação e resistência no Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970)

Ricardo Braga Brito¹

Resumo: Este artigo analisa a dinâmica de conflito e controle estabelecida entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e a população camponesa das regiões alvo do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar. Com base na análise interpretativa de jornais, documentos e entrevistas, reconstituiu-se a implantação do PIC, entendendo os mecanismos estatais associados à política de colonização e as relações entre os agentes dessa política e os camponeses, sinalizando para suas formas cotidianas de resistência.

Palavras-chave: Colonização; Reforma Agrária; Formas Cotidianas de Resistência; Ditadura Empresarial-Militar; Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

After the occupation, the raid: implantation and resistance in the Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970)

Abstract: *This paper analyzes the dynamics of conflict and control between the Brazilian Institute of Agrarian Reform (Ibra) and the peasant population of the target regions of the Papucaia Integrated Colonization Project (PIC), in the municipality of Cachoeiras de Macacu/RJ, in the first years of the business-military*

1 CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro – Brasil – ricardobraga.brito@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0220-7377> – <http://lattes.cnpq.br/2742939826813262>.

dictatorship. Based on the interpretative analysis of newspapers, documents and interviews, the implementation of the PIC was reconstructed, understanding the mechanisms associated with the colonization policy and the conflicts between the agents of this policy and the peasants, pointing for their daily forms or resistance.

Keywords: *Colonization; Agrarian Reform; Daily Forms of Resistance; Business-Military Dictatorship; Brazilian Institute of Agrarian Reform.*

Después de la ocupación, el raid: implantación y resistencia en el Proyecto Integrado de Colonización Papucaia/RJ (1964-1970)

Resumen: Este artículo analiza la dinámica de conflicto y control establecida entre el Instituto Brasileño de Reforma Agraria (Ibra) y la población campesina de las regiones de intervención del Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Papucaia, en el municipio de Cachoeiras de Macacu/RJ, en los primeros años de la dictadura empresarial-militar. A partir del análisis interpretativo de periódicos, documentos y entrevistas, se reconstruyó la implementación del PIC, comprendiendo los mecanismos estatales asociados a la política de colonización y las relaciones entre los agentes de esta política y los campesinos, señalando sus formas cotidianas de resistencia.

Palabras clave: Colonización; Reforma agraria; Formas Cotidianas de Resistencia; Dictadura Empresarial-Militar; Instituto Brasileño de Reforma Agraria.

Introdução

O objetivo deste artigo é apreender a implantação da política de colonização da ditadura empresarial-militar em seus primeiros momentos, por meio da atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) na região de Papucaia, no município de Cachoeiras de Macacu/RJ. Essa área foi palco de importantes ocupações de terra e de mobilização camponesa no pré-1964 (Brito, 2018). Tanto essa atuação do movimento camponês local quanto a repressão e controle exercidos por agentes do Estado se relacionam com a existência do Núcleo Colonial de Papucaia e sua reconfiguração durante a ditadura.

Esse trabalho pretende dar destaque à repressão e às violações de direitos humanos sofridas por populações camponesas, no estado do Rio de Janeiro, durante o regime ditatorial vivido entre 1964 e 1985, bem como apreender o histórico de ações coletivas e as formas de organização, resistência e mobilização

dessas populações, com destaque para o município pesquisado. Dentre as várias formas de violência pública e privada, insiro aqui as políticas de colonização, acionadas ao longo do tempo em diferentes configurações históricas e sociais em todo o território nacional, mas com forte implantação no estado do Rio de Janeiro desde o Século XIX (Seyferth, 2002; Neves, 2013). De forma mais geral, essa política significa selecionar e fixar famílias em áreas rurais determinadas, sobretudo em terras públicas, a fim de ampliar o povoamento em áreas específicas e/ou ampliar a produção de alimentos para o consumo interno, constituindo novos territórios e atores sociais. Trata-se, portanto, de uma intervenção pontual e não estrutural que frequentemente deslocou populações das áreas mais valorizadas e com mais conflitos por terra.

De 1819, em Nova Friburgo, até o fim da atuação do Ibra, em 1970², o estado do Rio de Janeiro pode ser considerado um laboratório de experiências de colonização, atravessando momentos significativos na constituição de projetos de integração do território nacional e sua população, de integração de mercados de trabalho, de terra e de consumo interno e de controle e transformação de camponeses e trabalhadores rurais (Brito, 2022). Conforme sinalizado por Seyferth (2002), a colônia de Nova Friburgo, criada em 1818 com camponeses suíços, serviu para ampliar a produção de alimentos para o consumo da cidade do Rio de Janeiro, cuja população se expandira com a chegada e instalação da Família Real em 1808. Esse modelo de ocupação e fixação de populações em territórios para a produção de alimentos mediante a organização da pequena produção familiar seria implementado em outros estados e regiões do país, adquirindo também os objetivos de garantir a segurança do território, expandir e consolidar os mercados de trabalho livre, de terra e de consumo, bem como ampliar a ação do Estado e realizar a “civilização” das populações locais por meio da ação estatal e da presença de estrangeiros selecionados. Também nos anos 1930, uma ação de colonização nesse estado precede a *Marcha para Oeste*, realizada nos anos 1940 e 1950 (Neves, 2013). Em 1932, é criado o Núcleo Colonial de Santa Cruz, podendo-se observar os sentidos já sinalizados e realçar o uso da colonização

2 Esse é o ano em que o Ibra e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) são desativados e substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A política de colonização foi largamente continuada e expandida após esse período, orientada, sobretudo, para a região da Amazônia Legal. É apenas após as mobilizações organizadas de movimentos sociais camponeses nos anos 1980 que o termo “colonização” deixa de figurar como política oficial do Estado brasileiro, substituído pelo termo “assentamento”. A substituição do termo não implica, contudo, em ruptura com a lógica da política de colonização.

como forma de intervir sobre áreas de conflito e fluxos migratórios, objetivos já presentes também nas ações estatais do Século XIX.

Apesar do recorte temporal do artigo se situar nos primeiros anos da ditadura, entre 1964 e 1970, é imprescindível reconstituir o processo de formação do Núcleo Colonial de Papucaia nos anos 1950 e apreender o conjunto de lutas pela terra e formas de organização empreendidas por grupos camponeses locais entre 1959 e 1964. Esse período pré-golpe foi marcado, no estado do Rio de Janeiro, por conflitos e formas de ação coletiva que indicam uma dinâmica de mobilização social que será combatida pela ditadura em seus primeiros anos, permitindo identificar o foco dado pelo Ibra à região de Papucaia e a presença de uma cultura política de resistência entre os camponeses (Brito, 2018; Medeiros, 2018).

Apesar da violência empreendida pelo Estado e por grandes proprietários da região, podem ser identificadas formas de resistência cotidiana. Conforme trabalhado por Scott (1990, 2002), em situações sociais marcadas pela dificuldade e pelo impedimento da organização social dos subalternos, é possível observar em suas práticas e discursos formas ocultas e cotidianas de resistência, indicando comportamentos e valores compartilhados que buscam mitigar as formas de exploração do trabalho, expropriação da terra e dominação. Piadas, histórias, encontros em locais ocultos, sabotagem, “corpo mole”, entre outras são ações não organizadas de resistência, frequentemente anônimas e que, em determinados casos empíricos, podem indicar um conjunto de práticas e indignações coletivas que são compartilhadas e que, em momentos de maior organização e abertura política, podem se tornar elementos articuladores de ações coletivas públicas. Essa chave teórica permite olhar para as formas dispersas de organização, reivindicação e resistência entre camponeses durante a ditadura (Medeiros, 2014; Brito, 2021).

As reflexões contidas nesse texto têm como base notícias de jornais e documentos públicos analisados segundo o método indiciário e interpretativo de Ginzburg (1989) e a análise compreensiva de entrevistas (Bourdieu, 2008) realizadas tanto por mim quanto por outros pesquisadores. A metodologia interpretativa busca apreender indícios das práticas, enquadramentos interpretativos, motivações e expectativas de agentes sociais diversos, vinculando-os a contextos mais amplos e permitindo o diálogo de múltiplas escalas de análise. Com base nas questões de pesquisa estabelecidas e do enquadramento teórico utilizado, essa análise permite integrar esses materiais empíricos diversos de modo a reconstruir a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Papucaia em uma região historicamente marcada pela organização e mobilização de populações camponesas. Desse modo, a política de colonização é apreendida

como mecanismo estatal de controle do território e de populações potencialmente insubmissas e como elemento conformador das experiências de organização e de articulação de desejos e imaginários do campesinato brasileiro. O artigo sinaliza a atuação de agentes do Estado na implantação dessa política, bem como as possíveis estratégias de resistência e de confronto mobilizadas por camponeses em momentos de repressão e conformação das possibilidades de organização. Essa compreensão permite entender como e por que a política de colonização foi central para a intervenção do Estado em áreas rurais marcadas pelo conflito, tornando-se uma alternativa à implantação efetiva da reforma agrária estabelecida pelo regime militar.

A política de colonização em Cachoeiras de Macacu

Em Cachoeiras de Macacu, a política de colonização se fez presente com a formação do Núcleo Colonial de Papucaia. Criado em 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, o Núcleo fixou populações estrangeiras, como alemães, italianos e japoneses, e nacionais oriundas do próprio município e de outros estados, como Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão, entre outros (Brito, 2018). Esse Núcleo se insere em alguns dos sentidos principais da colonização no período³, orientado para constituir um “cinturão verde” para abastecimento da população urbana do estado, sobretudo da então capital federal. Além da produção de alimentos, a colonização também atuaria na constituição de um campesinato organizado e identificado pela pequena propriedade privada e de técnicas “racionais” e “modernas” de produção agrícola e gestão do patrimônio.

A transformação da população rural nessa região implicava em desfazer modalidades de ocupação e uso da terra e formas de trabalho específicas de uma população composta historicamente por brancos pobres, negros alforriados, indígenas e mestiços que ocupavam pequenas faixas de terra nas quais produziam para o próprio sustento e venda nos mercados locais (Carneiro et al., 2012). Essas características permaneceram sob a relação de parceria, marcada pelo contínuo deslocamento populacional que acompanhava áreas disponíveis para a pequena produção em meio às crises da grande produção no estado. Essas relações se caracterizavam, ainda, pelo controle e limitação das possibilidades de

3 Segundo Santos (1995), entre 1945 e 1964, foram criados 85 programas de colonização, sendo 53 oficiais, abrangendo 14 mil famílias e quase dois milhões de hectares, e 32 particulares, contabilizando mais de três mil famílias em 731 mil hectares. Ainda segundo esse autor, no Centro-Oeste, foram instalados 25 programas, além de 3 no Norte, 26 no Nordeste, 15 no Sul e 16 no Sudeste. Os sentidos da colonização enquanto mecanismo de controle populacional e territorial serão expostos ao longo do artigo. Para uma discussão histórica, ver Brito (2022).

produção e de autonomia dos parceiros pelos grandes proprietários, diminuindo seus rendimentos e intensificando a exploração do trabalho familiar, sobretudo em formas de trabalho assalariado como meio de complementar a renda.

Ao longo do Século XX, no estado do Rio de Janeiro, e também no município de Cachoeiras de Macacu, pode ser identificada uma série de situações e processos marcados pela expropriação de populações rurais e rompimento com relações tradicionais de trabalho e dominação, expectativas coletivas e concepções de direito à terra, tais como: a decadência da cafeicultura e da citricultura, as sucessivas mudanças no cultivo da cana, a formação de núcleos agrícolas, as tensões sociais, o aumento populacional, a urbanização, a especulação da terra e o avanço do turismo, sendo este mais proeminente nos anos 1970 (Medeiros, 2018). A presença de interesses especulativos e das formas de produção com monocultura ou criação intensiva de gado já eram sinalizadas em Cachoeiras de Macacu nos anos 1940. Porém, elas se intensificaram na experiência contínua do despejo dessas populações, tomado pelos lavradores e suas organizações como o principal problema existente entre 1950 e 1960 no campo fluminense, sobretudo na região da Baixada, em que se insere o município aqui analisado (Grynszpan, 1987).

Conforme a reportagem *Da colonização racional e intensa da Baixada Fluminense, resultarão grandes benefícios para o abastecimento da Capital Federal*,⁴ Papucaia e outras terras “fertilíssimas para todas as culturas” aguardavam apenas “pelo braço do homem, pelo manejo das máquinas agrárias (*sic*), a fim de entrarem em franca produção”. A reportagem, que aparenta ser uma publicação oficial do Estado, contrapõe a imagem da Baixada como região vazia e mal explorada, ignorando a presença de pequenos produtores, com uma pretensa imagem anterior⁵ de esplendor produtivo do período Imperial, indicando seu potencial para voltar a ser o “celeiro abastecedor dessa grande metrópole”. Conforme a reportagem, a associação com o período imperial e suas “grandes vendas coloniais” coloca a “colonização racional e intensa” como capaz de fazer voltar a “época de abundância”, de um “passado farto e fecundo”, reduzir o custo de vida e “atender ao que os mercados reclamam”.

A *imagem imperial* atribuída na reportagem à política de colonização *racional e intensa* do Século XX sinaliza para o próprio enquadramento estatal dado

4 *Gazeta de Notícias*, 07 ago. 1946, p. 5.

5 Grynszpan (1987) apontou que a imagem da decadência está relacionada às crises das grandes propriedades e do trabalho escravo e o deslocamento da produção cafeeira. Contudo, segundo o autor, essa imagem ignora a permanência e o crescimento das pequenas produções de lavradores que se estabeleceram nessas terras.

à questão agrária, marcado pela tradição autoritária e positivista. Essa tradição atribui ao Estado a capacidade e o dever de intervir sobre a população e o território a fim de realizar sua integração orgânica e consolidar a nacionalidade, dado que a população seria incapaz e imatura para tanto (Lamounier, 2008; Carvalho, 1990; Souza Lima, 1995). A questão agrária pode ser entendida com base na disputa entre atores sociais coletivos acerca da interpretação de problemas relacionados ao uso, posse e propriedade da terra e às formas de exploração, realização e valorização do trabalho. Além dos enquadramentos sobre o que é a “questão” agrária, também é preciso apreender as disputas pelas soluções a serem dadas. O quadro interpretativo dessa tradição sobre a questão agrária a ser solucionada é fundamentado na manutenção da grande propriedade, a ser modernizada com técnicas racionais de produção agrícola e uso de maquinário, fertilizantes e agrotóxicos a fim de aumentar a produtividade. É ainda significativo o contínuo uso da colonização como mecanismo de resolução não estrutural da desigualdade na estrutura fundiária e produtiva.

A característica autocrática do Estado brasileiro (Fernandes, 2020) é marcada, portanto, pela intervenção prévia nas formas de organização e mobilização das classes trabalhadoras, buscando dar forma e conteúdo às manifestações, desejos e formas de interação e atuação dessas classes. É possível observar em Papucaia diferentes formas de controle da organização interna, da produção e da sociabilidade dos colonos, desde a imposição da criação de cooperativas e de planejamentos detalhados de produção até as formas de assistência técnica, creditícia, educacional e sanitária. Conforme reportagem de 1952, o Núcleo Colonial de Papucaia fazia parte de um “plano revolucionário de ajuda à pequena lavoura”⁶, elaborado pela Divisão de Terras e Colonização⁷ e que incluía outros núcleos do Estado. O plano consistia em educar os lavradores e suas famílias. Com isso, os núcleos adquiriam um caráter formativo e pedagógico: eles atuavam como escolas nas quais as famílias dos lavradores aprenderiam a se tornar pequenos proprietários aptos ao trabalho da lavoura e com recursos financeiros. A adaptação do lavrador nesse processo era fundamental, pois, caso contrário, conforme a reportagem, “todo aquele que demonstrar ser inadaptável aos trabalhos da lavoura, será afastado do núcleo e encaminhado para o exercício de outras profissões”. Esse caráter pedagógico é um elemento central do poder tutelar praticado por agentes estatais (Souza Lima, 1995), atuando sob a

6 “Terras gratuitas só para lavradores com o curso de colonização”. *O Jornal*, 28 mar. 1952, pp. 6, 8.

7 Criada em 1938, a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura tinha como objetivo a fixação do lavrador na terra e sua regularização.

interpretação de auxílio e assistência de populações tomadas como incapazes de auto-organização e que precisam ser controladas de várias formas para serem integradas ao território e população nacionais. Desse modo, a própria concepção de nacional se dá pela intervenção no território, pela formatação prévia das formas de organização e de uso da terra e pela inculcação de valores tidos como nacionais⁸.

Há, portanto, uma contradição na política de colonização, na medida em que ela não incide sobre as estruturas fundiária e de poder que configuram a desigualdade de acesso e uso da terra no Brasil. Em Cachoeiras de Macacu, a criação do Núcleo Colonial foi antecedida por obras de saneamento, retificação de rios e construção de estradas nos anos 1930 e 1940, orientadas para dar infraestrutura à produção e diminuir os índices de morte por malária, bastante elevados na região (Brito, 2018). Contudo, essas formas estatais de intervenção abriram espaço para dinâmicas de valorização e loteamento da terra, impulsionadas também pelas titulações e incentivo às pequenas produções em áreas próximas a grandes centros comerciais, favorecendo a grilagem de terras públicas e de posseiros. Essa dinâmica recria as condições de conflito. Em Cachoeiras de Macacu, foi imprescindível a percepção de atores sociais que identificaram essas situações como socialmente injustas e que, ao reconhecerem as injustiças e desigualdades, não só demandaram a terra como perceberam a si mesmos como os agentes que devem realizar a demanda e a mudança, constituídos em formas de organização e movimentos sociais (Brito, 2021). Essa perspectiva permite apreender não só a política de colonização e seu enquadramento interpretativo que deseja transformar populações tomadas como atrasadas e manipuladas, portanto, objetos de políticas e de intervenção, como também indica que nenhuma objetificação total é possível (Saffioti, 2019), esbarrando em sujeitos que constroem resistências, demandas, aceitações e mudanças.

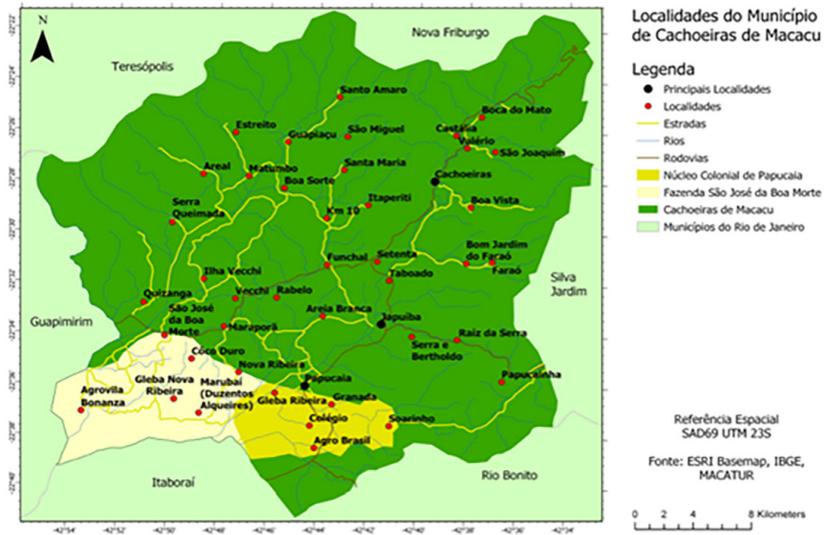
Como dito anteriormente, o município de Cachoeiras de Macacu foi marcado pela organização de movimentos camponeses, conforme indicam a formação de associações de lavradores em 1959 nas localidades de Papucaia e Ribeira⁹, áreas do Núcleo Colonial, e as ocupações da fazenda São José da Boa

8 Também é significativo que o processo de transformação do indígena por funcionários e aparato burocrático próprio atuasse de modo a fazer do indígena um trabalhador rural integrado aos mercados de produção e trabalho (Souza Lima, 1995). Conforme Ferreira (2013), essa integração coloca o indígena em uma posição social subalterna, inserindo-o em novas relações de expropriação e exploração que orientam o processo de desorganização e desqualificação produzidos pelo Estado.

9 Ver as reportagens "Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em Todo o Estado do Rio", *Última Hora*, 29 set. 1959, p. 3, e "Associação dos lavradores em Cachoeira", *Última Hora*, 31 dez. 1959, p. 3.

Morte em 1961 e 1963, que levaram à desapropriação dessa fazenda em janeiro de 1964, ainda no governo João Goulart. Em trabalho anterior, pude apontar a relação entre essas duas ocupações com outra, realizada na mesma área em 1979 e 1980¹⁰, indicando a constituição de um enquadramento de ação coletiva e uma cultura política de resistência que fundamentou na memória daqueles camponeses o desejo de tornar a terra livre de grileiros e viabilizar sua reprodução em terras que reivindicavam como suas (Brito, 2021). Conforme indicado no Mapa 1, podemos ver que o Núcleo Colonial de Papucaia e a fazenda São José da Boa Morte eram limítrofes, e essa proximidade resultou na valorização das terras próximas ao Núcleo. A fim de se beneficiar dessa valorização, proprietários de áreas do entorno, sobretudo os donos da São José, empreenderam práticas de despejo e de grilagem de terras públicas, principalmente na região localmente conhecida como Duzentos Alqueires.

Mapa 1. Localidades do município de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Brito (2018: 64).

10 A ocupação de 1979 e 1980 foi organizada por um grupo de camponeses articulados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) local e que fazia oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu. O contexto era de intensificação das expulsões, piora nas condições de reprodução social entre trabalhadores, pequenos produtores e parceiros do PIC Papucaia e denúncias de grilagem, devendo-se apontar que, ao longo dos anos 1960, a desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte foi revertida. O trabalho de organização da ocupação e de articulação com diferentes entidades sindicais, pastorais e políticas conquistou uma nova desapropriação da fazenda em 1981, consolidando até hoje um importante assentamento de reforma agrária na região (Brito, 2018; 2021).

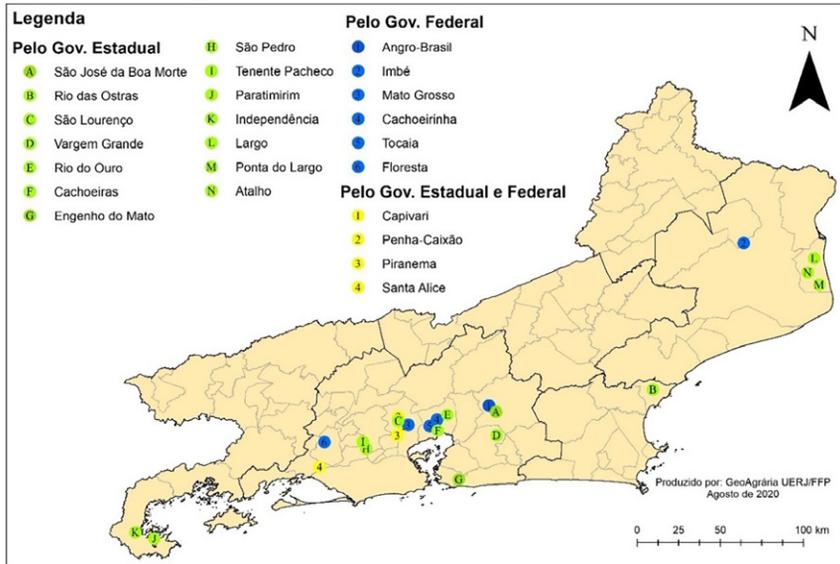
Esse caso permite entender que, como apontado por Medeiros (2014), a violência empreendida pelos mais diversos órgãos públicos da ditadura e por atores privados foi capaz de fragmentar, mas não de extinguir a resistência. De modo geral, as formas de resistência e organização dos camponeses de Cachoeiras de Macacu entre 1959 e 1964 mantiveram presentes as esperanças e os desejos de conquistar a terra, alimentados também pela política de colonização que abria a possibilidade, imaginária ou real, de se fixar e estabilizar na terra. É justamente, mas não apenas, contra as demandas de reforma agrária e participação política do campesinato, que começavam a incidir de forma pública e significativa no governo de João Goulart, que grupos tecnocratas militares (Dreifuss, 1981) dão o golpe de 1964 e empreendem uma ditadura de 21 anos.

A razia e o tempo do exército: I Batalhão da Reforma Agrária

É possível ver a repressão nos primeiros dias da ditadura na região. A fazenda São José estava desapropriada e era uma vitória do movimento camponês local, com forte participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e de camponeses ligados tanto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o apoio da prefeitura, à época gerida por Ubirajara Muniz (PTB), alinhado às diretrizes do governo Goulart. A intensidade das mobilizações camponesas no estado do Rio de Janeiro pode ser vista nos números e na espacialidade das desapropriações de terra (Mapa 2), que acompanharam as regiões de maior conflito, resistência e mobilização: foram 24 desapropriações iniciadas ou sinalizadas pelos governos estadual e/ou federal. Dessas, apenas 10 seriam inicialmente levadas à frente pela ditadura¹¹. A maioria das desapropriações foi integrada aos Núcleos Coloniais já existentes, sendo Papucaia um importante polo aglutinador, servindo como espaço privilegiado de controle. A ampliação da área destinada à colonização e ao deslocamento de populações de outras áreas para Papucaia caracterizaram a mudança do Núcleo em PIC, indicando a transformação da região em espaço privilegiado de controle populacional e da produção.

11 “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Dados básicos Sumulas dos Relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas e conclusões gerais e sugestões para projetos”. dez. 1964/mar. 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (AN/PAR), Caixa 72, Pasta 3.

Mapa 2. Desapropriações no Estado do Rio de Janeiro (1950-1960)



Fonte: Costa et al. (2020: 57). Observação: onde se lê “Angro-Brasil”, o correto é “Agrobrasil”.

Ainda nas primeiras horas do golpe, a cidade de Cachoeiras de Macacu foi cercada por militares que prenderam políticos, camponeses, ferroviários e suas lideranças (Brito, 2018). Nas áreas rurais, a intervenção foi imediata, com Papucaia sendo considerada “Zona Militar pelo Exército”¹² devido às acusações de treinamento de guerrilha associadas à ocupação. Com “a colaboração de policiais do estado e voluntários”, o Exército vasculhava diuturnamente “as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes (...) além de outros políticos considerados comunistas”¹³.

Após o golpe, a fazenda São José sofreu uma ocupação pelo Exército que durou alguns meses, atuando de forma a promover uma *razia*, conforme reportagem da época¹⁴. O termo sinaliza um processo de ocupação e retomada de território que se assemelha às formas de conquista e colonização realizadas por forças militares capazes de reestabelecer o controle político das áreas e populações envolvidas (Souza Lima, 1995). Conforme analisado por Elias (1993), o Estado se forma por meio de processos contínuos de monopolização do território, da violência legítima, da cobrança e uso dos tributos e formação de um corpo específico de funcionários.

12 “Aparecem as armas da conspiração”. *Jornal do Brasil*, 07 abr. 1964, p. 1.

13 “Exército interdita terras em Cachoeiras”. *Diário Carioca*, 14 abr. 1964, p. 9.

14 “Revelada a verdadeira missão da SUPRA: Agitar, financiando o PC”. *Diário do Paraná*, 09 abr. 1964, p. 2, 1º caderno.

Desse modo, a *razia* indica a percepção de uma região em disputa, sobre a qual o Exército e, de modo geral, o Estado deveriam incidir para expurgar a influência comunista que ameaçava a integridade nacional. Associado à indicação de uma Zona Militar em Papucaia que atuará mediante as Ações Cívico-Sociais, a repressão empreendida nos sindicatos e o expurgo de políticos considerados comunistas realizam um verdadeiro processo de conquista marcado pelas relações de tutela, vinculando essas populações ao Estado e ao Exército.

Retomar o controle da região foi tarefa primordial do Exército, a fim de recriar uma “Papucaia boa para reforma”¹⁵. Essa ação foi realizada com inúmeras prisões, relatos de torturas, expulsões de camponeses e suas famílias da região, além de retomada da política de colonização pela criação do Ibra em 1965, fundamentado no Estatuto da Terra. São José da Boa Morte passaria a integrar a área do Núcleo Colonial de Papucaia; juntamente a outros territórios desapropriados pelo Estado, comporia o PIC Papucaia, caracterizando um verdadeiro clima de *recuperação* do território¹⁶. Além das contínuas preocupações com a produção de alimentos, a área foi utilizada para alocar populações camponesas de outras regiões do estado, realizando e direcionando o deslocamento de populações, muitas das quais oriundas de outros núcleos coloniais e áreas de ocupação¹⁷.

Podemos classificar esse período de presença militar contínua como o *tempo do Exército*, momento que se mistura com a atuação do Ibra na região e que está presente em diversos relatos sobre o período, incluindo o de Sílvio¹⁸. Oriundo de Itaperuna, Sílvio se instalou em 1963 em Nova Ribeira, onde trabalhava a meia¹⁹ e cortava lenha. Pouco tempo depois, em 1964, Sílvio conseguiu um

15 “Papucaia boa para reforma”. *Jornal do Brasil*, 01 set. 1964, 1. cad., p. 3.

16 “Recupera-se o Núcleo Colonial de Papucaia: Fim às agitações”. *O Fluminense*, 23 ago. 1964, p. 21.

17 Foi o caso de camponeses que participaram da ocupação do Imbé, em Campos dos Goytacazes (RJ). Realizada em 1963 pela atuação junto a militantes do PCB, e tendo como atuação prévia a ocupação da fazenda do Largo em 1961, a ocupação pressionou e conquistou a desapropriação da área. As populações locais sofreram forte repressão após o golpe; a desapropriação foi desfeita em fins de 1966, sob alegação de ser uma área com fortes alagamentos. Em 1967, uma parte dessas famílias foi transferida para a região de Vecchi, desapropriada em 1966 e integrada ao PIC Papucaia. Sobre esse histórico, ver Neves (2018) e Brito (2022).

18 Devido ao caráter sensível das informações dadas na entrevista, optou-se por substituir o nome desse e de outros entrevistados.

19 A meia é uma relação de trabalho caracterizada por um acordo entre o dono de uma terra, seja ele o proprietário ou o dono de uma posse, e o meeiro, que poderá plantar e produzir desde que destine metade da produção ao dono. Trata-se de uma relação tradicional de trabalho e dominação, marcada pela desigualdade de poder e de acesso aos meios de produção, com baixa autonomia do meeiro. Em Cachoeiras de Macacu, o processo de valorização fundiária e grilagem resultou no rompimento brusco desse tipo de relação, por parte dos proprietários e grileiros, inviabilizando a reprodução social de inúmeros camponeses que, expulsos dessas áreas, ingressavam em outras relações precárias de trabalho e produção ou migravam para diferentes regiões rurais e urbanas.

lote em Ribeira, no Núcleo Colonial, possivelmente após a desapropriação da São José. A conquista do lote, contudo, também é marcada pela lembrança de que, pouco depois, o “Exército entrou, tirou todo mundo”. O *tempo do Exército* é lembrado e identificado por ele como o momento anterior ao INCRA e marcado pela violência: “o Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro riscava fósforo e queimavam, botava fogo”. Junto à destruição das casas, Sílvio também narrou episódios de queima de lenha, nos quais o Ibra teria incentivado os lavradores a cortar e separar a lenha, afirmando que ajudariam na venda da madeira e do carvão:

[Um] cara apanhou um terreno aqui, era um terreno, uma capoeirazinha, tinham derrubado e feito carvão. Mas aquelas toras grossas [...]. [Ele] passou, pegou o terreno, rachou aquelas madeira tudo, tudo metro, fez uma estância de lenha, cento e tantos metros de lenha, tudo rachadinho, muito bonito. E fez uma lavoura de abacaxi que fazia dó, muito bonito. Aí o Exército veio e botou fogo. Eu fiquei três dias no claro aqui. Três noites com fogo queimando. Eles fazia[m] covardia mesmo. Aqui no Topo da Braúna, era um escuro, mas gente boa, muito boa mesmo. Ele tinha uma moagem de cana, engenho de madeira, rodando com cavalo, fazia muita rapadura, muito melado. Nessa época existia o carvão também, né, (...) tinha que derrubar a mata, fazia o carvão, vendia o carvão e plantava no lugar. Era difícil aquele que não plantasse. Aí ele tinha comprado de um vizinho um hectare de terra. Tinha cortado a madeira toda pra depois fazer carvão. Era meio de vida. Exército chegou na casa dele, acho que pegaram, não sei se pegou ou não, rapadura, usou dele, fez tudo quanto foi de bom pra ele, “o senhor pode fazer sua rapadura, pode fazer seu melado, criar seu porco. O senhor faz o seguinte: o senhor junta a lenha todinha que nós manda o carro vir puxar e botar pro senhor aqui”. Aí ele foi pra lá, juntou aquela lenha toda, fez 20, 30, um monte de lenha... Sabe o que o Exército fez? Veio com carro de gasolina, 200 litros, jogando 20 litros num, 20 no outro, meteu fogo e queimou tudo. Em vez de levar pro cara, fez amontoar pra ele queimar. O cara desgostou tanto que foi embora, abandonou o sítio com tudo.²⁰

Para além das violências cometidas, a presença do Exército também esteve associada ao auxílio dado a centenas de famílias que ficaram desabrigadas e perderam suas produções devido às fortes chuvas que ocorreram entre 1964

20 Entrevista de Sílvio (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08 nov. 2014.

e 1965²¹. Por alguns meses, o Serviço de Engenharia do Exército trabalhou no local para retirar escombros, construir pontes, refazer estradas, prestar assistência e aplicar vacinas contra a malária, criando imagens positivas de auxílio e presença militarizada do Estado em momentos de dificuldade. Essa atuação dupla de repressão e assistência não se restringiu a esse momento e nem a essa região (Teló e Medeiros, 2018). Em abril de 1966, após a decretação do estado do Rio de Janeiro como área prioritária para reforma agrária²², de novas áreas de desapropriação a serem incluídas no PIC Papucaia²³ e após a devolução de parte expressiva da fazenda São José da Boa Morte aos antigos donos acusados de grilagem²⁴, foi criada a Comissão de Verificação e Regularização dos Núcleos Coloniais, prevista pelo Estatuto da Terra. Apesar desse nome, a Comissão ficou mais conhecida como Guarda Rural do Ibra²⁵, composta, sobretudo, por militares reformados, cuja função era controlar os imóveis rurais sob jurisdição do órgão, tendo entre as suas diretrizes de “ação saneadora” a autorização e legitimação de práticas de despejo²⁶. Em Cachoeiras de Macacu, essas ações ficaram associadas às figuras do Tenente Amaury e do General Saraiva, lembrados pelas violências cometidas (Brito, 2022).

A transformação do Núcleo em PIC implicava na transferência de lavradores de áreas desapropriadas que seriam descontinuadas. Segundo reportagens²⁷, cerca de 500 lavradores seriam levados para Papucaia e deveriam fazer cursos de Capacitação Empresarial para seguir à risca os planejamentos de produção e ocupação do solo do Ibra, lembrando o caráter formativo e pedagógico do Núcleo Colonial já sinalizado em 1952. Nos Núcleos de Duque de Caxias, São Bento, Capivari, Itaguaí e Macaé, além de Papucaia, como será apontado mais à frente,

21 Ver reportagens: “Enchentes destroem vilas e lavoura dando prejuízo de 250 milhões a E. do Rio”. *Jornal do Brasil* (RJ), 15 dez. 1964, p. 4, 1. cad.; “Água enfurecidas destruíram plantações e derrubaram casas em Papucaia: governo está atento”. *O Fluminense*, 07 jan. 1965, p. 1; “Balanço das enchentes com Ministro da Fazenda desde Ontem: Estado quer auxílio”. *O Fluminense*, 14 jan. 1965, p. 1.

22 Decreto n. 57.081, 15 out. 1965. Diário Oficial da União – Seção 1 – 22 out. 1965, p. 10827. Essa área foi estendida a parte dos estados de São Paulo e Minas Gerais pelos Decretos 58.716 e 58.717, ambos de 24 jun. 1966.

23 Decreto n. 58.161, 6 abr. 1966. Diário Oficial da União – Seção 1 – 13 abr. 1966, p. 3845. Instituiu a desapropriação das áreas de Vecchi, Quizanga, Conjunto Rural do Guapiaçu e as Glebas Sebastiana e Queiroz da Fazenda do Carmo, áreas que seriam incorporadas ao Núcleo Colonial de Papucaia.

24 Deliberação n. 68/65, 21 out. 1965. Ibra. Boletim de Serviço n. 24, ano 2, 25 jan. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 1, p. 383.

25 Deliberação n. 12, 14 abr. 1966. Ibra. Boletim de Serviço n. 32, ano 2, 01 jun. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 25.

26 Deliberação n. 11-A, 07 abr. 1966. Ibra. Boletim de Serviço n. 33, ano 2, 10 jun. 1966. AN/PAR, Caixa 346, Pasta 2, p. 42.

27 IBRA convoca primeiros lavradores que vão morar no Núcleo de Papucaia. *Jornal do Brasil*, 14 abr. 1966, 1. cad., p. 7.

seriam denunciados os deslocamentos, os despejos que reverberavam atuações de grileiros e de grandes proprietários agora praticadas pelo Estado, o controle sobre a produção, as contínuas verificações e a militarização do Ibra²⁸. O General Saraiva esteve presente em todos esses núcleos e era defendido pelo então presidente do Ibra, Paulo de Assis Ribeiro²⁹. Para Ribeiro, o trabalho “antipático” de regularização das “invasões” continuaria a ser feito pelos militares reformados, “mais disciplinados” e que “não têm medo de enfrentar antipatias”, sendo “os únicos que têm coragem de aplicar a lei serenamente, nunca violentamente”, realizando o trabalho necessário para a reforma agrária³⁰. O caráter “sereno”, contudo, não foi capaz de ocultar os inúmeros casos de queima e destruição de casas e plantações. Para Ribeiro, as “atitudes firmes por parte das autoridades competentes”, como o ato de desalojar “os ocupantes sem condições de se tornarem parceiros”, eram tomadas como etapa e elemento essencial da atuação do Ibra.³¹

A presença contínua do Exército e da Guarda Rural, as desapropriações de 1966, a atuação e a lembrança do General Saraiva e Tenente Amaury e o comando do Instituto por militares apontam uma militarização da questão agrária (Martins, 1984) bastante precoce no estado do Rio de Janeiro. Parece fazer parte da *razia* promovida pelas Forças Armadas a intervenção contínua na região, incidindo sobre as formas de organização, as instituições, os imaginários e os modos de produção das populações trabalhadoras. Conforme sinalizado por Martins (1984), a militarização indica a tentativa de despolitizar a questão agrária e as organizações de populações camponesas, reduzindo a reforma agrária à uma questão técnica. A intensidade desse controle e seus mecanismos diversos incentivava um trocadilho que, ao menos para Papucaia, parece apropriado: em vez de Instituto Brasileiro, o Ibra poderia ser identificado como I Batalhão da Reforma Agrária.

Em Papucaia, observa-se, como apontarei no próximo tópico, uma continuidade de práticas de resistência que caracterizam a teimosia daqueles que

28 Ver reportagens: “IBRA despeja lavrador expando seus filhos”. *Jornal do Brasil*, 30 nov. 1966, 1. cad., p. 11; “Lavradores ameaçam reagir à invasão do IBRA às suas casas”. *Jornal do Brasil*, 27 nov. 1966, 1. cad., p. 14; “IBRA ameaça agora lavradores de Capivari”. *Jornal do Brasil*, 02 dez. 1966, 1. cad., p. 11; “Landim defende mais de 100 no Est. do Rio”. *Jornal do Brasil*, 03 dez. 1966, 1. cad., p. 7.

29 Com formação em engenharia, Ribeiro foi um importante tecnocrata dos anos 1940/60, tendo participado ativamente das ações e formulações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Estatuto da Terra. Sobre sua atuação e importância para a política de colonização, ver Brito (2022).

30 “Presidente do IBRA diz que antipatia não o fará recuar”. *Jornal do Brasil*, 03 dez. 1966, 1. cad., p. 7.

31 “E.M. n. 35”. Documento assinado por Paulo de Assis Ribeiro e endereçado ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. Rio de Janeiro, GB, 20 ago. 1966. AN/PAR, Caixa 382, Pasta 1, pp. 66-69.

queriam se estabelecer naquelas terras, indicando uma cultura política de resistência centrada na luta pela libertação das terras das mãos dos grileiros e pelo estabelecimento de um projeto de reforma agrária na região (Brito, 2021). A teimosia desses camponeses pode ser vista em uma leitura à contrapelo do comentário do General Jaul Pires de Castro, diretor do Departamento de Recursos Fundiários do Ibra, durante uma reunião em maio de 1967. O momento era de denúncia contra as arbitrariedades da Guarda Rural; o general aponta ser “necessário que se procurasse, fora da área, outros parceiros, com maior nível intelectual e com capacidade empresarial”. O motivo provável era porque “os parceiros não querem ser cooperados”. A isso, o diretor do Departamento de Organização de Núcleos, Helcio Buck Silva, sugeriu que a Cooperativa fosse inicialmente gerida pela Administração do Projeto, a fim de conquistar a confiança dos parceiros³².

Dentro do próprio Ibra, havia outros meios de conquistar os parceiros, indicando que a política de colonização envolve não apenas o controle racional do território e dos usos e formas de apropriação da terra, mas também formas de conquistar as “mentes e corações” e integrar os parceiros aos projetos, como indicado pelas Ações Cívico-Sociais, além das formas de vigilância e repressão, presentes em Cachoeiras de Macacu (Teló, 2019). Essa integração abarca as ações de assistência e as relações de tutela estabelecidas, criando dependências pessoais com os agentes e as instituições do Estado, a fim de quebrar solidariedades horizontais internas ao grupo. A colonização é sempre, como apontou Bosi (1992), um processo de conquista e domínio de terras, gente e imaginários, sendo um elemento significativo do processo civilizatório, dado o empenho da política de colonização da ditadura em transformar lavradores e posseiros atrasados em classe média rural dotada de “espírito empresarial”, como expresso no Estatuto da Terra.

Antes de apontar as resistências possíveis empreendidas pelos lavradores, sinalizo para uma última atuação do Ibra na região o projeto do Condomínio Agropecuário de Marubaí, conhecido localmente como o “Condomínio dos 40”. Criado em 1968 e implementado em 1969 na Gleba Nova Ribeira, quarenta famílias foram escolhidas e assentadas nesse projeto, voltado para a agropecuária sob uma lógica cooperativista. O projeto foi pensado para implementar a “agricultura de grupo” (Arezzo, 1973), elaborada por um conjunto de técnicos atuantes do Ibra que buscavam, com os mecanismos legais disponíveis, viabilizar

32 “Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 387-389.

e realizar a reforma agrária com maior participação, organização e integração dos parceiros (Bruno, 2012). A realização desse projeto se deu em momento de crise do Ibra, que via sua verba diminuir a cada ano³³ e passava por uma intervenção interna³⁴, e já após o cancelamento total da desapropriação da São José da Boa Morte³⁵. Nesse momento, a agricultura de grupo buscou viabilizar um “condomínio horizontal”, com maior participação dos parceiros, a fim de diminuir as práticas paternalistas e individualizadas associadas ao instituto, propondo-se uma ação de caráter mais coletivo³⁶.

Apesar das intenções de incluir os parceiros na realização do projeto, o cotidiano da administração militarizada do Ibra evidenciou o que o ex-presidente do STR de Itaboraí indicou como “filosofia” do Estado para a questão agrária. Em Macacu, município com “tradição de luta pela terra”, o governo atuou com duas intenções: “a primeira era amortecer os ânimos de luta. A segunda era desarticular tudo”³⁷. Ao desarticular os camponeses, o Ibra, e depois o INCRA³⁸, atuavam regulando a produção e a vida comunitária dos parceiros. Marcelo, um dos 40 parceiros do Condomínio, lembra que a maioria foi escolhida “a laço”, sem preparação prévia e sem trabalhadores acostumado com a pecuária³⁹. Além disso, tanto Sílvio⁴⁰ quanto o então presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira⁴¹, lembram que esse foi um período de muitas

33 Julian Magalhães Chacel. “Impasse na Reforma Agrária brasileira”. *Correio da Manhã*, 29 ago. 1968, Caderno Econômico, p. 5.

34 “Relatório das Atividades da Interventoria no período de 23 de julho a 31 de dezembro de 1968”. Ibra. Boletim de Serviço, n. 206, ano 4, 31 dez. 1968. AN/PAR, Caixa 287, Pasta 4, pp. 1-120.

35 Ainda em 1965, iniciaram-se acordos entre os principais proprietários da região e o Estado para acordar e autorizar a exclusão de áreas desapropriadas da Fazenda São José da Boa Morte. Em 1967, o Decreto 60.807 excluiu outra parte significativa da desapropriação, reduzindo-a; em 1974, em acordo firmado entre o INCRA e o proprietário da Agrobrasil, mas sem participação do STR, excluiu-se da ação de reforma agrária o restante da Fazenda. Ver: INCRA. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4. Volume, p. 925. MEMO/SR(07)/J/n. 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

36 Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24 ago. 1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo NMSPP. MSPP/en.GP.mp3.dd.

37 Entrevista de Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano em 25 maio 1982. Acervo NMSPP. MSPP/en.LST.res.

38 Iniciado em 1969, pouco antes do Ibra ser desarticulado e se iniciar a atuação do INCRA, é comum que as memórias sobre o Condomínio dos 40 misturem o tempo de ambos os institutos. Sinalizo os dois aqui a fim de apontar semelhanças na atuação e interpretação da área.

39 Entrevista de Marcelo (nome fictício), realizada por Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Marubá, em 08 nov. 2014.

40 Entrevista de Sílvio (nome fictício), realizada Fabrício Teló e Ricardo Braga Brito em Nova Ribeira, em 08 nov. 2014.

41 Entrevista com João de Jesus Pereira realizada por Joaquim Soriano em 18 jun. 1982. Acervo NMSPP. MSPP/en.LST.trans.jjp.

expulsões e novo deslocamento de lavradores, tirando-os de Marubaí para levar a outras áreas.

O deslocamento forçado, bem como as lembranças do trabalho e da forma de uso da terra “sob a ordem deles, do INCRA”, como indicou João de Jesus, marcam a memória do Condomínio, que logo passaria a ser criticado. A efetiva autonomia dos parceiros sob suas roças e casas se tornaria uma demanda do STR, conquistada em 1977. O período, contudo, é atravessado por memórias distintas, sendo comum a lembrança do Ibra/INCRA tanto pelas violências cometidas quanto pela assistência promovida, como expressou Marcelo ao dizer que o INCRA “foi uma mãe pra gente”, dando casa, comida, ferramentas, transporte e área para trabalhar. Faltava, contudo, trabalho de conscientização e efetiva participação dos parceiros, como apontado por esses entrevistados e por Arezzo⁴².

Resistência teimosa e cotidiana contra a “peste amarela”

Em meio ao clima de repressão e controle, pode-se observar a rearticulação oculta da resistência (Scott, 1990). Com base em jornais e entrevistas, é possível ver indícios da articulação de camponeses com o padre Antônio Carvalho, organizador do Círculo Operário do município e declaradamente anticomunista, mas que, frente às violências promovidas pelo Ibra, realizou denúncias públicas, sendo inclusive preso e vigiado pelo regime militar (Teló e Medeiros, 2018). Apesar de nomear o padre Carvalho, e ser preciso apontar o padre Gerson da Conceição, responsável por tentar formar uma guerrilha rural na localidade, sendo por isso preso e torturado (Teló, 2019), indico a continuidade da cultura política de resistência que persistia nessas áreas. Os camponeses ainda demandavam a “terra livre”, como sinalizaram em suas ocupações de 1961 e 1963, e souberam criar relações com figuras públicas de maior resistência e envergadura contra um regime que havia prendido e torturado tantos dos seus.

A relação com o padre Antônio Carvalho é, portanto, significativa. Ele fora diretor do Plano de Ação Agrária⁴³ na gestão de Roberto Silveira (PTB), assessor da Federação dos Círculos Operários do estado do Rio de Janeiro e, após o golpe de 1964, fora um dos responsáveis pela nomeação da Junta Governativa

42 Dryden de Castro Arezzo, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24 ago. 1982 para a pesquisa *Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

43 Trata-se do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas (Decreto n. 6.682/59), que previa a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, criados pela aquisição, por compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou em áreas a serem previamente delimitadas, oferecendo assistência técnica, fornecimento de sementes e adubos e facilitação na aquisição de máquinas e implementos agrícolas (Medeiros, 2018: 65). Conforme expresso no próprio nome do Plano, o foco da ação se daria em terras públicas.

na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ). Em Macacu, Carvalho mantinha uma atuação expressiva junto aos camponeses, que se intensificou em 1966. Apesar das proximidades pessoais e ideológicas com o regime militar, padre Carvalho declarou que “em Papucaia na Fazenda do Núcleo Colonial, onde o IBRA tenta fazer Reforma Agrária, o clima é de verdadeiro terror”, denunciando queima de casas, ameaças de despejo e destruição de lavouras cometidas sob o comando do General Saraiva. Além das violências diretas, Carvalho denunciou as intenções de substituir os camponeses nascidos na região por “colonos mais capazes” e aponta que essas ações teriam como consequência a criação de “comunistas no campo”.⁴⁴

Carvalho estava em Nova Ribeira, entrevistando lavradores ameaçados e fazendo um levantamento dos despejos de 600 famílias de lavradores quando foi preso pela Guarda Rural, sob a acusação de que “liderava um movimento de subversão entre os camponeses que ocuparam terras do INDA (*sic*) e estão sendo expulsos pela autarquia”⁴⁵. Sua prisão seria apontada como absurda pelo presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Golbery do Couto e Silva (Teló e Medeiros, 2018). Carvalho lembrou de sua ação no Plano de Ação Agrária, que, segundo ele, fora capaz de “dificultar a infiltração dos comunistas nos meios agrícolas, àquela época conturbados”⁴⁶. Apesar dessa “virtude”, sua participação no Plano não era bem-vista pelos militares, que desconfiavam de sua presença em comícios camponeses e sua cooperação na fundação de sindicatos, considerando-o um “dos principais responsáveis pela agitação e invasão de fazendas na Baixada Fluminense, à época do Governo de João Goulart e um dos articuladores e financiadores do comício da central”⁴⁷.

Apesar dessas indicações, foram as denúncias de Carvalho entre 1966 e 1967 que o levaram a sofrer com maiores vigilâncias e acusações. Após ser solto da prisão, Carvalho continuou a denunciar a militarização do Ibra. Nesses mesmos anos, outras reportagens tornaram públicas as violações cometidas pela Guarda Rural. Nessas reportagens citadas anteriormente, podemos ver a reação de lavradores às invasões do Ibra, recusando-se a abandonar as terras onde já tinham se estabelecido. As denúncias públicas e o acionamento de defesas jurídicas parecem ter sido as principais formas de defesa e ação desses lavradores,

44 “IBRA faz reforma agrária no RJ impondo o terror”. *Tribuna da Imprensa*, 10 out. 1966, p. 7.

45 “Padre preso no E. do Rio por oficiais do Exército”. *Jornal do Brasil*, 21 dez. 1966, 1. cad., p. 11.

46 “Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores pelo IBRA”. *Jornal do Brasil*, 25 dez. 1966, 1. cad., p. 16.

47 “Dossiê sobre as atividades do Padre Antônio da Costa Carvalho”. SNI. Informação n. 52/116/ARJ/80. AN – Fundo SNI.

práticas de resistência e articulação que caracterizaram as ações do PCB nas associações de lavradores e sindicatos (Medeiros, 2014), presentes em Cachoeiras de Macacu desde, pelo menos, os anos 1950. Em Papucaia, além dessas medidas, os lavradores recorreram e criaram relações junto aos padres Carvalho e Gerson. A continuidade dessas formas de atuação dá indícios de formas de resistência cotidiana em um contexto de repressão às formas organizadas de ação.

A ausência de reportagens de novos conflitos não deixa de indicar o clima de vigilância e cotidiano militarizado. Após a entrega de títulos definitivos de posse e de novos contratos a serem firmados, a polícia vigiou e tentou impedir uma comemoração de 1º de maio em 1967 organizada pelos padres Carvalho e Gerson em Areia Branca, região onde Carvalho possuía um centro de formação de lideranças rurais⁴⁸. A polícia sinalizava para o perigo da festividade com lavradores “armados” de foices e enxadas. Carvalho dizia que os instrumentos seriam abençoados em uma Grande Festa de São José Trabalhador, com mais de mil lavradores de diversas localidades de Macacu. Em entrevista de Gerson para Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, há um relato da comemoração:

[Falei]: “Padre Carvalho, vamos fazer o 1º de maio? Em Papucaia eu não posso fazer, em Japuíba, não posso fazer. Você que é amigos dos homens, vamos fazer em Areia Branca?” E ele: “Topo”. Rapaz! Nós fizemos uma procissão de Papucaia – da Igreja de Papucaia – até Areia Branca. De ferramentas, com foice, enxada. (...) Quando nós chegamos em Areia Branca, a gente começou a encontrar um pessoal diferente, à paisana [infiltrados da comunidade de informações]. Só circulava. E a gente deu um viva a São José Operário [falando] “Levanta a foice!” E houve um companheiro que não aguentou, trepou num caixote e [gritou]: “A gente não tem vergonha de mostrar as nossas armas! Que as nossas armas são instrumentos do nosso trabalho! Pior são esses aí, que estão rondando a gente, que esconde a arma debaixo da camisa!” Provocação lascada. E eles não atacaram (Teló, 2019: 106; colchetes incluídos no original).

O elevado número de lavradores mobilizados em uma tradicional comemoração dos trabalhadores, muitos dos quais “não quer[iam] ser cooperados”⁴⁹ frente às práticas de repressão e despejo promovidas pelo Ibra, bem como a fala atribuída a um lavrador dão indícios da continuidade de uma resistência mais capilarizada e cotidiana que emergiu nesse momento. Após a comemoração, os

48 “Lavradores fluminenses comemoram 1º de Maio vigiados pela Polícia”. *Luta Democrática*, 03 maio 1967, p. 2.

49 “Ata da 132ª Reunião da Diretoria Plena do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, realizada no dia 12 de maio de 1967”. AN/PAR, Caixa 349, Pasta 2, pp. 387-389.

lavradores e moradores redigiram um documento, assinado por padre Carvalho, manifestando seu descontentamento e insatisfação com as violências, reivindicando a substituição do policiamento contínuo, da força, da coerção e dos administradores do Núcleo. O documento foi enviado ao jornal *Luta Democrática*:

Excelentíssimo senhor Marechal Artur da Costa e Silva. DD Presidente da República do Brasil.

Nós lavradores e moradores do Núcleo da Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu – RJ – reunidos no dia 1º de maio em Areia Branca, numa concentração de lavradores, a resolvemos vir à presença de Vossa Excelência, manifestar o nosso DESCONTENTAMENTO E INSATISFAÇÃO GERAL, pelo abandono em que nos encontramos, dada a falta de compreensão dos verdadeiros anseios e necessidades dos lavradores, por parte dos atuais administradores de núcleos e demais responsáveis por este setor, no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, principalmente pela assistência e a orientação técnica, quer social, quer econômica.

Muito nos entusiasmos o pronunciamento de Vossa Excelência, na comemoração do dia 1º de maio, demonstrando, claramente, a perspectiva humana que imprimirá em vosso governo na preocupação de vir ao nosso encontro das classes assalariadas e menos favorecidas, propiciando, meios para o verdadeiro respeito à dignidade do homem e à procura da verdadeira humanização do povo brasileiro.

Os lavradores dos núcleos estatais (sic) e os demais companheiros de todo o País muito esperam de vosso governo, neste setor de grande importância da nossa economia.

Por esses motivos, senhor Presidente, é que tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência, reivindicar modificações necessárias, em relação: - aos critérios estabelecidos pelo IBRA, para que a obtenção dos títulos definitivos dos lotes, por considerarmos totalmente inadequados à realidade que vivemos; - ao favorecimento do diálogo em situações que dizem respeito a nós e à nossa família, substituindo o policiamento, a força e a coação, por um trabalho técnico-educativo e principalmente humano.

As mudanças que se processarem após o julgamento de Vossa Excelência, temos certeza, trará melhores condições às nossas famílias, criando em nosso meio, que no momento é inexistente dada a força desagradadora⁵⁰ dos atuais administradores de nossos núcleos.

50 Possivelmente “desagradadora”, ou mesmo um neologismo derivado de “desagrado”.

DEUS GUARDE VOSSA EXCELÊNCIA.

(a) padre Antônio da Costa Carvalho, presidente do Círculo Operário Cristão de Papucaia.

(“Padre e lavradores denunciam violências do IBRA em Papucaia”. *Luta Democrática*, 07 jun. 1967, p. 5).

A Carta mobiliza termos e elementos do discurso de Costa e Silva (1983), em que o então presidente ressaltava a necessidade de dar assistência, de garantir bem-estar social, unificação do capital e trabalho e alívio da pobreza aos trabalhadores. Pouco tempo depois, Carvalho enviou ao Ministério da Agricultura um relatório com denúncias às ações violentas e arbitrárias da Guarda Rural, identificando-a como “peste amarela da reforma agrária”⁵¹. A identificação era ao mesmo tempo irônica e crítica, indicando nos uniformes cáqui a realização de uma contrarreforma, além de lembrar o histórico de mortes de febre amarela e malária vividos na região (Brito, 2018), podendo ser sinalizada como uma forma de resistência cotidiana que socializava nos espaços possíveis dos discursos ocultos um conjunto de críticas e valores compartilhados (Scott, 1990). Carvalho denunciava as experiências de reforma agrária que transformavam os lavradores em “cobaiais” e os levavam ao “desespero-pânico”, podendo resultar no desaparecimento do campesinato.

A assinatura de Carvalho não deve, contudo, ocultar a presença da tradição de luta e organização de lavradores em Macacu. Em trabalho anterior (Brito, 2021), aponte para uma possível forma de resistência cotidiana desses camponeses que, em meio às violações e repressão que impediam sua atuação e organização públicas, utilizavam-se de figuras e instituições de maior prestígio para vocalizar suas demandas e insatisfações. Não se trata de camponeses manipulados por lideranças subversivas, ótica presente na visão dos militares e tecnocratas do regime⁵². Nesse caso, um padre declaradamente anticomunista foi preso e vigiado pelos militares que havia apoiado, e a própria frustração de Carvalho com o governo militar deve ser vista junto das possíveis ações de lavradores, que, em seus momentos coletivos, como as missas, as festas e os eventos cotidianos, encontravam espaço para socializar as indignações e construir uma narrativa de injustiça que demarcava as causas do sofrimento e das humilhações vividas nos despejos e violências cometidas pelo Estado. Entre os

51 “Padre faz relatório para mostrar ‘peste amarela da reforma agrária’ do IBRA”. *Jornal do Brasil*, 16 jun. 1967, 1. cad., p. 16.

52 Essa narrativa pode ser encontrada no Inquérito Policial Militar do Processo 7.477/69 que investigou e acusou os responsáveis pela ocupação da São José da Boa Morte de 1963. Ver Brito (2018).

espaços de discurso oculto possível (Scott, 1990), a religião e a Igreja Católica assumem um papel fundamental no município, podendo-se contar ao menos três padres que, por diferentes caminhos e inclinações ideológicas, envolveram-se com os lavradores, suas organizações e reivindicações: o padre Carvalho, via atuação nos Círculos Operários e presença no município (Teló e Medeiros, 2018); o padre Gerson e a tentativa de organização de um grupo de luta armada em Nova Ribeira (Teló, 2019); e o padre Joaquim via Comissão Pastoral da Terra e sua participação na oposição sindical e na ocupação da São José da Boa Morte de 1979 e 1980 (Brito, 2021).

Apesar das poucas informações e relatos sobre o período, a presença de inúmeros lavradores que participaram dessas mobilizações e formas de ação coletiva não pode ser ignorada, devendo-se levar em consideração a *teimosia* característica desses atores que decidiram, por tantas vezes, ocupar e demandar a efetivação da reforma agrária capaz de viabilizar sua reprodução social e material nessa área. O caráter *teimoso* dessa resistência indica sua presença e persistência em momentos de repressão, desmobilização e controle das formas possíveis de organização dos trabalhadores, permitindo a análise dos indícios das práticas e representações dos trabalhadores rurais que mantiveram vivo o desejo de tornar a terra livre dos grileiros e se fixarem nelas.

Considerações finais

Apesar das denúncias terem sido capazes de afastar o General Saraiva, a resposta estatal nos anos seguintes foi trágica. Devido à tentativa de formação de um núcleo de guerrilha rural, a presença do Exército na região se acentuou e se tornou mais repressiva, podendo-se destacar não só a prisão e tortura de Gerson, como o assassinato de Sebastião Gomes dos Santos, lavrador envolvido nessa tentativa, em 1969⁵³, e a perseguição de lavradores pelo regime militar (Teló, 2019). Nesse momento, o Exército realizou em Macacu duas operações de treinamento antiguerrilha, mobilizando efetivos e voluntários na região, além de demonstrar publicamente a capacidade militar. Também data desse mesmo período a formação do Condomínio dos 40, indicando mais uma vez

53 Não é possível avançar nesse caso. Contudo, no final dos anos 1960, o padre Gerson da Conceição, então pároco de Santana de Japuiba, distrito de Cachoeiras de Macacu, tentou dar início à formação de um grupo de guerrilha rural após seu contato com lavradores de Papucaia, sobretudo de Nova Ribeira. A iniciativa foi descoberta pelo SNI e Exército, que promoveram o assassinato de Sebastião e a perseguição e prisão de Gerson e outros lavradores entre 1969 e 1971. O caso foi trabalhado por Teló (2019), e o nome de Sebastião Gomes dos Santos foi incluído na lista de mortos e desaparecidos políticos identificados pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014: 306-310).

a complementariedade das ações repressiva e assistencial nas formas estatais de intervenção.

Após a formação do INCRA, a área prioritária de reforma agrária do Rio de Janeiro recebe menos importância e menos esforços na atuação do Estado, que realiza, como apontado por Silva (1971: 258), uma nova “guinada colonial” orientada para a ocupação e a integração econômica e social da Amazônia Legal. A ação compartilha alguns dos sentidos da política de colonização apresentados aqui desde o Rio de Janeiro: trata-se de ocupar e fixar populações, controlando seus fluxos migratórios e suas formas de organização e produção, em espaços de preocupação estratégica para a segurança nacional. Além disso, a colonização atua de modo a constituir um campesinato fundado e vinculado na pequena produção familiar, desmobilizando e desfazendo outras formas de uso e posse da terra e de relações de trabalho. Por fim, a política de colonização se volta para a expansão e a integração dos mercados de terra, trabalho, produção e consumo. Há diferenças significativas entre a política de colonização do Rio de Janeiro e da Amazônia Legal. Porém, são relevantes as semelhanças que indicam uma lógica própria da intervenção do Estado sobre territórios e populações potencialmente insubmissas que devem ser controladas e orientadas de modo racional e planejado.

O PIC Papucaia apresentou um formato de controle contínuo sobre uma população que, após o expurgo dos inimigos internos e da ameaça comunista, deveria ser transformada em classe média rural, dotada de espírito empresarial e capacidade de produção com técnicas modernas. Para isso, foram criadas as cooperativas e as assistências técnica, creditícia, sanitária e educacional. Previa-se, portanto, a formatação prévia das formas de organização e atuação dos parceiros, indicando o caráter autocrático do Estado em suas formas de intervenção (Brito, 2022). Contudo, o resultado geral da colonização em Cachoeiras de Macacu até 1979 foi um processo acentuado de titulação das terras, especulação imobiliária, abandono do Estado da região e avanço da grilagem e da expropriação de terras por parte de grandes proprietários.

Em Macacu, os anos 1980 já sinalizavam uma nova dinâmica produtiva que não deixa de apresentar continuidades com as décadas anteriores: vivendo lado a lado, estão pequenos proprietários familiares do Assentamento São José da Boa Morte, conquistado em 1981, produzindo alimentos diversos para os mercados locais, e o avanço de projetos imobiliários para construção de casas de veraneio, chácaras de turismo e criações de cavalos de raça e de gado, projetos que tendem a cercar importantes porções de áreas rurais, levando à inviabilização da produção e permanência na terra de grupos camponeses. Essa disputa entre áreas de pequena produção e grandes propriedades, formadas por inúmeros

processos de expropriação, representa não só o passado que motivou as ocupações dos anos 1960-80, como também a atual dinâmica de valorização fundiária vivida pelo município nas primeiras décadas do Século XXI (INCRA, 2017).

A reprodução dessas situações de conflito encontrou uma população que não parou de se mobilizar e demandar a reforma agrária, exigindo a fixação no território demandado, a participação das organizações de trabalhadores em todos os processos de realização da política e a realização de projetos e assistências que viabilizassem a continuidade no campo (Brito, 2021). Apesar das exigências dos movimentos camponeses pela realização da reforma agrária ampla, imediata, massiva e popular, viu-se a continuidade de atuações pontuais e muitas com deslocamentos das populações, elementos característicos da colonização e que reproduzem a sua lógica. Desse modo, não foi dada uma resolução aos problemas estruturais de uso e posse da terra que caracterizam a estrutura desigual de acesso à terra no Brasil, fonte de desigualdades de poder, econômicas e sociais (Medeiros, 2014).

A política de colonização, conforme apontado com base no caso estudado, reproduz as situações que a tornam “necessária”. As contradições geradas pelas formas de expropriação e monopólio da terra e da exploração do trabalho não são resolvidas efetivamente pela colonização, que frequentemente atua como uma contrarreforma agrária (Ianni, 1979). Contudo, por ser parte da experiência formativa do campesinato brasileiro, a política de colonização tem peso na conformação de expectativas e frustrações que podem ser mobilizadas por camponeses em suas ações e formas de organização. No centro das reivindicações de trabalhadores rurais em Macacu, nos anos 1960 e 1980, havia o desejo de ter as terras destinadas a eles, efetivamente prometidas ou imaginadas. O desejo por essas terras foi transformado em demanda e em elemento de identidade coletiva que mobilizou ocupações, passeatas e mobilizações diversas. Desse modo, busquei apontar, para além do caráter de uma *contrarreforma*, o que foi feito e como se fizeram os atores sociais que participaram da política de colonização.

Referências

- AREZZO, Dryden Castro de. Agricultura de grupos: um modelo para criação de novos empregos e incorporação de tecnologia. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Brasília, ano 3, n. 2-4, mar./abr. 1973.
- BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFRRJ, 2018.

- BRITO, Ricardo Braga. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jun.-set. 2021, pp. 332-354.
- BRITO, Ricardo Braga. Controle da terra e das populações: a política de colonização da ditadura empresarial-militar. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, UFRJ, 2022.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório, vol. III: Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília, CNV, 2014.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- BRUNO, Regina. Guardiões da Reforma Agrária: servidores públicos e técnicos em defesa de uma Reforma Agrária durante a Ditadura Militar no Brasil. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, 2. sem., 2012, pp. 71-97.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira; LATINI, Juliana Lopes; COELHO, Thais Danton; PEDREIRA, Bernadete da C. C. Gomes; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso e PRADO, Rachel Bardy. *Histórico do Processo de Ocupação das Bacias Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu*. Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Ana Maria Almeida da; RIBEIRO, Ana Maria Motta; NEVES, Delma Pessanha; TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ALENTEJANO, Paulo e BRITO, Ricardo Braga. *Projeto de Extensão Memórias da Luta pela Terra no Rio de Janeiro. Edição Campos dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, [s. n.], 2020.
- COSTA E SILVA, Artur. Ordem social mais justa e de respeito aos direitos do homem. In: COSTA E SILVA, Artur. *Pronunciamentos do presidente: discursos, mensagens e entrevistas*. Tomo I. Brasília, Presidência da República, 1983.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. v. 2. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba, Kottter Editorial; São Paulo, Editora Contracorrente, 2020.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo, Editora da USP, 2013.
- GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado, Antropologia, UFRJ, 1987.

- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1979.
- INCRA. Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro – SR(07). Divisão de Obtenção de Terras. *Relatório de Análise de Mercados de Terras na Zona Homogênea Metropolitana*. Rio de Janeiro, 2017.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. v. 9. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil – Terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel Orlando Bevilacqua e NEVES, Delma Pessanha (orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria, Editora da UFSM, 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. Possesores e comunistas: reparações diferenciais de direitos humanos. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonização em Novas Terras: a Continuidade de uma Forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. *Reforma Agrária: Dossiê Estatuto da Terra: 30 anos, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Brasília, v. 25, n. 1, jan.-abr. 1995.
- SCOTT, James. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven/London, Yale University Press, 1990.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande, v. 21, n. 1, jan.-jun. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, mar./maio 2002, pp. 117-149.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

TELÓ, Fabrício. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, UFRRJ, 2019.

TELÓ, Fabrício e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In: SALES, Jean Rodrigues; MORAES, Luís Edmundo de Souza; BRETAS, Marcos Luiz e SÓTENOS, Abner Francisco (orgs.). *O testemunho como janela: movimentos sociais e repressão durante a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2018.

Recebido em: 30/06/2022

Aprovado em: 06/09/2023

Como citar este artigo:

BRITO, Ricardo Braga. Após a ocupação, a razia: implantação e resistência no Projeto Integrado de Colonização Papucaia/RJ (1964-1970). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 883-910.



Redescobrimo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “O Sul é o meu país”¹

Gabriel Pancera Aver²

Resumo Indicando o movimento separatista “O Sul é o Meu País” (OSMP) como estudo de caso, o presente artigo indaga: como os elementos históricos e culturais presentes no discurso oficial do OSMP são mobilizados no sentido de legitimar a identidade étnica sulista pleiteada pelo movimento? Para tanto, realizou-se uma análise documental e discursiva que, ao operacionalizar os conceitos de identidade e cultura, identificou o caráter relacional, simbólico, temporal e material da identidade sulista, discernindo as formas como antepassados e antecedentes históricos são ressignificados, visando construir uma verdade histórica que valide a noção do ser. De mesmo modo, analisou-se a construção discursiva do sentimento de bairrismo postulado pelo movimento, bem como a construção da noção de superioridade cultural dos sulistas, o que se reverbera em uma dimensão material de exclusão física dos “não sulistas”.

Palavras-chave: Identidade; Cultura; Separatismo; Sulista; O Sul é o Meu País.

1 A presente pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo N° 88882.448388/2019-01.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC/UEL) – Londrina – Brasil – gabriel.pancera@uel.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0951-5292> – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8738089908848640>.

Rediscovering the past and negotiating the identity: considerations about the *sulista* identity claimed by the separatist movement “O Sul é o meu país”

Abstract *Assuming the separatist movement “O Sul é o Meu País” (OSMP) as a case study, this paper inquires: how are the historical and cultural elements present in the official OSMP discourse mobilized in order to legitimize the sulista ethnic identity claimed by the movement? For that purpose, a documentary and discursive analysis was carried out which, operationalizing the concepts of identity and culture, identified the relational, symbolic, temporal and material character of the sulista identity, identifying the ways in which ancestors and historical antecedents are re-signified, aiming to build a historical truth that validates the notion of being. Likewise, the paper analyses the discursive construction of the feeling of parochialism postulated by the Movement, as well as the construction of the notion of cultural superiority of the sulistas, which reverberates in a material dimension of physical exclusion of those postulated as “non-sulistas”.*

Keywords: *Identity; Culture; Separatism; Sulista; O Sul é o Meu País.*

Redescubriendo el pasado y negociando la identidad: consideraciones sobre la identidad sulista reivindicada por el movimiento separatista “O Sul é o meu país”

Resumen Tomando como caso de estudio el movimiento separatista “O Sul é o Meu País” (OSMP), este artículo indaga: ¿Cómo se movilizan los elementos históricos y culturales presentes en el discurso oficial del OSMP para legitimar la identidad étnica sulista reivindicada por el movimiento? Para ello, se realizó un análisis documental y discursivo que, al operacionalizar los conceptos de identidad y cultura, identificó el carácter relacional, simbólico, temporal y material de la identidad sulista, identificando las formas en que los ancestros y antecedentes históricos son simbólicamente rescatados y resignificados con el objetivo de construir una verdad histórica que valide la noción de ser. Además, se analizó la construcción discursiva del sentimiento de provincianismo postulado por el Movimiento, así como la construcción de la noción de superioridad cultural, lo que repercute en una dimensión material de exclusión física de los “no sulistas”.

Palabras-clave: *Identidad; Cultura; Separatismo; Sulista; O Sul é o Meu País*

1. Introdução: caracterização e problematização do objeto

O reemergir de organizações separatistas no Sul do Brasil, ao longo da década de 1990, suscitou a produção de múltiplas pesquisas que objetivaram analisar, em sua maioria, como o movimento “O Sul é o Meu País” (OSMP), em seu discurso oficial, sustenta a pauta separatista sulista.

Ainda que a fundação de um novo país no Sul do Brasil não tenha sido uma proposta exclusiva do OSMP, há uma tendência na literatura sobre a temática em adotar o movimento como caso de análise. Isso se deve ao fato de que as demais organizações separatistas, como o Partido da República Farroupilha e o movimento Pampa Livre, tiveram um período de atividade restrito³, no caso da proposta de fundação do Partido, ou uma capacidade de organização reduzida⁴, no caso do Pampa Livre. Desse modo, o Sul é o Meu País, ao longo das últimas três décadas, consolidou-se como o movimento separatista com o maior número de adeptos e com maior abrangência regional.

Analisando categorias específicas do discurso do OSMP, tais como a atribuição de um caráter secessionista a eventos históricos (Melo, 2019; Lima, 2017), a vinculação entre geografia física e elementos culturais na construção do caráter singular do território e do povo sulista (Schultz e Silva Junior, 2019), os elementos de insatisfação política e fiscal que fundamentam a causa separatista (De Paula, 2001; Ogliari, 2019; Tormena, 2018) e a vinculação entre os conceitos de separatismo e etnicidade (Luvizotto, 2003), a literatura existente sobre o movimento possibilita a compreensão sobre como múltiplas categorias do discurso separatista são construídas e mobilizadas no sentido de sustentar a causa separatista sulista. Visando colaborar com essa literatura, o presente artigo busca responder como os elementos históricos e culturais, mobilizados no interior do discurso oficial do OSMP, são mobilizados no sentido de legitimar a identidade étnica pleiteada pelo separatismo sulista.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental que catalogou 91 artigos de opinião publicados no site oficial do movimento entre 2015 e 2020. Por

3 O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) negou o pedido de registro do Partido da República Farroupilha, alegando que a proposta partidária ofendia abertamente a Constituição Federal, violando o princípio da soberania e integridade nacional. A negativa encerrou a mobilização pela fundação do partido. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5332635/apelacao-civel-ac-590082970-rs-tjrs>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

4 O fundador do Pampa Livre, Irton Marx, pautava uma separação focada, fundamentalmente, no estado do Rio Grande do Sul, fator que gerou obstáculos para a construção de pontes de diálogo com os movimentos no Paraná e em Santa Catarina, o que prejudicou a capacidade do Pampa Livre de se consolidar enquanto organização separatista.

consequente, implementou-se uma análise do discurso (AD), utilizando como eixo orientador os aportes metodológicos de Fairclough (2001). Foram identificadas cinco dimensões simbólicas do discurso oficial do movimento que interoperam no sentido de sustentar a pauta separatista sulista (Aver, 2021). O objetivo do presente artigo é sistematizar e analisar duas das dimensões mencionadas: a dimensão histórica e cultural. Juntas, elas são compostas por 29 dos 91 documentos catalogados, a fim de identificar como os elementos discursivos históricos e culturais são mobilizados no sentido de atribuir significado e legitimar a identidade “sulista”, pleiteada pelo movimento.

Nesse sentido, a análise correlacionada de duas categorias discursivas mobilizadas no interior do discurso do movimento busca contribuir para o campo de estudos do separatismo sulista com uma análise multidimensional, que considera e compreende as vinculações existentes entre as diversas categorias discursivas na articulação da legitimação da pauta separatista. Além disso, a pesquisa se insere em uma discussão mais ampla, conectada com a realidade brasileira atual, na medida em que busca compreender como questões identitárias são simbolicamente arranjadas no interior de discursos que pautam o separatismo como recurso político para uma suposta superação de descontentamentos sociais, políticos e econômicos, assim como identifica como os arranjos simbólicos se reverberam em um sentido material da identidade, seja por meio de desvantagens na posição social daqueles vistos como “não desejáveis”, ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico dos “estrangeiros”. Desse modo, o artigo busca colaborar para a compreensão de dinâmicas e desigualdades que, em última instância, perpassam os debates sobre a formação de uma identidade nacional.

2. Elementos teóricos da análise

A identidade “sulista” pleiteada pelo OSMP se distingue, na sua própria nomenclatura e, de mesmo modo, no significado a ela atribuído, de outras designações ao território e ao povo que habita a região meridional do Brasil. Os “brasis sulinos” de Darcy Ribeiro, por exemplo, não se consolidaram como “centros de lealdade étnica extranacionais”; portanto, integraram-se com “ritmos e modos diferenciados” à comunidade nacional brasileira (Ribeiro, 1995: 183). O sulista, por sua vez, opõe-se, de forma inerente, à Brasília, sendo ela a representação simbólica do pacto federativo do Brasil. Assim, o sulista, enquanto designação étnica, só existe em oposição à Brasília e é, em sua essência, separatista (Aver, 2021).

Portanto, assume-se que a identidade “sulista” pleiteada pelo OSMP é uma identidade singular, negociada e construída no interior de representações e significados constantemente negociados, ressignificados e redefinidos. Para tanto, pressupõe-se que os seres sociais são seres interpretativos e que, com base no seu meio, atribuem sentido às suas práticas e ações sociais. Esses significados estão objetivamente presentes no mundo e, concomitantemente, são subjetivamente validados (Hall, 1997). Nesse sentido, ao mobilizarmos o conceito de identidade, referimo-nos ao que Hall (1997: 26) denominou como “sedimentações através do tempo daquelas identificações ou posições que adotamos e procuramos ‘viver’, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, históricas e experiências únicas e particularmente nossas, como sujeitos individuais”.

Assim, compreende-se que a identidade emerge da relação de conceitos e definições objetivamente apresentados pelos “discursos da cultura”, assumindo aqui o conceito de cultura em seu sentido substantivo, isto é, como “práticas de significação” que ocupam um lugar “na estrutura real e na organização das atividades, instituições e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico” (Hall, 1997: 16). Em síntese, toda prática, relação e identificação social depende e tem relação com o significado a ela atribuído.

Ao discorrer sobre a relação objetiva e subjetiva da validação dos significados que conformam a identidade nacional, Hall (1997: 25) indaga: “o que é ‘ser inglês?’”. Para esboçar uma resposta, ele apresenta dois cenários contrastantes comumente atribuídos à identidade nacional inglesa. O primeiro, mais tradicional, é ligado à imagem da “troca de guardas do Palácio de Buckingham, o Lake District e ao parlamento inglês”, representando uma sociedade bem ordenada, tradicional e estável. O segundo, mais contemporâneo, pós-Thatcher, “com o triunfo da revolução industrial que construiu a prosperidade britânica”, representa um modo de vida competitivo e laborioso. A discussão elaborada pelo autor não repousa na afirmação de qual cenário representa, com maior ou menor precisão, a realidade do “ser inglês”. De modo distinto, busca refletir sobre os elementos históricos, políticos, sociais e culturais, por vezes opostos, conflitantes ou flutuantes, que são acionados e negociados para legitimar e atribuir significado à noção de “ser inglês” que se pretende validar em cada um dos cenários apresentados.

Em outro movimento para esboçar uma definição de como as identidades nacionais se formam e as suas vinculações com o sentido substancial do conceito de cultura, Woodward (2014) afirma que as representações e as atribuições de significado atuam de forma simbólica e relacional no sentido de classificar

o mundo e as suas relações. Para tanto, resgata-se um relato jornalístico de Ignatieff (1994), do período de guerra na antiga Iugoslávia, reproduzida a seguir:

São quatro horas da manhã. Estou no posto de comando da milícia sérvia local em uma casa de fazenda abandonada, a 250 metros da linha de frente croata... não na Bósnia, mas nas zonas de guerra da Croácia central. O mundo não está mais olhando, mas toda noite as milícias croatas e sérvias trocam tiros e, às vezes, pesados ataques de bazuca.

Esta é uma guerra de cidade pequena. Todo mundo conhece todo mundo: eles foram, todos, à escola juntos; antes da guerra, alguns deles trabalhavam na mesma oficina; namoravam as mesmas garotas. Toda noite, eles se comunicam pelo rádio “faixa do cidadão” e trocam insultos - tratando-se por seus respectivos nomes. Depois saem dali para tentar se matar uns aos outros.

Estou falando com soldados sérvios — reservistas cansados, de meia-idade, que preferiam estar em casa, na cama. Estou tentando compreender por que vizinhos começam a se matar uns aos outros. Digo, primeiramente, que não consigo distinguir entre sérvios e croatas. “O que faz vocês pensarem que são diferentes?”

O homem com quem estou falando pega um maço de cigarros do bolso de sua jaqueta cáqui. “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croata”.

“Mas eles são, ambos, cigarros, certo?”

“Vocês estrangeiros não entendem nada” - ele dá de ombros e começa a limpar a metralhadora Zastovo.

Mas a pergunta que eu fiz incomoda-o, de forma que, alguns minutos mais tarde, ele joga a arma no banco ao lado e diz: “Olha, a coisa é assim: aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixos dos Bálcãs” (Ignatieff, 1994: 1-2).

O recorte jornalístico recuperado por Woodward (2014) é oportuno para exemplificarmos e assinalarmos dois elementos centrais do conceito de identidade e da sua vinculação com o sentido substancial da cultura. Em primeiro lugar, destaca-se o caráter relacional da identidade: na “guerra de cidade pequena”, em que todos se conhecem, impera uma distinção identitária entre Sérvios e Croatas, que é articulada na relação de distinção entre ambas as identidades. Em outras palavras, “a identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é,

que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista” (Woodward, 2014: 8). A distinção, por sua vez, não depende de elementos objetivos para ser subjetivamente validada. Elementos simbólicos, como a diferença do cigarro fumado, são mobilizados como categorias pertinentes para a validação da diferença e, por conseguinte, da identidade.

A afirmação do caráter simbólico e relacional na definição das identidades não é uma particularidade dos estudos culturais, aqui apresentado por meio das formulações teóricas de Stuart Hall e Kathryn Woodward. Em outros termos e fundamentado em categorias analíticas distintas, Barth (1998) afirma que o sentimento de pertença a uma comunidade não é forjada no isolamento do referido grupo. Ao contrário, a comunicação e o contato entre distintas comunidades acentuam diferenças, sendo apropriadas pelos indivíduos para o estabelecimento de fronteiras étnicas. Dessa maneira, teorizar com base na etnicidade significa “examinar as modalidades segundas as quais uma visão de mundo étnica é tornada pertinente para os atores”, ou seja, é compreender os sentidos mobilizados para a consolidação do sentimento de formar um povo e, sendo assim, assume-se a pertença étnica como categoria pertinente para a ação social (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998: 17).

Em termos e recortes analíticos distintos, ambas as correntes de pensamento dialogam no sentido de pensar e afirmar um processo contínuo, relacional e simbólico de seleção de aspectos sociais, políticos, culturais e históricos mobilizados no sentido de atribuir significado e legitimar a identidade que se busca reconhecer. No que tange à dimensão histórica, Woodward (2014) traz uma colaboração relevante ao assinalar que as definições das identidades nacionais são historicamente localizadas em um ponto específico no tempo. Nesse âmbito, para legitimar a identidade, são reivindicados antecedentes históricos mobilizados no intuito de subsidiar a distinção e a posição da identidade. Assim, afirma a autora, há um processo de “redescoberta do passado” que é central na construção da identidade, no sentido de afirmar uma verdade histórica imutável que valide a noção do ser. Em outras palavras, a noção de “redescobrir o passado” faz referência ao contínuo processo de negociar, ressignificar e redefinir antecedentes e antepassados históricos como recurso de validação dos elementos relacionais e simbólicos de distinção que fundamentam a identidade nacional.

A forma como antepassados e antecedentes históricos são reivindicados também é volátil, variando com o tempo. Em outros termos, “a afirmação das identidades nacionais é historicamente específica” (Woodward, 2014: 11). As formas como se atribuem significados aos eventos e antepassados históricos

varia com o tempo e com a “posição-de-sujeito” que se pretende afirmar em determinado momento histórico.

Além da representação simbólica, relacional e temporal da diferença, a identidade também possui vinculações sociais e materiais. Desde o momento em que determinado grupo é marcado como não desejável, inimigo ou como tabu, a dimensão simbólica da diferença reverbera materialmente, seja por meio de desvantagens na posição social dos membros do grupo ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico do(s) diferente(s). No exemplo resgatado por Woodward (2014), o cigarro, enquanto elemento simbólico de diferenciação, marca distinções presentes também nas relações sociais entre Sérvios e Croatas. Assim, ainda que o simbólico e o material sejam processos diferentes, ambos dependem um do outro para a construção e manutenção das identidades, na medida em que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (Woodward, 2014: 14).

Desse modo, o presente artigo, ao indagar como os elementos históricos e culturais presentes no discurso oficial do OSMP são mobilizados no sentido de legitimar a identidade sulista, busca, em última instância, sistematizar e analisar os elementos relacionais, simbólicos, temporais e materiais constituintes da identidade sulista reivindicada pelo movimento separatista.

3. Entre heróis e anti-heróis, o “redescobrir do passado”

Esta seção tem como objetivo descrever, sistematizar e analisar como o OSMP resgata antecedentes e antepassados históricos no sentido de afirmar uma verdade histórica imutável que valide a identidade sulista. Em outras palavras, busca evidenciar como o movimento opera, por meio de seu discurso oficial, o processo contínuo de “redescobrir o passado”, negociando, redefinindo e ressignificando eventos e sujeitos históricos. Ao catalogar os 91 artigos de opinião publicados pelo movimento entre 2015 e 2020, 17 documentos foram classificados como pertinentes à categoria “discursos históricos” (Aver, 2021). Desses, 9 documentos remetem a outros territórios nacionais e internacionais que, segundo afirma o movimento, buscaram ou buscam pleitear autodeterminação. Esses documentos possuem um papel importante na correlação de variáveis discursivas mobilizadas pelo movimento, mas não serão considerados na análise aqui realizada, tendo em vista o recorte analítico proposto⁵. Assim, a presente

5 Para visualizar a análise dos 9 documentos citados, ver Aver (2021: 68-73).

seção lança mão da análise dos 8 documentos que versam, de fato, sobre antecedentes e antepassados históricos, no sentido de revisitá-los e ressignificá-los.

O conflito e a disputa territorial foram elementos marcantes da história de ocupação e colonização da Região Sul do Brasil, desde o período embrionário de ocupação, com a relação desigual entre bandeirantes, povos originários e jesuítas, passando pelas disputas territoriais entre as coroas ibéricas, seguindo até o “apogeu” da colonização do Sul do Brasil, entre o último quartil do Século XIX e o primeiro quartil do Século XX. Na perspectiva do OSMP, a bravura do povo sulista e a tradição de luta pela autodeterminação foi herdada pelo povo sulista desde as disputas nas missões do Guairá e nos Sete Povos das Missões, ainda nos Séculos XVI e XVII, e que se reverbera até os dias de hoje, com a “marcha pacífica e democrática” do movimento “O Sul é o Meu País”:

Nossa história de libertação do Sul vem de longe... Nascemos todos Guaranis e Ges... De muitos Povos e Nações... Vínhamos ao mundo Guainás, Ibraira-ras, Arachãs, Carijó, Tapes, Pampeanos, Kaiguangues, Xocklengs, Charruas, Caiuas, Minuanos, Mbyas, Xiripas, Xetas, Guenoas, Yaros, Mboanes e Chanás, entre outros tantos. Falávamos várias línguas e muitos dialetos... tínhamos nosso próprio modo de vida. Nossa casa era a imensidão do mar verde da floresta sulista. Nosso teto sempre foi as galhadas majestosas das araucárias. Éramos livres e não admitíamos que ninguém nos tolhesse o direito de andar e viver em plenitude em nossa própria terra (Sul Livre, 2018).

Certa vez, um grupo de homens *descontentes* com o Império ao qual pertenciam, deixaram suas esposas e crianças no lar e seguiram marcha contra um quinto de impostos que pagavam ao poder central e que iam aumentando diante de uma óbvia crise do sistema administrativo. A luta armada foi desigual; porém, o *sangue* não foi em vão, e muitas histórias ainda são contadas sobre *aqueles separatistas*. Passou o tempo, alguns lutando pela república brasileira, outros pelo Império do Brasil, enquanto aqui, ao Sul do até hoje Brasil, guerreiros ainda lutam pela emancipação política e administrativa dos três estados do sul. *Hoje sentimos o sangue dos nossos antepassados passar por nossos corações*, estamos em uma marcha pacífica e democrática. Pobre daqueles que acreditam nos homens e mulheres que administram o Brasil (...) somos sulistas de coração e alma (Sul Livre, 2017a, grifos meus).

Segundo o movimento, o direito do povo sulista de viver e andar em plenitude nas terras do Sul começou a ser tolhido com a chegada do homem europeu e,

como resultado, não restou outra alternativa ao povo do Sul do que lutar pelo direito a sua terra: “aos poucos foram [os europeus] tomando conta deste território, matando e expulsando os verdadeiros donos da terra... E por isto, como reação a esta usurpação, surge o *sentimento de autodeterminação sulista*” (Sul Livre, 2018, grifos meus). Nessa perspectiva, o primeiro grande movimento de defesa do território sulista foi a Confederação de Aldeais e Povos: “sob a liderança do Cacique Guairacá, primeiro herói sulista (...) combatemos heroicamete, de 1550 a 1601 os Espanhóis que pretendiam anexar este território” (Sul Livre, 2018).

A resistência contra a invasão estrangeira fez o povo sulista se organizar, primeiro com a formação da República del Guairá e, posteriormente, com os trinta povos das missões: “era o renascimento do sonho sulista através da construção de uma Confederação”. Muitos “compatriotas” e “irmãos” foram mortos em batalha, mas “através destas missões progredimos muito em todas as áreas do conhecimento humano. Honramos nossa terra ancestral construindo uma grande civilização” (Sul Livre, 2018). Assim, do Cacique Guairacá e de Sepé Tiarajú, o “segundo herói sulista”, os sulistas engajados herdaram a tradição de luta pela autodeterminação e a honra de defender a autonomia desse território:

Esqueceram que em nossa cultura as terras ancestrais são um bem inegociável e, portanto, não podem ter dono de além mar. Afinal os filhos da terra são os donos da terra. Em nossa fé e cultura, quando uma pessoa morre ela se transforma em terra. Portanto, em nosso território estão nossos antepassados e, por isso, essa terra é parte de nós (...) *E tantos séculos depois, cá estamos, lutando pela mesma causa, em defesa da nossa terra e da nossa gente.* Hoje organizamos em um movimento de libertação, usamos a mesma divisa de guerra de Guaycará e Sepé, mantendo vivo o grito: “Co Yvy Oguereco Yara” ... Esta terra tem dono, porque o Sul é o meu país. (Sul Livre, 2018, grifos meus).

Em outro documento, além da ancestralidade de luta dos povos originários, descritos como “heróis sulistas”, o movimento resgata a Guerra de Farrapos e a República de Juliana “em memória póstuma à bravura dos nossos heróis negros que deram a vida pela liberdade e independência do Sul”. Em desacordo com a Corte Imperial, “a república separatista Riograndense havia prometido liberdade aos negros que lutavam no exército farroupilho”, sendo este constituído por um grande número de “negros, índios, mestiços e brancos pobres” (Sul Livre, 2019).

Assim, lutando bravamente pela liberdade e independência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, “essa cultura valorosa” contribuiu para a diversidade cultural do Sul. “Nas fileiras dos lanceiros negros”, que possuíam “uma disciplina espartana”, o povo sulista aprendeu “a desprezar o perigo e combater pela

causa das grandes nações”, participando ativamente na construção de “uma república anti-escravocrata dentro do solo Imperial Português escravocrata” (Sul Livre, 2019).

A Guerra do Contestado é resgatada como outra demonstração histórica da bravura do povo sulista, por meio da qual um discurso de humilhação histórica se anuncia:

Na história existem provas da humilhação sofrida pelos sulistas. Um caso triste que devemos recordar para as futuras gerações é a guerra do Contestado (...) em cada cidade [envolvidas no Contestado] existe uma lágrima de quem teve seus familiares assassinados. Os nossos antepassados ou simples conterrâneos tiveram quinze quilômetros de cada lado do coração arrebatado, trilhos em nome do progresso e um exército em nome da ordem. Retiraram a nossa madeira, as nossas casas e a vida de milhares de camponeses, de comerciantes, de religiosos, de sulistas que queriam apenas o direito de receber algo em troca do “progresso da República” (...) Em nome da memória das milhares de vidas perdidas em nome da “ordem e progresso”, queremos liberdade (Sul Livre, 2016a).

Em memória dos antepassados sulistas, o OSMP mantém vivo o sentimento histórico de autodeterminação, gerado com Guairacá e Sepé e passado de geração em geração até os dias de hoje: “estamos cansados de distorcerem a história de nossos filhos. Queremos independência (...) queremos formar um novo país” (Sul Livre, 2016a). Historicamente, o povo sulista tem sido oprimido e humilhado por estrangeiros. Primeiro, vieram as coroas ibéricas, com os jesuítas e bandeirantes, contra as quais lutaram Sepé e Guairacá. Posteriormente, o Império e a República do Brasil foram as ameaças, contra as quais se rebelaram os lanceiros negros e os povos dos pampas, na Guerra de Farrapos, na proclamação da República de Juliana e no Contestado. Hoje, a figura de Brasília simboliza o inimigo, contra a qual se opõe, atualmente, o povo sulista.

Com base nos estudos semiológicos de Barthes, Melo (2019: 9-11) busca identificar como a apropriação das figuras de Guairacá e Sepé são utilizadas de forma recorrente no discurso separatista do OSMP assumindo um sentido de pertencimento e unicidade histórica do povo sulista. Assim, “os heróis sulistas” se constituem como uma “imagem que paira no imaginário social sulista”, à qual o movimento busca se equiparar, na medida em que se organiza e age “liderando o povo sulista contra *os outros*”⁶. O anacronismo da revisão histórica

6 “Diferentes desses outros, são eles sulistas, como se definem, não mais brasileiros” (Melo, 2019: 11).

realizada pelo movimento gera deformações: “os separatistas destituem a figura histórica de Guairacá de seu significado para agregar a ele o valor de herói, com o intuito de aproximar os três estados sulistas em um novo combate”. Essa destituição de significado consolida a ideia de que os outros, os não sulistas, têm sido historicamente uma ameaça aos estados do sul, constituindo-se “como um inimigo em comum (...) suscitando o imaginário de uma nova comunidade” (Melo, 2019: 11).

No documento sobre Guairacá e Sepé, bem como no dos lanceiros negros e da Guerra do Contestado, os discursos históricos são mobilizados no sentido de construir uma imagem heroica que fundamenta a unicidade histórica do povo sulista. Os povos originários, “heróis sulistas”, derramaram seu sangue pela defesa de seu “chão sagrado” (Sul Livre, 2018). Os negros lanceiros defenderam a República abolicionista do Rio Grande do Sul, lutando bravamente contra o Império Português. Hoje, o movimento OSMP luta contra as opressões e o julgo de Brasília. Nessa construção simbólica do herói, criam-se os inimigos que ameaçam a liberdade do povo sulista.

O “sangue derramado” aparece como categoria simbólica da bravura, da honra e da tradição de luta que historicamente une os povos da Região Sul que, de geração em geração, têm lutado pela autodeterminação e pela autonomia de seu território. São os heróis sulistas e, respectivamente, seus anti-heróis que unem esse povo em defesa “da nossa gente e da nossa terra” (Sul Livre, 2018).

A seleção dos elementos que caracterizam os heróis e anti-heróis são fundamentais para a legitimação da identidade sulista que é, inerentemente ao seu ser, separatista, na medida em que seus antepassados e antecedentes históricos são caracterizados, ao longo da História, como oprimidos que lutaram pela autodeterminação de seu povo. Nesse sentido, a hereditariedade do sentimento de autodeterminação, gerada pelo processo de “redescobrimento do passado”, permite constatar que a ancestralidade de luta é conformada em uma dinâmica de lutas simbólicas em torno da construção social do território e do povo do Sul. Assim, identifica-se que “há uma insistência do movimento o Sul é o Meu País na busca pelo passado para legitimar-se”, tendo em vista a forma como a historicidade do sentimento de autodeterminação está centrada na mobilização da memória como demanda e reivindicação identitária (Rech, 2016: 18).

Dessa maneira, aplicando as concepções teóricas de Hall (1997), a análise documental nos permite identificar as sedimentações que compõem, no decorrer do tempo, as identificações e posições que conformam a identidade, bem como a forma como estas são subjetivamente validadas, por meio da dimensão substancial da cultura. Além disto, os três elementos que Woodward

(2014) sistematiza para a compreensão da formação da identidade, quais sejam, a temporalidade, o caráter relacional e a dimensão simbólica, podem ser identificadas na análise. A temporalidade é identificada na definição do herói atual (o sulista que herdou a luta por autodeterminação) e, por conseguinte, seu anti-herói hodierno (figura simbólica de Brasília). No “redescobrir do passado”, outros foram heróis e anti-heróis, assim que as disputas em torno da identidade sulista têm um marco temporal relevante para validação da identidade sulista tal qual postulada pelo movimento atualmente. A dimensão relacional repousa justamente nos pares de oposição caracterizados na dicotomia entre heróis e anti-heróis (povos originários e europeus; Império e Farroupilhos; República/Brasília e Sulistas). Por fim, elementos simbólicos são amplamente mobilizados para a validação de atribuições afirmadas como inerentes ao ser sulista, como a bravura e a herança da luta por autodeterminação, expressas de forma contundente nas categorias de “sangue derramado” e na forma como o grito guarani (“Co Yvy Oguereco Yara”), de Sepé Tiaraju, é ressignificado pelo OSMP.

4. Negociando significados e marcando a identidade

Em relação ao *corpus* da pesquisa, os discursos étnicos ligados a manifestações culturais são majoritariamente identificados em 12 artigos de opinião. A análise desses documentos visa identificar o material cultural mobilizado e simbolicamente reafirmado pelo movimento como componente da identidade sulista. Essa categoria de discursos não subsiste sem a categoria de discursos históricos. O material cultural mobilizado pelo movimento depende diretamente da percepção de humilhação histórica, enunciado na lógica dualista entre heróis e anti-heróis, para assumir um sentido discursivo lógico: a luta por autodeterminação que forjou a unidade dos povos do Sul também forjou seus elementos culturais e sociais. Contudo, na categoria de discursos étnicos e culturais, há uma nova dimensão do conflito. Além da ameaça externa (anti-heróis), é possível identificar o conflito também no interior do território sulista.

O conflito interno remete à colonização europeia da Região: os eslavos (ucranianos e poloneses), os italianos e os alemães, “fugindo de perseguições e guerras na Europa, buscaram reassentamento no Sul para viver com dignidade. No entanto, seus países estavam em guerra, e trouxeram consigo a rivalidade via oceano”. A rivalidade entre os diversos grupos de imigrante, portanto, foi uma consequência “natural” de um processo histórico-político precedente ao ato de imigrar. Ao mesmo tempo em que imigrantes europeus se opunham uns aos

outros, “os diversos povos indígenas se opuseram contra os imigrantes, assim como havia rivalidade entre os próprios índios” (Sul Livre, 2016b).

O conflito, em suas duas dimensões – externa e interna –, aparece como uma característica intrínseca do povo sulista. Contudo, há um momento de inflexão no qual os conflitos internos são suprimidos pelas ameaças externas. O processo histórico de opressão dos povos sulistas “fez brotar o sentimento de pertencimento a terra... a terra das araucárias, do mate e do frio. A partir do bairrismo, os rivais tornaram-se conterrâneos” (Sul Livre, 2016b). O bairrismo, isto é, a defesa da terra devido à proteção exacerbada de suas alegadas virtudes, é o elemento histórico que permite à rivalidade interna ser substituída pelo sentimento de conterraneidade.

A supressão da rivalidade interna se deu, assim, por motivos de proteção contra ameaças externas. Para isso, o movimento resgata, por exemplo, a “campanha de nacionalização” da Era Vargas, ao arguir que o Brasil cometeu com os sulistas “uma tentativa de exterminar nossa diversificadíssima cultura, proibindo-nos de falar os idiomas dos nossos antepassados, impondo-nos apenas a língua portuguesa, a marra”. Objetivava-se, portanto, a realização de “um genocídio cultural”, a fim de exterminar “não apenas as línguas faladas, mas os seus significados” (Sul Livre, 2017b). Em defesa da diversidade cultural e étnica da região, a rivalidade interna deu lugar a um “caldeirão cultural”, o qual atribuiu ao Sul uma conformação cultural e social singular e predominantemente europeia:

Cada família paranaense tem por hábito em suas reuniões celebrar a cultura da qual descendem. Os descendentes de italianos reúnem-se para comer massa, os alemães fazem aqueles deliciosos cafés coloniais, os ucranianos e poloneses comem pierogie e assim por diante, celebrando traços da cultura trazida por nossos ancestrais e agregando traços das culturas que vão se reunindo à mesa através dos agregados. Cada nova família acaba agregando sua nova tradição (Sul Livre, 2020).

Nesse sentido, a diversidade cultural da região é destacada e reafirmada, majoritariamente, pela combinação de elementos “herdados” dos imigrantes europeus com elementos naturais e territoriais do Sul. O “caldeirão de culturas europeias” assume um sentido de identidade singular na medida em que é atrelado a elementos como a araucária, o frio e o pinhão (Sul Livre, 2020). A erva-mate também é resgatada como um elemento natural que assumiu um papel fundamental na construção da simbólica da identidade sulista:

7 A noção de caldeirão cultural foi utilizada por Berka em 2020 (Aver, 2021, anexo 1, documento 4).

Se a estética das araucárias remete à linguagem sentimental, e seu habitat frio identifica o Sul como tal, pode-se atribuir à erva-mate poesia aromática. Mais do que isto! O mate civilizou os viventes no cone Sul (...) é o mate a saudação de chegada, o símbolo da hospitalidade, o sinal da reconciliação (...) a erva-mate teve uma participação importante na fixação das colônias de neo-europeus, principalmente italianos, poloneses e ucranianos, oriundos da grande imigração estrangeira iniciada em fins do século passado [XIX], assegurando a sobrevivência de muitas delas [colônias] que de outro modo, dadas as reduzidas dimensões do mercado interno, teriam certamente fracassado. A ação construtiva no mate-amargo civilizou o arquétipo sulista (...) onde se estabelecesse o uso coletivo do mate, aí se modifica, para melhor, a sociedade (...) a erva libertária! Quando nós, sulistas, mateamos (...) estamos venerando não somente a beleza cênica do bioma das araucárias, mas também a tradição e preservar a tradição é dar um “tapa na cara” de Brasília! (Sul Livre, 2017c).

Reforçando os apontamentos de Schultz e Silva Júnior (2019), o exemplo da erva-mate, a “erva libertária”, permite identificar como a geografia física é mobilizada na construção social e simbólica do território, vinculando-se à construção identitária do povo. O mate amargo é tido como um elemento central no sucesso da consolidação e sobrevivência das colônias de imigrantes, no apaziguar das rivalidades internas entre os povos do Sul e é, por fim, mobilizado como categoria simbólica da fraternidade e da hospitalidade consolidada entre os conterrâneos sulistas. A ancestralidade do território assume um alto potencial de legitimidade da identidade, na medida em que é na geografia física que repousa a vinculação entre os fluxos migratórios de ocupação e colonização da Região Sul e a formação de uma identidade nova e singular: a sulista. O frio, a erva-mate, o pinhão, o quentão e os centros de tradições gaúchas (CTGs) atribuem ao “caldeirão cultural de origem europeia” um sentido identitário específico da região (Sul Livre, 2020). A herança cultural e a descendência das tradições dos imigrantes europeus se mantêm como propriedades relevantes de vinculação de origem. Contudo, a identidade étnica e cultural é nova, nomeadamente sulista.

Desse modo, segundo o discurso do OSMP, é possível identificar que a composição da identidade étnica sulista não se remete a um retorno a um substancialismo, a uma ancestralidade, mas sim à formação de outra “essência”, de outra “natureza”, que é a sulista, oriunda de um processo de caldeamento com os “melhores ingredientes”, tornando o sulista um híbrido cultural distinto dos não sulistas.

Os elementos simbólicos e materiais que compõem o material cultural mobilizado no discurso do movimento marca uma oposição a os outros, não suelistas. Segundo o movimento, a integração cultural do Brasil, país constituído “pelos arranjos culturais de seu espaço geográfico diversificado”, “não deveria estar alheia à propagação do que há de legítimo em matéria de produção cultural regional”. Contudo, seguindo caminho contrário à valorização das culturas regionais, a cultura brasileira sofre de uma “deformação cultural” oriunda da “aceitação espúria e imediata de produções de baixos padrões morais, principalmente difundida pelos centros nacionais de projeção política, considerados como polos de integração cultural” (Sul Livre, 2017d).

Quando uma sociedade inteira assiste passivamente, anos a fio, as contorções públicas de nádegas e pélvis ao som de música nacional vagabunda, além do predomínio esmagador de uma enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade, estará sendo instruída a tolerância cultural ou, simplesmente, as pessoas estarão sendo condicionadas ao hábito de fugir às tradições e costumes adquiridos durante uma longa gestação histórica de valores regionais em benefício das novidades que trazem pontuações de ibope nacional, mas com prejuízo da continua descaracterização das novas gerações, cuja herança encantada das diversidades culturais subnacionais será descartada para formar um país atolado na mediocridade? (Sul Livre, 2017d).

Com base nesse discurso, busca-se afirmar a necessidade de “não se confundir tolerância cultural com a perda de discernimento sobre o belo, o útil e o necessário”. O “grande eixo Rio-São Paulo”, enquanto forte propagador dos “sucessos culturais nacionais”, acaba por domesticar⁸ “os antigos brasis altaneiros (...) o que acabará por mutilar os mais antigos valores regionais do país”. Para o movimento, há um progressivo “desaparecimento dos valores da cultura tropeira original, que devem permanecer mais vivos do que nunca”, havendo assim a urgente necessidade de proteção dos valores morais, sociais e culturais que historicamente foram forjados como características inerentes e hereditárias do povo sulista:

Cultura só é protegida quando praticada. Ou seja, quando é cultivada com amor e dedicação ao que seja oriundo de nossos antepassados (...) cultura popular é o que é- fruto das motivações profundas da alma de um povo.

8 No mesmo contexto e sentido aqui empregado, a noção de domesticação foi utilizada por Deucher em 2017 (Ver Sul Livre, 2017d).

Nascida ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos (...) Cultura não é só feita de lendas, música e dança folclórica, vestimenta, acessórios e comida (...) cultura também é o modo de pensar e de interagir, de ninarmos uma criança- um plano social sobre o qual é projetada a fusão das diferenças individuais, amalgamadas para a valorização das ações e reações do Homem face a Vida, diante do Criador e face a si próprio (Sul Livre, 2017d).

Assim, a delimitação das propriedades culturais tradicionais do ser sulista se evidencia na oposição à cultura brasileira, isto é, na construção de um discurso maniqueísta⁹ hierarquizado entre o “belo, útil e necessário” e os “baixos padrões morais”, a “arte nacional vagabunda” e o “mediocre”. Nessa lógica discursiva, a defesa da tradição é uma ação necessária para a conservação do belo, materializado na herança cultural dos antepassados dos povos do Sul.

A dimensão simbólica da ameaça externa aparece com particular relevância nesse discurso maniqueísta hierarquizado: o “eixo Rio-São Paulo” e a “enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade” aparecem como ameaças concretas à preservação “das motivações profundas da alma” do povo sulista e como ameaças diretas “ao modo de pensar e interagir, nascidos ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos” (Sul Livre, 2017d). Desse modo, o discurso cultural maniqueísta anunciado pelo movimento assume um forte tom discriminatório, na medida em que define com rigidez o material cultural sulista enquanto expressão da beleza, atribuindo, automaticamente, um sentido pejorativo e de mediocridade às propriedades culturais “estrangeiras”.

O caráter dualista do discurso enunciado pelo movimento não se restringe à hierarquização da reprodução de formas específicas de manifestações culturais. Opera também na hierarquização da ocupação física do território:

Está virando uma verdadeira *praga a invasão* de municípios por numerosos contingentes de migrantes, tanto vindos de outras regiões do Brasil quanto de outros países (...) Em Brusque-SC, chegaram dez mil migrantes internos, de outro estado. Significa 10% da população existente. Trouxeram enorme problema para acomodar esse pessoal. Feriu o curso natural do desenvolvimento. Simplesmente os migrantes chegaram e ficaram. Notícia daí vindas dão conta do aumento anormal dos assaltos às residências *locais*. Problemas semelhantes ocorrem em Itajaí, também SC. E também em centenas

9 A noção de “discurso maniqueísta” está presente na categorização do discurso separatista proposta por Barros (2007).

de outros [lugares]. No RS chegaram 600 migrantes externos (da África), que se instalaram em Caxias do Sul. Isso também trouxe problema para a comunidade (...) esse problema tornou-se uma *praga* no Sul inteiro. Ele já tem dificuldade de acertar seus próprios problemas, principalmente pelos estragos que lhe trazem a simples sujeição a federação brasileira. E agora lhe trazem mais problemas. Livram os outros e descarregam sobre o Sul (Sul Livre, 2015, grifos meus).

Com base nesse discurso, aqueles que não são parte dos congênitos, conterrâneos sulistas, que historicamente compõem o “curso natural do desenvolvimento” regional, simbolizam uma ameaça ao povo do Sul, que já enfrenta os problemas cotidianamente e carrega o fardo da federação brasileira e agora tem de lidar com outro agravante: os estrangeiros – os que “chegaram e ficaram”. Para o movimento, há um planejamento prévio desses fluxos migratórios: “essas migrações não são espontâneas, naturais (...) o que tem havido em comum nessas ‘migrações’ é que o pessoal parte de regiões mais pobres com destinos ‘escolhidos’ de regiões e municípios mais ricos. Interessante, não?” (Sul Livre, 2015).

Esse planejamento de migrações não-espontâneas é o que o movimento denomina “distribuição da miséria”: “uma região mais pobre exporta o seu produto humano também mais pobre para regiões menos pobres” (Sul Livre, 2015). O “produto humano mais pobre” prejudica o desenvolvimento regional do Sul do país. Categoriza-se assim o estrangeiro – a materialização da miséria – enquanto ser indesejável para ocupar determinado espaço geográfico, em oposição ao sulista que possui raízes históricas, étnicas e ancestrais com o território que ocupa.

No discurso do movimento, o estrangeiro não é bem-vindo em Brusque, Caxias do Sul e Itajaí, porque a ele é inerente a condição da mediocridade: vincula-se o caráter pejorativo do que é externo à tradição cultural dada como sulista ao próprio corpo do “estrangeiro” que se faz presente no território, revelando as implicações sociais e materiais da diferenciação simbolicamente articulada. Como anteriormente assinalado, desde o momento em que determinado grupo é marcado como não desejável, a dimensão simbólica da diferença passa a se reverberar materialmente, seja por meio de desvantagens na posição social dos membros do grupo ou até mesmo pela promoção da exclusão ou extermínio físico do(s) diferente(s).

Nesse sentido, a análise dos documentos catalogados como étnicos e culturais releva a lógica relacional da identidade, apontando-a com base nas contraposições que atribuem significado às noções de conflito interno e externo, bem como na forma como as noções de belo e do medíocre são agenciadas no interior do discurso. O caráter relacional, por sua vez, repousa sobre elementos

simbólicos de diferenciação, como evidenciado por meio dos elementos da geografia física, i. e., o frio, a erva-mate e o pinhão, que são resgatados como elementos que caracterizam o ser sulista, em oposição aos não pertencentes ao povo e ao território.

5. Considerações finais

Assumindo “O Sul é o Meu País” como estudo de caso do separatismo sulista e com base nas proposições teóricas de Hall (1997) e Woodward (2014), o presente artigo identificou como o caráter relacional, simbólico, temporal e material da identidade são articulados, negociados e significados no interior do discurso oficial do movimento. Nesse âmbito, identificou-se como as categorias de discurso histórico e cultural são mobilizadas no sentido de legitimar uma singularidade à identidade sulista.

O processo de “redescoberta do passado”, descrito de forma pormenorizada na seção 3, permite identificar como o discurso opera de forma relacional, lançando mão de elementos e recursos simbólicos, para negociar e ressignificar antecedentes e antepassados históricos, construindo um discurso de humilhação histórica, baseado nas percepções de heróis e anti-heróis. Nesse sentido, categorias discursivas simbólicas, como “o sangue derramado” e o grito guarani (“Co Yvy Oguereco Yara”) de Sepé Tiaraju, são mobilizadas no sentido de construir uma verdade histórica imutável que valide a noção do ser sulista, que possui, de forma inerente ao seu ser, o caráter separatista, na medida em que a luta pela autodeterminação do território e do povo do Sul é historicamente herdada.

A temporalidade da identidade é observável por meio da forma como o caráter relacional de diferenciação entre heróis e anti-heróis é mutável ao longo do tempo: outrora, os sulistas eram afirmados como povos originários, guaranis, que lutaram contra a colonização europeia. Posteriormente, eram os estancieiros que não aceitavam as imposições Imperiais. Hoje, são nomeadamente sulistas, opondo-se à figura simbólica de Brasília, a qual oprime o direito de autodeterminação do povo sulista.

As categorias étnicas e culturais também revelam o caráter relacional da identidade, na medida em que se articulam os conflitos internos e externos. Aos poucos, a noção de bairrismo é discursivamente articulada no sentido de atribuir um material cultural europeizado à identidade sulista, dado como belo e moralmente superior e que, por conseguinte, se opõe à mediocridade do material cultural consumido pelo eixo Rio – São Paulo. Para tanto, o discurso oficial do movimento lança mão de elementos simbólicos, como a erva-mate, o

pinhão e o frio, em um processo de valorização excessiva do ser sulista, que se reverbera na materialidade da identidade. Em outras palavras, na busca por adquirir uma autoconsciência histórica e um senso de identidade peculiar, há uma excessiva valorização da identidade, o que produz a hierarquização da posição da comunidade étnica sulista em relação ao(s) outro(s) – não sulista(s). Dessa maneira, ainda que o movimento afirme múltiplas vezes que “não se trata de uma política cultural protecionista em escala atentatória às liberdades individuais” (Sul Livre, 2017d), a dicotomização entre o belo e o disforme como discurso marcador e descritivo das propriedades culturais e sociais do povo sulista propicia a emergência de um discurso essencialmente diferencialista.

Fundamentado na concepção de diferencialismo proposta por Munanga (1999), o conceito é compreendido e mobilizado como uma forma de segregação “mais rígida”, centrada no princípio de preservação de uma identidade própria, o que supõe uma aversão à miscigenação ou à mistura. Para além de assumir apenas um caráter discriminatório, no qual há uma hierarquização de elementos culturais e sociais constitutivos de determinada comunidade étnica, o discurso do movimento assume um caráter diferencialista, que classifica quem deve ou não compor, culturalmente e fisicamente, a comunidade étnica e o território sulista.

Enquanto categoria simbólica gerada por meio dos discursos históricos e de unificação nacional, a ameaça externa marca a construção da unicidade étnica e territorial do povo sulista, atribuindo-o uma identidade singular que, por oposição ao(s) não-sulista(s), fomenta um discurso discriminatório e diferencialista, operando diretamente na formação de uma hierarquização cultural e identitária. Assim, a ameaça externa é uma categoria de extrema relevância para a construção da legitimidade da identidade étnica sulista, bem como para a legitimação da necessidade de preservação da tradição que, em última instância, fundamentam a causa separatista pleiteada pelo movimento “O Sul é o Meu País”.

REFERÊNCIAS

- AVER, Gabriel Pancera. O que dizem os que se dizem sulistas? Uma análise da construção da adesão e legitimidade do discurso do movimento O Sul é o Meu País. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Londrina, 2021.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Editora UNESP, São Paulo, 1998.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. A identidade intolerante no discurso separatista. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, n. 9, 2007, pp. 147-167.

- DE PAULA, Ricardo. *Contestações à nação: um estudo do movimento separatista o Sul é o Meu País (1990-1997)*. Dissertação de Mestrado, História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UnB, 2001.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.
- IGNATIEFF, Michael. *Blood and Belonging: Journeys Into the New Nationalism*. Londres, Penguin Books, 1994.
- LIMA, Stella Aparecida Leite. *Movimento O Sul é Meu País: o discurso separatista e seus efeitos de sentido*. Dissertação, Letras, Universidade Católica de Pelotas, 2017.
- LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009.
- MELO, Michele. O mito é uma fala: o uso da figura do cacique Guaicará no discurso separatista do Movimento o Sul é Meu País. Belém, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 2019.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- OGLIARI, Ana Laura. *Movimento Sul é o Meu País: análise da forma de organização e ação*. Monografia de Graduação, Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Editora UNESP, São Paulo, 1998.
- RECH, Fernando Luís. *Políticas identitárias e os usos do passado no Movimento separatista o Sul é Meu País*. Monografia de Graduação, História, Universidade Federal da Fronteira Sul, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo, Editora Global, 2015 [1995].
- SCHULTZ, Jenerton e SILVA JUNIOR, Edinaldo. Território simbólico e território funcional: fatores geográficos que motivam o movimento separatista “O Sul é o Meu País”. *Revista Di@logus*. Cruz Alta, v. 8, n. 3, 2019.
- SUL LIVRE. *Distribuindo a miséria*. 2015. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/distribuindo-a-miseria/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *A história ao sul do mundo*. 2016a. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/a-historia-ao-sul-do-mundo/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Conhecendo o Paraná e a miscigenação paranaense*. 2016b. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/conhecendo-o-parana-a-miscigenacao-paranaense>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

- SUL LIVRE. *Um canto sulista*. 2017a. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/um-canto-sulista/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SULLIVRE. *Breve história do sentimento emancipatório do povo sulista*. 2017b. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *O proverbial mate amargo*. 2017c. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/o-proverbial-mate-amargo/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Tolerância cultural*. 2017d. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/tolerancia-cultural/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *262 anos da morte de Sepé Tiaraju*. 2018. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/262-anos-da-morte-de-sepe-tiaraju/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *Neste dia prestamos nossa homenagem aos heróis negros que lutaram pela independência do sul*. 2019. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/neste-dia-prestamos-nossa-homenagem-aos-herois-negros-que-lutaram-pela-independencia-do-sul/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- SUL LIVRE. *As principais tradições do Paraná*. 2020. Disponível em: <<https://www.sullivre.org/as-principais-tradicoes-do-parana/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- TORMENA, Adriano. *Redes e agenda política: uma análise do movimento O Sul é o Meu País*. Monografia de Graduação, Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. São Paulo, Editora Vozes, 2014.

Recebido em: 07/02/2023

Aprovado em: 22/05/2023

Como citar este artigo:

- AVER, Gabriel Pancera. Redescobrimdo o passado e negociando a identidade: considerações sobre a identidade sulista pleiteada pelo movimento separatista “O Sul é o meu país”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 911-932.



A cura em uma religiosa comunidade terapêutica: memória coletiva, ritos e mudança de papéis sociais

Ronaldo Martins Gomes¹

Resumo Este artigo objetiva descrever a cura ou recuperação no tratamento de uma comunidade terapêutica cristã evangélica. Esse trabalho de investigação foi desenvolvido durante o estágio pós-doutoral, inicialmente como um estudo etnográfico, mas que foi inviabilizado pela pandemia de Covid-19 (2020-2022). Adotamos, então, a perspectiva teórico-metodológica da memória coletiva para (re)visitar uma experiência pessoal de internação em uma comunidade terapêutica cristã evangélica por conta do consumo abusivo de substâncias psicoativas, a qual se deu entre agosto de 1987 e junho de 1988. Como resultado, sugerimos que a cura ou recuperação pode ser uma mera inversão de papéis sociais.

Palavras-chave: Memória coletiva; Substâncias psicoativas; Comunidade Terapêutica; Sociologia do desvio; Papéis sociais.

Healing in a religious therapeutic community: collective memory, rites and changing social roles

Abstract *Our goal in this article is to understand healing or recovery, in the treatment of an evangelical Christian therapeutic community. The research work was developed during the post-doctoral internship, initially as an ethnographic study*

1 Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Brasil – rm.gomes@unesp.br – <https://orcid.org/0000-0002-3832-8525> – <http://lattes.cnpq.br/0047194253283912>.

made impossible by the Covid-19 Pandemic (2020-2022). We then adopted the theoretical-methodological perspective of collective memory to (re)visit a personal experience of hospitalization in an evangelical Christian therapeutic community, due to abusive consumption of psychoactive substances, which occurred between August 1987 and June 1988. How as a result, we suggest that healing or recovery may be a mere reversal of social roles.

Keywords: *Collective memory; Psychoactive substances; Therapeutic Community; Sociology of deviance; Social roles.*

Curación en una comunidad terapéutica religiosa: memoria colectiva, ritos y roles sociales cambiantes

Resumen Nuestro objetivo en este artículo es comprender la curación o recuperación, en el tratamiento de una comunidad terapéutica cristiana evangélica. El trabajo de investigación se desarrolló durante la pasantía posdoctoral, inicialmente como un estudio etnográfico imposibilitado por la Pandemia Covid-19 (2020-2022). Luego adoptamos la perspectiva teórico-metodológica de la memoria colectiva para (re)visitar una experiencia personal de hospitalización en una comunidad terapéutica cristiana evangélica, por consumo abusivo de sustancias psicoactivas, ocurrida entre agosto de 1987 y junio de 1988. Como resultado, sugerimos que la curación o la recuperación pueden ser una mera inversión de roles sociales.

Palabras-clave: Memoria colectiva; Sustancias psicoactivas; Comunidad Terapéutica; Sociología de la desviación; Roles sociales.

Introdução

Este artigo é parte do Plano de Trabalho e Pesquisa em nível de Estágio Pós-Doutoral, o qual foi realizado no Programa de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS/UFSCar². O objeto da investigação foi o tratamento alternativo em regime de internação em uma comunidade terapêutica religiosa. Seu objetivo foi compreender, descrever e analisar o tratamento de uma comunidade terapêutica de orientação cristã. O problema da pesquisa é a controvérsia sobre eficácia ou ineficácia desses tratamentos.

2 O estágio pós-doutoral foi realizado durante os anos de 2019 e 2020, sob supervisão da Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi.

Assim, a hipótese de trabalho é que a recuperação ou cura é uma mudança de papel social, ou a substituição da condição de consumidor abusivo de álcool e/ou drogas pela de ex-consumidor convertido ao modelo religioso, adotado pela instituição em que se processa o tratamento. Como resultados, desvelamos algumas dinâmicas acerca desses poucos conhecidos e altamente controversos tratamentos alternativos, os quais se dão em regime de internação temporária em comunidade terapêutica.

Inicialmente, a pesquisa foi planejada um trabalho etnográfico realizado em cinco comunidades terapêuticas de orientação pentecostal. Porém, com o advento da pandemia de Covid-19, as comunidades terapêuticas no país suspenderam suas atividades, inviabilizando a proposta de investigação pensada inicialmente. Resgatamos, então, uma experiência pessoal de internação por consumo abusivo de drogas numa comunidade terapêutica na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, vivida entre agosto de 1987 e junho de 1988. O resgate das memórias se deu sob perspectiva de memória como fenômeno social (Halbwachs, 2004; 1990), analisada na perspectiva dos papéis sociais de Goffman (2001).

Em relação à estrutura do texto, após esta Introdução, a primeira seção é intitulada “A comunidade terapêutica brasileira”, em que são apresentadas algumas de suas origens recentes (JONES, 1972; De Leon, 2003), além de algumas das principais características da comunidade terapêutica brasileira (IPEA, 2017) e também alguns dos problemas recorrentes que essas entidades enfrentam e/ou causam no Brasil (CFP, 2011; 2018).

Na segunda seção, cujo título é “A memória coletiva: aportes teóricos, metodológicos e procedimentais”, desenvolvemos nosso percurso metodológico para fins de acessar e trabalhar com as lembranças do vivido, focando o aspecto social da memória (Halbwachs, 2004; 1990). E, na terceira seção, intitulada “Magrão: tratamento e cura?”, será tratada a experiência vivida durante o período de tratamento, além de alguns aspectos da vida pessoal de Magrão relacionados à sua internação, que são, contudo, situações relativas à vida social experimentadas por indivíduos que compartilham a vivência de consumo abusivo de álcool e outras drogas. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais não exaustivas, que visam servir de subsídios para novas investigações.

A comunidade terapêutica brasileira

Em termos de origens recentes, entre as primeiras experiências de comunidade terapêutica conhecida, está o tratamento alternativo surgido na psiquiatria do Reino Unido no pós-guerra (1939-1945), com os trabalhos do psiquiatra

sul-africano Maxwell Jones e sua equipe no Hospital Belmont. Ele buscava incentivar o protagonismo nos tratamentos psiquiátricos, por meio de um programa – uma comunidade terapêutica –, fundamentando-se no conhecimento científico, nas áreas de medicina, psiquiatria e psicologia (Jones, 1972).

Outras experiências seminais foram a comunidade terapêutica *Synanon*, fundada por Charles Edwin Dederich (1913-1997) em fins da década de 1950 na Califórnia/EUA, e a comunidade terapêutica *Daytop Village*, inaugurada no início da década de 1960 em Nova Iorque/EUA por William B. O'Brien (1924-2014). Essas são as principais referências sobre o modelo e método comunidade terapêutica, conforme De Leon (2003), o qual é hoje uma das principais referências mundiais no estudo sobre as comunidades terapêuticas.

Por fim, destacamos o *Team Challenge* de Nova Iorque/EUA, criado e dirigido pelo pastor David Wilkerson (1931-2011). O *Team Challenge* está entre as primeiras experiências recentes de comunidades terapêuticas que adotam (impõem!) a religião como “elemento terapêutico determinante” para a recuperação, ou a cura, de consumidores, abusivos ou não, de álcool e outras drogas. Trata-se efetivamente do estabelecimento da conversão religiosa como critério de resultado no tratamento.

É importante apontar que David Wilkerson fez trabalho religioso entre jovens latinos residentes em regiões caracterizadas por pobreza e desemprego na cidade de Nova Iorque/EUA. Essa juventude era submetida à exclusão e à baixa possibilidade de ascensão social, conforme evidenciado em estudos ligados à tradição da sociologia do desvio, produzindo uma sedimentada prática de utilização de heroína, pela via injetável. No Brasil, a heroína nunca chegou às classes populares.

Influenciada pelos três modelos mencionados, surgiu no Brasil, no final da década de 1960, o modelo e método de tratamento alternativo, chamado “comunidade terapêutica”. A comunidade terapêutica brasileira também não é vinculada à medicina, à psiquiatria ou à psicologia, tendo semelhança com as mencionadas *Synanon* e *Daytop Village*. A similaridade, entretanto, se encerra nesse ponto, pois, diferentemente das duas, a versão brasileira é profunda e indissociavelmente vinculada à religião cristã, muito especialmente a versão protestante pentecostal do cristianismo.

Fracasso (s/d)³ identifica o decênio 1968/1978 como o período em que foram formadas as primeiras comunidades terapêuticas oficialmente registradas no

3 Ver: <https://revistadependenciaquimica.com.br/comunidades-terapeuticas-conheca-a-sua-historia-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: jul. de 2022.

Brasil: uma de orientação católica, uma espírita e quatro delas de orientação protestante pentecostal. Isso evidencia a especificidade da comunidade terapêutica brasileira: ela é religiosa, profundamente religiosa.

Quanto às características mais gerais da comunidade terapêutica brasileira, trata-se de um programa de tratamento realizado em estabelecimentos fechados sob regime de internato, nos quais grupos de segregados convivem em tempo integral e regime residencial, em ambiente laboral e com atividades de lazer, terapêuticas, educativas e correccionais, geridas por uma equipe terapêutica que coordena todas as atividades dos segregados em tratamento (IPEA, 2017; CFP, 2011; 2018). O tratamento em regime de comunidade terapêutica se ancora em três pilares: *trabalho, disciplina e espiritualidade*. Busca-se combinar os saberes técnico-científicos de médicos, psicológicos e saberes socioassistenciais com práticas espirituais. O trabalho é chamado controversamente de *laborterapia*, consistindo tanto das tarefas de manutenção da própria comunidade como de atividades produtivas e de geração de renda (IPEA, 2017; CFP, 2011; 2018).

Segundo Goffman, há cinco tipos de agrupamentos que podem ser considerados como instituições totais: espaços em que são cuidadas pessoas incapazes e inofensivas; locais onde são cuidadas as pessoas que não podem cuidar de si mesmas, muito embora não ofereçam nenhum risco intencional à comunidade em que vivem: ambientes destinados à proteção da comunidade contra riscos intencionais: espaços destinados ao cumprimento adequado de tarefas que têm suas próprias especificidades; e estabelecimentos destinados às pessoas que desejam se exilar voluntariamente do mundo (Goffman, 2001).

Uma instituição total concentra três áreas da vida social – descanso, lazer e trabalho – em um ambiente ou espaço único (Goffman, 2001). Em nosso entendimento, insistimos que a comunidade terapêutica brasileira é uma instituição total. Aclaramos que o trabalho de Erving Goffman (1922-1982) se desenvolveu no Hospital St. Elizabeths, em Washington, D.C, Estados Unidos da América, entre os anos de 1955 e 1956. Erving Goffman em nenhum momento discutiu o modelo e método de tratamento alternativo que abordamos neste trabalho.

Expomos a seguir como se deu a construção deste entendimento. A comunidade terapêutica no Brasil é local de residência [*a propriedade rural, sítio ou chácara onde a comunidade terapêutica é atuante*] e de trabalho [*de uma equipe terapêutica com formação técnica ou não, já que o mais comum é a formação pela prática unicamente de ex-residentes ou ex-internos*], onde um grande número de indivíduos com situação semelhante [*consumidores abusivos de álcool e/ou drogas*] convivem separados de suas relações sociais prévias [*família nuclear, extensa, relações sociais em geral*] e da sociedade mais ampla por um período de

até 12 meses, levando uma vida em regime fechado e formalmente administrada pela equipe terapêutica.

No que respeita aos aspectos jurídico/legais, essas instituições estão em atividade no Brasil desde fins dos anos sessenta (1968), mas só tiveram uma legislação própria após mais de três décadas de funcionamento, em 2001, com a promulgação da RDC 29/2001, e, posteriormente, dez anos depois, com sua sucessora: a leniente a RDC 101/2011, em vigência atualmente. Discutimos esse problema jurídico/legal em outros dois trabalhos, enfatizando que entendemos a mudança na regulamentação como uma perigosa falta de compromisso do Estado brasileiro. Apontamos também para o uso político dessas entidades, visando à obtenção de verbas públicas, o que se percebe com a promulgação da Portaria 3.088/2011 (Brasil, 2011).

No que se refere a outros problemas de ordem jurídico/legal concernentes à comunidade terapêutica brasileira, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu três investigações sistemáticas sobre os trabalhos prestados por essas entidades às populações pobres no Brasil, nos anos de 2011 e 2018. Constataram-se: (i) Muros, trancas e restrições no acesso a meios de comunicação; (ii) Privação da liberdade; (iii) Castigos, punições e indícios de tortura; (iv) Violação de liberdade religiosa; (v) Violação de diversidade sexual; (vi) Laborterapia: trabalhos forçados sem remuneração; (vii) Fragilidades nas equipes de trabalho; (viii) Internação de adolescentes; e (ix) Financiamento público (CFP, 2011; 2018).

Destaca-se ainda uma significativa ausência de informações sobre o funcionamento interno dessas instituições. Da mesma forma, são ínfimas as informações existentes sobre as dinâmicas dos tratamentos nesse tipo instituição (Souza e Gomes, 2015; 2017). De suas práticas sociais, o que se conhece publicamente está exemplificado nos trabalhos mencionados nesta seção (IPEA, 2017; CFP, 2011; 2018).

Essa situação de ausência de informações pode ser enfrentada pela academia brasileira, segundo entendemos, mediante a adoção – contextualizada à realidade local – da perspectiva inaugurada por Becker (2019) sobre a produção de trabalhos etnográficos. Ela permite compreender, descrever e analisar a complexidade de grupos sociais que adotam para si normatização distinta daquela que é aceita pela coletividade social (Becker, 2019). Isso se dá especialmente se considerarmos as implicações sociopolíticas da controversa Portaria 3.088/2011 (Brasil, 2011), já mencionada neste texto, a qual impôs esse modelo de tratamento alternativo como parte do arcabouço de alternativas de solução para a questão do consumo abusivo de álcool e outras drogas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para finalizar, esclarecemos que a expressão “protestante pentecostal”, que será utilizada ao longo deste texto, refere-se à forma como as lideranças da comunidade terapêutica que descrevemos e analisamos se identificava para os indivíduos que iriam se submeter ao tratamento oferecido. A comunidade terapêutica dizia seguir uma orientação de vida cristã segundo a Bíblia Sagrada e se identificava como protestante, vinculando-se à tradição da Reforma Protestante de 1517.

Ela se identificava também com as crenças do movimento pentecostal: batismo no Espírito Santo, falar em novas línguas ou glossolalia, a ação divina aqui e agora, a prática de clamar em alta voz para alcançar o divino e a abstenção de alimentos ou “jejuns” três vezes por semana como forma de busca ao divino, entre outros aspectos discutidos na seção três.

A memória coletiva: aportes teóricos, metodológicos e procedimentais

Em fins de março de 2020, teve início o distanciamento social como medida de enfrentamento preventivo à pandemia de Covid-19, paralisando todas as atividades consideradas não essenciais. Isso inviabilizou a realização do trabalho etnográfico (Hammersley e Atkinson, 1983; Becker, 2019) nas cinco comunidades terapêuticas que haviam aceitado participar da investigação, visto que os coletivos de segregados foram dispensados sem a conclusão dos tratamentos. Apontamos esse problema à supervisora do estágio pós-doutoral durante uma reunião de trabalho.

Diante dessa circunstância de isolamento social, relatamos à supervisora uma experiência pessoal de internação para tratamento numa comunidade terapêutica, a qual se identificava como protestante pentecostal. O motivo desta internação foi consumo abusivo de drogas ilícitas. A instituição era a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem da Cidade de Viamão⁴, no Rio Grande do Sul. Ficamos internados por dez meses e vinte dias, entre 25 de agosto de 1987 e 15 de junho de 1988, quando obtivemos a alta.

4 O *Desafio Jovem da Cidade de Viamão* se situava na zona rural, Sítio São José na Rodovia Coronel Acrísio Martins Prates, n. 4.200, fone: (51) 3108-8154, Viamão/RS. A mantenedora era a associação jurídica de direito privado Sociedade Caritativa Desafio Jovem, CNPJ 91.744.474/0001-01, fundada em 14 de setembro de 1987 sob direção de Marilene Stringhini e João Carlos Gesta Stringhini (*in memoriam*), que eram os proprietários legais da chácara onde funcionava o centro de recuperação. A situação cadastral atual da entidade é inapta, conforme consultas realizadas virtualmente. Ver: <https://casadosdados.com.br/solucao/cnpj/sociedade-caritativa-desafio-jovem-91744474000101>; <https://cadastroempresa.com.br/cnpj/91.744.474/0001-01-sociedade-caritativa-desafio-jovem>; e <https://cnpj.biz/91744474000101>. Acesso em: jun/jul de 2022.

Houve mais de vinte tentativas de contato telefônico, e-mail e nas redes sociais, mas não obtivemos nenhuma resposta.

Fomos orientados pela supervisora a buscar aporte teórico-metodológico no sociólogo francês Maurice Halbwachs (1887-1945) e sua abordagem sobre a memória como fenômeno social (Halbwachs, 2004; 1990) para fins de retornar à experiência de internação depois de mais de 30 anos, com objetivo de descrever e analisar o vivido. No esquema analítico de Halbwachs, a memória tem um caráter coletivo, sempre inserida em algum grupo, já que o indivíduo só é capaz de recordar a(s) memória(s) de seu(s) grupo(s) de convívio e só consegue construir e acessar as lembranças na condição de membro de um coletivo, de parte de um todo, de um conjunto ou da totalidade humana, que o ultrapassa (Halbwachs, 2004; 1990).

Alimentar e organizar as memórias individuais depende da relação com o outro (Halbwachs, 2004; 1990). O outro da relação pode ser os indivíduos com quem se partilhou a experiência a ser lembrada. Contudo, pode também ser uma lembrança oriunda de outras fontes de resgate das memórias de experiências vividas, como, áudios, vídeos, livros, folders explicativos, entre outras fontes.

Considerando que a vida social se caracteriza fundamentalmente pelo grau de integração do indivíduo em um tecido social, no qual se processam múltiplas relações sociais possíveis, toda recordação e localização de lembranças precisa de contextos sociais como referência para essas relações, que são a base para a construção da memória, a qual sempre tem fundo coletivo ou social (Halbwachs, 2004; 1990). Nessa perspectiva, a recordação é uma atividade (re)construtiva/(re)constitutiva e racional da mente. Para se realizar, ela precisa de um meio social consciente. Esses meios são os marcos da memória social ou coletiva, já que a evocação de recordações é sempre feita ao se recorrer a experiências partilhadas com outros: indivíduos, grupos, subgrupos sociais etc. presentes na sociedade (Halbwachs, 2004; 1990).

Trata-se de um processo de reconstrução baseado em dois aspectos: (i) não se trata da repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; e (ii) se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço, envolvidos num conjunto de relações sociais (Halbwachs, 2004, 1990). Essa reconstrução é feita por meio dos quadros sociais da memória – a linguagem, o tempo e o espaço – como categorias do entendimento que enquadram a experiência humana e se referem às próprias condições da vida em uma sociedade e das lembranças ou recordações dessa vida. Ela se refere às múltiplas possibilidades de interações sociais que os indivíduos experimentam no cotidiano como vida social propriamente dita (Halbwachs, 2004, 1990).

Recordações se dão com base na família, no grupo religioso e na classe social. É na família que os indivíduos se vinculam pelo nome e parentesco por meio da linguagem, dos sentimentos, dos eventos partilhados que se tornam memoráveis e das comemorações em geral, as quais sempre são rememoradas em um período ou recorte do tempo, assim como em algum lugar no espaço social (Halbwachs, 2004, 1990). No grupo religioso, os fiéis organizam suas recordações conforme os ritos que acontecem no tempo e no espaço e pela transmissão pela via da linguagem dos dogmas, das doutrinas e dos regimes de verdades e suas interpretações singulares, que fundam os sistemas de crenças de cada grupo religioso (Halbwachs, 2004, 1990).

A memória é então organizada por meio e baseada na realidade partilhada em relações com os outros, com as coisas e com os marcos temporais da memória por meio das palavras e dos sons. Assim, a memória se conforma à realidade e é enquadrada socialmente no tempo, no espaço e pela linguagem (Halbwachs, 2004, 1990). As memórias dessa experiência vivida há mais de três décadas foram retomadas com a utilização das seguintes leituras: De Leon (2003), para compreender o modelo e método comunidade terapêutica; o texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), para compreender as particularidades da comunidade terapêutica brasileira; e os textos do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2011; 2018), além da leitura de artigos, dissertações e teses.

Durante várias visitas às chácaras, mantivemos diálogos com as equipes terapêuticas e com os residentes ou internos. Participamos, ao longo do ano de 2018, de 8 cultos para familiares e visitantes, que aconteciam nas sextas e sábados do último final de semana do mês, das 19h00 às 22h00. Também passamos 5 tardes de sábados, entre 14h00 e 18h00, em visitas de apresentação das equipes, das chácaras e de alguns dos residentes. Nas cinco comunidades terapêuticas, só nos permitiram conversar com alguns indivíduos, considerados quase “curados ou recuperados” pelas equipes terapêuticas. Não tivemos acesso aos recém internados, principalmente os que se encontravam sob efeito de medicações psicotrópicas controladas. De fato, fomos proibidos em todas as instituições de nos aproximar e/ou fazer contato com os internos novos e os medicados.

Portanto, o disparador do resgate de nossas memórias e rememorações foram a leitura dos textos mencionados (De Leon, 2003; IPEA, 2017; CFM, 2011; 2018) e as visitas nas comunidades terapêuticas. Esses foram os nossos instrumentos de evocação e rememoração da experiência vivida. A abordagem de Halbwachs (2004; 1990) nos permitiu efetuar o distanciamento necessário para lembrar, descrever e analisar. Não se trata de anacronicamente visitar o passado, analisando-o com base em referências presentes. Antes, trata-se de reconstruir

o vivido sob a perspectiva das vivências coletivas, tendo a linguagem como mediação dos acontecimentos no espaço e no tempo, como quadros de referência de memória (Halbwachs, 2004, 1990).

Nesse processo, é preciso fazer uma distinção entre o pesquisador e o sujeito da experiência. Decidimos chamar o sujeito da experiência pelo apelido pelo qual ele era conhecido em seus grupos de convivência: “Magrão”. Fizemos sua breve caracterização social para fins de diferenciá-lo do pesquisador. Com vistas a gerir as farras lembranças do Magrão, adotamos a perspectiva de uma entrevista não estruturada (Gil, 2017; Bogdan e Biklen, 1994). que visava obter de Magrão, consumidor abusivo de drogas psicoativas lícitas e ilícitas, de baixa escolaridade e sem profissão definida, informações sobre o período de internato.

Para fins de melhor situar os leitores, iniciamos a próxima subseção com uma breve caracterização naquilo que consideramos os aspectos mais importantes para este trabalho. Buscamos evidenciar: (i) a relação com o consumo abusivo de drogas que o levou à internação; (ii) a baixa escolarização; e (iii) a falta de qualificação profissional. Há ainda um ponto evidenciado com menor clareza: (iv) os vínculos comprometidos com a família nuclear e extensa, anterior à internação. A escolha desses aspectos pareceu importante, pois o ponto (i) estabelece o necessário nexos de causalidade entre conjunto de ações anteriores (consumo abusivo reiterado de drogas psicoativas lícitas e ilícitas) e a consequência (a experiência de segregação ou internação), enquanto os aspectos (ii) e (iii) pretendem indicar dois elementos importantes da vida social: educação escolar e acesso a postos de trabalho.

Nesse sentido, muito embora Magrão não seja representante dos consumidores abusivos de sua geração, ele também não é um caso isolado. Trata-se de um entre uma geração de consumidores abusivos de drogas psicoativas lícitas e ilícitas, que estiveram em atividade de consumo entre as décadas de 1970 e 1980.

Magrão: tratamento e cura?

Buscamos analisar a situação de Magrão, que é muito semelhante a vários casos percebidos durante as visitas nas cinco comunidades terapêuticas em 2018. Jovens de baixa escolaridade e sem profissão definida ainda caracterizam a maior parte dos segregados, conforme registrado nos trabalhos do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011; 2018) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017). Passadas mais de três décadas, estamos diante da mesma instituição: a *comunidade terapêutica*. Ela atende populações de baixa renda e oferece ainda o mesmo *remédio: conversão religiosa*. Seu *público* possui as

mesmas características: jovens de baixa escolaridade, sem profissão definida e que tendem a ter seus vínculos familiares e sociais fragilizados.

Magrão teve suas primeiras experiências de consumo de substâncias psicoativas aos doze anos, precisamente entre agosto e outubro de 1976. Desde então, manteve uma carreira (Becker, 2019) regularmente como consumidor abusivo de drogas até 1987, quando foi internado na comunidade terapêutica, cujo tratamento é descrito aqui. O descontrole no consumo o levou a abandonar a escola aos quinze anos, sem ter conseguido concluir a oitava série do Primeiro Grau, o atual Ensino Fundamental – Anos Finais.

Suas experiências laborais foram apenas quatro trabalhos de serviços gerais: empacotador em Supermercado (1 mês), auxiliar de gráfica (6 meses), apontador na construtora de malha asfáltica (9 meses) e ensacador em engenho de arroz (4 meses). Viveu em uma família nuclear constituída por pai, que era rádio-telegrafista, mãe costureira e do lar, uma irmã mais velha e um irmão mais novo. Não eram seguidores de nenhuma religião. A única exigência dos pais era que todos os três *estudassem para ter uma vida melhor*⁵.

Magrão consumia *maconha e cogumelos (psilocibina)*. *Essas eram suas drogas de preferência. Mas também consumia com bom gosto cocaína, boletas e álcool*. Desenvolveu a carreira (Becker, 2019, p. 38-52; 53-63) de consumidor abusivo dessas drogas em cinco fases: (i) *flerte/paquera* entre 1973-1976, com paixão pelas músicas e bandas ligadas à contracultura; (ii) *namoro* entre 1976-1979, com o consumo apenas em finais de semanas; (iii) *noivado* entre 1979-1982, ou, como ele disse, *um dos melhores períodos da vida até então*, em que ele somava o prazer obtido com o consumo e seu *status* diante do grupo desviante constituído por indivíduos mais velhos; (iv) *casamento* entre 1982-1987, havendo total descontrole no consumo, perda de relações afetivas e ruptura familiar, duas tentativas de suicídio e uma internação psiquiátrica; e (v) *separação* ou a internação entre 1987-1988.

No direito brasileiro, um vínculo conjugal, que aqui tomamos como metáfora da relação de Magrão com as drogas, pode sofrer a *separação* quando há separação de corpos sem a dissolução do vínculo conjugal. Já o *divórcio* se dá quando há o término ou dissolução do vínculo contratual (Brasil, 2022). Utilizamos o conceito jurídico de *separação*, já que Magrão nunca praticou uma abstinência absoluta, exceto nos 10 meses e 20 dias de internação. Não houve, portanto, um *divórcio* no sentido de uma dissolução ou término da relação com

5 Ao longo dos parágrafos, aparecem expressões em itálico e que não são citações. Elas correspondem às *falas* ou lembranças de Magrão relativas ao período entre 25 de agosto de 1987 e 15 de junho de 1988.

substâncias psicoativas. Na perspectiva do extinto *Desafio Jovem da Cidade de Viamão*, tanto quanto nas comunidades terapêuticas brasileiras atuais e que se orientam por perspectivas religiosas, Magrão não alcançou a recuperação, pois não se *manteve na conversão* após a alta do tratamento.

O *Desafio Jovem da Cidade de Viamão* foi uma comunidade terapêutica que se identificava como cristã, de orientação protestante pentecostal, como mencionamos anteriormente, e sem vínculos com as denominações de orientação protestante, pentecostal e neopentecostal clássicas. Seu estatuto afirmava ser uma instituição ligada à área de assistência social e à promoção da saúde mental, atendendo em regime de internação consumidores abusivos de álcool e/ou drogas. Contudo, em suas práticas sociais efetivas, ela seguia o padrão do *Team Challenge* no que concerne à questão religiosa. A cura ou recuperação só era obtida mediante conversão religiosa, muito embora enfatizassem sempre não terem vínculos com qualquer das denominações religiosas existentes. Entretanto, tal processo deveria se dar nas *denominações mais avivadas*⁶.

Segundo Magrão, *havia uma forte ênfase, diária, de que deveríamos escolher igrejas avivadas* de orientação pentecostal, por exemplo, as Assembleias de Deus, a Congregação Cristã, a Deus é Amor, a Igreja Quadrangular etc., ou ainda as de orientação neopentecostal, como a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Mundial do Poder de Deus, a Sara Nossa Terra etc., após alcançarem a alta do tratamento. Era pela *permanência na conversão religiosa que os ex-internos teriam forças para se manter em uma abstinência sustentada*.

Contudo, como aponta Fernandes (1970), o *estatuto* é o objetivo manifesto, e o objetivo manifesto se faz a conhecer nas práticas sociais, bem mais do que por meio de narrativas ou discursos. Nesse sentido, *a entidade era uma instituição religiosa que entendia seus membros como dotados de uma missão, ou chamado, para ganhar as almas dos drogados para o reino de Jesus Cristo* (Bíblia Sagrada, 1995). Muito embora não se tratasse de uma igreja oficialmente, seu *estatuto* (Florestan, 1970) apontava à religião evangélica.

A instituição era coordenada por um *obreiro-chefe*, sua *esposa* e um *filho recém-nascido* e mais *três obreiros-auxiliares*. Um deles era o responsável pelas

6 Denominações avivadas ou igrejas avivadas são aquelas religiões que acreditam na manifestação dos dons do Espírito Santo, como cura milagrosa, falar em novas línguas, profetizar e entregar as mensagens divinas e entre outras manifestações.

7 Em termos escolarização, o obreiro-chefe havia parado de estudar sem concluir o Primeiro Grau (Ensino Fundamental) e os outros três obreiros tinham conseguido concluir esta etapa, sem, contudo, não terem cursado o Segundo Grau (Ensino Médio). A esposa do obreiro-chefe era técnica em contabilidade e havia concluído as etapas da Educação Básica.

atividades espirituais: *terapias espirituais* ou *cultos* (das 07h00 às 12h00 e das 20h00 às 22h00), *jejuns* (terças e quintas das 07h00 às 12h00 e sábado das 07h00 às 18h00) e as *orações na madrugada* (participação voluntária para fase 1, obrigatória para obreiros e Fase II, diariamente das 02h00 às 03h00). Os outros dois eram responsáveis pelas terapias materiais (cozinha, louça, limpeza da casa, manutenção, conservação e reforma do ambiente rural). O obreiro-chefe residia em Porto Alegre/RS e coordenava os trabalhos de palestras e arrecadação de fundos e bens e fazia a gestão das atividades espirituais e materiais da casa na cidade. Esse obreiro exercia a função de *pastor evangélico*. Entretanto, dentro da hierarquia religiosa, ele era um *presbítero* (*que era um cargo abaixo do pastor*) e exercia a função de *pastor*.

Conforme Magrão, a entrevista de admissão se caracterizou pelas seguintes perguntas, aqui parafraseadas: *Que drogas você usa? Há quanto tempo usa? Já esteve preso? Se sim, por quê? Quer se internar? Toma remédios controlados? Ouve vozes? Têm alucinações? Quer perguntar algo?* A explicação inicial dada pelo obreiro-chefe sobre o tratamento era a de que *se tratava de uma proposta de tratamento livremente orientada pelos valores judaico-cristãos; que eram protestantes pentecostais, mas não vinculados a nenhuma denominação religiosa oficial.*

Mas Magrão, assim como também seus pais que o internaram, *nunca souberam que se tratava de uma comunidade terapêutica religiosa ou de crentes.* De uma perspectiva da sociologia da religião, o *Desafio Jovem da Cidade de Viamão* abraçava o que eles denominavam como cristianismo protestante pentecostal, sendo uma entidade que adotava uma abordagem religiosa e fortemente proselitista.

As regras da casa ajudavam a evidenciar esse caráter proselitista: (i) *a única leitura permitida era da bíblia - versão protestante* (Bíblia Sagrada, 1995); (ii) *era proibido cantar, tocar ou dialogar sobre músicas ou temáticas seculares;* (iii) *não havia uso de medicações e os problemas de saúde física e mental eram tratados por meio da fé bíblica: “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam e a prova das coisas que se não veem”* (Bíblia Sagrada, 1995); (iv) *a saudação entre todos era “a paz do Senhor, irmão [nome do interno]”* e, entre os membros da equipe terapêutica, *“a paz do Senhor, irmão-obreiro [nome do obreiro]”*; e (v) a base da interação entre residentes e equipe terapêutica era obediência e submissão.

Sobre a fase 1 do tratamento (sem sair do sítio), a regra era sair somente no terceiro mês. *Magrão entrou em 25/08/1987 e só passou para a Fase II em janeiro de 1988, por conta de alguns comportamentos inadequados.* Foi um período de

aproximadamente 120 dias em que seu *tratamento* era constituído pela *terapia espiritual* (cultos das 07h00 às 12h00 e das 20h00 às 22h00, com jejuns às terças e quintas até às 12h00 e aos sábados até 18h00) e pela *terapia material*, incluindo as atividades laborais ligadas à cozinha e louça, trabalho nas hortas, serviços gerais de manutenção, conservação e reforma da propriedade rural. Um dos principais instrumentos do sistema de privilégios e punições era a *quebra do eu*, isto é, cavar em um dia para fechar no dia um buraco de 1m de altura por 1m de largura por 1m de comprimento.

Durante os dez meses e vinte dias de internação, nunca houve atendimento médico e psicológico. Conforme lhe diziam os obreiros, *toda a enfermidade tem como causa o pecado, que é a separação entre o homem e Deus. Mas, durante o tratamento, pela via da mudança de posição diante de Deus, os problemas se resolveriam, inclusive, e principalmente, o problema do consumo abusivo de álcool e/ou drogas.*

A Fase II (de segunda à sexta na cidade de Porto Alegre/RS, Vila Cefer I), que, no programa, originalmente corresponderia a um período de permanência de 6 meses, mas que foram 5 meses para Magrão, a *terapia espiritual consistia na oração da manhã, que se iniciava com a leitura e explanação de trecho bíblico seguido de sessenta minutos cronometrados de oração de joelhos.* Em seguida, eles saíam pela cidade para *receber as contribuições na cidade de Porto Alegre e na região metropolitana nessa capital*, trabalho que durava até por volta das 17h00, quando retornavam à *casa na cidade.* Além dessas atividades de receber os carnês de contribuição, havia também *palestras em igrejas de qualquer orientação, em escolas e em clubes de serviço e associações, que era onde se faziam os carnês de contribuição que mantinha a comunidade.*

Um aspecto que nos chamou a atenção, tanto na experiência de Magrão no *Desafio Jovem da Cidade de Viamão* há mais de três décadas quanto nas cinco comunidades terapêuticas visitadas antes da pandemia foi que, muito embora houvesse uma forte ênfase em termos e expressões como *convívio voluntário, comunidade/comuna/comunal, protagonismo, assumir o controle de si, irmão-obreiro, irmão-recuperante*, entre outras, o clima geral desses ambientes se caracterizava por uma desconfiança e vigilância sobre os *irmãos-recuperantes.* Conforme Magrão, os irmãos-obreiros explicavam que as *drogas eram um projeto de satanás, que era o pai da mentira.* Assim, *os drogados eram manipuladores e mentirosos, pois a própria dependência química os fazia enganadores, infiéis nas relações.*

Apresentamos a seguir a experiência de Magrão utilizando o esquema descritivo de Schatzman e Strauss (1973), adaptado para proporcionar às leitoras

e aos leitores deste trabalho uma leitura mais clara e objetiva dos ambientes mencionados no texto.

Mapa social

Quadro 1: Coletivo do Desafio Jovem da Cidade de Viamão

Equipe terapêutica	Coletivo de residentes
<ul style="list-style-type: none"> - obreiro-chefe (Ensino Fundamental incompleto), esposa (Ensino Médio completo) e filho - obreiro-ajudante 1 (Ensino Fundamental incompleto) - atividades espirituais - obreiro-ajudante 2 (Ensino Fundamental incompleto) - atividades materiais - obreiro-ajudante 3 (Ensino Médio completo) - atividades espirituais 	<ul style="list-style-type: none"> - 12 residentes ou internos na primeira fase do tratamento (90 dias) - 3 residentes ou internos que moravam na casa da cidade e vinham para a chácara nos finais de semana (180 dias)

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

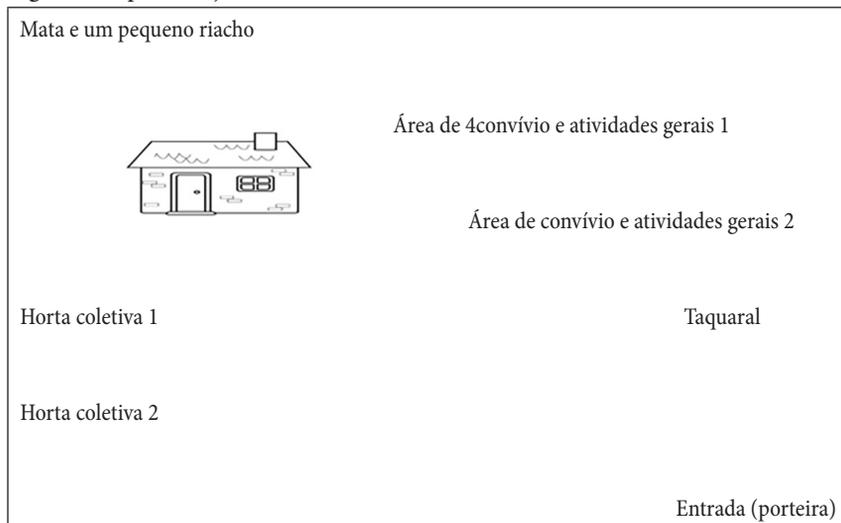
Quadro 2: Cargos e suas funções e obrigações

Cargo	Funções
<i>Obreiro-chefe</i>	<ul style="list-style-type: none"> - liderança espiritual/material - responsável pelos estudos nos estudos de sábado de manhã e na vigília - gestão geral dos conflitos e problemas da chácara - gestão financeira - ministração de palestras, visitas, entrevistas e atendimentos em geral
<i>Obreiros-auxiliares</i>	<ul style="list-style-type: none"> - direção do culto da manhã das 07h00 às 12h00 de segunda à sábado - coordenação das atividades de trabalho das 14h00 às 18h00 de segunda à sábado - direção do culto da manhã das 07h00 às 12h00 de segunda à sábado - ouvir e orientar residentes e prestar contas ao obreiro-chefe
<i>Residentes</i>	<ul style="list-style-type: none"> - não brigar (violência física ou psicológica zerava o tratamento) - não falar palavrões ou falar do passado vergonhoso - não usar drogas, nem cigarros ou bebidas - não praticar sexo e nem masturbação - ler a bíblia sagrada, único livro permitido durante o tratamento

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Mapa espacial

Figura 1: Representação da chácara



Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Figura 2: Representação do interior da casa na chácara

<p>Cozinha dos obreiros e sala de reuniões administrativas, das quais não participavam os residentes, exceto em reuniões disciplinares.</p>	<p><i>Púlpito</i></p> <p>Sala de culto e de reuniões gerais (nesta sala, dormiam os obreiros novos e os residentes da segunda etapa.</p>	<p>Suíte com seis beliches onde residiam os doze residentes da primeira fase.</p>
<p>Suíte do obreiro-chefe, esposa e filho (ficava vazia de segunda à sexta)</p>	<p>Cadeiras Cadeiras</p> <p>Cadeiras Cadeiras</p> <p>Cadeiras Cadeiras</p> <p>Entrada</p>	<p>Banheiro dos doze residentes (2 chuveiros e 3 minutos de banho cronometrados)</p>

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Figura 3: Representação do interior da casa em Porto Alegre (Vila Cefer – PoA/RS)

Quarto do obreiro-chefe, esposa e filho.	Banheiro coletivo	Saída pátio Cozinha e sala de janta
Corredor	Corredor	Corredor
Quarto dos três residentes em segunda fase de tratamento.	Quarto para visitas	Sala Entrada

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Quadro 3: Etapas do tratamento

<i>Ambientes</i>	<i>Atividades</i>
Chácara/centro de recuperação (Fase I – 90 dias)	<ul style="list-style-type: none"> - culto da manhã das 07h00 às 12h00 (exceto aos domingos) - atividade de confecção de alimentos e organização da cozinha e distribuição do alimento nos horários - atividade de limpeza, manutenção e reformas na chácara - culto noturno das 20h00 às 22h00 (todos os dias)
Casa na cidade (Fase II – 180 dias)	<ul style="list-style-type: none"> - arrecadação das contribuições, via carnês - palestra dada pelo obreiro-chefe, testemunho dos internos - busca de donativos - evangelização nas ruas

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Mapa temporal

Quadro 3: Cotidiano da Fase 1 (90 dias)

<i>Horários</i>	<i>Segunda</i>	<i>Terça</i>	<i>Quarta</i>	<i>Quinta</i>	<i>Sexta</i>	<i>Sábado</i>	<i>Domingo</i>
06h30/07h00	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Livre
07h00/08h00	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	Despertar
08h00/08h30	Desjejum	Jejum	Desjejum	Jejum	Desjejum	Jejum	Desjejum
08h30/09h00	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Livre
09h00/10h00	Louvor	Louvor	Telecurso	Louvor	Louvor	Louvor	Livre
10h00/12h00	Estudo	Estudo	Telecurso	Estudo	Estudo	Estudo	Livre
12h00/13h00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Jejum	Almoço
13h00/14h00	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso
14h00/16h00	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Ed. Física	Livre	Telecurso
16h00/16h30	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Jejum	Telecurso
16h30/18h00	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Ed. Física	Livre	Telecurso
18h00/19h00	Banho	Banho	Banho	Banho	Banho	Banho	Banho
19h00/20h00	Janta	Janta	Janta	Janta	Janta	Janta	Janta
20h00/20h30	Oração	Oração	Telecurso	Oração	Oração	Oração	Livre
20h30/21h00	Louvor	Louvor	Telecurso	Louvor	Louvor	Louvor	Livre
21h00/22h00	Pregação	Pregação	Telecurso	Pregação	Pregação	Pregação	Livre
22h00/07h00	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso	Descanso

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Quadro 4: Cotidiano da Fase II (180 dias)

<i>Horários</i>	<i>Segunda</i>	<i>Terça</i>	<i>Quarta</i>	<i>Quinta</i>	<i>Sexta</i>	<i>Sábado</i>	<i>Domingo</i>
06h30/07h00	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Despertar	Livre
07h00/08h00	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	Despertar
08h00/09h00	Desjejum	Desjejum	Desjejum	Desjejum	Desjejum	Desjejum	Desjejum
09h00/18h00	Externo	Externo	Externo	Externo	Externo	<i>Chácara</i>	<i>Chácara</i>
19h00/20h00	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	<i>Chácara</i>	<i>Chácara</i>
20h00/21h00	Oração	Oração	Oração	Oração	Oração	<i>Chácara</i>	<i>Chácara</i>

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Quadro 5: Os cultos da Fase I

<i>Turnos</i>	<i>Desenvolvimento</i>
<i>Manhã (das 07h00 às 12h00, de 2ª a sábado)</i>	- provérbio + oração - leitura (do Novo e Velho Testamento) - louvor (voz + instrumentos acústicos) - estudo bíblico
<i>Noite (das 20h00 às 22h00, de 2ª a 2ª)</i>	- oração - louvor - testemunho - pregação
<i>Oração noturna</i>	- oração das 02h00 às 03h00 da madrugada
<i>Jejuns coletivos (equipe e residentes)</i>	- terças e quintas: 07h00 às 12h00 - sábados: 07h00 às 18h00

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Oração: leitura diária de um capítulo do *Livro dos Provérbios*, 01 a 31 (Bíblia Sagrada, 1995), seguido de 60 minutos de oração – fechar os olhos e falar livremente ou ler Salmos em voz alta. *Leitura bíblica:* 60 minutos de leitura bíblica, ajoelhado ou sentado, iniciando com o Novo Testamento e depois o Velho Testamento. *Louvor:* cantos dos hinos da *Harpa Cristã*. *Estudo bíblico:* elaboração livre feita pelos obreiros, associando o consumo de álcool e drogas ao demônio. *Testemunho:* dado pelos residentes convertidos e que se desempenhavam bem nas tarefas, seja da chácara ou das atividades na cidade. *Pregação:* consistia na interpretação livre de versículos bíblicos (Bíblia Sagrada, 1995) conforme o ponto de vista dos obreiros, que eram os únicos que podiam pregar.

Quadro 6: Os cultos da Fase II

<i>Horários</i>	<i>Desenvolvimento</i>
<i>Manhã (das 06h00 às 07h00, de 2ª a 6ª)</i>	- provérbio + oração
<i>Noite (das 20h00 às 21h00, de 2ª a 6ª)</i>	- oração, leitura e breve pregação
<i>Jejuns coletivos (equipe)</i>	- terças e quintas: 07h00 às 12h00 - sábados: 07h00 às 18h00

Fonte: Elaboração própria com base na experiência de internação (1987-1988)

Na cidade, pela manhã, era a mesma leitura do provérbio diário e a oração de joelhos, antes da saída para o trabalho às 8h para pegar o ônibus que leva para a região central de Porto Alegre/RS, quando *os irmãos internos da cidade*, coordenados pelo obreiro-chefe e sua esposa, eram distribuídos pelos bairros

da cidade para receberem as contribuições em dinheiro (carnês de contribuição em dinheiro, divididos em 12 parcelas) e também em bens (roupas, móveis, eletrodomésticos etc.) que ajudavam a manter a entidade, segundo Magrão.

Além da coordenação dos três residentes, eram o obreiro e sua companheira os responsáveis pelos contatos externos para agendamento das palestras em igrejas, clubes sociais e escolas públicas, privadas e confessionais etc. Essas palestras dadas pelo obreiro-chefe apresentavam o tratamento e depois os internos davam testemunho.

Esse *testemunho*, conforme recordado por Magrão, era também uma forma de *pregação involuntária em que se podia usar as gírias de nossas comunicações básicas para contar aquilo que Deus salvava os drogados das drogas*. Para dar testemunho, era preciso *estar indo bem no tratamento*, o que equivalia a *estar convertido e, conseqüentemente, fazendo proselitismo religioso*. Muito embora sempre mencionarem que o “*Desafio Jovem da Cidade de Viamão*” não tinha vínculos denominacionais e servisse a Deus voluntariamente, esse serviço voluntário era o que canalizava as contribuições das pessoas e das instituições para ajudar a manter a chácara.

Mesmo quem não se convertia, segundo Magrão, podia evidenciar certos sinais que indicavam a conversão, por exemplo, *repetir sempre diante dos demais que deixou as drogas por causa de Jesus Cristo*. Essas falas eram repetidas nos cultos internos da comunidade e também nas palestras em escolas e clubes de serviço, até mesmo em igrejas católicas e grupos espíritas.

Mas, quando se tratava de igrejas *pentecostais*, a evidência deveria ser dar glórias a Deus e também o falar em línguas estranhas, que é chamado de batismo no espírito santo ou selo da promessa (Bíblia Sagrada, 1995), uma manifestação comum em algumas religiões⁸ na Antiguidade, sendo também altamente significativa para a cultura religiosa pentecostal brasileira.

As palestras aconteciam no período noturno em igrejas de qualquer denominação, em clubes sociais como Lions e Rotary, quando *eram suspensas as atividades espirituais* (os cultos mencionados anteriormente), e pela manhã e à tarde (escolas, empresas e clubes de serviços). Havia também as atividades de *evangelização na rua*, que aconteciam no *centro de Porto Alegre*, sobretudo em *regiões conhecidas pelo consumo de drogas, zonas de prostituição e até mesmo dentro dos prostíbulos*, com periodicidade regular.

Nesses eventos, Magrão costumava *tocar o atabaque ou o bongô*, sendo o obreiro-chefe um *violonista e cantor de Feira de Santana/BA*. Apenas tocavam

8 Ver: <https://www.britannica.com/topic/glossolalia>. Acesso em: jul. de 2022.

canções evangélicas, ou músicas de crentes, que eram os únicos tipos de músicas que *se podia ouvir e tocar*. A participação em cultos cristãos, de caráter obrigatório, só era permitida em igrejas protestantes pentecostais, conforme Magrão. Nas igrejas católicas e espíritas, eles só iam para fazer carnês de contribuição em dinheiro ou buscar donativos em espécie, como roupas, alimentos não perecíveis e outros bens.

Com base nessa narrativa, em que as lembranças/contribuições de Magrão são apresentadas como palavras e expressões em itálicos, passamos a traçar algumas considerações analíticas sobre a experiência vivida sob regime de internação para tratamento na comunidade terapêutica “Desafio Jovem da Cidade de Viamão”, agora na condição de pesquisador.

Começamos pela entrevista, a qual não aclarou acerca de em que consistia o tratamento, mas que serviu para evidenciar um caráter autoritário aplicado à gestão do tratamento e que é próprio do paradigma proibicionista: ele não busca construir uma solução, mas apenas impor uma interdição.

Magrão viveu a experiência de segregação no Brasil presidido por José Sarney (1985-1989) e durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, cujos trabalhos foram encerrados em setembro de 1988; portanto, após sua alta.

Contudo, levando em consideração nossas leituras de referência (De Leon, 2003; IPEA, 2017; CFP, 2011; 2018), as Resoluções da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), que pela primeira vez disciplinou essas entidades, a RDC 101/2001 e RDC 29/2011 (Brasil, 2001; 2011a) e também a Portaria 3.088/2011 (Brasil, 2011b), que as inseriu como parte do acervo do Sistema Único de Saúde (SUS), foi fortemente perceptível que, especialmente no caso do modelo protestante pentecostal ou neopentecostal, os tratamentos e práticas permanecem muito similares.

Sobre a Fase I, um dia inteiro tinha a duração básica de 15 horas e 30 minutos em atividades iniciadas às 06h30 e concluídas às 22h00. Dessas, 6h e 30min, ou um terço do dia, correspondia às *terapias espirituais*, que *eram de participação obrigatória; não se tratava de assistir* aos cultos nos períodos da manhã e da noite, mas de *participar efetivamente em todas as atividades de culto*.

Portanto, mais de um terço do período de permanência em vigília era destinado à inculcação religiosa. No limite, segundo Magrão eles eram ensinados *a cultuar Deus com a própria vida, o que exigia se manifestar, orar, chorar, agradecer e suplicar a Deus*. Eram esperadas dos internos *a obediência e a submissão, às quais, pela humildade do interno, quebravam as maldições familiares ou adquiridas*. Dessa maneira, as tensões e conflitos no convívio diário eram resolvidos pela *quebra do eu* do interno. Obviamente, os erros da equipe terapêutica não

eram tratados na frente de quem estava em recuperação, para não comprometer a autoridade de cada um.

Concernente à *terapia material*, que são simplesmente as atividades de manutenção, conservação e reforma de pequena propriedade rural, assim como a horta e eventualmente o manejo de pequenos animais (umas poucas galinhas e três patas), o que também incorre no risco de exploração de mão de obra, é importante considerar junto com Nascimento (1990; 1991) sobre uma antiga e equivocada crença, mesmo entre terapeutas ocupacionais, de que qualquer tipo de atividade laboral pode ser considerada *a priori* como terapêutica.

Bastaria, para tanto, que o profissional encarregado de desenvolver e aplicar tais atividades as utilizasse com o objetivo de aperfeiçoar uma terapia. A autora percebeu em suas investigações que, muitas vezes, as atividades são consideradas como uma espécie de remédio moral (Nascimento, 1991; 1990).

Mas ela adverte que essa é uma crença equivocada e que não há a mínima base científica que apoie essa ideia de um sistema ou organização de atividades que por si só ou pelas intenções de seus organizadores se constitua como um programa de rotinas terapêuticas em um ambiente de convívio intenso em que sejam alegadas condições ou propriedades de cura pelo trabalho (Nascimento, 1990; 1991).

Essa concepção enfoca unicamente no ângulo moral da questão, conforme o pressuposto manifesto no ditado popular, muito bem lembrado pelo Magrão: *cabeça vazia é oficina do diabo*. Ele era exaustivamente lembrado ao coletivo de residentes como forma de estímulo à participação e ao autocomprometimento com a operacionalização da vida comunal.

A respeito da Fase II, há o mesmo enfoque religioso determinando os limites das interações internas e externas à *casa da cidade*, agravado pelo fato de haver uma intensa atividade de mobilização de ativos, tanto na forma de dinheiro quanto de bens.

Há um problema que pode inclusive levar à prática de conduta definida como crime no Código Penal brasileiro (Brasil, 1940): enriquecimento sem causa, constituindo-se em uma conduta ilícita por parte da entidade. Isso porque os internos *trabalham e produzem dinheiro e bens, mas não há ganhos para eles. Tudo o que recebiam era para manter a obra de deus*. O argumento era que estavam contribuindo para que outros consumidores abusivos também tivessem um lugar para se tratar. Esse problema de exploração de mão de obra, passados mais de trinta anos, também foi detectado na investigação realizada pelo CFP (2011; 2018).

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi compreender, descrever e analisar o tratamento em uma comunidade terapêutica religiosa, tendo como problema de pesquisa a controvérsia sobre eficácia ou a ineficácia desse tipo de tratamento. Seu objetivo foi alcançado, ao apresentarmos as origens recentes dessa instituição (Jones, 1972; De Leon, 2003). Além disso, também apresentamos as características mais gerais da comunidade terapêutica no Brasil, bem como descrevemos e analisamos aspectos do tratamento a que Magrão esteve submetido na comunidade terapêutica “Desafio da Jovem da Cidade de Viamão/RS”.

Nossa hipótese de trabalho – a de que a recuperação ou cura era uma mudança de papéis sociais: de consumidor abusivo de álcool e/ou drogas para ex-consumidor, convertido ao modelo religioso adotado pela instituição que oferece o tratamento – foi razoavelmente confirmada. Como evidenciou o Magrão ao apresentar algumas regras da casa no 2º parágrafo da página 13, a terapia consistia numa tentativa de apagamento ou substituição das experiências e vivências anteriores por uma massiva pregação cristã na chave protestante pentecostal, que era como o *Desafio Jovem da Cidade de Viamão* se identificava, conforme explicitado na página 6.

Essa terapia é o pano de fundo do tratamento alternativo na comunidade terapêutica, a qual seria mais bem descrita se chamada de tentativa de “lavagem cerebral” pela via religiosa. Como Magrão indicou, ele nunca foi atendido por profissionais da área da saúde no tratamento; somente pela via religiosa, isto é, pela crença na divindade, os internos alcançariam a cura ou recuperação.

Assim, na tríade identificada pelo IPEA (2017), o *trabalho* se refere unicamente às atividades de conservação, manutenção e reforma do ambiente rural. A *disciplina* se refere à aplicação da obediência e da submissão às regras e às ordens advindas da liderança do programa. Por fim, a *espiritualidade* é identificada com a repetição de palavras de agradecimento e devoção à divindade que a comunidade terapêutica seguia e cultuava, conforme apontado nas páginas 13 e 14.

Em síntese, as atividades de cultos e encontros, assim como as reuniões de enfrentamento, assemelham-se bastante aos cultos de igrejas reformadas que adotam a perspectiva pentecostal. Para confirmar nossa percepção, assistimos cultos em quatro igrejas evangélicas do município das denominações: Assembleia de Deus (2 cultos); Evangelho Quadrangular (1 culto) e Missão Encorajamento (1 culto). O objetivo foi compreender e comparar as dinâmicas dos eventos: cânticos, testemunhos, avisos, pregação.

Apenas a coleta de dízimos e ofertas que ocorria nas igrejas visitadas nunca foi percebida nas comunidades terapêuticas. Nesse sentido, nossa conclusão é a de que o processo de troca de papéis sociais é mediado pelo culto religioso, que leva indevidamente, a nosso juízo, o nome de terapia. Entendemos que esta conclusão tem consequências importantes. A principal delas é colocar em xeque a controversa Portaria 3.088/2011, que inseriu a comunidade terapêutica no SUS sem estudos e investigações aprofundadas e detalhadas das atividades e dos resultados obtidos nesse modelo alternativo de tratamento.

Com base no investigado, nota-se a urgente necessidade de suspender o repasse de dinheiro e recursos públicos às comunidades terapêuticas em todo o Brasil. Como evidenciado em outro trabalho (Souza e Gomes, 2017), há políticos ligados à Bancada Evangélica que mobilizam vultosas verbas para comunidades terapêuticas. Mas não há prestação de contas que evidenciem resultados minimamente positivos dos tratamentos alternativos desenvolvidos em comunidades terapêuticas brasileiras.

Finalizamos recordando a importância que Becker (2015) atribuiu aos trabalhos de investigação etnográfica, por propiciar o desenvolvimento de uma compreensão bem mais precisa, sistematizada e organizada sobre a cultura e funcionamento de grupos que se organizam às margens do regramento social aceito pela maioria. Defendemos que mais comunidades terapêuticas em todo o Brasil sejam visitadas, pesquisadas e investigadas, e que os resultados de seus tratamentos, positivos ou negativos, sejam divulgados publicamente, com a devida preservação das identidades. Não se pode “curar ou recuperar” alguém sistematizando a utilização do placebo.

Referências

- AGOSTINHO Santo, Bispo de Hipona. *O livre-arbítrio*. 4. ed. São Paulo, Paulus, 1995.
- ANVISA. *Resolução da diretoria colegiada nº 101*. São Paulo, ANVISA/SENAD, 2001.
- ANVISA. *Resolução da diretoria colegiada nº 29*. São Paulo, ANVISA/SENAD, 2011.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 2ª ed. [com novos capítulos]. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.
- BERGERON, Henri. *Sociologia da droga*. Trad. Tiago José Risi. Aparecida/SP, Idéias & Letras, 2012.
- BÍBLIA SAGRADA. Português. *Bíblia de Estudo Pentecostal: contendo o antigo e o novo testamento*. Edição Revista e Corrigida. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro, CPAD, 1995, p. 1090-1100.

- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e/ou drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: jul. de 2022.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. *Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas*. Brasília, 2011.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017*. Brasília, 2018.
- DE LEON, George. *A comunidade terapêutica: teoria, modelo e método*. São Paulo, Loyola, 2003.
- IORE, Maurício. *Uso de drogas: controvérsias médicas e debate público*. Campinas, Mercado de Letras, 2007.
- IORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso). São Paulo, v. 92, 2012, pp. 9-21.
- FERNANDES, Florestan. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo, EdUSP, 1970.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, IFCH-Unicamp, 1993.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al* (Orgs.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2012.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. 13ª ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Editora Vozes, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Rubí/Barcelona, Anthropos Editorial; Concepción, Universidad de la Concepción; Caracas, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HAMMERSLEY, Martyn e ATKINSON, Paul. *Ethnography: principles in practice*. London, Tavistock, 1983.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Nota técnica nº 21 sobre perfil das comunidades terapêuticas brasileiras*, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

- JONES, Maxwell. *A comunidade terapêutica*. Trad. Lúcia de Andrade Figueira Bello. Petrópolis, Editora Vozes, 1972.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/08.pdf>>. Acesso em: jun. 2021.
- MOTA, Leonardo de Araújo. *Dependência química: problema biológico, psicológico ou social?*. São Paulo, Paulus, 2007.
- NASCIMENTO, Beatriz Ambrosio do. O mito da atividade terapêutica. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, ago. 1990.
- NASCIMENTO, Beatriz Ambrosio do. Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- SOUZA, André Ricardo de e GOMES, Ronaldo Martins. Reflexões sobre as religiosas comunidades terapêuticas a partir de algumas unidades paulistas. *Debates do NER*. Porto Alegre, v. 1, 2017, pp. 283-305.
- SOUZA, André Ricardo de e GOMES, Ronaldo Martins. Nuanças e controvérsias do apoio religioso a dependentes químicos. *Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR*, 2015.
- SCHATZMAN Leonard e STRAUSS, Anselm Leonard. *Field Research: Strategies for a Natural Sociology*. New Jersey, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1973.
- WILKERSON, Davis. *A cruz e o punhal*. Curitiba, Editora Betânia, 1983.

Recebido em: 26/07/2023

Aprovado em: 12/09/2023

Como citar este artigo:

GOMES, Ronaldo Martins. A cura em uma religiosa comunidade terapêutica: memória coletiva, ritos e mudança de papéis sociais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 933-958



A cidadania plena de mães de pessoas com deficiência: silêncios, descasos e possíveis caminhos¹

Marina Dias de Faria²

Sílvia Portugal³

Resumo: O artigo discute as estruturas de gênero e capacitistas de poder como obstáculos para a cidadania plena das mulheres que são mães de pessoas com deficiência. Ele se orienta pela seguinte pergunta de pesquisa: qual o impacto do capacitismo e do discurso do cuidado como atribuição feminina no impedimento à cidadania plena das mulheres que são mães de pessoas com deficiência? Para prover sustentação a tal discussão, dirijo meu foco ao Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em Portugal, em 2019. Os resultados sugerem que o Estatuto deixa de lado questões relacionadas às especificidades acerca do que é ser mãe de uma pessoa com deficiência.

Palavras-chave: cidadania; pessoas com deficiência; capacitismo; cuidado.

1 A presente pesquisa foi realizada com financiamento de bolsa de investigação atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia proveniente do Orçamento de Estado e do orçamento comunitário por meio do Fundo Social Europeu (FSE) e do Programa Por_Centro.

2 Universidade de Coimbra (UC) – Coimbra – Portugal – marinadfaria@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-6334-145X> – <http://lattes.cnpq.br/3940855790588364>.

3 Universidade de Coimbra (UC) – Coimbra – Portugal – sp@fe.uc.pt – <https://orcid.org/0000-0002-7044-7946> – Ciência ID: <https://www.cienciavitaet.pt/portal/4115-CCAF-11A7>.

The full citizenship of mothers of people with disabilities: silences, neglect and possible paths

Abstract: *The paper discusses gender and empowerment structures power as obstacles to full citizenship for women who are mothers of people with disabilities. I have as a research question: What is the impact of ableism and the discourse of care as a female attribution in preventing full citizenship of women who are mothers of people with disabilities? To support this discussion, I direct my focus to the Statute of the Informal Caregiver, approved in Portugal in 2019. The results suggest that the Statute leaves aside issues related to the specifics of what it is like to be a mother of a person with a disability.*

Keywords: *citizenship; disabled people; ableism; care.*

La ciudadanía plena de las madres de personas con discapacidad: silencios, abandonos y caminos posibles

Resumen El artículo analiza las estructuras de género y empoderamiento como obstáculos para la ciudadanía plena de las mujeres que son madres de personas con discapacidad. Tengo como pregunta de investigación: ¿Cuál es el impacto del capacitismo y el discurso del cuidado como atribución femenina en la prevención de la ciudadanía plena de las mujeres madres de personas con discapacidad? Para apoyar esta discusión, dirijo mi atención al Estatuto del Cuidador Informal, aprobado en Portugal en 2019. Los resultados sugieren que el Estatuto deja de lado cuestiones relacionadas con las especificidades de lo que es ser madre de una persona con un discapacidad.

Palabras clave: ciudadanía; Personas discapacitadas; capacitismo; cuidado.

Introdução: A relação entre o cuidado e o capacitismo com a identidade e o silenciamento das mães

O presente ensaio é oriundo da reflexão de Pateman (2010) sobre cidadania plena para mulheres. Em seu texto *Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos* – publicado em um número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais sobre Estudos Feministas e Cidadania Plena* –, a autora discute as estruturas de gênero e raciais de poder que obstruem de forma sistemática a cidadania das mulheres. A autora defende que a cidadania plena se baseia no princípio de que “todos/as os/as cidadãs/ãos devem ser considerados/as e aceites

como membros iguais das suas sociedades num sentido substantivo e não meramente formal” (Pateman, 2010: 30). Na introdução dessa mesma edição temática, Bebiano e Ramalho (2010: 5) levantam diversos questionamentos que culminam com a seguinte pergunta: “Estão as mulheres agora incluídas no contrato social?”

Motivada por tais reflexões que, embora tenham sido publicadas há mais de 10 anos, continuam muito atuais, propõe-se com este ensaio uma discussão crítica acerca das estruturas de gênero e capacitistas de poder que obstruem de forma sistemática a cidadania das mulheres que são mães de pessoas com deficiência (PcD). Ao discorrer sobre o capacitismo, fundamento-me na afirmação de que a discriminação e a opressão de corpos que não correspondem à idealizada normalidade de um suposto corpo-padrão, raízes do capacitismo (Pereira, 2008), atingem diretamente as mulheres que são mães de PcD, mesmo que elas próprias não sejam PcD.

Ao focar especificamente na vivência de tais mulheres, apresento a seguinte pergunta de investigação: qual o impacto do capacitismo e do discurso do cuidado como atribuição feminina no impedimento à cidadania plena das mulheres que são mães de pessoas com deficiência?

O presente ensaio propõe discussões centradas nas contribuições de teóricas feministas que podem ajudar a refletir criticamente acerca da vivência da deficiência, bem como a discutir as evidências dos impactos do capacitismo e do “mito da mãe perfeita” na identidade das mulheres que são mães de PcD. Adicionalmente, coloca-se em foco o *Estatuto do Cuidador Informal*, aprovado em Portugal em 2019, empreendendo-se uma análise do documento e apresentando reportagens divulgadas em jornais portugueses que reverberam os problemas e potencialidades de tal Estatuto. O trabalho também comporta uma análise da gravação em meio audiovisual do debate público sobre as medidas de intervenção junto aos cuidadores informais, realizado no mês de fevereiro de 2018 no parlamento português.

Pensar a questão dos impedimentos à cidadania plena das mulheres que são mães de pessoas com deficiência por meio das questões levantadas pelos movimentos de cuidadoras informais tem sua relevância acrescida pelo enfoque em duas problemáticas fundamentais: o discurso patriarcal do cuidado como atribuição feminina e o capacitismo como forma de opressão extensiva às mães de PcD. Soeiro e Araújo (2020) reforçam a importância do movimento dos cuidadores e das cuidadoras informais para forçar a discussão política em torno de uma das dimensões mais importantes do trabalho reprodutivo não remunerado.

A respeito da questão do cuidado, Alves (2014) ressalta que sua importância não é reconhecida socialmente e alerta que esse não reconhecimento possui

graves impactos na vida de quem cuida. No mesmo sentido, Pateman (2010) alerta que o não reconhecimento do trabalho executado pelas mulheres cuidadoras leva ao menosprezo do seu papel como cidadãs. Registra-se uma desvalorização histórica dos cuidados informais e dos chamados trabalhos não remunerados de reprodução social (Soeiro, Araújo e Figueiredo, 2020). Já autoras como Garland-Thomson (2019) ressaltam a importância de que os Estudos Feministas da Deficiência se contraponham criticamente a tal cenário em sua perspectiva anticapacitista. A despeito das várias discussões de autoras feministas sobre o cuidado, é preciso salientar que tal discussão, quando feita no âmbito dos Estudos da Deficiência, ganha outros contornos. O cuidado é rechaçado por ativistas da deficiência que o compreendem como uma categoria reificadora de estigmas, incapacidade e infantilização da pessoa com deficiência (Fietz e Mello, 2018).

Ao discorrer sobre o capacitismo, baseio-me na afirmação de que a discriminação e a opressão de corpos que não correspondem à idealizada normalidade de um suposto corpo-padrão atingem diretamente as mulheres que são mães de PcD, mesmo que elas não sejam PcD. Tal premissa se ancora em teóricos como Goffman (2008), o qual enfatiza que o estigma das PcD não se restringe a tais indivíduos – toda a família tende a ser estigmatizada. Outros estudos mais recentes, como o conduzido por Faria (2020), mostram que, muito embora toda a família seja impactada pela presença de uma pessoa com deficiência, é a identidade da mãe que se modifica completamente, sem perspectiva de retorno.

Enquadramento teórico

O capacitismo e os Estudos Feministas: silêncios e possibilidades de diálogos

Uma relação epistemológica entre os Estudos Feministas e os Estudos da Deficiência é proposta por algumas teóricas, que sugerem os Estudos Feministas da Deficiência como campo do conhecimento em que a deficiência se inscreve como resultado de um sistema de opressão e não como uma questão médica. Aqui se recorre à reflexão de que o feminismo – particularmente quando se aproxima de ideias liberais – se mostra extremamente nocivo às mulheres com deficiência, ao não deixar espaço para seus corpos. Um exemplo de tal mecanismo ideológico de silenciamento pode ser observado nas discussões da ética feminista do cuidado, âmbito em que usualmente se coloca as mulheres com deficiência como incapazes de cuidar e como corpos que precisam de cuidados de outras mulheres, nomeadamente aquelas sem deficiências (Garland-Thomson, 2019).

Nesta seção, tomei como escolha metodológica não dialogar com autoras alinhadas aos Estudos Feministas da Deficiência, optando por aportar reflexões de autoras feministas em obras que não abordam a questão da deficiência. Meu objetivo foi reforçar que novas pontes teóricas podem e devem ser feitas com tais autoras e os estudos da deficiência. Tais estudos abordam questões interseccionais de gênero, raça e classe, conquanto não considerem em suas discussões a opressão do capacitismo. Ainda assim, defendo que suas reflexões podem ser efetivas para reflexão crítica acerca do capacitismo, especialmente no que diz respeito à chamada barreira do falar imposta às pessoas com deficiência.

Djamila Ribeiro (2017) argumenta que a linguagem dominante pode ser usada como forma de manutenção de poder que exclui pessoas que foram apartadas do sistema educacional. Tal sistema se baseia integralmente em escalas estabelecidas com base em modelos de desenvolvimento capacitistas. Sendo assim, as crianças com deficiência experienciam desde cedo sua exclusão real e/ou simbólica do sistema educacional (Lopes e Marquezan, 2000), tendo, desde então, ceifado seu direito de fala – a barreira do falar nos Estudos da Deficiência (Hanisch, 2011) –, passando a depender de suas mães como suas “porta-vozes”.

Ainda com base nas afirmações de Djamila Ribeiro (2017), apporto para a presente discussão a ideia de universalidade. Ao se referir às pessoas brancas, a autora pondera que elas julgam falar por todos, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais. Tal reflexão é muito importante para o enfoque teórico em PcD. O movimento anticapacitista costuma utilizar o “Nada sobre nós sem nós” para reivindicar protagonismo em qualquer ação/política pública/discussão que foca nas questões da deficiência. Contudo, a realidade parece ser bem diferente. Raras vezes as PcD têm suas reivindicações ouvidas. No que tange às políticas públicas, por exemplo, o que se vê são indivíduos sem deficiências impondo ações baseadas na ideia do corpo padrão como universal (Burke et al., 2017).

Como outra autora a aditar profícuas contribuições para a discussão sobre vozes silenciadas, Spivak (2021) alerta que os grupos subalternos não têm direito à voz por estarem em um lugar no qual sua humanidade não foi reconhecida. No caso de PcD, a subalternidade é notória – e sua humanidade se encontra sempre em perspectiva. Assim, tal grupo subalterno não pode falar, ou, ao menos, não pode falar sobre determinados assuntos. Nesse contexto, ao abordar especificamente a problemática da opressão dirigida às mulheres negras, Kilomba (2012) levanta três questões fundamentais: quem pode falar? O que acontece quando nós falamos? Sobre o que nos é permitido falar?

Sabe-se que as PcD estão autorizadas – pelo menos, algumas dentre elas – a falar sobre acessibilidade, sobre suas deficiências e, em épocas específicas, sobre questões relacionadas a esportes e artes. No mais, tais pessoas não têm seus saberes reconhecidos. Ribeiro (2017) lembra que grupos que não podem acessar certos espaços acabam por não ter suas epistemologias presentes. Nesse sentido, ainda que não exclusivamente, o epistemicídio das pessoas com deficiência passa também pela ausência de tais indivíduos nos ambientes escolares, universitários, mercado de trabalho, entre tantos outros. Aqui também se pode fazer a ponte com as vivências das mães de PcD: ao voltarem suas vidas para os cuidados com seus filhos e suas filhas, tais mulheres desaparecem de diversos espaços públicos e, juntamente com elas, são retirados de cena seus conhecimentos e suas reivindicações (Tabatabai, 2020).

Todas as reflexões propostas até esse ponto se fundamentam no fato de que as pessoas com deficiência ocupam um degrau muito baixo na hierarquia social. Valho-me aqui da afirmação de Santos (2013) de que não é possível pensar em diferença sem pensar em hierarquia. Afirmando que o conceito ocidental de diferença literalmente cria as diferenças, a autora pondera sobre a possibilidade da reinvenção da diferença como positiva. Tal ponderação se apresenta como fulcral para começar a pensar na ideia – agora utópica – de que as PcD não são inferiores às pessoas sem deficiência.

Ainda com base nas elaborações de Santos (2013), cabe enfatizar que o sexismo científico exerce um papel importante para legitimar a inferioridade das mulheres. A mesma relação pode ser realizada no que diz respeito às pessoas com deficiência submetidas ao modelo médico da deficiência. A explicação científica e a busca médica da cura/superação da deficiência são elementos centrais na elaboração social de PcD como inferiores. Por essa mesma razão, apresentam-se alguns autores que defendem a perspectiva do modelo biopsi-cossocial, no qual a deficiência não se configura como um atributo do indivíduo, mas antes como resultado de uma complexa interação entre o sujeito e o contexto no qual está inserido (ver Fontes, 2016; Hall e Kearns, 2001).

Para complementar a discussão acerca do capacitismo, trago a definição apontada por Scott (1996) – embora tal proposição também já tenha sido realizada por muitas autoras – acerca de “gênero”, em oposição a “sexo”, como forma de indicar “construções culturais”, vale dizer, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Tal preocupação em trazer o conceito de gênero para discutir construções culturais pode ajudar a entender o quão estruturante se mostra o capacitismo. Quando discorreremos acerca de PcD, sequer é discutida a possibilidade de naturalização sobre esse

tipo de distinção. Em outras palavras, o termo “deficiente” é intimamente associado a uma perspectiva médica da deficiência; não há outro termo para falar de PcD com base no modelo biopsicossocial da deficiência. Em resumo, não se pensa na deficiência como construção social/cultural nem mesmo em termos de linguagem.

Ser mãe de uma pessoa com deficiência: identidade, responsabilização e cuidado

A expansão da família por intermédio da vinda de um filho ou uma filha carrega muitas expectativas, que costumam ser frustradas se, eventualmente, os pais recebem a notícia de que a criança apresenta algum tipo de deficiência. Além da quebra de expectativas, é comum os pais se sentirem despreparados para exercer os cuidados especiais do bebê (Bastos e Deslandes, 2008; Marson, 2008).

Ainda que muito se fale sobre a notícia da deficiência de um/a filho/a para a família, é fundamental destacar que, para a mãe, tal notícia se configura como um golpe para a autoestima, resultando em sentimento de culpa por não ter gerado o “filho perfeito” (Calvasina et al., 2007). Ao estudar as representações sociais e a Síndrome de Down, Paixão (1997: 2144) observou que “a depreciação da criança é sentida pela mãe como uma depreciação de si própria”. No âmbito da sociedade, muitos são os actantes que contribuem para a acentuação do mito do filho perfeito, dentre os quais vale destacar o papel das propagandas, que exibem exaustivamente a imagem da mãe “ideal” com seus filhos “perfeitos” em momentos felizes e livres de problemas (Meneses e Miranda, 2015). Há então a atmosfera ideal para a perpetuação do sentimento de culpa por parte da mãe por ter gerado um/uma filho/filha que não atende aos padrões de perfeição socialmente estabelecidos. Isso faz dela, aos olhos da sociedade capacitista, uma mãe imperfeita.

Em tal cenário, Tabatabai (2020) levanta um ponto muito importante que diz respeito ao papel da ideologia neoliberal, a qual enfatiza a autossuficiência, a independência e a responsabilidade individual. Nesse sentido, espera-se que as pessoas possam cuidar de si individualmente, deixando de lado o coletivo. Em outras palavras, para o neoliberalismo, o “bom cidadão” é, acima de tudo, autônomo. Tais ideias estão infiltradas no discurso da “boa mãe” que deve renunciar a muitas coisas em suas vidas para suprir as dificuldades trazidas pela falta de autonomia de seus filhos e suas filhas com deficiência.

De acordo com os principais teóricos focados nas teorias da justiça, a dignidade pessoal está intimamente relacionada com a independência. Consequentemente, os cuidados recebidos pelas pessoas com deficiência são vistos como uma tentativa de alcançar a maior autonomia possível. Contudo, os seres humanos estão naturalmente sujeitos a períodos de dependência. Sendo assim, Kittay

(2011) propõe que, em vez de ver a assistência como uma limitação, pode-se considera-la como um recurso na base de uma visão de sociedade capaz para dar conta das inevitáveis relações de dependência entre “desiguais”, garantindo uma vida plena tanto para a cuidadora – como vimos, na maioria das vezes, a mãe – quanto para o/a cuidado(a).

O que subexiste, entretanto, é a cobrança de um cuidado incondicional com a busca por atender ao mito da mãe ideal, o que, muitas vezes, tem como resultado a culpabilização materna, que é refletida em diversos aspectos da vida dessas mulheres (Lima e Botelho, 2014). Em resumo, a opressão do capacitismo centrada em corpos e mentes “perfeitos” ou “normais” e o discurso do cuidado como função feminina funcionam em articulação para que “ser mãe de uma pessoa com deficiência” seja um rótulo que determina a identidade de tais mulheres, estigmatizando-as e moldando seus papéis sociais.

Cuidado e dependência: a importância da relação na experiência da deficiência

A despeito da existência de toda a discussão apresentada na seção anterior, em muitos momentos, a reflexão sobre o cuidado cai na simplificação de atribuir à falta de opção de cuidados formais a existência de cuidadoras(es) informais. Nesse sentido, Alves (2013) lembra que, para seguir com tal discussão, é fundamental lembrar que afirmar que as famílias cuidam por falta de alternativas formais, que deveriam ser fornecidas pelo Estado, é simplificar uma questão extremamente complexa. As motivações para o cuidado são muito profundas. Ademais, a importância simbólica da relação de cuidado na vida de quem cuida e a retribuição afetiva que essa relação oferece mostram como as relações de cuidado são sensíveis, sobretudo em nível simbólico. Em outras palavras, a autora afirma que a fragilidade do Estado Social é somente uma parte das razões que levam as pessoas a cuidarem de seus familiares.

Diante dessa perspectiva, cabe o questionamento sobre o programa Modelo de Apoio à Vida Independente – MAVI (Portugal, 2017) – como forma única de lidar com a questão das mães como cuidadoras informais de seus filhos e suas filhas com deficiência. Ou seja, não há elementos para pensar que somente o fato de as pessoas com deficiência passarem a ter acesso a cuidadores formais, base do MAVI, faria suas mães deixarem de ser cuidadoras informais. Para Alves (2013), os pais e as mães que cuidam não querem ser substituídos por cuidadores formais, uma vez que a relação do cuidado informal é uma relação de dádiva, fundada no amor, na relação parental, na reciprocidade afetiva, que parece bastar a si própria.

Outro ponto importante para essa discussão é a centralidade na dicotomia dependência e independência trazida pelo MAVI, atrelando a dependência à fragilidade. Sobre tal questão, Eva Kittay (2015) observa que os humanos desprezam a dependência. Para a autora, trata-se de uma contradição, uma vez que a dependência de outros permite cuidados necessários, conhecimento, cultura, tecnologia e bens políticos, sociais e econômicos – a condição *sine qua non* da vida humana em qualquer época. Em outras palavras, existem razões históricas, ideológicas e estruturais pelas quais muitas vezes nos recusamos a reconhecer nossa dependência. Tal recusa tem impactos negativos e de distinção no que diz respeito à deficiência, reforçando o capacitismo.

Clímaco (2020), por sua vez, afirma que, em diversos aspectos, a lógica da independência e a ética do cuidado foram silenciadas no próprio movimento de pessoas com deficiência. A autora destaca que os primeiros teóricos – que eram, em sua maioria, homens, brancos, adultos com lesão medular – se focaram na visão de que estar aos cuidados de alguém evidencia uma posição de subalternidade e opressão. Para tais acadêmicos, ter um corpo que demandava cuidados significava um aprisionamento a categorias biomédicas das quais eles procuravam se desvencilhar. O foco desses autores pioneiros se dirige, portanto, a quem recebe o cuidado, não no trabalho silenciado e invisibilizado das cuidadoras, remuneradas ou não.

Em um texto com foco no adoecimento crônico, Portugal (2021) afirma que pensar no cuidado convoca um conjunto complexo de fatores, uma vez que é necessário considerar o contexto macrossocial sem perder a perspectiva de ser uma experiência única e com forte dimensão subjetiva. A autora defende a importância da “relação” para a expressão da experiência do adoecimento crônico. Para isso, ela apresenta três paradigmas: do cuidado, das redes e das dádivas, que têm relação com o conceito central. Todos esses paradigmas e a centralidade da reação parecem ser muito importantes para a questão do cuidado relacionado a pessoas com deficiência.

Sobre o paradigma da dádiva, Alves (2013) salienta que tal perspectiva pode ajudar a entender o cuidado para além de uma relação utilitarista. Isso porque, nessa visão, o dom é toda a prestação de bens ou serviços efetuada, sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou restabelecer os laços sociais entre as pessoas. O dom serve para criar relações, ou seja, na dádiva, o que importa é o laço. Trata-se de um ciclo: dar, receber, retribuir. Tal ciclo contraria a lógica do objetivo de saldar dívida. Em outras palavras, a dádiva se afasta completamente da lógica do mercado (Godbout, 2002).

Metodologia

No presente ensaio, levantamos discussões com o objetivo de analisar o impacto do capacitismo e do discurso do cuidado como atribuição feminina no impedimento à cidadania plena das mulheres que são mães de pessoas com deficiência. Para tal, inicialmente, foi feito um levantamento teórico centrado em três principais pontos: (1) possíveis contribuições de Estudos Feministas na discussão do capacitismo; (2) a relação do mito do filho perfeito com a naturalização das mães como cuidadoras de filhos e filhas com deficiência; e (3) a vivência da deficiência sob o ponto de vista das relações e da dependência.

Em um segundo momento, analisamos o Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em 2019 em Portugal⁴. O Estatuto regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada, estabelecendo as respectivas medidas de apoio.

Além do texto do Estatuto, também foram analisadas reportagens divulgadas em jornais portugueses com foco em benefícios e problemas advindos de tal Estatuto. Por fim, também foram analisadas as gravações em meio audiovisual do debate público sobre as medidas de intervenção junto aos cuidadores informais, realizado em fevereiro de 2018 no Parlamento português.

A análise dos depoimentos das mães de pessoas com deficiência em tal debate público foi fundamental na medida em que trouxe relatos autobiográficos. Nesse sentido, Alves (2014) destaca que as biografias de quem cuida refletem como a invisibilidade social do trabalho de cuidar repercute em inúmeros constrangimentos nas suas vidas. Tais constrangimentos foram fortemente apresentados pelas mães no Parlamento português. A mesma autora defende a importância do uso da narrativa oral como fonte de conhecimento e de reconhecimento do cuidado e do papel de cuidadora.

Em resumo, o artigo foi elaborado com base em revisão de literatura, análise documental e análise de dados secundários.

Resultados: o Estatuto do Cuidador Informal em Portugal e as mulheres que são mães de PcD

No dia 6 de setembro de 2019, foi aprovado em Portugal o Estatuto do Cuidador Informal. Mas muitas são as críticas e a falta de informação sobre tal documento. Nos meses de fevereiro e março de 2021, o Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais⁵ realizou uma pesquisa cuja proposta básica era identi-

4 O texto do Estatuto pode ser encontrado em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/100-2019-124500714>>.

5 Disponível em: <<https://movimentocuidadoresinformais.pt/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ficar o que é ser cuidador informal em Portugal. Foram reunidas respostas de 1800 pessoas. Cabe o fundamental destaque de que, segundo tal pesquisa, 86,6% das cuidadoras informais são mulheres. Assim, fala-se de “movimento dos cuidadores informais” e do “Estatuto dos Cuidadores Informais”, quando, na verdade, existem apenas cuidadoras informais. Nesse relatório, utilizo sempre “as cuidadoras informais” – o termo varia para o masculino apenas quando me refiro especificamente ao nome do Estatuto, que, infelizmente, foi elaborado sem considerar uma linguagem inclusiva de gênero.

A falta de preocupação do Estatuto com as particularidades decorrentes do fato de serem mulheres as principais cuidadoras informais de PcD foi ressaltada, antes mesmo da publicação do documento, pela professora Paula Campos Pinto, investigadora em Estudos da Deficiência, da Universidade de Lisboa, no debate público sobre as “Medidas de Apoio ao Cuidador Informal” que ocorreu em fevereiro de 2018 no Parlamento Português:

É preciso ter em conta a profunda desigualdade de gênero que existe nesta área dos cuidados informais e que, de facto, se traduz na sobrecarga das mulheres. É um peso muito desigual. São as mulheres que, de facto, sofrem o ‘burnout’ que aqui foi falado, os custos financeiros, emocionais etc. Tem efeitos a longo prazo que são muito penalizadores das mulheres [...] É preciso que o cuidado seja livre escolha, quer para quem cuida, quer para quem é cuidado.

Nessa mesma intervenção, a professora enfatizou que, no caso de PcD, é muito importante não se separar o debate das cuidadoras informais do debate sobre a rede de cuidados formais, estabelecendo, assim, a relação com a importância dos assistentes pessoais, que são ponto chave no modelo de Vida Independente que tem sido articulado em Portugal. Em 2017, o governo português considerou que “é essencial garantir condições para a autonomia e autodeterminação das pessoas com deficiência, pressupostos fundamentais da plena inclusão e da efetiva participação em todos os contextos da vida” (Portugal, 2017). Nesse sentido, o governo criou o Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), que vem sendo aplicado, sob forma de projeto piloto, e tem como principal objetivo oferecer condições de independência para as PcD por meio, principalmente, dos assistentes pessoais.

Concordando com a premissa de que a perseguição da independência das PcD pode ser um passo importante para que as mães cuidadoras informais tenham qualquer chance de reivindicar sua cidadania plena, levanto aqui uma indagação: é possível abandonar todas as questões enraizadas que colocam a mulher como cuidadora e responsável por ser uma “mãe perfeita” e passar a

acreditar em soluções rápidas de substituição do cuidado materno por assistentes pessoais? Os depoimentos pessoais de Helena Lagartinho e Ana Isabel de Almeida, mães e cuidadoras informais, durante a Discussão Pública de fevereiro de 2019, fornecem pistas de que tal dinâmica não será possível:

As minhas filhas são candidatas à Vida Independente [...]. Estão inscritas no programa MAVI da Vida Independente. Então e eu? Estes 24 anos dedicados a elas. Vou trabalhar? Não, porque tenho 60 anos, sou paciente oncológica, tenho 3 operações na coluna, vou fazer uma ao joelho agora porque sou eu que faço durante o dia 10 e 12 transferências de uma cadeira de rodas para a sanita [...] O que este Estatuto faz para mim? Porque ninguém vai me dar emprego! (Helena Lagartinho, depoimento pessoal no Parlamento, durante a Discussão Pública de fevereiro de 2019)

Há 23 anos, eu tinha 18 anos. Eu não estudei. Agora, digam-me: o que eu vou fazer da minha vida agora? [...] Durante 23 anos, ninguém quis saber de mim. Se eu comia, se eu bebia [...] que ser humano que eu era. Eu sou um ser humano. [...] Muito respeito pelas pessoas idosas, mas vocês também têm que olhar pelas mães que são mães com 20 anos, com 30 anos e que ficam as vidas delas todas empacotadas. (Ana Isabel de Almeida, depoimento pessoal no Parlamento, durante a Discussão Pública de fevereiro de 2019)

Os depoimentos confirmam as questões levantadas por Alves (2013) no que tange à complexidade de se resumir o cuidado informal à falta de amparo do Estado por meio do cuidado formal. A autora e as mães que deram os depoimentos demonstram claramente a profundidade e a importância simbólica do cuidar.

Nos dois depoimentos anteriores, também se enfatizou que foram elas, as mães, as responsáveis por fazer seus filhos e suas filhas ascenderem ao ensino superior e se desenvolverem de maneira geral. Nesse e em outros depoimentos registrados no mesmo debate, ficam claros dois pontos centrais: (1) não é possível, de um momento para o outro, pensar que projetos de Vida Independente por meio de assistentes pessoais (profissionais de cuidados remunerados) possam “devolver” a possibilidade de as mães de PcD serem cidadãs plenas; e (2) a construção social patriarcal da mãe como cuidadora e responsável por ser “perfeita” para seus/suas filhos/filhas, dando-lhes todas as condições para que eles e elas se desenvolvam, está muito presente e deve ser posta na mesa quando se fala de cidadania e mães de PcD. Nesse sentido, investigações como aquelas de Lima e Botelho (2014) e Meneses e Miranda (2015) trazem importantes

reflexões acerca de questões como a culpa materna associada ao mito da “mãe perfeita”, a qual deve ser capaz de gerar o “filho perfeito”.

Os depoimentos proferidos no Parlamento, por ocasião desse debate, deixam claro que são múltiplas e devem ser levadas em consideração as demandas, as reivindicações e as questões levantadas pelas cuidadoras de PcD. Tais especificidades as diferenciam, por exemplo, das cuidadoras informais de pessoas idosas com enfermidades. De tais falas autobiográficas e da pesquisa do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais (2021) advêm a maior reivindicação com relação ao Estatuto: “Ouçam as nossas necessidades, sempre que criarem os nossos direitos”. Por meio dessa assertiva, evidencia-se o silenciamento das cuidadoras. Tal silenciamento parece se apresentar como uma extensão da barreira do falar imposta às PcD. Conforme discutido anteriormente, é possível refletir com base na ideia de universalidade das falas dos opressores (Ribeiro, 2017). Criar um estatuto sem ouvir efetivamente as pessoas que são diretamente impactadas por ele parece sem propósito. Entretanto, de fato, configura-se aqui mais uma expressão da desigualdade de poder. Assim, tem-se a reprodução da errônea ideia de que pessoas sem deficiência e que não são cuidadoras e cuidadores informais podem falar por estas pessoas – equívoco que cria, mais uma vez, instrumentos de políticas públicas desconectadas com as necessidades dos e das principais interessados e interessadas (Burke et al., 2017).

Ainda com respeito à criação do Estatuto e às recorrentes reclamações por parte das cuidadoras de que o documento não atende às suas necessidades, pode ser útil pensar com base na afirmação de Pateman (2010: 30):

Tem sido mais fácil concretizar reformas jurídicas e políticas – embora ainda haja um longo caminho a percorrer em termos globais – do que mudanças nas práticas sociais, nas crenças e atitudes e nas concepções de masculinidade e feminilidade. Mas isto não é grande surpresa, pois o que está em causa são questões de poder e privilégio, de dominação e subordinação.

Nesse sentido, não obstante o Estatuto represente uma conquista jurídica e política para as cuidadoras, temos que pensar naquilo que ele deixa de fora, ausência que pode ser crucial para que relações desiguais no que diz respeito a gênero e capacitismo sejam perpetuadas.

Analisando especificamente o conteúdo do texto do Estatuto, é importante pontuar algumas questões bastante significativas para pensar as limitações do documento para contribuir para o avanço em direção à cidadania plena das mulheres que são mães de PcD.

Um primeiro ponto diz respeito à falta absoluta de menção às singularidades das PcD. O estatuto sequer apresenta explicitamente as palavras “deficiência” ou “deficiente” – as questões ali colocadas, como, por exemplo, os direitos das cuidadoras informais, não levantam pontos específicos sobre o cuidado de PcD. Todo o foco recai sobre as cuidadoras de pessoas acometidas por alguma doença.

Nesse ponto, cabe o aparentemente óbvio lembrete – embora frequentemente esquecido – de que deficiência não é doença. Por outro lado, ser cuidadora de uma filha ou um filho com deficiência tem particularidades muito específicas. Um exemplo envolve exatamente o fato de que a deficiência não tem cura. Assim, se uma pessoa nasce com deficiência, sua mãe – e, na maior parte das vezes, somente ela – será sua cuidadora para a vida toda. Em tal contexto, estudos como aqueles conduzidos por Fontes e Martins (2015) e Faria (2020) discutem a centralidade da mulher nos cuidados das PcD e apontam que as bases capacitistas completamente consolidadas fazem das PcD eternas dependentes.

Aqui devo atrair a atenção para a centralidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no Estatuto. Trata-se de mais uma evidência da previamente levantada questão de que o documento está focado principalmente em cuidadoras de pessoas com alguma enfermidade, não em cuidadoras de PcD. Outra preocupante questão que posso vislumbrar é a predominância do modelo médico da deficiência, deixando de lado o entendimento de que as barreiras para as PcD – e, conseqüentemente, para suas mães – se instituem como resultado da interação de tais pessoas com o contexto, e não como problemas individuais (Faria, 2020; Fontes, 2016). Em outras palavras, ao abordar o tema das cuidadoras de PcD com base no modelo médico da deficiência, corre-se o enorme risco de se pensar em soluções individuais ou em tentativas de superação da deficiência pelo indivíduo – sem olvidar que o ideal da superação acaba por sobrecarregar e culpar ainda mais mães.

Em artigo de opinião publicado no Jornal Público no dia 9 de outubro de 2020, a eurodeputada Marisa Matias defende a urgência de direitos plenos para cuidadores informais, bem como uma rede pública de cuidados formais. O artigo é elucidativo na forma como defende não haver cidadania plena para essas cuidadoras informais. No mesmo artigo, Marisa Matias destaca que a pandemia foi muito definitiva para as cuidadoras informais, que, com o fechamento de instituições e escolas, passaram a se dedicar integralmente ao cuidado. Artigos acadêmicos corroboram tal questão, evidenciando que, com a pandemia de Covid-19, a desigualdade de gênero foi agravada (Heinzelmann et al., 2021). Em outras palavras, a pandemia foi e continua sendo mais um ponto de sobrecarga das mães cuidadoras (Soeiro, Araújo e Figueiredo, 2020). Soma-se a tal questão

o fato de ser necessário discutir os efeitos da pandemia sobre PcD, especialmente no sentido da garantia da equidade no cuidado (Saldanha et al., 2021).

Conclusões: um caminho a percorrer

Início esta parte final do ensaio retomando a pergunta de Bebiano e Ramalho (2010: 5): “Estão as mulheres agora incluídas no contrato social?”. Tomando por parâmetro a análise aqui proposta, concluo que, no caso de mulheres que são mães de pessoas com deficiência, não há indicativos de que essa inclusão seja verificada na realidade prática. Tais mulheres só poderão começar a traçar um caminho para a cidadania plena quando – ou melhor, se – os cuidados informais e os serviços públicos na área dos cuidados profissionais conviverem de uma maneira harmônica e integrada.

Ainda que o estudo e os projetos de Vida Independente aportem novas perspectivas, deve-se atentar para o fato de que a articulação do patriarcado, do capacitismo e do capitalismo é bastante potente no que diz respeito à naturalização de PcD como eternas dependentes de suas mães, ao mesmo tempo em que colocam a independência como condição primeira para a vida como ser humano pleno. Nesse sentido, trazemos a reflexão de Soeiro, Araújo e Figueiredo (2020: 184):

[O Estatuto] concede reconhecimentos aos cuidadores e traz alívio para a pessoa cuidada, mas não é uma forma de transformação da lógica familista. Na realidade, os estudos apontam que a família pode sentir-se ainda mais obrigada à responsabilidade de cuidar, e fazer disso a sua vida.

Mesmo com o reconhecimento da óbvia importância do direito ao acesso aos serviços de assistentes pessoais remunerados para a busca da autonomia das PcD, reforçamos que seria um disparate ignorar que poder contar com um estatuto que atente a pontos específicos relativos às mulheres que são mães de PcD seria fundamental para o início de uma discussão da cidadania plena de tais mulheres.

Há duas esferas de análise/ação diversas. Na esfera individual, tais mulheres são pessoas que abandonaram seus empregos, seus estudos, sua rede de amigos e seu tempo de lazer desde o nascimento do(a) filho(a). Dedicando-se aos cuidados, elas são exemplos claros do ciclo da dádiva como forma de relação: dar, receber, retribuir. Seus direitos e sua individualidade não lhes serão devolvidos de um momento para o outro. Novos estudos devem ser conduzidos com o foco na teoria da dádiva. Outra dimensão importantíssima

envolve o espaço coletivo. Historicamente, no que tange à esfera social, as mulheres têm sofrido pressões patriarcais que lhes colocam como responsáveis integrais pelos seus filhos. Aqui, mais uma vez, não se pode crer que, em um estalo, tais mulheres serão dispensadas de precisar/poder exercer o “papel da boa mãe”, quando seus filhos e filhas se tornarem “seres independentes” com a ajuda de assistentes pessoais.

Estudos futuros podem trazer dados empíricos e propostas de soluções práticas para lidar com os desafios enfrentados pelas mulheres cuidadoras, sejam em regimes formais, informais ou voluntários de trabalho do cuidado. Também é frutífero que novas investigações foquem nas estruturas sociais na questão do cuidado. Seria interessante investigar como essas estruturas são construídas e reproduzidas na sociedade, bem como as formas como elas afetam as pessoas em diferentes posições sociais. Além disso, seria importante explorar as possibilidades de mudanças dessas estruturas, de modo a promover a igualdade e a justiça social.

Finalizo este ensaio com algumas importantes questões a serem pensadas e repensadas para buscar caminhos para a cidadania plena das mulheres que são mães de PcD. É possível falar em cidadania plena para mães de PcD na lógica capitalista? A quem serve o não questionamento do capacitismo? Quais mecanismos suprimem a voz de mulheres que são mães de PcD? Como ficam os direitos civis, políticos e sociais de tais mulheres no contexto da pandemia de Covid-19? É possível acreditar em mudanças sociais efetivas por meio do Estudo do Cuidador Informal, mesmo que este desconsidere o fator gênero? É possível pensar em cidadania plena para as mães cuidadoras informais de seus filhos e suas filhas com deficiência sem que as próprias PcD sejam cidadãs plenas?

Referências

- ALVES, Joana. As razões para (cui)dar: olhando o cuidado familiar a partir do paradigma da dádiva. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PósColoniais*. Pernambuco, v. 3, n. 1, 2013, pp. 175-193.
- ALVES, Joana. “O que eu faço tem valor”: discutindo o cuidado familiar e o reconhecimento. *Revista Ex Aequo*. Lisboa, v. 30, 2014, pp. 97-111.
- BASTOS, Olga e DESLANDES, Suely. A experiência de ter um filho com deficiência mental: narrativas de mães. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, 2008, pp. 2141-2150.
- BEBIANO, Adriana e RAMALHO, Maria Irene. Estudos feministas e cidadania plena. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 89, 2012, pp. 1-16.

- BURKE, Eva; KÉBÉ, Fatou; FLINK, Ilse; van REEUWIJK, Miranda e MAY, Alex. A qualitative study to explore the barriers and enablers for Young people with disabilities to access sexual and reproductive health services in Senegal. *Reproductive Health Matters*. Ottawa, v. 25, n. 50, 2017, pp. 43-54.
- CALVASINA, Paola; NOTIONS, Marilyn; JORGE, Maria e SAMPAIO, Helena. Fraqueza de nascença: sentidos e significados culturais de impressões maternas na saúde infantil no Nordeste brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2007, pp. 75-92.
- CLÍMACO, Júlia. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020, pp. 1-17.
- FARIA, Marina. As teias que a Síndrome de Down não tece: identidade, estigma e exclusão social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 122, 2020, pp. 119-144.
- FIETZ, Helena e MELLO, Anahi. A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. *Revista Antropológicas*. Recife, v. 29, n. 2, 2018, pp. 114-141.
- FONTES, Fernando. *Pessoas com Deficiência em Portugal*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- FONTES, Fernando e MARTINS, Bruno. Deficiência e inclusão social: os percursos da lesão medular em Portugal. *Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, v. 77, 2015, pp. 53-172.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Reconfigurar, repensar, redefinir: estudos feministas da deficiência. In: SANTOS, Ana Cristina; FONTES, Fernando; MARTINS, Bruno e SANTOS, Ana Lúcia. *Mulheres, sexualidade, deficiência: os interditos da cidadania íntima*. Coimbra, Almedina, 2019, pp. 47-78.
- GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dádiva entre os modernos*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002, pp. 63-97.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- HALL, Edward e KEARNS, Robin. Making space for the “intellectual” in geographies of disability. *Health & Place*. Amsterdã, v. 7, 2001, pp. 237-246.
- HANISCH, Halvor. Disabled adolescence: spaces, places and plans for the future: a case study. *European Journal of Disability Research*. Paris, v. 5, 2011, pp. 93-103.
- HEINZELMANN, Fernando; COELHO, Lina; LÓPES, Monica e VIEIRA, Cristina. Impactos da COVID-19 na vida das mulheres em Portugal: breve análise temática. *New Trends in Qualitative Research*. Aveiro, v. 9, 2021, pp. 320-326.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Muster, Unrast Verlag, 2012.

- KITTAY, Eva. Dependency. In: ADAMS, Rachel; REISS, Benjamin e SERLIN, David. *Keywords for Disability Studies*. New York, NYU Press, 2015.
- KITTAY, Eva. The ethics of care, dependence, and disability. *Ratio Juris*. João Pessoa, v. 24, n. 1, 2011, pp. 49-58.
- LIMA, Suzana e BOTELHO, Delane. Culpa das mães para com seus filhos e sua relação com decisões de consumo. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro, ANPAD, 2014, pp. 1-18.
- LOPES, Renato e MARQUEZAN, Reinoldo. O envolvimento da família no processo de integração/inclusão do aluno com necessidades especiais. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, v. 1, n. 15, 2000, pp. 1-4.
- MARSON, Ana Paula. Narcisismo materno: quando meu bebê não vai para casa. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*. Paraná, v. 11, n. 1, 2008, pp. 161-169.
- MATIAS, Marisa. Cuidadores informais: um dia a menos. *Jornal Público*, 9 out. 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/10/09/opiniaio/noticia/cuidadores-informais-dia-menos-1934503>>. Acesso em: 09 out. 2020.
- MENESES, Verônica e MIRANDA, Cynthia. Reflexões sobre a cultura da imagem e o imaginário feminino na publicidade. *Revista Observatório*. Palmas, v. 1, n. 1, 2015, pp. 171-193.
- MOVIMENTO CUIDAR DOS CUIDADORES INFORMAIS. O que é ser cuidador informal em Portugal?: estudo realizado entre fevereiro e março de 2021. Disponível em: <https://movimentocuidadoresinformais.pt/wp-content/uploads/2021/04/cuidadores-informais_infografia_2021_A4.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- PAIXÃO, Augusto. Representações sociais e a síndrome de Down: entre o sofrimento e a sua superação. *Arq Brasileira Pediátrica*. Rio de Janeiro, v. 4, 1997, pp. 141-146.
- PATEMAN, Carole. Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, v. 89, 2010, pp. 29-40.
- PEREIRA, Ana. Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crónica e invisibilidade em uma sociedade capacitista. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade de Coimbra, 2008.
- PORTUGAL. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. *Decreto Lei 129/2017, de 9 de Outubro*. Institui o programa Modelo de Apoio à Vida Independente. Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/129-2017-108265124>>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- PORTUGAL. Medidas de intervenção junto dos cuidadores informais. *Canal Parlamento*, 23 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.canal.parlamento.pt/?cid=2574&title=debate-publico-medidas-de-intervencao-junto-dos-cuidadores-informais>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

- PORTUGAL. Ministério Público. *Lei n.º 100/2019, de 6 de Setembro*. Estatuto do Cuidador Informal em Portugal. Lisboa, 2019. Disponível em: <<https://files.dre.pt/1s/2019/09/17100/0000300016.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- PORTUGAL, Sílvia. Para uma leitura da experiência do adoecimento crónico: contributos de três paradigmas da teoria social. In: BARSAGLINI, Reni; PORTUGAL, Sílvia e MELO, Lucas (orgs.). *Experiência, Saúde, Cronicidade: um olhar socioantropológico*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2021, pp. 63-84.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte, Letramento, 2017.
- SALDANHA, João; PEREIRA, Ana e SANTOS, Amanda. Pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19: garantia de direitos fundamentais e equidade no cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, 2021, pp. 1-21.
- SANTOS, Irene. Difference and hierarchy revisited by feminism. *Anglo-Saxónica*. Lisboa, v. 3, n. 6, 2013, pp. 1-28.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*. New York, v. 91, n. 5, dez. 1986, pp. 1053-1075.
- SOEIRO, José e ARAÚJO, Mafalda. Rompendo uma clandestinidade legal. *Cidades*. Chapecó, v. 40, 26 jun. 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cidades/2153>>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- SOEIRO, José; ARAÚJO, Mafalda e FIGUEIREDO, Sofia. *Cuidar de quem cuida: histórias e testemunhos de um trabalho invisível: um manifesto para o futuro*. Lisboa, Objectiva, 2020.
- SPIVAK, Gaytri. *Pode a subalterna tomar a palavra?*. Lisboa, Orféu Negro, 2021.
- TABATABAI, Aho. Mother of a person: neoliberalism and narratives of parenting children with disabilities. *Disability and Society*. Chester, v. 35, n. 1, 2020, pp. 111-131.

Recebido em: 01/02/2023

Aprovado em: 22/05/2023

Como citar este artigo:

FARIA, Marina Dias de; PORTUGAL, Sílvia. A cidadania plena de mães de pessoas com deficiência: silêncios, descasos e possíveis caminhos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 959-977





Um sociólogo nada hesitante: a solução de W. E. B. Du Bois para o dilema da sociologia no início do Século XX

Cairo César Pedron¹

Resumo: Uma nova seara de traduções, comentários e estudos especializados está retomando a fortuna crítica de W. E. B. Du Bois (1868-1963) à luz do nosso específico contexto brasileiro: periférico, desigual e excludente, recuperando as suas contribuições como clássicas para a disciplina sociológica. É nesse cenário de efervescência intelectual e ebulição de reconstruções teórico-conceituais que se insere este trabalho, pois *Sociologia Hesitante* (1905) é um texto que não foi publicado em vida, mas responde ao concerto de problemas sociológicos experimentados pelo campo disciplinar no “crepúsculo e aurora” do entre séculos. Pretende-se resgatar o contexto geral no qual a obra foi produzida e também a singularidade biográfica do seu produtor, atentando para o período da história em que a obra foi redigida. Entretanto, mais do que apenas análise do contexto social e biográfico no qual o ensaio está inserido, quero recuperar o debate “imaginário” que o autor experimentou nesse texto, tendo em vista que suas respostas foram dadas à luz daquilo que se debateu sobre sociologia no famigerado Congresso de Artes e Ciências da Feira Mundial de Saint Louis (1904), evento para o qual Du Bois não foi convidado e que, por isso mesmo, exemplifica o processo de silenciamento que o pensador experimentou durante toda a sua vida.

Palavras-chave: W.E.B Du Bois, Sociologia, Acaso, Lei.

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – caiopedron99@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0774-0138> – <http://lattes.cnpq.br/3869042846156714>.

An unhesitating sociologist: W. E. B. Du Bois solution to the dilemma of sociology at the beginning of the XX century.

Abstract: *A new harvest of traductions, comments and specialized studies is re-suming the critical fortune of W.E.B Du Bois (188-1963) in light of our specific Brazilian context: peripheral, unequal, and excluding, recovering your contributions as a classic for the sociological discipline. It is in this scenario of intellectual effervescence and boiling of conceptual theorist reconstructions in which this work fits; because Hesitant Sociology (1905) is a text which is not publicated in life, but answers to the concert of sociological problems experienced by the disciplinary field at the dusk and dawn of the centuries between. It is intended to redeem the general context in which the work has to write, as well as, the biographical singularity from your producer, paying attention to the period of the work history in which it was written; but, more than this, want to recover the “imaginary” debate in which the author experiment in that text, given that those answers were given in light of what was discussed about the sociological science in World’s Fair Congress of Arts and Science in Saint Louis (1904), event to which Du Bois was not invited and, therefore, exemplifies the silencing process experienced throughout your life.*

Keywords: *W.E.B Du Bois, Sociology, Chance, Law.*

Un sociólogo sin vacilaciones: la solución de W. E. B. Du Bois al dilema de la sociología a principios del siglo XX.

Resúmen: Una nueva asignación de traducciones, comentarios y estudios especializados está retomando la fortuna crítica de W. E. B. Du Bois (1868-1963) a la luz de nuestro contexto específico brasileño: periférico, desigual y excluyente, recuperando sus aportaciones como clásicos de la disciplina sociológica. Es en este escenario de efervescencia intelectual y ebullición de reconstrucciones teórico-conceptuales en el que se insierte este trabajo, así es Sociología Vacilante (1905) es un texto que no fue publicado en su vida, pero responde al concierto de los problemas sociológicos vividos por el campo disciplinar en el crepúsculo e amanecer de los inter siglos. Se pretende resgatar el contextos general en lo qual la obra fue producida, bien como, la singularidade biográfica de su productor, prestando atención al período de la historia de la obra en que fue producido; más que eso, queremos recuperar el debate “imaginario” que intentó el autor en este texto, teniendo em vista que sus respuestas foran dadas a la luz

de lo discutido acerca de la ciência sociologica en lo Congreso de las Artes y las Ciencias de la Feira Mundial de San Luiz (1904), evento al que Du Bois no fue invitado y, a causa de eso, ejemplifica el proceso de silenciamento por el vivido durante toda su vida.

Palabras-clave: Du Bois, Sociología, Casualidad, Ley.

Introdução

Olhando para o mundo, vemos evidência do reinado da lei; à medida que subimos, no entanto, do físico para o humano, aparecem não apenas complicações e interações entre forças, mas traços de força indeterminada, até que no reino da ação humana superior nós alcançamos o acaso – que são as ações indeterminadas e independentes das ações anteriores. O dever da ciência, então, é medir cuidadosamente os limites desse acaso na conduta humana (Du Bois, 1905: 8, tradução nossa²).

Poderíamos considerar o trecho citado como síntese de *Sociologia Hesitante* (1905), pois nele está elaborada a solução *duboisiana* para dois dos grandes problemas enfrentados pela sociologia na virada do Século XX: o primeiro se trata do estatuto de cientificidade, o qual era constantemente aviltado pelos críticos de outros campos do conhecimento – mormente os cientistas físicos, biológicos, matemáticos e afins; o segundo respondia pela unidade básica, fato primeiro, o *moto perpétuo* por meio do qual se desdobrariam os esforços para classificação, descrição e generalização dos fenômenos sociais.

Du Bois expõe nas páginas da sua crítica os pontos nos quais os limites do *mainstream* de sua época eram mais evidentes: “Por que os sociólogos não afirmam seu objeto de maneira simples e clara?” (Du Bois, 1905: 5, tradução nossa). Essa questão poderia ser colocada ainda hoje para explicar o esforço de alguns prosélitos por esconderem suas argumentações em jargões técnicos retirados de outras ciências ou até inventados – só para dificultar o entendimento dos não iniciados – ou, ainda pior, aqueles que usam do artifício retórico, barroco, escondendo sob a lírica poética, a falta de acabamento de seus edifícios retóricos.

2 Este artigo é o resultado crítico da tradução de *Sociologia Hesitante* (1905) para uma disciplina em minha Universidade, sendo, portanto, uma forma de apropriação daquele trabalho inicial de modo a contemplar a interessante contribuição de W. E. B Du Bois para o debate originário da ciência sociológica. Agradeço aos professores Matheus Gato de Jesus e Silvio Matheus Alves Santos que me proporcionaram um estudo imersivo da vida e obra desse grande clássico do pensamento social.

A sociologia procurava se legitimar por apropriação, quando deveria, na concepção de Du Bois, afirmar aquilo que era o seu principal fator distintivo, o paradoxo inerente a todo curso da atividade humana: *o choque entre as leis do universo físico e o acaso da vontade humana autodeterminada*. Seria, portanto, papel do sociólogo estipular os limites do acaso na ação dos homens, identificando as regularidades e seus desvios, destacando as possibilidades para as quais se dirigem as condutas humanas.

Diante desse enquadramento teórico pioneiro, e levando em conta o processo de recepção tardia³ da fortuna crítica legada pelo autor ao campo da sociologia, apresenta-se como fundamental o exercício da exegese dos textos, em especial, aqueles que “conversam” com temas fundamentais: a *objetividade do conhecimento social* ou a definição do *objeto* desse fazer científico⁴. Esse é o propósito geral do trabalho: introduzir o leitor brasileiro quanto à problemática que cercava o jovem intelectual – Du Bois tinha apenas 36 anos quando redigiu o texto –, situando-o em um panorama socio-biográfico e oferecendo uma interpretação crítica da proposta de ciência social em correspondência com o que era debatido no período.

Nas próximas páginas, avançaremos sob a dimensão do vivido, apontando para os elementos socio-biográficos que podem ser coligidos para interpretação do contexto de emergência do nosso objeto. Em um segundo tópico, apresentaremos a Feira Mundial de Saint Louis – o espaço ao qual o texto se refere –, um ótimo exemplo do estado em que se encontrava o campo disciplinar das

3 Há algum tempo, havia apenas uma tradução da obra de Du Bois disponível para o português: *As Almas da Gente Negra* (1999). Isso denota o desconhecimento geral do autor, que recebeu pouco ou nenhum destaque durante todo o Século XX em terras brasileiras. Se compararmos a Escola de Atlanta fundada por Du Bois com sua principal concorrente no período, percebemos uma diferença gritante, pois a Escola de Chicago teve tratamento privilegiado no Brasil, formando vários quadros do pensamento social brasileiro por meio de pós-graduação e visitas, tornando-se ainda disciplina em alguns cursos de graduação e pós-graduação nacionais. Com isso em vista, tem se produzido um verdadeiro manancial de textos interpretativos, traduções e organizações de coletâneas e dossiês especializados sobre Du Bois para mudar esse panorama. Uma nova edição/tradução das *Almas do Povo Negro* (2021) e a publicação do conto *O Cometa* (2021) são apenas os frutos iniciais de um conjunto de novas publicações que colocam a recepção desse personagem como parte da agenda de pesquisa nacional dos próximos anos. É nesse esforço interpretativo que quero situar essa singela contribuição, *como parte de uma agenda coletiva de assimilação tardia de um clássico do pensamento social*.

4 O tema da objetividade do conhecimento social e da unidade básica de análise é fundamental para todos que estavam construindo a ciência social durante aquele período histórico. *Sociologia Hesitante* (1905), nesse sentido, dialoga diretamente com uma problemática clássica do pensamento sociológico e responde criativamente ao desafio de se conceber uma ciência da ação social embasada sob seus próprios critérios. Mais do que isso, Du Bois problematiza também a separação entre ciências humanas e naturais que já estava se cristalizando durante aquele período e se tornou ainda mais estanque nas décadas que se seguiram.

ciências humanas, em especial, da sociologia. Por fim, trataremos do documento em sua especificidade, na forma como critica os patriarcas da disciplina e apresenta uma proposta singular de construção do objeto desse campo em estado de germinação.

1) Entre a sociologia *hard science* e a crítica social

Quero afirmar que “o meu” Du Bois – a perspectiva da vida e obra que selecionei para construir a minha interpretação de *Sociologia Hesitante* – é aquele que permanece sob a influência dos seus *lehrjahre* (anos de formação) em Berlim⁵ e que está implementando na Universidade de Atlanta o primeiro desenho de pesquisa sociológica aplicada nos Estados Unidos da América. Contudo, também é o autor que se depara com o recrudescimento da segregação como forma de exploração do trabalho e de dominação política e moral dos negros na sociedade estadunidense. Portanto, Du Bois estava vivenciando a paradoxal constatação de que a dominação racial não parecia esmorecer diante da ampliação do *Aufklärung* (Esclarecimento).

O autor ainda não havia abandonado a sua crença no potencial emancipador da verdade científica e buscava nos métodos qualitativos e quantitativos da ciência social as ferramentas para dismantelar as teorias eugenistas que permaneciam firmes na areia movediça de suas crenças, naquela virada do Século XIX para XX. Trata-se de um Du Bois, portanto, muito diferente daquele apresentado por Stuart Hall (2017) para construir sua teoria do discurso – o “velho” Du Bois de *Dusk of Dawn* (1940) – e talvez mais parecido com o de Kwame Anthony Appiah (1997) e Paul Gilroy (2012), que tratam do “jovem” professor, engajado na luta política e crente – ainda em alguma medida – no poder transformador da verdade científica.

5 Du Bois esteve na Alemanha entre 1892 e 1894 como bolsista do Fundo Slater para educação dos negros criado dez anos antes. O nosso autor conseguiu essa indicação após pressionar a comissão que gerenciava os fundos e, especialmente, o ex-presidente dos Estados Unidos da América, Rutherford Birchard Hayes (1822-1893), que pouco antes havia divulgado publicamente a possibilidade de destinação dos recursos do fundo para a internacionalização de intelectuais negros (voltando atrás em carta de resposta endereçada ao próprio Du Bois referente ao seu pedido de financiamento). Durante sua estadia no continente europeu, Du Bois visitou uma série de cidades: Berlim, Munique, Weimar, Frankfurt, Heidelberg, Mannheim, Stuttgart, Strasbourg, Nuremberg, Dresden, Praga, Cracóvia, Gênova, Nápoles, Veneza e Roma (Du Bois, 2007: 24). Essa experiência foi importante para a formação do *scholar* americano, pois ali ele tomou conhecimento da discriminação que judeus e poloneses sofriam em seus respectivos territórios (Horne, 2010: 15), conheceu as disparidades da outrora idílica imagem construída sobre a nação alemã, travou contato com diferentes figuras do pensamento econômico e sociológico alemão daquele período (Schmoller, Treitsche, Wagner, Sering e Weber) e solidificou sua formação na área de estatística, conhecimento aplicado nos seus anos de professor e pesquisador em Atlanta.

Mas, se ambos os autores escolheram obras publicadas de ampla circulação – o primeiro tendo escolhido o artigo *A Conservação das Raças* (1897) e o segundo, o famoso livro *As Almas do povo Negro* (1903) –, o manuscrito que investi-guei data de 1905 e não foi publicado em vida por Du Bois. Ele está no formato de conferência e creio que poderia muito bem ser tomado como uma resposta imaginada de Du Bois caso tivesse sido convidado como conferencista no *Congresso de Artes e Ciências*, o braço intelectual da *Feira Mundial de Saint Louis*.

O período no qual o nosso texto foi redigido prefacia o rompimento da conturbada relação entre Du Bois e Booker T. Washington (1856-1915). Ambos sempre se trataram com uma estima desconfiada. Porém, naquele momento, nosso autor decide construir um movimento autônomo frente às linhas acomodacionistas da “máquina de Tuskegee” que Washington representava. Du Bois e William Monroe Trotter (1872-1934) fizeram parte do quadro fundador, apenas um ano após a feira mundial de Saint Louis, do Movimento do Niágara⁶ (1905), cujo principal objetivo era a radicalização da luta pelos direitos civis e contra a segregação. A decisão pela organização do movimento pode ser entendida como uma resposta mais firme por parte do movimento negro *tanto* à ideologia do progresso lento, gradual e em conformidade com o *status quo* dos interesses filantrópicos *quanto* com relação aos frequentes linchamentos e perseguição orquestradas no sul e também no norte dos Estados Unidos.

Sem dúvida alguma, o momento da redação do texto culmina em um processo de transformação e radicalização das respostas críticas do jovem *scholar* aos dilemas raciais dos Estados Unidos da América. Àquela altura, Du Bois já desacreditava que o esforço científico – na refutação das teses eugenistas e na comprovação das possibilidades emergentes dos negros estadunidenses – pudesse sozinho rasgar o véu e destruir a linha de cor (Lewis, 1993: 225). Seria necessário, antes, um engajamento político poderoso na luta pela reconquista daqueles direitos que pareciam desvanecer sobre a fria noite polar da segregação racial perpetrada pelas leis Jim Crow (1870-1960).

Ao mergulhar na dimensão biográfica, percebem-se dois acontecimentos fundamentais para intensificação desse processo de transformação de suas ideias – que já havia começado na virada de século: 1) o linchamento de Sam Hose em 1899 na cidade de Coweta County – hoje parte da região metropolitana de Atlanta –, que marcou definitivamente a visão de Du Bois sobre a sua prática

6 O Movimento do Niágara foi uma associação civil que lutou pelo direito dos negros, batizada com o nome da catarata, pois a sede do primeiro encontro aconteceu na região. A declaração de princípios do movimento tornou-se um marco na luta contra os segregacionistas dos Estados Unidos da América. Ver: *Niagara Movement* (1905).

enquanto intelectual; e 2) a morte do seu filho primogênito, que solidificou o ceticismo quanto a proposições acomodacionistas e fortaleceu a crença na luta coletiva como recurso indispensável à emancipação social do povo negro. Um relato redigido pelo próprio autor pode nos ajudar a compreender o impacto causado pelo primeiro acontecimento:

No caminho a notícia me encontrou: Sam Hose havia sido linchado e eles disseram que as suas juntas estavam em exibição em uma mercearia próxima, um pouco mais adiante na Mitchel Street, rua pela qual eu estava andando. Voltei para a Universidade. Comecei a me distanciar do meu trabalho. Não me encontrei com Joel Chandler Harris e nem com o editor da *The Constitution*. Depois disso, duas considerações irromperam no meu trabalho e, por fim, o interromperam: primeiro, ninguém poderia ser um calmo, frio e imparcial cientista enquanto os negros eram linchados, assassinados e morriam de fome; e segundo, não havia uma demanda definida de trabalho científico do tipo que eu estava fazendo, como eu tinha confiantemente assumido que seria facilmente revelada. (Du Bois, 2007: 34, tradução nossa).

As impressões causadas por esse tremendo choque de realidade não poderiam ser diferentes. Du Bois definitivamente percebeu que o estudo dissociado da luta política seria infrutífero para a superação do racismo e que nenhuma neutralidade axiológica seria possível na terra onde seus semelhantes padeciam das mortes mais cruéis, inclusive sob a formalidade jurídica de uma segregação racial que se impunha crescentemente naquele período.

Um mês depois dessa ocorrência, Du Bois perdeu o pequeno Burghardt, com apenas dois anos de vida, após complicações em decorrência de um caso de difteria. O seu primogênito havia partido e sua esposa não lhe perdoaria por tê-los levado para uma cidade tão hostil (Lewis, 1993: 228), tendo em vista que os negros não eram aceitos em muitos consultórios médicos, inclusive seguindo a prescrição de alguns economistas e sociólogos que apresentaram trabalhos na Feira Mundial de Saint Louis (objeto da próxima seção). Em alguns meses, Du Bois perdera a fé inocente na identidade entre progresso científico e social e sentira na própria pele os efeitos da segregação racial que tirara a vida de Sam Hose e também privara seu rebento do melhor atendimento médico.

O resultado final desse mergulho introspectivo no contexto biográfico ao qual está vinculada a crítica presente em sua *Sociologia Hesitante* permite compreender que esse texto possui forte implicação das problemáticas epistemológicas da nascente sociologia, mas também já carrega uma posição muito mais engajada, de fronteira, e que seria a marca registrada de Du Bois no decorrer de sua obra.

2) *Meet me in Saint Louis, Louis... Meet me at the fair?*⁷

A Feira Mundial de Saint Louis seguia o roteiro das Exposições Universais (Greenhalgh, 1988), as quais foram festejos frequentes no último quarto do Século XIX e começo do Século XX e celebravam a modernidade, racionalidade e o progresso das potências coloniais do ocidente. A competição era feroz para apresentar os maiores inventos, as mais criativas soluções e as gigantescas descobertas científicas que surgiam nesse grande encontro das faustosas elites do dinheiro e do conhecimento. As feiras combinavam os símbolos tecnológicos do progresso – eletricidade, maquinário, trens, carros e até mesmo aviões⁸ – com a mais cruel barbárie, como as exposições zoológicas de seres humanos, dos “selvagens” (Koutsoukos, 2020) que exibiam seus corpos e se degradavam em performances⁹, para, por meio do choque, agradar ao gosto momentâneo pelo exótico e por sua exploração em moldes tipicamente capitalistas.

Os cientistas e intelectuais dos diferentes campos do conhecimento – legitimados e em vias de legitimação – foram convidados para compor painéis e conferências, sob uma classificação composta por divisões e departamentos. Algumas das divisões eram: Filosofia; Metafísica; Estética; Matemática; História do Direito; Religião; Literatura; Arte; História da Linguagem; Medicina; Tecnologia; Astroномia; Ciências da Terra; Educação; Antropologia; Ciências Mentais; Jurisprudência; Ciências Sociais, dentre outras. A *Sociologia Hesitante* começa criticando exatamente as distinções classificatórias feitas pelos organizadores do evento:

O Congresso de Artes e Ciência em St. Louis no verão passado serviu para enfatizar dolorosamente a situação atual da sociologia; pois o devoto do

7 Esse é o famoso refrão da música tema da Feira Mundial de Saint Louis, redigida por Andrew B. Sterling e musicada por Kerry Mills. É mais conhecida pela voz de Judy Garland no filme homônimo do famoso diretor de musicais Vincente Minnelli, na tradução brasileira *Agora Seremos Felizes* (1944).

8 Consta nos relatos históricos que Santos Dumont (1873-1932) foi um dos expositores da feira, levando o seu avião para apreciação dos admiradores da inovação. Há, inclusive, uma daquelas antigas fotos “desenhadas” com a imagem do avião em uma edição da revista *Cosmopolitan* (Walker, 1904), que, em época, era considerada “uma revista para a família norte americana”.

9 Dois exemplos expostos na própria Feira Mundial podem ser citados. Primeiro, o caso de Ota Benga, retirado do continente africano pelo missionário presbiteriano Samuel Veirner, que se apresentava como parte do povo pigmeu – o “elo perdido” entre o homem e o macaco. O trágico fim de Benga é relatado na biografia *Spectacle: the astonishing life of Ota Benga* (2016), de Pamela Newkirk. Havia exposições encenadas de diferentes povos: Chineses, Japoneses, Irlandeses, Tiroleses, “Mouriscos”, Indianos, a encenação da guerra dos Bôeres e também os povos autóctones da colônia das Filipinas recém-conquistada pelos estadunidenses, incluindo Visayans, Moros, Bagobos, Negritos e Igorôs (Rydell, 2013: 3367). Este último grupo – os Igorôs – foram obrigados a apresentar constantemente um ritual específico de sua religião para estimular o consumo das massas pelo exótico mundo selvagem: *o ato de se alimentarem da carne de cachorros*. Os anúncios de jornais sobre a Feira sempre citavam a “pitoresca” apresentação dos Igorôs.

culto fez a estranha descoberta de que a continuação de sua inclinação ameaçava um violento desmembramento pessoal. Seus objetos de interesse foram distribuídos de forma bastante imparcial em ao menos seis das sete grandes divisões da ciência: economia, aqui; etnologia, ali; uma coisa chamada “sociologia” oculta sob a ciência mental, e as coisas realmente sociológicas enfiadas todas em um saco rotulado de “regulação social”. Entre outras coisas mais (Du Bois, 1905: 1, tradução nossa).

A divisão *Ciência Mental* conjugava os “departamentos” de psicologia e sociologia em um mesmo corpo. Isso porque boa parte dos textos da sociologia norte-americana comungava da procura por uma base psicologista para determinação da unidade de análise de nossa ciência. Sob esse escopo, é possível perceber os nomes de sociólogos eminentes como William Isaac Thomas (1863-1947) e Edward Alsworth Ross (1866-1951), que escreveram ambos em uma subdivisão do departamento de sociologia chamada “psicologia social”. Du Bois percebeu que, na organização das apresentações, a sociologia geral ou teórica ficou na divisão das “Ciências Mentais”, enquanto se constituiu uma divisão própria para a sociologia aplicada chamada de “Regulação Social”. Esta contava com os departamentos de Ciências Sociais, Jurisprudência e Política.

Na Política, os trabalhos de Bernard Moses (1846-1931) e Paul Samuel Reinsch (1869-1923) tratavam da questão racial na perspectiva colonial e até mesmo sua colega de pesquisa Jane Addams¹⁰ (1860-1935) fora convidada para tratar do problema da administração Municipal por sua ação social na Hull House¹¹ de Chicago. No departamento de Ciências Sociais, havia os trabalhos de Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941), o primeiro versando sobre as questões camponesas do leste alemão e o segundo, especificadamente, sobre os grupos industriais e da possibilidade da constituição de uma consciência de classe ativa dentre os proletários¹². Portanto, por mais que ainda não fosse uma ciência reconhecida nas grandes universidades norte-americanas, a

10 As relações intelectuais entre Du Bois e Jane Addams foram bastante significativas. Ambos tinham interesse no combate à pobreza e à violência. Suas militâncias se cruzavam para além do interesse acadêmico, como bem nos informa Mary Jo Deegan (1988).

11 Hull House era uma casa que fornecia atividades culturais e abrigo para imigrantes europeus. Ela foi fundada por Jane Addams e Ellen Gates Star em 1889 e permanece aberta até hoje como museu e casa de cultura.

12 O autor foi esquecido da sociologia porque, no final da vida, foi um apoiador do Terceiro Reich. Contudo, naquela época, era um grande divulgador do pensamento marxista. Em sua conferência na Feira Mundial, Sombart (1906: 791, tradução nossa) chegou a afirmar: “Na linguagem de Hegel e Marx, esse tipo de investigação seria chamado de método dialético. E este é o método de investigação que será adotado aqui”. É um método aplicado para se entender as possibilidades de desenvolvimento de um movimento proletário autoconsciente nos EUA.

sociologia foi bem representada pela seleção de autores escolhidas pelos oficiais do congresso, em especial, os dois vice-presidentes: Albion Woodbury Small (1854-1926) e Hugo Münsterberg (1863-1916).

Entretanto, Du Bois não foi convidado pelos organizadores da feira, o que era um fato comum no processo de silenciamento do autor dentro do campo em constituição da sociologia estadunidense. A esse respeito, a tese de Aldon Morris (2015) de que o processo de esquecimento de Du Bois do cânone dos Estados Unidos da América começa por esse tipo de tratamento – que o autor já recebia em seus primeiros anos de atuação como sociólogo – não pode ser mais bem representada do que por essa ausência. Deve-se considerar ainda que Du Bois era reconhecido como pesquisador importante e que já havia contribuído, inclusive, nos eventos da Associação Americana de Sociologia (Du Bois, 1898) poucos anos antes do evento.

Embora não tenha sido convidado, o autor provavelmente foi às conferências (Morris, 2015: 24) e travou contato com boa parte dos acadêmicos que visitaram a exposição mundial, divulgando o seu trabalho e estabelecendo vínculos. O café da manhã que marcou o encontro de Max Weber e W. E. B. Du Bois é um bom exemplo desse intercâmbio (Pedron, 2022). Ele aconteceu no dia 25 de setembro em Saint Louis – apenas 4 dias após a apresentação do alemão no Congresso de Artes e Ciências. Pelas trocas de correspondência posteriores ao encontro (Chandler, 2007), percebemos que a conversa entre ambos foi bastante produtiva, ao ponto de Weber requerer o seguinte ao *scholar*: o envio de bibliografia sobre a questão racial no sul estadunidense; um artigo para publicação na *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*; e, por fim, a sua permissão para a tradução das *Almas do Povo Negro* para o Alemão. Em uma das cartas, Weber chega a afirmar que se convenceu – por causa de Du Bois – de que a grande questão do Século XX seria o problema da linha de cor¹³. A impressão positiva permaneceu durante algum tempo e Weber chegou inclusive a citar Du Bois (Weber, 1973) em uma disputa acadêmica que travou com o eugenista Alfred Ploetz (1860-1940) no primeiro encontro da Sociedade Alemã de Sociologia em Frankfurt no ano de 1910 (Adair Toteff, 2005).

O Congresso de Artes e Ciências da Feira Mundial de Saint Louis é um ótimo ponto de vista para se tratar da formação institucional do campo da sociologia. A confusão disciplinar e os maus usos das classificações podem exemplificar a imaturidade das proposições teóricas sobre o objeto dessa ciência. Os processos

13 “Porque estou absolutamente convencido de que o problema da ‘linha de cor’ será o principal do tempo que está por vir, aqui e em qualquer lugar do mundo” (Weber apud Scaff, 2011: 258, tradução nossa).

de exclusão e silenciamento também são elementos que podemos retirar da avaliação desse “megaevento” cultural, pois favorecem o entendimento dos critérios de seleção e discriminação daqueles que podem ou não representar o pensamento social de um país e de uma comunidade científica em um determinado período. No próximo tópico, completaremos essa abordagem destacando o texto em sua singularidade, enfatizando para o caráter relacional das proposições de Du Bois, alicerçadas em críticas aos *estabelecidos* (Elias e Scotson, 2000) da sociologia europeia e de sua variante local¹⁴.

3) A Sociologia Hesitante

Du Bois criticou a organização do evento e a disposição de suas classificações da parte de um intelectual exilado em sua própria pátria, um *outside insider* (Fields, 2012: 239) que possuía formação similar – Harvard e Berlim¹⁵ – e acesso aos canais de circulação e debate de ideias sem, contudo, o mesmo acesso aos cargos das grandes universidades, os quais eram destinados apenas aos letrados brancos. Contudo, sua crítica não é ressentida, mas é oriunda das problemáticas levantadas durante as conferências para sustentar uma vigorosa avaliação do paradoxo no qual se encontravam as Ciências Sociais daquele período específico. A respeito de Auguste Comte (1798-1857), ele afirma:

O profeta realmente teve uma visão de duas coisas, as vastas e desconcertantes atividades dos homens e as linhas de ritmo que coordenam algumas dessas ações. Então ele disse: “agora, nas ciências inorgânicas, os elementos são muito mais conhecidos por nós do que o todo do qual eles se constituem;

14 Se é forçoso dizer que havia condições sociais para a circulação internacional das ideias (Bourdieu, 2002), não é de pouca monta destacar o trânsito entre diferentes concepções de pensamento social e o esforço por se constituírem sociedades e eventos nacionais e internacionais de sociologia nesse período histórico específico.

15 É significativo que boa parte dos intelectuais norte-americanos da área de humanas que participaram do Congresso de Artes e Ciências foram, em algum momento, alunos das universidades alemãs. O próprio Du Bois fez uma “internacionalização” – para usarmos termos mais atuais – estudando em Berlim. Não era diferente para a grande maioria: o economista Richard T. Ely se doutorou em Heidelberg; o cientista político William Archibald Dunning estudou com Treitschke em Berlim; Edward Alsworth Ross se graduou em Berlim; o educador Georg Elliot Howard estudou legislação romana em Berlim etc. Os nomes citados possuíam uma combinação singular de pensamentos hoje considerados antagônicos: *eugenia e defesa de uma intervenção estatal ativa na economia*. O caso de Edward Ross é o mais emblemático. Ele foi expulso dos quadros de Stanford por seu ataque à imigração Chinesa e defesa da esterilização de pessoas de raças supostamente inferiores; ao mesmo tempo, foi um dos maiores apoiadores da revolução de 1917, participando de uma comissão diplomática para observar as mudanças ali empreendidas. Ely também partilhava dessa mistura que, aos nossos olhos, parece tão incomum. Defensor de um Estado forte e pragmático, foi uma das referências do *New Deal* e também um assíduo defensor da eugenia e da prática do que se convencionou chamar de *redlining*.

de modo que, nesse caso, devemos proceder do simples para o composto. Mas o método reverso é necessário no estudo do homem e da sociedade: o homem e a sociedade como um todo são mais conhecidos por nós e mais acessíveis em seus conteúdos de estudo do que as partes que os constituem”. E desta máxima foi construída uma ciência não da ação humana, mas da “sociedade”, uma sociologia [...] Após enfatizar esse ponto, entretanto, Comte ficou estranhamente hesitante em assinalar quais os elementos reais da sociedade que em algum momento poderiam ser estudados – seriam eles homens, células, átomos ou algo mais sutil do que qualquer um desses? Aparentemente ele não tinha resposta, mas transitou rapidamente para o estudo da “sociedade”. E ainda “sociedade” era apenas uma abstração. Era como se Newton, percebendo a queda como característica da matéria e explicando esse fenômeno como gravitação, tivesse imediatamente buscado estudar alguma entidade estranha conhecida como queda ao invés de investigar sobriamente as coisas que caem. (Du Bois, 1905: 1-2, tradução nossa).

As figuras de Comte e Herbert Spencer (1820-1903) são frequentemente citadas pelos conferencistas que procuravam traçar a origem e a unidade temática da sociologia. Ambos eram tratados como figuras superadas e apresentados como os precursores do moderno pensamento sociológico. Contudo, nessa passagem, Du Bois conecta a crítica do tempo presente àquela da constituição do campo, pois apresenta em um parágrafo a origem do erro que durante anos perdurou no tratamento dos fenômenos sociais: a inversão do particular para o geral, i.e., *a investigação dos fenômenos sociais não pelas ações de indivíduos reais, mas por abstrações gerais que configuravam um todo*. É nesse sentido que ele usa a figura metafórica de Newton que, seguindo o raciocínio de Comte, estudaria a queda em si, e não o movimento dos corpos que caem. O vício de origem conduziu os pesquisadores da sociologia a continuarem errando, pois:

Ao invés de buscar os homens como a unidade natural do homem associado, desviaram-se ainda mais para linhas metafísicas e, confundindo coisas com o pensamento das coisas, eles procuraram não o elemento real da sociedade, mas a gênese das nossas ideias sociais. A sociedade tornou-se para eles um modelo de ação mental, e seus germes eram – de acordo com suas ingenuidades – “consciência da espécie”, “imitação”, “imperativo social”, e semelhantes (Du Bois, 1905: 3-4, tradução nossa).

Então, o processo de desenvolvimento da sociologia passava do campo do organicismo, evolucionismo e da analogia biológica para desembocar na

construção de modelos de associação psicológicos. A divisão das ciências mentais constituídas para as conferências do congresso exemplifica essa nova tendência: *transformar os fenômenos sociais em expressões de uma mentalidade coletiva, uma consciência social acima dos indivíduos, com exterioridade e autonomia*. Os três conceitos citados no final do excerto são de autores que participaram da feira ou que nela foram frequentemente citados, como no caso da *imitação* de Gabriel Tarde (1843-1904), que morreria um pouco mais cedo naquele ano.

O conceito de *Imperativo Social* de Samuel McCune Lindsay (1869-1960) é um bom exemplo. O autor o caracteriza como uma unidade da sociologia tal qual a molécula na química, a célula na biologia, o átomo na física e a sensação na psicologia. A ciência que tratava da sociedade possuiria como unidade o *imperativo social*: “a influência modificadora que faz o indivíduo agir de maneira diferente na presença de seu semelhante da maneira como ele provavelmente agiria nas mesmas circunstâncias se estivesse sozinho” (Lindsay, 1898: 218, tradução nossa). Seria, portanto, a incidência de um *Dever* socialmente reconhecido sob a ação do indivíduo que leva em conta a presença de seus pares. Para Lindsay, o conceito permitiria uma mensuração quantitativa e, ao mesmo tempo, conferiria um elemento qualitativo a definição dos valores que determinavam as ações individuais.

Du Bois também cita o conceito de *consciência de espécie*, que foi elaborado pelo catedrático da prestigiada Universidade de Columbia, Franklin Henry Giddings (1855-1931). O autor fora convidado para abrir as exposições do departamento de Sociologia no Congresso de Artes e Ciências da Feira Mundial de Saint Louis. Em sua exposição, Giddings tratou dos conceitos e métodos da sociologia, fazendo referências aos recém falecidos Spencer e Tarde e, também, ao pai da sociologia (Comte). Mais do que isso, Giddings apresentou sua leitura psicologista da teoria da simpatia¹⁶, a qual permitiria estender a ideia de reciprocidade e imitação as configurações sociais: “em suma, é uma visão da sociedade como um modo de atividade mental” (Giddings, 1908: 788).

Os estímulos sob a matéria sensível provocariam as atividades mentais que, por sua vez, estariam na origem das relações entre diferentes organismos, posto

16 As teorias da simpatia remetem ao legado filosófico de Adam Smith (1723-1790). Na sua teoria dos sentimentos morais (1759), o autor defende, em um dos primeiros capítulos, a ideia de simpatia como principal referência para determinar a similaridade de situações que são experimentadas pelos indivíduos. A moralidade comum seria possível porque sentimos, pensamos e vivemos as coisas sob faculdades semelhantes. Inclusive, tanto Giddings quanto Lindsay referendam o caráter da necessidade econômica como determinante no impulso para o relacionamento entre os pares.

que seriam universais de toda uma espécie. Dessa similaridade de situação, deprenderia uma consciência, primeiro por meio de uma simpatia orgânica¹⁷ e instintiva e depois fundamentada em uma consciência reflexiva e daria um cariz racional à consciência coletiva de uma determinada comunidade. Com base nisso, seria necessário apenas um passo para afirmar que “a mente social é aquela simpatia e inteligência simultânea dos que pensam da mesma maneira que resulta em propósitos comuns e atos combinados” (Giddings, 1919: 128). A unidade básica da sociologia, para o autor, seria a *Consciência da Espécie*, pois ela é a forma pela qual se processa esse reconhecimento comum compartilhado.

É exatamente contra o tipo de solução que Du Bois erige sua concepção de sociologia fundada na ação humana. Para ele, por detrás de todas as soluções empregadas pela tradição do pensamento sociológico, no afã de identificar o seu objeto, estava implícita a questão paradoxal de que o objeto da nossa ciência seria composto por regularidade e acaso. A analogia com o pensamento biológico, com os sistemas físicos e também com as sensações psicológicas respondiam ao dilema de tentar enquadrar sob leis gerais e abrangentes as peculiaridades das ações sociais. Essas possuíam um ritmo passível de padronização, mas também seriam passíveis de transformações acidentais, aleatórias e imprevisíveis em qualquer sistema ou ordenamento geral abstrato.

“O que é, então, a sociologia? Simplesmente uma tentativa de descobrir as leis subjacentes à conduta do homem” (Du Bois, 1905: 5, tradução nossa). Em apenas uma frase, o autor resume sua definição de sociologia, definição muito mais sintética e transparente do que as elucubrações teóricas dos que lhe negaram participação no Congresso de Artes e Ciências. Tratava-se de descobrir as leis subjacentes à conduta do homem levando em conta: a) o ritmo constante das ações humanas; e b) o caráter incalculável desta mesma ação, ou seja, enfrentando os cientista naturais que, em sua época, atribuíam estatuto de cientificidade minorado a todo campo de conhecimento que não conseguisse exprimir suas descobertas no “quadrado” formato das leis gerais e especiais, além de enfrentar o senso comum que atribuía uma liberdade total à vontade humana, sem constrangimento de qualquer ordem.

Faltava ao pensamento sociológico a coragem para afirmar a sua idiosincrasia constituinte. Somente assim o sociólogo poderia se assegurar como pesquisador, “pegando o problema pela unha” e tentando solucioná-lo da

17 Parece dialogar diretamente como Durkheim e, em alguns momentos, as ideias de Giddings possuem relevantes pontos de contato. Contudo, o próprio autor critica Durkheim, pondo-o sob a pecha de um tipo de interpretação mental que tornava a sociedade presa à sugestão e à hipnose (Giddings, 1908: 789).

melhor forma possível. É isso que os verdadeiros estudantes da sociologia – em parte aqueles que a praticavam na escola de Atlanta – estavam fazendo naquele momento, pois:

Eles recusaram obscurecer sua razão com entidades metafísicas não descobertas, e impossíveis de se descobrir, e também se recusaram a negligenciar a maior abrangência possível do campo científico porque são incapazes de achar leis similares as leis de gravitação. Eles assumiram um mundo de leis físicas povoado por seres capazes em algum grau de ações inexplicáveis e incalculáveis de acordo com essas leis. E seu objetivo tem sido determinar, tanto quanto o possível, os limites do incalculável – para medir, se você quiser, o absoluto kantiano e indeterminado ego (Du Bois, 1905: 6, tradução nossa).

Somente mediante essa coragem intelectual seria possível enfrentar o grande dilema por detrás desse esforço enorme que os seus pares faziam para se associar ao cânone das ciências físicas, químicas e biológicas, isto é, *superar a dualidade cindida entre as ciências naturais e as ciências humanas*. A solução para Du Bois seria reconhecer as diferenças entre ambas e compreendê-las como complementares, pois, se a Lei cobre no tempo e no espaço a maior parte daquilo que acontece no mundo e em todo o universo, aquilo que sobra – o acaso – permanece passível de explicação e, no contexto sociológico, adquire sua maior relevância, pois o imponderável remete à “vontade humana livre capaz de escolhas indeterminadas” (Du Bois, 1905: 7, tradução nossa).

Considerações finais

Em *Sociologia Hesitante* (1905), estão as respostas para as perguntas levantadas no Congresso de Artes e Ciências da Feira Mundial. Nesse manuscrito não publicado em vida, estão as contribuições de William Edward Burghardt Du Bois para o encontro, as quais podem servir hoje como *chaves de ouro* no entendimento da origem do pensamento sociológico e dos limites sociais que constituíram o nosso próprio cânone. Tais contribuições podem também fortalecer o exercício de uma autorreflexão sob a nossa prática, tanto para entendermos aquilo que é limitado na própria origem das nossas concepções científicas quanto para descobrirmos aqueles pensadores que foram obliterados de nossas tradições – seja por racismo, sexismo, homofobia ou xenofobia – e podem nos ajudar a entender esse moderno mundo de *lei* e de *acaso* que configura também a vida social do nosso pensar.

Essa compreensão da problemática sociológica em termos epistêmicos pode ser contrastada¹⁸ com a tese de Max Weber sobre a *Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (Weber, 2015) ou até com as definições de fatos sociais como elaboradas por Émile Durkheim nas *Regras do Método Sociológico* (2007). Ambos os autores pretendem responder ao dilema da procura por regularidades em fenômenos humanos complexos e contingentes. Weber enfoca na dimensão probabilística das ações sociais sob um modelo de causalidade frouxa (Ringer, 2004) e Durkheim enfatiza o comportamento coletivo em vez da motivação individual, como no clássico uso das estatísticas para a compreensão da dimensão social presente na *personalíssima* decisão que leva ao suicídio (Durkheim, 2000).

Podemos depreender dessa pequena investigação sobre o manuscrito em relação ao seu contexto de formação – individual e histórico – que o trabalho se configura como um precursor das propostas sociológicas que procuravam identificar como unidade básica do nosso campo a ação social atribuída a grupos humanos reais. Isso significa uma posição frente a todas as sociologias que buscavam na constituição de entidades abstratas a solução para os limites de se fundar uma ciência sob os desígnios do livre devir da vontade humana. Do ponto de vista da biografia da obra, a *Sociologia Hesitante* está em um momento de transição: *entre aquelas primeiras obras de sociologia mais “duras”, nas quais Du Bois enfrentava com números e dados as “certezas” propaladas pelas teorias eugenistas, e a crítica engajada em um processo de revolução política.*

Posso afirmar que essa conferência imaginada já seria uma inflexão pelo fato de demarcar uma posição firme dentro do campo científico, em contraposição aos principais expoentes das gerações passadas, propondo-se a uma superação dos dilemas por eles apresentados de maneira francamente inovadora para os parâmetros enaltecidos na Feira Mundial de Saint Louis. Ao fim e ao cabo, penso que ainda muitos aspectos desse acontecimento histórico podem ser explorados para acrescentar elementos à história do pensamento social, tanto das relações possíveis entre Du Bois e outro clássico que com ele se encontrou no período – Max Weber e até Marianne Weber em suas visitas aos movimentos sociais estadunidenses (Scaff, 2011) – quanto daquilo que se concebia como ciência social no começo do Século XX, por exemplo, os debates que aconteceram no Congresso de Artes e Ciências sobre o estatuto científico da sociologia.

18 Em trabalhos futuros, pretendo contrastar mais detidamente as concepções sociológicas de Du Bois e aquelas pensadas pelos “patriarcas” da sociologia. Creio ser possível encontrar pontos de contato e de diferença que certamente fortalecerão o entendimento das inovações teóricas e empíricas proporcionadas pelo pensamento *duboisiano*.

O resgate do nosso passado disciplinar e das tradições esquecidas do campo sociológico permitirá a reconstrução teórica (Burawoy, 2014) desse legado à luz de nossas atuais preocupações, reconfigurando a tradição e reorientando a preocupação do pensamento social para temáticas fundamentais para a sociologia do Século XXI. O trabalho social de revisão do cânone ao qual este artigo modestamente pretende se vincular atinge diferentes grupos sociais, sendo responsável pela articulação entre a história oficial e a memória de uma coletividade cada vez mais internacional. Exemplos em outras áreas do nosso campo de investigação também podem ser destacados, como o resgate das pioneiras do pensamento sociológico (Lengermann e Niebrugge, 2007; Daflon Campos, 2022). Esses esforços só fortalecem a ideia de que, para além do “véu canônico”, há uma pluralidade de caminhos a serem percorridos e uma diversidade de clássicos a serem observados, muito além da tríade consagrada pela tradição de uma ciência constituída para investigar a *transformação social* da qual ela mesma faz parte (Giddens, 1991).

Referências

- ADAIR-TOTTEFF, Christopher. Sociological Beginnings: The First Conference of the German Society for Sociology. *Studies in Social and Political Thought*. Liverpool, Liverpool University Press, 2005.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. As condições sociais da circulação internacional das idéias. Tradução de Fernanda Abreu. *Revista Enfoques*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/12679>>. Acesso em: 24 set. 2023.
- BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. Tradução de Marcelo Cizaurre Guirau e Fernando Rogério Jardim. São Paulo, Alameda, 2014.
- CHANDLER, Nahum. The Possible Form of an Interlocution: W. E. B. Du Bois and Max Weber in Correspondence, 1904-1905. *CR: The New Centennial Review*. East Lansing, v. 7, n. 1, 2007, pp. 213-272. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41942899>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- DAFLON, Verônica Toste e CAMPOS, Luna Ribeiro (orgs). *Pioneiras da Sociologia: mulheres intelectuais no século XVIII e XIX*. Niterói, EDUFF, 2022. Disponível em: <http://labgen.uff.br/wp-content/uploads/sites/77/2022/08/PIONEIRAS-DASOCILOGIA_ebook.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

- DEEGAN, Mary Jo. W. E. B. Du Bois and the women of hull-house, 1895–1899. *American Journal of Sociology*. Chicago, v. 19, 1988, pp. 301-311. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF02691827>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda, 1999.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas do povo negro*. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo, Veneta, 2021.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *Dusk of dawn: an essay toward an autobiography of a race concept*. Introdução de Anthony Appiah. New York, Oxford University Press, 2007.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *O cometa + O fim da supremacia branca*. Tradução de André Capilé e Cecília Floresta. São Paulo, Fósforo Editora, 2021.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *Sociology Hesitant*. *Boundary 2*. Durham, v. 27, n. 3, 2000, pp. 37-44. Disponível em: <muse.jhu.edu/article/3310>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. *Sociology hesitant*. W. E. B. Du Bois Papers (MS 312). Amherst, Special Collections and University Archives/University of Massachusetts Amherst Libraries, 1905.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. The Study of the Negro Problems. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Thousand Oaks, v. 11, jan. 1898, pp. 1-23. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1009474>>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martin Claret, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
- FIELDS, Karen. Individuallity and the Intellectuals: an imaginary conversation between Emile Durkheim and W. E. B. Du Bois. In: FIELDS, Barbara e FIELDS, Karen. *Racecraft: the soul of inequality in American life*. New York, London, Verso Books, 2012.
- GIDDINGS, Frankin Henri. the concepts and methods of sociology. In: ROGERS, Howard J (edit). *Congress of arts and science universal exposition*. London/New York, University Alliance, 1908, pp.787-799.
- GIDDINGS, Frankin Henri. *The Elements of Sociology: a text book for Colleges and Schools*. New York, MacMilliam Company, 1919.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 1991.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2012.

- GREENHALGH, Paul (org). *Ephemeral vistas: The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*. London, Manchester University Press, 1988.
- HALL, Stuart. *The Fateful Triangle: race, ethnicity, nation*. Cambridge, Harvard University Press, 2017.
- HORNE, Gerald. *W. E. B. Du Bois: A Biography*. Connecticut, Greenwood Press, 2010.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2020.
- LENGERMANN, Patrícia Madoo e NIEBRUGGE, Gillian (orgs.). *The Women Founders: Sociology and Social Theory 1830-1930*. Long Grove, Waveland Press, 2007.
- LEWIS, David Levering. *W. E. B. Du Bois: biography of a race: 1868-1919*. New York, H. Holt, 1993.
- LINDSAY, Samuel McCune. The Unit of Investigation or of Consideration in Sociology. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Thousand Oaks, v. 12, 1898, pp. 42-56. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1009631>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- NIAGARA MOVEMENT. *Niagara Movement declaration of principles*. W. E. B. Du Bois Papers (MS 312). Amherst, Special Collections and University Archives/University of Massachusetts Amherst Libraries, 1905.
- MORRIS, Aldon D. *The Scholar Denied: W. E. B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology*. California, California Press, 2015.
- PEDRON, Caio César. *Meet me in Saint Louis, Louis... meet me at the fair?: Du Bois, Max Weber e a "Sociologia hesitante" no começo do século 20*. Nexo Políticas Públicas/ Afro – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial. *Nexo Jornal*, 20 dez. 2022. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opinia0/2022/Meet-me-in-Saint-Louis-Louis...-meet-me-at-the-fair-Du-Bois-Max-Weber-e-a-%E2%80%98Sociologia-hesitante%E2%80%99-no-come%C3%A7o-do-s%C3%A9culo-20>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- POLLACK, Michael. Max Weber: Elementos para uma biografia sócio-intelectual. *Estudos de Antropologia Social – MANA*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996.
- RINGER, Fritz K. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo, Edusp, 2004.
- RYDELL, Robert W. *All the World's a Fair: Visions of Empire at American International Expositions, 1876-1916*. Chicago, University of Chicago Press, 2013, Edição do Kindle.
- SCAFF, Lawrence. *Max Weber in América*. Princeton, Princeton University Press, 2011.
- SOMBART, Werner. The Industrial Group. In: ROGERS, Howard J (edit). *Congress of arts and science universal exposition*. Cambridge, Riverside Press, 1906, pp. 791-799.
- WALKER, John Brisben. *The Cosmopolitan Magazine: The World Fair's [especial edition]*. New York, The Cosmopolitan Publishing Company, set. 1904.

WEBER, Max e PLOETZ, Alfred. Max Weber, Dr. Alfred Ploetz, and W. E. B. Du Bois (Max Weber on Race and Society II). *Sociological Analysis*. Oxford, v. 34, n. 4, 1973, pp. 308-312. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3709734>>. Acesso em: 1 jul. 2021.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 5. ed. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2015.

Recebido em: 03/04/2023

Aprovado em: 12/09/2023

Como citar este artigo:

PEDRON, Caio César. Um sociólogo nada hesitante: a solução de W. E. B. Du Bois para o dilema da sociologia no início do Século XX. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 979-998.



A study of differentiation and hierarchization schemes among climbers

Daniel Guerrini¹

Abstract *This paper examines the status relationships among climbers with the aim of identifying the differentiation and hierarchization schemes between them. To collect data about the practitioners' preferences for climbing modalities, a questionnaire was administered. Multiple correspondence analysis (MCA) was then employed to calculate and visualize the distances and proximity between modalities. This served as the basis for understanding the schemes that organize this universe as a symbolic field. To interpret the MCA graph, qualitative data was gathered through the author's participation in this universe as an amateur climber. The findings indicate that practitioners with high income introduce heteronomous status elements into the field.*

Keywords: *Sociology of sport. Multiple correspondence analysis. Status relationships.*

Un estudio de esquemas de diferenciación y jerarquización entre escaladores

Resumen Este artículo examina las relaciones de estatus entre escaladores con el objetivo de identificar los esquemas de diferenciación y jerarquización entre ellos. Para recopilar datos sobre las preferencias de los practicantes de modalidades de escalada se aplicó un cuestionario. Luego se empleó el análisis de correspondencia múltiple (ACM) para calcular y visualizar las distancias y proximidad entre las modalidades. Esto sirvió como base para comprender los

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Londrina – Brasil – danielguerrini@utfpr.edu.br – <https://orcid.org/0000-0002-9125-2638> – <http://lattes.cnpq.br/3668417244751428>.

esquemas que organizan este universo como un campo simbólico. Para interpretar el gráfico de ACM, se recopilaron datos cualitativos a través de la participación del autor en este universo como escalador aficionado. Los hallazgos indican que los practicantes con altos ingresos introducen elementos de estatus heterónomos en el campo.

Palabras Clave: Sociología del deporte. Análisis de correspondencia múltiple. Relaciones de estatus.

Um estudo de esquemas de diferenciação e hierarquização entre escaladores

Resumo Este artigo examina as relações de status entre escaladores com o objetivo de identificar os esquemas de diferenciação e hierarquização entre eles. Para coletar dados sobre as preferências dos praticantes de modalidades de escalada, um questionário foi aplicado. Em seguida, a análise de correspondência múltipla (ACM) foi empregada para calcular e visualizar as distâncias e proximidade entre as modalidades. Isso serviu como base para compreender os esquemas que organizam esse universo como um campo simbólico. Para interpretar o gráfico de ACM, dados qualitativos foram coletados por meio da participação do autor nesse universo como escalador amador. Os resultados indicam que os praticantes com alta renda introduzem elementos de status heterônomo no campo.

Palavras-chave: Sociologia do esporte. Análise de correspondências múltiplas. Relações de status.

Introduction

This study presents a sociological investigation into the practice of climbing. A questionnaire was designed to capture preferences for different climbing modalities among practitioners based on variables such as gender, age, education, income, occupation, and climbing experience, measured in years of practice. A total of 86 responses were collected. Additionally, the author, who is an amateur climber, conducted systematic observations in this sporting universe between 2018 and 2020, which were documented in a field diary.

In Brazil, climbing is not widely practiced despite its roots in mountaineering dating back to the XIXth century (Redação AM, 2011). Climbing-related sports are more prevalent in European and North American countries, as well as Chile and Argentina. Climbing is considered an expensive practice due to the need for specialized equipment, and is therefore associated with high-income

lifestyles. This association further limits access to the sport in profoundly unequal countries such as Brazil. However, with its recent inclusion as an Olympic sport in 2020, climbing has been growing in popularity.

Probably related to those limiting aspects, climbing is very little studied in Brazil by social scientists. The majority of the literature comes from sport sciences and physical education, even when authors use sociological theories to better understand aspects of it (Alves, Boschilia and Nunes, 2008; da Paixão and Tucher, 2010; Souza, Toledo and Marchi Junior, 2011).

Literature in general often approaches climbing through the risk with which the sport is associated (Palmer, 2002; Fave, Bassi and Massimi, 2003; Alves, Boschilia and Nunes, 2008; Pereira, Armbrust and Ricardo, 2008; da Paixão and Tucher, 2010; Silva and Marcelos, 2019) and interesting reflections about its links to modernity and capitalism (Spink, 2001; Alves, Boschilia and Nunes, 2008; Pereira, Armbrust and Ricardo, 2008).

According to Spink (2001), the discourse surrounding risk and adventure in sports such as climbing is related to changing experiences and sentiments in the societal developments of late modernity. It is not uncommon for practitioners to associate their extreme experiences in sports with the obstacles of their competitive and stressful daily and working lives (Alves, Boschilia and Nunes, 2008; Kiewa, 2001a).

Rather than criticizing the media and ideological capture of such sports (Palmer, 2002; Alves, Boschilia and Nunes, 2008; Bruhns, 2009; Veloso, 2018), this study explores the idea that deliberate pursuits for an “authentic” and distinct lifestyle emerge in these fields (Rickly-Boyd, 2012; Wheaton, 2013). Furthermore, in order to avoid the homogenization of groups and agents involved in climbing, their lifestyles are studied based on structures and dynamics of internal differentiation and hierarchization, as seen in Scott and McMahan (2017). In other words, this investigation seeks to understand the status relationships of a specific sporting universe.

The aim of this study is to comprehend the development of a symbolic distinction system in the field of climbing, which is a sub-field of the larger adventure sports field. Climbers often build and express discourses about their identities in terms of practices and values, which may give the impression of a cohesive community. However, from a sociological perspective, the goal is to gain a better understanding of inequalities within this world, and the role played by economic and symbolic factors in the structuring these inequalities. Through that, with the empirical material here gathered, this study also intends to offer theoretical contributions to the sociology of sport.

Approaching climbing practices through status relations theory

This analysis focuses on the lifestyles of a particular group, examining both the material and symbolic elements that are made conspicuous to them. These elements serve as markers of status and are often used to distinguish this group from others, as well as to establish rankings within the group itself. This process of differentiation and hierarchization has been extensively discussed by scholars such as Weber (1982), Zhou (2005), Bourdieu (2007b), and Chan and Goldthorpe (2007).

In the present study, climbing modalities that serve as the fundamental indicators of these markers of status are examined, enabling an investigation of the process of intragroup differentiation and hierarchization.

Status orders are established through the pursuit of recognition and distinction within a group, leading to the formation of a ranking system. Groups assert their claims for resources and recognition, seeking legitimization, which results in a process of hierarchization (Zhou, 2005). Those who successfully impose and mobilize classification and hierarchization schemes come to dominate, as principles of classification and valuation of reality become embedded within the group and its agents (Bourdieu, 2007a).

From a Bourdieusian perspective, hierarchical schemes serve to structure a particular field of activity. These schemes are based on the historical accumulation of various types of capital that have been incorporated into the habitus of social agents. When new agents enter a particular field, they find it already structured in a certain way, and their actions are conditioned by this pre-existing structure. In order to fully comprehend the forces and agencies that constitute the field, it is therefore necessary to understand the role played by different forms of capital within it (Bourdieu, 2007a; 2007b)².

The possession of economic and material resources is crucial for individuals to mobilize, consume, and potentially monopolize a certain lifestyle. These resources enable individuals to occupy specific neighborhoods, define their consumption habits, participate in certain sports practices, and express

2 Chan and Goldthorpe (2004; 2007) have suggested that Pierre Bourdieu's theory views status as the symbolic component of social classes (which correspond to economic structures). They argue for a clearer demarcation between those different social components, each with its own dynamics that may contingently intersect. These authors provide important conceptual definitions, although it should be noted that the Bourdieusian proposal of analyzing economic and cultural capital separately and in an empirical manner does not necessarily conflict with their perspective. In the present study, however, we will not be discussing social classes due to a lack of comprehensive information on agents' positions in labor markets and productive units, as suggested by Chan and Goldthorpe (2004; 2007).

artistic preferences, among other things, thereby rendering their lifestyles distinctive and characteristic of particular social groups. However, economic capital is an ambiguous determinant, since status groups often reject the indignity of valuing what they see as their own extraordinary qualities, as Weber (1982) has argued.

Bourdieu (2007a; 2007b) expands on this perspective by exploring symbolic fields, illustrating that agents within these fields deliberately attempt to conceal economic influence in favor of “pure,” charismatic, and extraordinary (i.e. symbolic) elements. Economic transactions tend to undermine the enchantment of relations that insiders, who embody, adhere to, and believe in a field’s rules or *nomos*, seek to preserve as the source of their legitimacy. Thus, even if economic capital is inevitable and highly necessary in symbolic fields, highly valued internal elements tend to be abstract, such as truth, beauty, or other ideals that signal one’s lifestyle.

In traditional analyses of occupations and social classes, preferences for art, music, and sports are often considered to be determined by such categories. In this sense, these preferences are ranked as dependent on professions, occupations, working or entrepreneurial classes, and their classification schemes. However, by examining a particular sporting universe, this perspective is inverted. In this case, it becomes evident that the universe itself creates a space where occupations are differentially distributed according to its own classification schemes.

Given the climbers’ deliberate pursuit of authentic and distinctive lifestyles, as evidenced in the specialized literature, it is reasonable to suggest that the elements necessary to characterize a symbolic field are present in the climbing world. However, the question remains: what happens when individuals with significant economic capital enter this field? Is there a straightforward relationship whereby these individuals simply acquire and concentrate more status in the climbing community due to their ability to purchase and consume material and symbolic aspects of this lifestyle sport? Alternatively, could the accumulation of economic capital have an ambiguous influence on the field and the way it organizes itself, as theory predicts?

By investigating a climbing field, we aim to test the following hypothesis based on Bourdieu’s theory: Despite the expensive lifestyle associated with climbing and the inevitability of possessing economic capital, the field tends to prioritize dedication to the sport and its symbolic elements over financial status. High-income agents may introduce marginal and alien status markers into the field concerning climbing itself.

In order to conduct this investigation, some methodological procedures were adopted.

Methodological aspects

As highlighted in influential works such as Thorpe (2010) and Wacquant (2002), the use of direct observation and active participation is imperative in comprehending the rules, principles, and hierarchies that organize a sporting field. In sociological research, it is essential to capture the experiential dimension of those engaged in sports practices (de Léséleuc, Gleyse and Marcellini, 2002; Nazareth, 2021).

In order to comprehend the differentiation and hierarchization of status within the world of climbing, the author conducted participant observation as an amateur climber and obtained responses to a questionnaire regarding climbing modalities from 86 individuals. Observations were documented in a field diary (writing journal) between 2018 and 2020 in the state of Paraná. This involved assiduous gym practices and periodic outdoor climbing, exploring a few sites throughout the state of Paraná. On such occasions, climbers from diverse regions would often camp together. These were valuable social and research experiences.

Findings were then analyzed in conjunction with existing scientific literature on climbing and climbers from around the world. The questionnaire responses were not collected using statistical sampling procedures, but rather by soliciting climbing partners and friends, who in turn referred their partners and friends. The primary aim of the questionnaire was not to make generalizations about Brazilian climbers, but rather to gather quantifiable data that could supplement and be associated with the observational data collected as described above.

In addition to collecting individual and socioeconomic information, respondents were asked to indicate which climbing modalities they practiced and whether they had experience opening routes. Using this data, a multiple correspondence analysis (MCA) was conducted to examine the differentiation and hierarchization schemes of this group. Climbing modalities encompass a wide range of techniques, equipment, styles, and approaches to the sport, making them well-suited for investigating status relations when sociodemographic variables are associated with them, as was done in this study. Opening a climbing route is highly valued among practitioners and provides an indication of high or low status within the field, which will be discussed in greater detail below.

Hence, the associations and oppositions plotted on the MCA graph are interpreted based on the qualitative material collected during observations. This technique is also commonly utilized in market research to detect consumption preferences based on variables such as gender, salary level, place of residence, education, and so on. As such, the technique does not aim to establish causality, but rather to identify preferences and characteristics linked to certain groups and individuals (Bendixen, 2003). Its epistemological assumptions are consistent with the objectives of investigating status relations, as earlier discussed (Bourdieu, 2007b; Robson and Sanders, 2009).

As with all principal component methods, MCA reduces dimensionality by creating new synthetic variables based on the initial ones. Its graphs operate with two dimensions, using a first axis that captures the largest amount of variation from all data, followed by an orthogonal axis. As pointed out by Kozłowski et al. (2019), this technique does not capture the complexities of social and cultural reality fully, leaving out significant information. Nevertheless, principal component methods, including MCA, provide an excellent tool for researchers tasked with interpreting social reality. The statistical analysis was performed using R software, and the questionnaire was administered via Limesurvey.

In the next section we will describe a climbing field based on observations and interpretations of collected material as the author started the practice of climbing. There are no intentions in describing concrete and specific interactions observed during climbing experiences. What interests the most are hierarchization and differentiation schemes that can elucidate the stated questions and hypothesis.

The Structures of a Climbing Field: a first step into the analysis of the empirical data

Whenever one starts climbing, the importance of specialized equipment is the first barrier. One cannot start without proper shoes and use of magnesium powder to dry one's hands. Shoes are specially designed and already implicate one's body adaptation – they are very tight!

A sociologist immediately sees that the ownership and utilization of specialized equipment can be viewed as indications of social status, particularly in the Brazilian context where high purchasing power is required³. The collected data

3 Although climbing has gained media exposure as an Olympic sport in Brazil, it remains an unconventional practice. As a result, climbing equipment is often scarce, either imported or acquired through personal networks of individuals who bring them back in their luggage from international trips. It's worth noting that many climbers are accustomed to traveling abroad.

from the questionnaire revealed that climbing is primarily a sport of the middle and upper classes, with 72% of respondents reporting a household income above three minimum wages.

Furthermore, the climbing community is characterized by a high level of education, making cultural capital significantly important. Almost all respondents (99.9%) were either currently pursuing higher education or had already obtained a degree. Of those surveyed, 40.6% had attained some level of postgraduate education (specialization courses, masters, and doctoral degree). It is noteworthy that only one respondent reported having an elementary school education.

During field observations, a clear dichotomy between indoor and outdoor climbing practices emerged. The urban environment versus the natural environment, gym climbing versus rock climbing, and the hustle and bustle of everyday city life versus the tranquility of the natural environment were oppositional ideas that were prevalent in conversations and speeches among climbers. These findings are consistent with existing literature (Kiewa, 2001a; Spink, Aragaki and Alves, 2005; Bruhns, 2010; Bogardus, 2012; Wheaton, 2013; Beedie, 2015).

In general, outdoor climbing practices that involve greater contact with nature are more highly valued. Among the respondents to the questionnaire, outdoor sport climbing was the most frequently practiced modality (72.1%). It was not uncommon to hear disparaging comments about individuals who exclusively engaged in gym climbing.

Indoor practices are considered important as they help climbers maintain their pace, train, and stay physically fit for outdoor climbing. Training and physical conditioning are viewed as critical to enabling practitioners to manage their own risks during outdoor practices, as previously noted by Spink, Aragaki, and Alves (2005). There is a specific habitus formation here where physical training is conducted within the climbing world's schemes and purposes. These will, through socialization, become embodied durable dispositions.

Observations also revealed that contact with nature entails ethical, aesthetic, and political-ideological dimensions. From an ethical standpoint, there exists a relationship of respect and preservation of nature. Natural environments, particularly rock formations, are essential for the continued practice of sports and are therefore an object of concern and active protection by climbers. Efforts to maintain the cleanliness of the climbing sites and conversations with newcomers about the importance of adopting good practices in cleaning and preservation are common occurrences in climbing sites and WhatsApp groups. This

somewhat idealized relationship with natural environments has been well-documented in scientific literature (Marinho, 2001; Spink, Aragaki and Alves, 2005; Bruhns, 2010; da Paixão and Tucher, 2010; Bogardus, 2012; Rickly-Boyd, 2012).

These ideals about nature often lead to ideological and political propositions in defense of societal projects consistent with them. The ethical bonds through which climbers relate to nature and to each other are expressed as parameters to critique society in general and other groups in particular for not living up to these standards. This is an interesting phenomenon that has been discussed by Kiewa (2002), who analyzed a group of traditional climbers in Australia that viewed their practices as resistance to an oppressive society. However, in doing so, they may have created a rigid and oppressive environment for themselves.

The relationship with nature is a differentiating factor among the various modalities of climbing. Outdoor sport climbing is prevalent among climbers and is likely the first outdoor modality that beginners encounter. It is safer than some alternatives because of the fixed protections, which involve drilling into rock formations to place bolts. These protections offer fixed points for the climber to pass his or her rope through, which remains tied, at one end, to the climber and, at the other end, to the practitioner responsible for the climber's safety.

The fixation of these protections is done with minimal intervention in the rock, and this process is called "opening a climbing route". This is valued not only for its effectiveness but also for its prestige among seasoned climbers. Any alteration of natural properties of the rock in the process is subject to disapproval by climbers. It is a significant activity that denotes status for those who have already done it, implicating a strong climbing *habitus*. It requires a lot of experience (as it is a risky activity), trained eyesight (to "see" a climbing route when observing a rock formation that is still unexplored), specific equipment, as well as recognition of the necessary skills by the community. As a clear strategy of domination in the field as well as for monopolizing its elements, novices are censored in an attempt to open routes even if they have the proper equipment and will to do so.

There exist certain modalities within climbing that rely on mobile protection systems, which are specifically designed to fit into crevices and irregularities in walls and mountains, and can be removed after practice. Mobile equipment also require significant financial resources, as they are expensive, basically made by foreign companies, and one has to purchase a significant variety of pieces with different shapes in order to fit infinitely different crevices.

These mobile modalities are viewed as the most pure form of climbing, as they do not involve any permanent alterations to nature⁴, at least according to the idealized view of traditional climbers⁵. Practicing mobile modalities requires a higher degree of technical skill and psychological control, as the placement of protective equipment can make the difference between safety and injury. So there is a rigorous process of physical and mental development, which is geared towards navigating challenging and often perilous situations. The mastery of these skills confers a high status on practitioners of these modalities.

Within the climbing universe, particularly among older generations, there have been significant conflicts regarding the distinction between competitive and traditional climbing (Kiewa, 2001a; Bogardus, 2012). Competition is very explicit in events such as Brazilian Climbing Championship and some everyday practice. Often, those of the group that climb the more challenging routes boast their accomplishments in social media and live gatherings, which stimulates a subtle sense of competitiveness within the community. But it is noteworthy that the focus of commentary during major competitions, which often attracted enthusiasts to watch together in communal settings, centered primarily on the athletes' technical abilities and problem-solving skills, which involved making precise movements to overcome the challenges presented by the climbing wall. These discussions reflected a high level of intellectual engagement among the participants. In some instances, climbers expressed their appreciation for the sport due to its emphasis on self-improvement and personal accomplishment, rather than on winning or defeating others in a competitive setting. It was common to hear that, in one's conception, climbing was a "non-competitive sport". It is clearly an effort to regulate agency within the field, as if the atmosphere of achievement and recognition is valued to a certain extent and maintained within acceptable limits by practitioners. A regulation that is strongly advocated by practitioners of 'purer' modalities, who are predominantly the more experienced individuals, owing to the demanding nature of the skills required. Furthermore, these modalities entail a considerably greater degree of commitment, as they are viewed more as a lifestyle choice (there's a lot of psychological training to be done), rather than merely a hobby.

4 Traditional climbing is a form of ascent that relies solely on mobile equipment, without the use of pre-installed anchors or fixed ropes. In contrast, mobile roped climbing involves scaling longer routes, typically exceeding 30 or 40 meters in length, and necessitates setting up a new support base midway through the climb on the wall or mountain, collecting the ropes, and continuing with the next stage of the ascent. This procedure of collecting ropes, and setting a new support base is what defines the "roped" modality.

5 As Bruhns (2010) calls it, a sort of myth of the untouched nature.

Fundamental to several of the phenomena under discussion is the presence of a sportive capital. This form of capital is rooted in the level of commitment demonstrated towards this particular field, along with one's experience and proficiency within it. In this study, the quantification of this capital is carried out through the analysis of data using multiple correspondence analysis. Years of practice and the creation of new climbing routes are employed as proxies for measuring this form of capital in further sections of the article.

Finally advancing towards the aesthetical aspect of climbing. Enthusiasts often adorn themselves with salamander tattoos and key chains, as certain species of salamanders are known for their climbing abilities. Climbing is a highly technical sport that places relatively little emphasis on brute strength (Kiewa, 2001a; Marinho, 2001; Bogardus, 2012; Gagnon, Stone and Garst, 2015; Nguyen, 2017). Instead, the beauty of climbers' movements is frequently praised. The requirement to concentrate and maintain a delicate balance during maneuvers, referred to as "muvs" (a Brazilianization of the English word "move", commonly used among climbers), contributes to a sense of integration with nature.

The aesthetic appeal of the walls and rock formations in climbing environments is a topic of frequent discussion. These formations exhibit diverse colors and luminous reflections based on their mineral composition. The climber's interaction with these formations involves a level of skillful and delicate movement that emphasizes balance, technique, and concentration, rather than mere physical strength. This approach, which prioritizes silence⁶ over exertion, is highly valued within the climbing community, as an ascent that relies heavily on brute force is deemed aesthetically displeasing. Consequently, this type of movement fosters an immersive and imaginative integration between the climber and the natural environment.

Experienced climbers possess a deep understanding of the climbing route and are able to anticipate and visualize their movements on the rock face. They are skilled at identifying and utilizing rock irregularities as handholds, footholds, and resting points during the ascent. The formation of calluses on the hands and feet is a common and expected consequence of frequent climbing, and is regarded as a sign of dedication to the sport and an essential resource for improving one's climbing ability. The development of calluses helps to alleviate the discomfort and pain that often accompany climbing, thereby facilitating physical and mental endurance during the ascent. The cultivation of physical

6 It is common that in a climbing sector people complain about loud conversations and music, as it is said that they disturb whoever is climbing.

and mental toughness through training and the transformation of the climbing body is crucial for achieving psychological control and composure during the ascent. Maintaining mental clarity and focus is of paramount importance for success in the sport. Climbers, much like the rocks themselves, become increasingly resilient and adaptable, developing physical flexibility and psychological fortitude in the face of adversity. It is an impressive *habitus* formation.

The interaction between a humanized rock and a climber, viewed as an integral component of nature, is shaped by the execution of an efficient and effective vertical movement. This movement, which is often contrary to novice and outsider expectations, is an essential element of the aesthetic of climbing. This aesthetic can also intersect with gendered politics, as social perceptions of climbing do not typically conform to stereotypical notions of masculinity, as seen in activities such as car racing or martial arts. However, as noted by Kiewa (2001b), gendered assumptions and biases persist in the climbing community, revealing the complex interplay of cultural and social factors that shape the practice and perception of this sport.

In the sport of climbing, while brute force is generally undervalued, muscle resistance is highly regarded and demands significant training, often resulting in the development of lean and athletic bodies among dedicated practitioners with low levels of body fat. Although women may be commonly associated with ideals of agility and gracefulness in movement, muscle resistance and a lean physique are still often considered to be predominantly masculine attributes. Additionally, in the literature and in the field, there exists a certain ideology of conquest that is often championed by male climbers. The successful ascent of a route on one's first attempt without any falls is considered a significant accomplishment, a kind of triumph over the obstacles posed by the rock face. This ideology of conquest is frequently espoused by male climbers, both in climbing communities and through social media platforms such as WhatsApp groups, reflecting the ongoing influence of traditional gender roles and expectations within the sport.

Perhaps emboldened by the intrinsic qualities of climbing that are already culturally associated with femininity, as well as the highly educated environment of the climbing community, discussions regarding the representation of women and critiques of misogynistic attitudes among practitioners were observed. Notably, such critiques were sometimes directed not only at individuals within the climbing community but also at public and/or political figures unrelated to the sport. These conversations parallel the findings of de Léséleuc, Gleyse and Marcellini (2002) as well as Cutter (2021). While not universally held,

such discussions reflect an emerging awareness of and resistance to gendered stereotypes and norms within the climbing community.

A lot of topics here, such as gender stereotypes and contact with nature point to a very interesting Bourdieusian discussion about agents reflexivity. Unfortunately that would deviate from this work's goals. Surely other research can explore those opened paths.

Having highlighted these schemes that organize the climbing field, we will proceed to analyze the questionnaire's collected data.

Respondents' characterization

From the 86 respondents, most of them were men:

Men	Women
62	24
72,10%	27,90%

Table 1 - Frequency and proportion of men and women among respondents

Source: own elaboration.

Highly educated:

Schooling level distribution							
Schooling level	Elementary	Higher Ed.	Incomp. HE	Spec. courses	Inc. Special.	Master degr.	Doctorate
N	1	26	17	21	7	11	3
Percentage	0,01	0,30	0,20	0,24	0,08	0,13	0,03

Table 2 – Schooling level distribution

Source: own elaboration.

With above average income:

Household income distribution				
Salaries	1 – 3	3 – 5	5 – 10	Over 10
N	29	24	19	14
Percentage	33,70%	27,90%	22,10%	16,30%

Table 3 – Household income distribution

Source: own elaboration.

Most of them having between 28 to 36 years⁷:

Age distribution			
Cohorts	21 to 27	28 to 36	36 to 65
N	23	43	20
Percentage	0,27	0,50	0,23

Table 4 – Age cohorts distribution

Source: own elaboration.

And have been climbing mostly from 3 to 10 years

Climbing experience distribution (years)			
Cohorts	0 to 2	3 to 10	11 to 34
N	28	40	18
Percentage	0,33	0,47	0,21

Table 5 - Frequency and proportion of respondents regarding climbing experience in years

Source: own elaboration.

Multiple correspondence analysis: reading the graph

Climbers were asked to report the modalities of climbing they practiced and whether they had experience opening routes. The resulting data was analyzed using Multiple Correspondence Analysis (MCA) to visualize the relationships among the variables in this domain. Graph 1 depicts the climbing modalities in red, which were the only variables used in statistical analysis. The green supplementary sociodemographic variables were overlaid on the modalities to detect potential associations and to facilitate further sociological inferences. Respondents were given the option to mark which modalities they practiced, resulting in the use of binary variables. For example, “b.o_yes” indicates that outdoor bouldering was marked as a modality that is practiced, while “b.o_no” indicates that outdoor bouldering was not marked.

Table 6 shows the legend for modalities abbreviations used in the graph.

⁷ Age and climbing experience cohorts were defined based on the cuts of the distribution of these variables among the collected responses. The values, therefore, refer to the cut between the minimum values up to the 1st quartile, from this to the 3rd quartile and from this to the maximum values found.

Abbreviations	Modalities
s.i	Indoor sport climbing
s.o	Outdoor sport climbing
b.i	Indoor boulder
b.o	Outdoor boulder
art	Artificial
trad	Traditional free climbing
h.mount	High mountain
fix.rop	Roped climbing with fixed protections
mob.rop	Roped climbing with mobile protections
b.w	Big wall

Table 6 – Legend of marked modalities and their abbreviations in Graph 1

Source: own elaboration.

The sociodemographic variables considered in this study were gender, age (grouped by cohorts and labeled with a prefix “a” such as ‘a.21-27’), occupation (wherein the category “students” was also included), per capita household income (grouped by salary cohorts and labeled with a prefix “s” such as ‘s.1-3’), educational level, and duration of climbing experience (grouped by cohorts and labeled with a prefix “t” such as ‘t.o-2’).

The horizontal (Dimension 1) and vertical (Dimension 2) axes capture 25,6% and 15,7% of data variation respectively. The 1st dimension is strongly based on the opposition between practicing or not traditional climbing. Practicing or not indoor and outdoor boulder cut both dimensions transversely, from top left (“yes”) to bottom right (“no”). The 2nd dimension is strongly marked by sport outdoor and indoor modalities, being those who practice them at the top and those who don’t on the bottom.

Social distances between modalities and the structures of the climbing field

In Graph 1, the opposition observed in the 1st dimension represents the greatest social distance between different climbing modalities, and is directly related to the primary organizing scheme of the field. First traditional, and then fixed rope climbing are the modalities best aligned with this horizontal axis. As already discussed, these are highly valued modalities in the field, requiring skills, physical and psychological training and expensive equipment. They involve intense contact with nature, and climbing sectors, such as rock formations at high altitudes or with crevices, which are less accessible due to technical difficulties. Traditional climbing is often considered the purest modality as already stated. Overall, a hierarchy from high to low status in the climbing field goes from right to left of the graph.

The 2nd dimension of the graph is closely associated with sport climbing, specially the outdoor modality. The non-practice of this modality is located in the lower part, while its practice is found in the upper part of the graph. Sport climbing is the most widely practiced modality and is often featured in news and social media. It is also typically the first contact a climber has with outdoor practices, as it is considered relatively safe due to the use of fixed protections. Sport climbing represents a threshold in terms of psychological control, as climbers must make the decision whether or not to try more technically and psychologically challenging modalities. This second axis captured basically the opposition between what is typical and what is not in a climbing field. At the lower part of the graph are almost all the non-practice of modalities. Interestingly, the lower income levels are positioned at the top of the graph, while the higher income levels are located at the bottom.

Situated within the upper left quadrant of the chart is boulder climbing, a modality that demands a considerable degree of physical strength and, in its indoor iteration, comparatively less psychological control due to the walls' limited height and the provision of crash-pads to ensure safety in the event of a fall. While this practice enjoys considerable popularity, seasoned climbers regard it as a means to an end or a means of physical and kinesthetic training for more demanding and highly-regarded outdoor pursuits. Additional variables in this quadrant encompass students, younger practitioners, and individuals with moderate incomes.

In the lower left quadrant of the graph, individuals with little climbing experience (0 to 2 years) are shown to have a negative stance towards the more technically challenging modalities. This quadrant is characterized by professions

associated with administrative work (both public and private sectors), relatively high family incomes (ranging from 5 to 10 minimum wages), and individuals residing in capital cities. While female respondents are also present in this quadrant, the distance between genders is relatively small and not statistically significant. This group consists of beginners and maybe curious practitioners. This quadrant has the lowest concentration of sportive capital (very little years of practice and no route opening) and is associated with relatively high economic capital.

Living in a capital city appears to be associated with difficulties in gaining climbing experience, while residing in the interior of states (upper right quadrant) can facilitate access to rock formations with crevices and high altitudes, as well as an appreciation for travel and non-urban environments. For medium and high income groups, cars and road infrastructure are not limiting factors, but obstacles related to the customary practices of residents of large cities, such as more strenuous work rhythms that discourage relatively long weekend trips, habituation with the urban landscape, and a preference for indoor gym spaces over outdoor environments, may impact their ability to engage in climbing.

Traditional climbing is slightly to the bottom side of the chart, but since it is very near the origin of the 2nd axis, this means that its practitioners are spread up and down to the right quadrants. High mountain climbing, on the other side, is clearly concentrated at the lower right quadrant. This practice is associated with those who have higher incomes (over 10 times the minimum wage) and traditional professions such as lawyers and engineers. Practitioners with specialization courses (complete and incomplete “postgraduation” in the graph) and master degrees are also at this quadrant. There is a high amount of economic and cultural capital concentrated here.

Climbing in high mountains demands a high level of physical conditioning, a broad range of technical skills, and knowledge of the natural environment, including survival skills in hazardous situations, acclimation to high altitudes, and the use of specialized equipment for communication and location. Furthermore, for Brazilians, it involves coping with extreme climate conditions, including harsh cold weather, and expensive travel costs. Besides Europe, high mountain climbing is typically pursued at classical sites in neighboring countries such as Chile and Argentina.

Thus, the wealthiest practitioners and those with high levels of academic schooling are associated with a modality that is on the threshold between what is and what is not climbing. The stance these agents make for distinction in the field opens it to heteronomy as high mountain, despite its rigor and demands, combines elements from climbing and other adventure sports practices.

In the upper-right quadrant, the most esteemed climbers in terms of the specific norms of the field are concentrated, exhibiting the purest and technically demanding modalities. Here are the more experienced climbers, practicing for between 11 and 34 years, those that have opened new routes, and those who work as climbing or adventure sports instructors, as well as camping owners (labeled “adventure” in the graph). It is the quadrant where specific sportive capital is more intensely concentrated. It gathers unemployed practitioners as well as the lowest income bracket.

A notable aspect of this field is that legitimacy is attained, in part, through an almost ascetic devotion to the sport. These climbers lead a lifestyle that eschews luxury and instead prioritizes occupations that offer direct and intensive engagement with the most prestigious practices and natural sites. This approach to dominating the field is noteworthy since legitimacy is further bolstered and lifestyle rendered more “authentic” as a result of their great, and apparently total, dedication to the sport, even at the potential expense of their earnings. On the other hand, it is likely that these agents have wealthy family origins, thus being able to sustain such strategies in the field for longer periods in their lives. This, however, is a research still to be done.

Conclusions

As climbers accrue experience, they tend to gravitate towards more challenging and “purer” forms of climbing. As a result, they develop a diverse set of skills encompassing everything from route opening to exploring modalities that necessitate specialized equipment, more extensive technical training, and hence, a greater degree of psychological fortitude. These climbers exhibit a dominant presence within their field, discouraging novice climbers from attempting to open new routes. They showcase their expert abilities on social media and in social gatherings, while also engaging in highly intellectual discussions regarding the performances of athletes in major competitions. This level of commitment to the sport is both time-consuming and heavily focused on symbolic aspects, at the expense of economic considerations.

So the work's hypothesis were confirmed. A symbolic differentiation system within the climbing field is clearly operating, and economic capital maintains ambiguous relations to status in the field. But the dichotomy between the upper and lower right quadrants serves to expand upon that working hypothesis. The observation that traditional professions and high schooling levels, besides higher income levels, occupy the lower right

quadrant merits attention. First, it shows that symbolic valued elements here are very specific, and slightly detached from academic capital. On one hand, almost all practitioners have some link to higher education and post-graduation in general. Many are still students and these are focused on physical demanding modalities, such as boulder. On the other hand, the upper-right quadrant, where practitioners with the highest amount of specific sportive capital are located, there are no schooling variables. Variables for master degree, and complete and incomplete specialization courses are all the bottom-right quadrant. A symbolic differentiation climbing system is in operation, but it evidently conflicts with other well established fields, such as the academic and that of professions.

It seems that individuals tend to prioritize their allegiance to external indicators of status more strongly when these indicators are culturally and socially esteemed. Consequently, solely pursuing elements of climbing that are overly obscure or specialized may not be sufficient to maintain one's professional and academic status beyond the climbing community. Instead, it may be more effective in these cases to demonstrate a wide range of skills that extend beyond the realm of climbing, such as traveling to far-flung destinations, engaging in cultural experiences, and pursuing other challenging activities.

For all these aspects, despite being highly indebted to the intense technological development of modern society, climbing develops interesting ideals and practices that value contact with nature and body dispositions that somewhat face up to a strictly instrumental and economically-driven way of life. Like all symbolic human activities, it raises interesting and complex elements of reflection for sociology.

References

- ALVES, Pedro B. P. F.; BOSCHILIA, Bruno and NUNES, Ricardo J. S. Análise histórico-sociológica das transformações no montanhismo. In: ENCONTRO DA ALESDE, 1., 2008, Curitiba. *Annals [...]* Curitiba, UFPR, 2008.
- BEEDIE, Paul. Adventure in leisure: an exploration of indoor and outdoor climbing communities. In: ROBERTSON, Margaret; LAWRENCE, Ruth and HEATH, Gregory (eds.). *Experiencing the Outdoors: Enhancing Strategies for Wellbeing*. Brill, Leiden, 2015, pp. 101-111.
- BENDIXEN, Mike. A practical guide to the use of correspondence analysis in marketing research. *Marketing Bulletin*. Palmerston North, v. 14, n. 2, 2003. Available at: <http://marketing-bulletin.massey.ac.nz/V14/MB_V14_T2_Bendixen.pdf>.

- BOGARDUS, Lisa M. The Bolt Wars: a social worlds perspective on rock climbing and intragroup conflict. *Journal of Contemporary Ethnography*. Thousand Oaks, v. 4, n. 3, 2012, pp. 283-308. Available at: <<https://doi.org/10.1177/0891241611426429>>.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2007a.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP, 2007b.
- BRUHNS, Heloisa T. A crise do lazer moderno e concepções de corpo. *LICERE*. Belo Horizonte, v. 12, n. 4, 2009.
- BRUHNS, Heloisa T. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*. Maringá, v. 32, n. 2, 2010, pp. 157-164.
- CHAN, Tak Wing and GOLDTHORPE, John H. Class and Status: the conceptual distinction and its empirical relevance. *American Sociological Review*. Thousand Oaks, v. 72, aug. 2007, pp. 512-532. Available at: <<https://10.1177/000312240707200402>>.
- CHAN, Tak Wing and GOLDTHORPE, John H. Is there a status order in contemporary British society?: evidence from the occupational structure of friendship. *European Sociological Review*. London, v. 20, n. 5, dec. 2004, pp. 383-401. Available at: <<https://doi.org/10.1093/esr/jcho33>>.
- CUTTER, Barbara. “A Feminine Utopia”: mountain climbing, gender, and women’s rights in Nineteenth-Century America. *Journal of Women’s History*. Baltimore, v. 33, n. 2, 2021, pp. 61-84.
- DA PAIXÃO, Jairo Antônio and TUCHER, Guilherme. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. *Pensar a Prática*. Goiânia, v. 13, n. 3, set./dez. 2010, p. 119.
- DE LÉSÉLEUC, Eric; GLEYSE, Jacques and MARCELLINI, Anne. The practice of sport as political expression?: rock climbing at Claret, France. *International Sociology*. Thousand Oaks, v. 17, n. 1, 2002, pp. 73-90. DOI: 10.1177/0268580902017001004.
- FAVE, Antonella Delle; BASSI, Marta and MASSIMINI, Fausto. Quality of experience and risk perception in high-altitude rock climbing. *Journal of Applied Sport Psychology*. Indianapolis, v. 15, n. 1, 2003, pp. 82-98.
- GAGNON, Ryan J.; STONE, Garret A. and GARST, Barry A. Competition climbing as serious leisure. *Northeastern Recreation Research Symposium*, 2015. Available at: <<https://scholarworks.umass.edu/nerr/2015/Papers/4/>>.
- KIEWA, Jackie. Control Over Self and Space in Rockclimbing. *Journal of Leisure Research*. London, v. 33, n. 4, 2001a, pp. 363-382. Available at: <<https://doi.org/10.1080/00222216.2001.11949949>>.
- KIEWA, Jackie. “Stepping around things”: gender relationships in climbing. *Journal of Outdoor and Environmental Education*. Berlin, v. 5, n. 2, 2001b, pp. 4-12.
- KIEWA, Jackie. Traditional climbing: metaphor of resistance or metanarrative of oppression?. *Leisure studies*. London, v. 21, n. 2, 2002, pp. 145-161.

- KOZLOWSKI, Austin C.; TADDY, Matt and EVANS, James A. The geometry of culture: analyzing the meanings of class through word embeddings. *American Sociological Review*. Thousand Oaks, v. 84, n. 5, 2019, pp. 905-949. Available at: <<https://doi.org/10.1177/0003122419877135>>.
- MARINHO, Alcyane. Da busca pela natureza aos ambientes artificiais: reflexões sobre a escalada esportiva. Dissertação de Mestrado, Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- NAZARETH, Eduardo Fernandes. Possíveis contribuições da fenomenologia e da etno-metodologia para uma sociologia dos esportes coletivos. *Civitas*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2021, pp. 35-47. Available at: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.1.38612>>.
- NGUYEN, Thi. The aesthetics of rock climbing. *The Philosophers' Magazine*. London, v. 78, 2017, pp. 37-43.
- PALMER, Catherine. "Shit happens": the selling of risk in extreme sport. *The Australian Journal of Anthropology*. London, v. 12, n. 3, 2002, pp. 323-336.
- PEREIRA, Dimitri Wuo; ARMBRUST, Igor and RICARDO, Denis Prado. Esportes radicais, de aventura e ação: conceitos, classificações e características. *Corpoconsciência*. Cuiabá, v. 12, n. 1, jan./jun. 2008, pp. 18-34.
- REDAÇÃO AM. Qual é o marco pioneiro do montanhismo brasileiro. *Alta Montanha*, 15 dec. 2011. Available at: <<https://altamontanha.com/qual-e-o-marco-pioneiro-do-montanhismo-brasileiro/>>.
- RICKLY-BOYD, Jillian M. Lifestyle climbing: toward existential authenticity. *Journal of Sport & Tourism*. London, v. 17, n. 2, 2012, pp. 85-104. DOI: 10.1080/14775085.2012.729898.
- ROBSON, Karen and SANDERS, Chris (eds.). *Quantifying Theory: Pierre Bourdieu*. Dordrecht, Springer, 2009.
- SCOTT, David and MCMAHAN, Kelli K. Hard-core leisure: a conceptualization. *Leisure Sciences*. London, v. 39, n. 6, 2017, pp. 569-574.
- SILVA, Paula Cristina da Costa and MARCELOS, Lara Júlia Rodrigues. O perfil dos profissionais que atuam com as Atividades Físicas de Aventura na Natureza na região metropolitana de Vitória/ES-Brasil. CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 8., v. 1, 2019, Lisboa. *Annals [...] Lisboa, Escola Superior de Enfermagem*, 2019, pp. 354-359.
- SOUZA, Juliano de; TOLEDO, Renata Maria and MARCHI JUNIOR, Wanderley. Representações sociais e instituição da realidade no subcampo esportivo do montanhismo: uma possibilidade de leitura sociológica a partir da obra "Sobre homens e montanhas" de John Krakauer. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v. 25, n. 2, jun. 2011, pp. 341-349.

- SPINK, Mary Jane P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, 2001, pp. 1277-1311. Available at: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2001000600002>>.
- SPINK, Mary Jane P; ARAGAKI, Sérgio Seiji and ALVES, Marina Pigozzi. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2005, pp. 26-38.
- THORPE, Holly. Bourdieu, gender, reflexivity, and physical culture: a case of masculinities in the snowboarding field. *Journal of Sport and Social Issues*. Thousand Oaks, v. 34, n. 2, 2010, pp. 176-214. Available at: <<https://doi.org/10.1177/0193723510367770>>.
- WACQUANT, Löic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro, Re
- WEBER, Max. Classe, estamento e partido. In: GERTH, Hans and MILLS, Charles (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 1982.
- WHEATON, Belinda. *The cultural politics of lifestyle sports*. Nova Iorque, Routledge, 2013.
- VELOSO, Rafael Campos. A olimpização de modalidades esportivas e o mito da construção artificial dos corpos: o caso da Escalada Olímpica. *Olimpianos - Journal of Olympic Studies*. São Paulo, v. 2, n. 2, 2018, pp. 409-422.
- ZHOU, Xueguang. The institutional logic of occupational prestige ranking: reconceptualization and reanalyses. *American Journal of Sociology*. Chicago, v. 111, n. 1, 2005, pp. 90-140. Available at: <<https://doi.org/10.1086/428687>>.

Recebido em: 24/05/2023

Aprovado em: 06/09/2023

Como citar este artigo:

- GUERRINI, Daniel. A study of differentiation and hierarchization schemes among climbers. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 999-1021.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português,
inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a

pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

